

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA: a Transição Socialista como Atualidade Histórica



Anderson Deo &
Francieli Martins Batista
- Organizadores -



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A Revolução Russa de 1917 foi um divisor de águas no que se refere às possibilidades objetivas de uma nova e superior sociabilidade nas relações sociais, que aponta para a possibilidade de superação da exploração do homem pelo homem. Foi com o intuito de analisá-la que o *VII Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo* propôs essa Revolução como objeto de debate e de aprofundamento de suas contribuições para a humanidade. Como bem a definiu John Reed, os acontecimentos revolucionários na Rússia de 1917 “abalaram o mundo”. Na frenética construção revolucionária que se desencadeia imediatamente após outubro daquele ano, milhões de pessoas, mulheres, homens, trabalhadores, intelectuais, artistas, de todas as nacionalidades, se empenharam em discutir e propor novas formas de concepção de mundo, com objetivo de uma *Weltanschauung* comunista, em todas as áreas da atuação humana.

Daí a plêiade de temas fundamentais abordados nesse livro, expressando a dinâmica revolucionária dos questionamentos e das possibilidades que se abriram na aurora do século XX. Da condição feminina, passando pelo novo Direito e pela nova forma econômica e do mercado,

100 ANOS DA
REVOLUÇÃO RUSSA

ANDERSON DEO &
FRANCIELI MARTINS BATISTA
- ORGANIZADORES -

100 ANOS DA
REVOLUÇÃO RUSSA:
A TRANSIÇÃO SOCIALISTA
COMO ATUALIDADE
HISTÓRICA

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2020



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - FFC
UNESP - campus de Marília

Diretor

Prof. Dr. Marcelo Tavella Navega

Vice-Diretor

Dr. Pedro Geraldo Aparecido Novelli

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Andrey Ivanov

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

Ficha catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

-
- C394 100 anos da Revolução Russa : a transição socialista como atualidade histórica /
Anderson Deo & Francieli Martins Batista, organizadores. – Marília : Oficina
Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020.
384 p. : il.
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-86546-08-8 (Impresso)
ISBN 978-65-86546-09-5 (Digital)
DOI <http://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5>
1. União Soviética – História – Revolução, 1917-1921. 2. Revoluções e socialismo.
3. Mulheres e socialismo. 4. Política econômica. 5. Socialismo e educação. 6. Arte e
socialismo. I. Deo, Anderson. II. Batista, Francieli Martins.

CDD 335.43

Copyright © 2020, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

SUMÁRIO

PREFÁCIO

<i>Domenico Losurdo 1941-2018, in memoriam</i> Stefano G. Azzarà	9
---	---

APRESENTAÇÃO

<i>Organizadores</i>	27
----------------------------	----

PARTE I – MULHER E REVOLUÇÃO

<i>As lutas políticas e de gênero na Revolução Russa</i> Sofia Manzano	33
---	----

<i>Marxismo e feminismo: revolução, luta de classes e o debate teórico-metodológico nos estudos sobre a condição da mulher</i> Angélica Lovatto	53
--	----

PARTE II – FORMA POLÍTICA E DIREITO NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

<i>Conselhos e democracia socialista</i> Anderson Deo	73
--	----

<i>Conselhos operários e a perspectiva de rupturas históricas: cem anos da Revolução de Outubro</i>	
Milton Pinheiro	99
<i>O direito dos produtores</i>	
Jair Pinheiro	117

PARTE III – OS CAMINHOS DA TRANSIÇÃO: A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

<i>As contradições sociais e ideológicas na URSS: origens do Socialismo de Estado</i>	
Marcos Del Roio	155
<i>Lenin, NEP, hegemonia e transição</i>	
Gianni Fresu	173
<i>Industrialização e progresso: a lição da Revolução de Outubro</i>	
Giorgio Grimaldi	189
<i>Da NEP ao Stalinismo</i>	
David Maciel	205

PARTE IV – EDUCAÇÃO, ARTE E INTERNACIONALISMO NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

<i>O processo educacional na Revolução Russa e a contribuição do Educador Moisey Pistrak</i>	
Neusa Maria Dal Ri	227
<i>O fim do proletariado na arte soviética</i>	
Ana Portich	245
<i>A contribuição de Nadezhda Krupskaya para a construção dos fundamentos da escola do trabalho emancipado</i>	
Henrique Tahan Novaes	263

<i>O internacionalismo “indoamericano” de Mariátegui e a luta de classes na América Latina</i>	
Leandro Galastri	289

PARTE V – CRISE DA TRANSIÇÃO E OFENSIVA DO CAPITAL

<i>Sobre a Revolução Soviética de outubro</i>	
Marly Vianna	317
<i>A propósito do 100º aniversário da Revolução Russa</i>	
Paulo Alves de Lima Filho	343
<i>A crise da transição socialista</i>	
Ramón Peña Castro	367
SOBRE OS AUTORES	375

PREFÁCIO

*Domenico Losurdo (1941-2018) in memoriam*¹

Stefano G. Azzarà

Aos que para elogiá-lo ou com sincera admiração, lhe fazia notar quão original e pessoal era o seu jeito de pensar, Hegel respondia que se alguma coisa de exclusivamente pessoal já esteve presente no seu sistema (filosófico), essa coisa certamente estaria errada. Esse é um episódio que Domenico Losurdo costumava contar aos seus alunos com frequência, para explicar a abordagem adequada dos estudiosos em relação ao conhecimento, principalmente dos historiadores da filosofia. Mas é também uma citação que sintetiza de forma muito eficaz o modo de praticar o trabalho filosófico ao qual Losurdo sempre tentou se manter próximo. Diferentemente de muitos intelectuais, que mesmo quando falam do mundo acabam por falar, antes de mais nada, de si mesmos e de sua própria distinção em relação ao mundo, em Losurdo, na verdade, o rigor da objetividade é absolutamente proeminente. A vontade persistente, isto é, - enraizada em

¹ Tradução de Matteo Bifone. Revisão de Anderson Deo.

uma escolha fundamentada no plano teórico na “via hegeliana” ao invés da “via fichtiana” - de conceber esse trabalho como um desenvolvimento o mais coerente possível das determinações inscritas no objeto, ou seja, na coisa em si mesma. A ideia que o movimento histórico, cuja compreensão era o que estava mais próximo do seu coração, não surgiu da atividade produtiva da consciência que encontra o real e dele se apropria ou o resolve em si mesma, ou permanece longe dele - do real - e o deplora para refletir-se em sua própria superioridade imaculada, mas de uma contradição que já está inscrita na objetividade. Em um tecido ontológico, ou seja, que é intrinsecamente lacerado, clivado. Agitado por uma conflitualidade imanente que com a sua trágica trama constitui o pressuposto da dor do negativo e que, transmitindo-se para o sujeito que se apropria na relação, sempre apela à fadiga do conceito.

Embora ele mesmo teria, com toda a certeza, evitado esses tipos de considerações, é preciso, porém, olhar com cuidado algo de definitivamente pessoal que podemos recordar, a propósito desse trabalho de pesquisa concluído de forma improvisada depois de 51 anos (as primeiras publicações de Losurdo datam de 1967); algo que pode assumir um valor geral que vai além da experiência subjetiva de um indivíduo. Losurdo, na verdade, teve que trabalhar duro e lutar com enorme determinação para o reconhecimento das suas próprias posições, seja em âmbito acadêmico, ou em outros contextos. Mas esse esforço necessário não foi o marco do seu percurso individual, senão a tomada de consciência do fardo que tinha recaído sobre uma geração inteira de intelectuais, forçados pela história a considerar o fim de uma época e de todo um mundo ético. E destinados a enfrentar essa crise de maneira profundamente diversa, e a buscar saídas em longos percursos que ao fim se revelarão divergentes.

Como hegeliano e como marxista, Losurdo estava absolutamente convencido da politicidade intrínseca da filosofia: a filosofia é em primeiro lugar o nosso tempo apreendido no conceito e, propriamente por essa razão, a política constitui a primeira e mais importante bancada de teste dessa relação. Certamente não no sentido de que essa disciplina deva se limitar a uma mera descrição do mundo, ou mesmo uma sua justificação, como sempre o reprimiam os malévolos interpretes da máxima hegeliana

sobre o real e o racional: mesmo querendo, isso não seria possível porque a filosofia, quando é realmente tal, conserva sempre uma tarefa de transcendência que é a consequência inevitável da sua potência discursiva universalista. É mesmo, mais, no sentido que o juízo político é o verdadeiro *experimentum crucis* da razão. E a capacidade de exercê-lo de forma correta pode, ao limite, falsificar filosofias inteiras, até demonstrar, muitas vezes, a mesquinhez mesmo das construções teóricas mais grandiosas.

Por exemplo, a profundidade filosófica de Nietzsche foi enorme ao lidar com os conflitos de sua época e ao revelar a hipocrisia dos sentimentos morais e do espírito do progresso, por trás dos quais muitas vezes não há nada mais que uma forma diferente de vontade de potência, no entanto falta de coragem e da boa consciência daqueles que podem reconhecer a necessidade da força e até mesmo da escravidão. Ou aquela de Heidegger ao denunciar no coração da metafísica subjetivista moderna e no desenvolvimento da técnica e das forças produtivas capitalísticas um projeto que tem as características da dominação. Ou até mesmo a clareza de Schmitt ao explicitar as aporias daquele pacifismo idealístico wilsoniano e liberal por trás do qual, ainda nos nossos dias, se move a ideia de uma nova ordem mundial tipicamente imperial; uma ordem que supera em uma direção global cada localização, e já colocou fim ao ordenamento eurocêntrico da Terra para substituí-lo por um ordenamento diferente, mas não menos agressivo. Todavia, no momento em que esses intelectuais de estaturas gigantescas foram colocados à prova diante da necessidade do juízo político, a escolha frente ao andamento do mundo, aqui exatamente chegou ao fim sua reivindicação de transcendência filosófica. E frente às muitas contradições do universalismo, cuja explosão já preanunciava o fim da modernidade, não conseguiram contrapor nada de diferente a uma miserável apologia do particularismo. Razão essa para a qual, concluía Losurdo, “apesar da radicalidade e os extraordinários resultados para o conhecimento que permitem alcançar” a sua perturbação desconstrutiva, ou seja, “a destruição das flores imaginárias” exercitada por aquelas célebres filosofias, acabava na realidade por “ressaltar as cadeias da escravidão assalariada e da escravidão verdadeira” (LOSURDO, 1987b, p.

108). Assim aqueles potentes dispositivos se revelaram ser uma crítica da ideologia refinadíssima, mas de natureza totalmente reacionária.

A política como “profanação” do discurso filosófico e, então, recondução a sua substancia. Ou talvez melhor: como aquele mundanismo que, permitindo a sua descida do céu das ideias à terra do conflito secular, exalta talvez, também a chamando para sua tarefa, as potencialidades humanísticas dessa forma de saber, a sua natureza de projeto. “Se Hegel ensinou a inevitabilidade da situação histórica”, então, “Marx ensina a inevitabilidade desta nos conflitos político-sociais”, e desse modo define a partir daquele momento “a qualidade nova do discurso filosófico” (LOSURDO, 1991a, p. 128), o qual agora, frente a esses conflitos, é obrigado como tal – e não em virtude das suas eventuais repercussões morais – a tomar posição. Então, como praticou em primeira pessoa esse “*engagement* objetivo” em tempos nos quais para a política a situação era muito difícil – em tempos de refluxo, nos quais cada possibilidade de transformação do mundo era negada e o trabalho intelectual era cada vez mais concebido como apologia, edificação, consolação e suplemento da alma em relação à mera administração do existente –, para Domenico Losurdo, assim como para outros intelectuais da sua geração, esse tomada de posição valeu frequentemente as desconfianças e as suspeições de quem, por trás de qualquer raciocínio que não oculte a própria politicidade militante, sente imediatamente o cheiro da propaganda. De uma propaganda fora de lugar e fora do tempo máximo, além disso, visto que às suas costas – ou seja, naquele campo político-filosófico que por muito tempo fez referência a emancipação do gênero humano – era possível reconhecer não o potente barulho de um avanço triunfal, mas o barulho ensurdecedor de um exército em retirada que na sua fuga do marxismo (mas também da história mesma) estava se dispersando em mil direções.

Precisamente por esse motivo, propriamente porque tinha sempre juntas filosofia e política, numa época que tinha voltado as costas à revolução, propriamente porque, dado o espírito dos tempos, a acusação de parcialidade e de partidarismo estava sempre rondando ao redor, não menos que aquela de justificacionismo, Losurdo sabia que para poder ser reconhecido no campo acadêmico teria que ser absolutamente impecável,

propriamente naquele plano filosófico “puro”, e aparentemente asséptico em relação a qualquer conflito, do qual os seus críticos interlocutores culturais – sempre prontos a denunciar a ideologia em qualquer lugar, exceto em si mesmos – se apresentavam como guardiões. Somente desse modo, somente antecipando cada possível objeção e escavando minuciosamente entre as fontes, somente conhecendo perfeitamente os autores tratados – e sem fugir das questões filosóficas mais complicadas – poderia se permitir trazer a filosofia para o campo da política entendida como a transposição para o terreno cultural da disputa entre emancipação e des-emancipação. Também graças a sua cultura ilimitada, deve-se acrescentar, o que lhe permitiu percorrer mais de dois milênios de história universal, estendendo seus olhos, também, para o mundo negligenciado e incompreendido que está além das fronteiras do Ocidente. Aqui, então, que aqueles que questionaram o método mesmo antes das posições particulares, raramente tiveram a coragem de desafia-lo em público, com certeza sabendo que aqueles que o desafiou, saíram sempre com os ossos quebrados. Aqui, por exemplo, mesmo os mais renomados especialistas em Hegel, e especialmente aqueles mais convencidos em encerrar o discurso filosófico de Hegel em uma dimensão conservadora e predominantemente conscienciosa, respeitavam-lhe o juízo e se demonstravam de repente conciliadores quando tinham a possibilidade de se confrontar com ele.

Voltemos ao terreno da objetividade, com o qual começamos a discussão. Losurdo foi um dos estudiosos italianos mais conhecidos e traduzidos no mundo. Confrontou-se primeiramente com a filosofia clássica alemã seguindo a herança de Arturo Massolo e Pasquale Salvucci e do seu pensamento hegel-marxiano, e aquele período histórico e filosófico mudou para sempre o nosso conhecimento.

Com *Autocensura e compromisso nel pensiero politico di Kant* retirou do filósofo alemão a “respeitabilidade burguesa e filisteia” (LOSURDO, 1983c, p. 14) consagrada pela historiografia filosófica, ou seja, no âmbito do conservadorismo ou da moderação política no qual foi inscrito pela tradição dos estudiosos liberais mas, também, apesar de Engels, daquela dos estudiosos marxistas: na realidade a “negação do direito de resistência” em Kant respondia com certeza a necessidade de “tranquilizar as cortes

alemãs”, mas também era especialmente uma posição que “permitia afirmar a irreversibilidade da Revolução francesa e, portanto, condenar as tentativas de restauração” (LOSURDO, 1983c, p. 31). Contra as insurgências reacionárias como a Vandea e contra cada tentativa de restauração feudal, portanto, o filósofo alemão continuará sendo “jacobino” porque continuará esperando, até com muita ingenuidade, que “como consequência das transformações produzidas por algumas revoluções [*nach manchen Revolutionen der Umbildung*] surge finalmente aquele que é o fim supremo da natureza, ou seja, um ordenamento geral cosmopolita, que seja a matriz, na qual virão a se desenvolver todas as disposições originárias da espécie humana” (KANT, 1784 apud LOSURDO, 1983c, p. 27).

Em ensaios como *Fichte, la rivoluzione francese e l'ideale della pace perpetua* (LOSURDO, 1983-84), ou *Fichte, la resistenza antinapoleonica e la filosofia classica tedesca* (LOSURDO, 1983d), ou ainda *Fichte e la questione nazionale tedesca* (LOSURDO, 2004), Losurdo pesquisou a dialética que animou a parábola filosófico-política de uma figura chave da história cultural e política alemã e, mais ainda, da ideologia europeia: se em um primeiro momento “Fichte olha a França revolucionária, [...] como um país que não somente poderia ou deveria ajudar a Alemanha na luta para sacudir o jugo do feudalismo e do absolutismo monárquico, mas que também contribuiria em forma determinante à realização de uma paz duradoura ou perpétua na Europa e no mundo”, com a invasão napoleônica e o *Befreiungskriege*, ao modificar-se da situação concreta, produz-se uma mudança clara. Uma mudança no sentido da fobia contra os franceses e da teutomania. Porém, uma mudança que o deixará longe de um equilíbrio crítico e o levará a recusar *in toto*, juntamente com o impopular napoleonismo, também o espírito do 1789, num primeiro momento exaltado pelo filósofo. Contesta, assim, a revolução política, mais especialmente aquele universalismo que estava na sua base, que os resultados da revolução haviam traído, dando vida de tal modo a longa época do particularismo cultural alemão, com suas dramáticas repercussões entre as duas guerras mundiais.

E aqui, enfim, chegamos a Hegel, estudado em textos como *Hegel, questione nazionale, Restaurazione* (LOSURDO, 1983a), *Tra*

Hegel e Bismarck (LOSURDO, 1983b), *La catastrofe della Germania e l'immagine di Hegel* (LOSURDO, 1987a), *Hegel e la libertà dei moderni* (LOSURDO, 1992) e, enfim, *Hegel e la Germania* (LOSURDO, 1997a): para esse grande filósofo não somente “A liberdade da pessoa é um direito inalienável e imprescritível e não existe ordenamento jurídico positivo que possa elimina-lo” (LOSURDO, 1972, p. 74), apontará Losurdo, mas essa posição irá muito além da posição contratualista da época. Já nas aulas sobre a *Filosofia del diritto*, para Hegel

O *Notrecht* [tinha] se tornado o direito da extrema necessidade, do faminto que estava arriscado a morrer de fome e que por isso não somente tem o direito, mas o “direito absoluto” de roubar aquele pedacinho de pão capaz de garantir a sua sobrevivência, “o direito absoluto” de violar o direito de propriedade, a norma jurídica que condena, contudo, o roubo (LOSURDO, 1992, p. 115; LOSURDO, 1989).

Longe de ser o defensor filosófico da Restauração e o inspirador do militarismo prussiano, devemos reconhecê-lo nessa perspectiva, o descobridor de um continente filosófico e político inteiramente novo, um continente que vai muito além do liberalismo e que caberá à Marx, e não por acaso, explorar à fundo.

Mas propriamente com o liberalismo, ou seja, com as posições culturais que resultaram vencedoras ao fim daquela ulterior guerra mundial que se seguiu a Segunda guerra dos Trinta Anos, Losurdo travou um embate corpo a corpo que duraria mais de uma década. Na metade dos anos 1990, em *Il revisionismo storico*, sublinhava a emergência de uma “gigantesca releitura do mundo contemporâneo” cujo objetivo era na realidade “a liquidação da tradição revolucionária de 1789 até os dias de hoje” e que representava então uma “viragem histórica e cultural de uma época” (LOSURDO, 1996a, p. 7) que foi, ao mesmo tempo, um ponto de virada no interior do próprio liberalismo. Na qual, absorvida “a radical mudança do espírito do tempo na passagem da grande coalização antifascista à Guerra fria” e amadurecida “a consequente elaboração de uma ideologia ocidental” (LOSURDO, 1996a, p. 18), se liberava agora

das componentes democratizantes adquiridas no curso de seu confronto histórico com o movimento radical e com o movimento socialista, para voltar ao seu passado e se reorientar em uma chave claramente conservadora. Quando dez anos mais tarde esse percurso foi totalmente concluído, ou seja, quando a afirmação do neoliberalismo foi consolidada, temos então a *Controistoria del liberalismo*, um texto por meio do qual é definitivamente refutada a clássica definição do liberalismo como teoria da liberdade e dos direitos individuais: o liberalismo representa mais provavelmente no plano cultural “uma auto designação orgulhosa, que tem ao mesmo tempo uma conotação política, social e até étnica” (LOSURDO, 2005, p. 242). Com isso “Estamos na presença de um movimento e de um partido que pretende convocar as pessoas com uma ‘educação liberal’ e autenticamente livres, ou o povo que tem o privilégio de ser livre, a ‘raça eleita’ [...] a ‘nação em cujas veias flui o sangue da liberdade’”. A teoria liberal é, então, em primeiro lugar a autoconsciência da comunidade dos livres, dos “bem nascidos” (LOSURDO, 2005, p. 238), a qual cria um espaço sagrado que distingue homens de sub-homens, começando com precisas cláusulas de exclusão fundadas no censo, na etnia e no gênero.

É aqui que propriamente a tão celebrada “limitação do poder” permite a sociedade civil escapar da mediação do Estado ou de neutralizar aquela sua universalidade formal que, mesmo sendo muitas vezes a cobertura de um bloco de interesses de classes é, no entanto, diferente do mero nada. E se configura, portanto, como o movimento político que solicita no sistema das necessidades a “emergência de um poder absoluto sem precedentes”, convidando a uma delimitação da comunidade dos livres que se contrapõe àquela dos servos não somente no plano filosófico, mas também no plano concretamente material e geográfico. E finalmente atuando como legitimação de uma conquista colonial que atravessa toda a idade moderna e que com as suas práticas de extermínio elimina qualquer reivindicação liberal de “individualismo”.

Propriamente, a vontade insistente em limitar a dignidade humana somente ao Ocidente e a incapacidade de pensar o conceito universal de homem, entre outras coisas, é o terreno filosófico que Losurdo irá demonstrar para unir o liberalismo e o pensamento reacionário, do qual

ele se ocupou a primeira vez em *La comunità, la morte e l'Occidente* e uma segunda vez com seu monumental *Nietzsche, il ribelle aristocratico*. Com a sua “polêmica contra a modernidade e o presente” (LOSURDO, 2002, p. 326), o filósofo (Nietzsche) considerado por muito tempo “desatualizado” se colocava, na verdade, em tudo e para todos no terreno do liberalismo europeu e da sua denúncia, hoje ignorada ou removida, do avanço massificador dos movimentos socialistas e democráticos, e se identificava com a concomitante exaltação liberal da primazia dos povos europeus sobre os sub-homens das colônias, destinados a serem submissos e trabalhar como servos. E serão talvez a covardia e a fraqueza do mesmo liberalismo, já em dificuldade e disposto ao compromisso frente à revolta dos bárbaros proletários e a seus gritos revolucionários, a empurrá-lo, no fim da sua vida consciente, ao “radicalismo aristocrático” e a ideação do “partido da vida”, que para salvação da civilização ocidental, chegará a esperar a “aniquilação de milhões de mal nascidos” (NIETZSCHE apud LOSURDO, 2002, p. 644) e das “raças decadentes”. Mas também o pensamento de Heidegger, de resto, não pode ser compreendido minimamente sem se fazer referência àquele “pathos do Ocidente” (LOSURDO, 1991b, p. 89) que na época da Primeira Guerra Mundial se acompanhava com a exaltação da *Gemeinschaft*, da *Entscheidung* e da morte, e que era compartilhado por ambas as “ideologias da guerra” em campo. Nem a sua duradoura adesão ao nazismo pode ser explicada sem se considerar que aquele movimento era em primeiro lugar a continuação, radicalizada e projetada no continente europeu, da longa aventura colonial da própria Europa, com as suas práticas de desumanização e de extermínio baseadas na redução do gênero humano a uma mera espécie zoológica, já em um plano que se pretendia filosófico.

Só podemos reconstruir brevemente aqui, uma produção intelectual gigantesca, que compreendeu os mais variados aspectos da tradição filosófico-política europeia (são 31 monografias publicadas, o mesmo número de livros, 200 ensaios em revistas, como atesta a bibliografia que ele mesmo aprovou e que é possível encontrar ao fim desse texto). Porém, permanece claro – e no futuro daremos os cuidados para precisa-lo melhor – que em todo esse trabalho a parte principal da sua experiência intelectual foi dedicada àquele momento da tradição que certamente mais

estava no seu coração, ou seja, a autocrítica e a reconstrução do materialismo histórico. Se a história do marxismo é a história de uma ininterrupta cadeia de “crises” que começa já com Marx e que várias vezes se manifestaram durante o século XX, movendo-se de suas posições e com intenções e êxitos diversos, Losurdo e sua geração enfrentaram a maior dessas crises, com sua manifestação última e talvez definitiva. Porque a sua reflexão sobre a tradição histórica e cultural do movimento operário ocorreu quando este e os seus aparatos intelectuais já estavam em frangalhos e não parecia sensato nem produtivo aventurar-se por aquele caminho: ou seja, depois da derrota sistêmica ocorrida a partir do final dos anos 1980.

Losurdo fez isso em muitos livros: *Marx e il bilancio storico del Novecento* (1993), *Utopia e stato d'eccezione* (1996b), *Antonio Gramsci dal liberalismo al "comunismo critico"* (1997b), *Fuga dalla storia?* (1999a), *La lotta di classe* (2015) e, enfim, *Il marxismo occidentale* (2017), além de numerosos outros ensaios. E o fez, especialmente, evitando o caminho de consolo e autoilusório de quem (a maioria) explicava as razões da derrota descarregando as culpas sobre um único indivíduo (*Stalin. Storia e critica di una leggenda nera*) (2008) e escolhendo talvez –escandalosamente– chegar ao coração do problema, dissecando de maneira impiedosa os limites internos do próprio marxismo, sem poupar inclusive seus fundadores.

Losurdo lembrará muitas vezes, frente ao niilismo e a autofobia galopantes na esquerda depois do fim da União Soviética – e que também fez esse campo ser não menos hostil que as teses do campo liberal – quanto a experiência do marxismo e do comunismo histórico teriam mudado profundamente o destino do mundo e mesmo do Ocidente capitalista, obrigando esse último a um percurso de democratização, que teve de acolher, pelo menos em parte, até mesmo o programa do *Manifesto comunista* (LOSURDO, 1999b). Todavia, não hesitava em refletir sobre as razões de uma derrota inequívoca, cujas raízes teriam que ser identificadas na incapacidade do marxismo de se tornar uma instituição e de dar vida, num consenso mais amplo possível, a uma estabilização que teria sido indispensável para uma normalidade socialista e para um seu funcionamento que respeitasse os mesmos direitos individuais. Animado por uma insuperável inspiração messiânica, desejava de uma transformação

total do mundo, o marxismo do século XX não teria, na realidade, cortado totalmente as relações com o anarquismo. E, no seu sonho de uma sociedade completamente “diferente” daquela existente, tinha imaginado o fim das nações, do mercado, do dinheiro, do poder, o fim mesmo do conflito, revelando-se – cada vez que a utopia sonhada se chocava com as durezas da história e do conflito – incapaz de fugir de um perpétuo estado de exceção e de se fazer Estado no sentido do governo das leis, conjugando comunidade e indivíduo. Não será suficiente, nesse sentido, a revolução filosófica e política operada por Lenin, aquele que pela primeira vez levará o marxismo fora dos seus próprios limites eurocêntricos conjugando a luta de classe do proletariado europeus com as lutas de emancipação nacional dos países colonizados pelo Ocidente e compreendendo ao mesmo tempo a complexidade de um processo revolucionário que, em um mundo tão hostil, continuava em novas formas, também depois da tomada do poder.

Daí a escolha de Losurdo em ir na contracorrente também em relação aos seus próprios camaradas, desafiando com teimosia o risco do isolamento, conseguindo derrotá-lo no longo prazo. A escolha de criticar a fundo o marxismo ocidental, a partir daquela insuperada subalternidade em relação ao liberalismo que se exprimia de forma macroscópica na crescente indiferença em relação à questão colonial e que constrangeu toda a esquerda a ficar, num dado momento, “ausente” (LOSURDO, 2014). Daqui acima de tudo, também à luz do diferente resultado da experiência do socialismo chinês (que ele sempre respeitou e observou com compreensiva atenção), em comparação com o russo e o ocidental, a necessidade de repensar integralmente os fundamentos do marxismo. Começando com uma releitura da luta de classe que fosse capaz de ir além do esquematismo binário e economicista de quem, em qualquer nível, vê somente uma única contradição, aquela de um proletariado nunca bem definido contra uma burguesia não menos incompreendida, para apresentá-la como uma teoria geral do conflito que compreende e direciona todo o processo de emancipação (e que tem a ver em primeiro lugar com a luta para o reconhecimento da dignidade humana dos grupos excluídos e discriminados). Uma teoria capaz de iluminar as grandes crises históricas, mais além, aquelas acelerações nas quais não há jamais

uma única dimensão, mas sempre a presença de uma pluralidade de contradições objetivas. É capaz de compreender, a partir dessa perspectiva, a trama indissolúvel entre questão social e questão nacional, ou questão de gênero, como aquela entre universal e particular, na pesquisa de um universalismo concreto que permita pensar a humanidade comum, fora de qualquer abstração hedonista.

A dureza do conflito de classe, mas também da guerra civil europeia e internacional e do estado de guerra mundial permanente que tinha acompanhado o processo de descolonização, tinham, inevitavelmente, exaltado e cristalizado a dimensão religiosa e messiânica do marxismo, aquela componente que também provou ser indispensável nos processos de mobilização das massas, necessários naquela longuíssima fase. Por muito tempo convencidos da iminência de uma ruptura revolucionária, que logo se espalharia por todo o planeta, começando pelos núcleos industriais mais desenvolvidos, e ainda mais cercados no plano geopolítico, mas também no plano cultural e psicológico da potência hegemônica do mundo capitalista, os marxistas tinham perdido o rumo da história e a dimensão dos longos períodos que são próprios dos movimentos reais. Ou seja, o fato da transformação não ter a estrutura temporal do momento e não conduzir a uma imediata coincidência entre o curso dos eventos e os seus significados, a uma total reapropriação, transparência e plenitude de sentido, mas é ela mesma o percurso de uma fatigosa cadeia de contradições, feita de conquistas e retrocessões no plano das relações de força, no qual cada etapa não está garantida permanentemente. Nas intenções de Losurdo, à luz do balanço histórico do século XX e de suas tragédias, o marxismo deveria enfrentar um processo de secularização complicado e não sem dor, para continuar aquela passagem da utopia à ciência (entendida como a *Wissenschaft* hegeliana) que tinha sido indicada por Engels mas se interrompeu por causa das urgências do conflito permanente da idade contemporânea. Ou seja, para redescobrir aquela forma de consciência que no seu surgimento tinha representado a radical novidade: aquele peculiar e quase milagroso equilíbrio entre crítica e legitimação do moderno que nenhuma outra tendência filosófico-política foi capaz de elaborar até agora.

Pensamento dialético significa compreensão da processualidade da história e do conhecimento humano. Mas é também compreensão da sua natureza fortemente conflitiva e, portanto, consciência da totalidade sempre lacerada, cuja referência é o conflito. É por isso que a *Aufhebung* supera e conserva ao mesmo tempo, integrando a um novo nível e em uma nova posição também aquela parte de verdade, que está presente sempre, até no inimigo absoluto. Marxismo, partido dessa consideração, ou seja, como materialismo histórico, não significa a recusa indeterminada da realidade mas, a partir da compreensão da dimensão estratégica e racional, de sua estrutura mais profunda, é negação sempre *determinada*. As contradições da modernidade e do progresso são enormes e às vezes incontáveis, começando a partir do domínio total expresso já na acumulação originária, passando pela brutal desumanização de classes sociais e povos inteiros, resultando não raramente no extermínio, sendo inaceitável ainda hoje a injustiça da ordem burguesa dentro e fora dos centros capitalistas. Contudo, é essa mesma modernidade que descobriu o conceito universal de homem, e que mesmo com a dor do fazer-se abstrato de qualquer relação social, ou simplesmente humano, conseguiu destilar aquele processo que consiste na superação dos vínculos de dependência pessoal e direta do homem sobre o homem, deixando para trás o feudalismo e questionando a escravidão. Aquela época que desenvolveu as forças produtivas matérias integrais do gênero humano, superando a restrição das necessidades, mas também das subjetividades, e dando vida a uma ininterrupta circulação das ideias.

Não é possível voltar atrás em relação a isso. A crítica da modernidade, como compreensão das suas condições de possibilidade e dos seus limites, só é possível a partir do reconhecimento das suas conquistas. Ou seja, da herança dos pontos mais elevados de uma tradição que certamente tem a ver com o horror, mas que é também aquela civilização que, através dos seus expoentes mais rigorosos, conseguiu ver o seu próprio horror e denunciá-lo. Movendo-se a partir do conhecimento dessas contradições, mas também daquelas contradições que acompanham a história do marxismo e do comunismo histórico, é preciso empreender um percurso de aprendizagem que interrompa definitivamente as pontes com o dogmatismo, sem cair, ao mesmo tempo, no relativismo dos

pós-modernos e da sua impotente negação hermenêutica de qualquer objetividade, ou seja, da política e da transformação do mundo.

Domenico Losurdo – ao qual devemos, entre outras coisas, a inspiração inicial que deu vida a revista “Materialismo storico”, cujo Comitê Científico presidia – nos deixou no momento mais difícil. Ou seja, no momento em que no Ocidente e no resto do mundo a crise da democracia moderna parece ir em direção de uma inquietante redefinição das formas políticas, que promovem novas formas de exclusão e discriminação, seja no interior de cada país, ou em nível internacional. Em uma época na qual a recolonização do planeta, que em termos daquela *Linguaggio dell'impero* (LOSURDO, 2007), por ele tão cuidadosamente desconstruída, e que se seguiu a deslegitimação da revolução anticolonial, que faz desaparecer as possibilidades de uma época de paz expressa no livro *Um mondo senza guerre* (LOSURDO, 2016). Porém, nos deixou com os melhores e mais refinados instrumentos para combater esse mundo, a partir de seus conflitos crucias, e para critica-lo, ou seja, para compreender as razões, as condições de tais possibilidades. E para finalmente contrariar um cenário diverso, por quanto sempre fundado na objetividade do que é real e racional, não nos sonhos ou nos desejos de quem pensa poder se permitir ignorar a dureza do mundo: como escrevia Marx para Ruge: “Nós não antecipamos o mundo, mas da crítica do velho mundo queremos encontrar o novo”.

Uma última coisa que Losurdo repetia sempre para seus estudantes, citando-a criticamente como exemplo negativo de intimismo, de subjetivismo narcísico e de “hipocondria impolítica” (LOSURDO, 2001). É uma famosa poesia escrita por Ungaretti em 1916, em plena guerra mundial, cujo título é *San Martino sul Carso*:

Dessas casas
 Não permaneceu
 Qualquer
 Farrapo de muro
 De tantos
 Que me escreviam

Não permaneceu
 Nem muito
 Mas no coração
 Nenhuma cruz falta.
 É o meu coração
 O país mais inconsolável. (UNGARETTI, 1992, p. 36)

Bem, o nosso coração hoje é inconsolável mas, como já nos tempos do poeta, muito mais grave do que a nossa consciência são os tormentos que temos ao nosso redor: as guerras que continuam rasgando o planeta, a opressão imperialista que não para, o ódio racial que aumenta, o risco de uma crise radical de civilização e do ressurgimento de pulsões que, iludidamente, pensávamos ter superado para sempre. Frente a esses perigos nós certamente não podemos fazer reviver Losurdo. Mas graças, também, a essa modesta revista, a qual tanto dedicava sua atenção, podemos fazer durar – e por muito tempo – o seu pensamento, tentando fazê-lo à sua altura.

REFERÊNCIAS

- KANT, I. *Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlicher Absicht*. Wiesbaden: Heinrich Staadt, 1784.
- LOSURDO, D. *Antonio Gramsci dal liberalismo al «comunismo critico*. Roma: Gamberetti, 1997b.
- LOSURDO, D. *Autocensura e compromesso nel pensiero politico di Kant*. Napoli: Istituto Italiano per gli Studi Filosofici/Bibliopolis, 1983c.
- LOSURDO, D. *Controistoria del liberalismo*. Roma-Bari: Laterza, 2005.
- LOSURDO, D. Fichte e la questione nazionale tedesca. *Il Cannocchiale*: rivista di studi filosofici, Naples, n. 1-2, p. 53-79, 2004.
- LOSURDO, D. Fichte, la resistenza antinapoleonica e la filosofia classica tedesca. *Studi Storici*, Rome, v. 1/2, p. 189-216, 1983d.
- LOSURDO, D. Fichte, la rivoluzione francese e l'ideale della pace perpetua. *Il Pensiero*, St. Louis, p. 131-178, 1983-84.

- LOSURDO, D. *Fuga dalla storia?: il movimento comunista tra autocritica e autofobia*. Napoli: La Città del Sole, 1999a.
- LOSURDO, D. *Hegel e la Germania: filosofia e questione nazionale tra rivoluzione e reazione*. Milano: Guerini-Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1997a.
- LOSURDO, D. *Hegel e la libertà dei moderni*. Roma: Editori Riuniti, 1992.
- LOSURDO, D. *Hegel, questione nazionale, restaurazione: presupposti e sviluppi di una battaglia politica*. Urbino: Pubblicazioni dell'Università, 1983a.
- LOSURDO, D. *Il linguaggio dell'Impero: lessico dell'ideologia americana*. Roma-Bari: Laterza, 2007.
- LOSURDO, D. *Il marxismo occidentale: come nacque, come morì, come può rinascere*. Roma-Bari: Laterza, 2017.
- LOSURDO, D. *Il revisionismo storico: problemi e miti*. Roma-Bari: Laterza, 1996a.
- LOSURDO, D. *Ipocondria dell'impolitico: la critica di Hegel ieri e oggi*. Lecce: Milella, 2001.
- LOSURDO, D. L'engagement e i suoi problemi. In: CAZZANIGA, G. M.; LOSURDO, D.; SICHIROLLO, L. *Prassi: come orientarsi nel mondo*. Urbino: QuattroVenti Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1991a. p. 105-130.
- LOSURDO, D. *La catastrofe della Germania e l'immagine di Hegel*. Milano: Guerini, 1987a.
- LOSURDO, D. *La comunità, la morte, l'Occidente: Heidegger e l'«ideologia della guerra»*. Torino: Bollati Boringhieri, 1991b.
- LOSURDO, D. *La lotta di classe: una storia politica e filosofica*. Roma-Bari: Laterza, 2015.
- LOSURDO, D. *La sinistra assente: crisi, società dello spettacolo e guerra*. Roma: Carocci, 2013.
- LOSURDO, D. Le catene e i fiori. La critica dell'ideologia tra Marx e Nietzsche. *Hermeneutica*, Brescia, n. 6, p. 87-143, 1987b.
- LOSURDO, D. *Le filosofe del diritto. Diritto, proprietà, questione sociale*. Cura e trad. di G. W. F. Hegel. Milano: Leonardo, Istituto Italiano per gli Studi Filosofici, 1989.
- LOSURDO, D. *Manifesto del partito comunista*. Introduzione e traduzione (in collaborazione con Erdmute Brielmayer) di K. Marx - F. Engels. Roma-Bari: Laterza, 1999b.
- LOSURDO, D. *Marx e il bilancio storico del Novecento*. Roma: Bibliotheca, 1993.
- LOSURDO, D. *Nietzsche, il ribelle aristocratico: biografia intellettuale e bilancio critico*. Torino: Bollati Boringhieri, 2002.

LOSURDO, D. *Stalin: storia e critica di una leggenda nera*. Roma: Carocci, 2008.

LOSURDO, D. *Tra Hegel e Bismarck: la rivoluzione del 1848 e la crisi della cultura tedesca*. Roma: Editori Riuniti, 1983b.

LOSURDO, D. *Un mondo senza guerre: l'idea di pace dalle promesse del passato alle tragedie del presente*. Roma: Carocci, 2016.

LOSURDO, D. *Utopia e stato d'eccezione: sull'esperienza storica del «socialismo reale»*. Napoli: Laboratorio Politico, 1996b.

MARX, K. Lettera a Arnold Ruge del settembre 1843. In Id. *La questione ebraica e altri scritti giovanili*. A cura di U. Cerroni. Roma: Editori Riuniti, 1978.

UNGARETTI, G. San Martino sul Carso. In: UNGARETTI, G. *Vita d'un uomo: 106 poesie 1914-1960*. Mondadori: Milano, 1992. p. 36. Ed. orig. In *Il Porto Sepolto*, Stabilimento tipografico friulano, Udine, dicembre 1916.

APRESENTAÇÃO

A coletânea que apresentamos ao público resulta de esforço coletivo produzido nos marcos do **VII Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo – Revolução Russa: 100 Anos que Abalaram o Mundo – “A Transição Como Atualidade Histórica”**, realizado entre os dias 2 e 6 de outubro de 2017, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp/Campus de Marília. Os *Seminários TPS* são hoje internacionalmente reconhecidos nos meios universitário, e reúnem conferencistas de profícua inserção acadêmica e importante militância social. Assim como o público, composto por estudantes, pesquisadores, docentes e mesmo aqueles que não possuem nenhum tipo de vínculo acadêmico, que se deslocam de várias regiões do Brasil, da América Latina, bem como de outros continentes.

A iniciativa para organização do *VII Seminário TPS* partiu do Grupo de Pesquisa-Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana: Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/CNPq), do Grupo de Pesquisa-Cultura e Política do Mundo do Trabalho (CPMT/CNPq), do Grupo de Pesquisa-Pensamento Político Brasileiro e Latino-Americano (PPBL/CNPq), do Grupo de Estudos Trabalho e Capital na Cidade, do Instituto Caio Prado Jr. (ICP) e do Instituto Astrogildo Pereira (IAP). No ano do centenário da Revolução Russa, vários eventos foram organizados em universidades e instituições político-culturais do país, sendo que muitas delas participaram de um *pool* de atividades coordenadas pela Editora Boitempo,

que contribuiu com o financiamento de convidados internacionais, com a divulgação e, portanto, com a organização dessas atividades. O *VII Seminário TPS* se insere, também, nos marcos dessa iniciativa e contou com imprescindíveis aportes de recursos da referida editora.

Várias instâncias didático-acadêmicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília contribuíram à realização do evento. Nosso agradecimento e reconhecimento à Direção da FFC, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e ao Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Especial agradecimento aos servidores do Setor de Transportes, na figura de seu supervisor Paulo Sérgio de Oliveira Campos, da Seção Técnica de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão - STAEPE, na figura de seu supervisor Tiago Silveira Motta, assim como à Comissão Permanente de Publicações, representada aqui por Renato Geraldi e Gláucio Rogério de Moraes, cujo empenho e dedicação foram fundamentais à realização do presente livro.

A sempre imprescindível colaboração de nossos estudantes em nível de graduação e pós-graduação, que na entrega cotidiana possibilitam toda a infraestrutura para nossos convidados e público em geral, deve ser exaltada. Por isso, fazemos questão de aqui nominá-los e agradecê-los publicamente: Adair Umberto Simonato Júnior, Adler Eduardo Dias Shirakawa, Alex Willian Leite, Alexandre Lopes, Danielle Cristine Ribeiro, Eder Renato de Oliveira, Francieli Martins Batista, João Vicente Nascimento Lins, Leonardo Sartoretto, Mariana Bueno de Oliveira, Marília Gabriela Borges Machado, Marcela Andressa Semeghini Pereira, Marcelo de Marchi Mazzoni, Rafael dos Santos Alcântara, Rodolfo Sanches, Rodrigo dos Santos Alcântara, Samuel Estevão e Selma Fátima dos Santos. Nosso muitíssimo obrigado!

O livro é composto de 16 artigos divididos em 5 partes. A organização e divisão dos textos procurou obedecer a aderência temática das apresentações nas mesas de debates. Assim, na primeira parte *Mulher e Revolução*, Sofia Manzano e Angélica Lovatto procuram debater o papel central das trabalhadoras russas no processo da revolução, os avanços alcançados pela pauta feminina nos anos iniciais, bem como o recuo em várias questões de gênero a partir da década de 1930. A atualização

do debate feminista nos marcos teóricos da luta de classes e a crítica às elaborações pós-modernas sobre o tema, também são discutidas na seção. Em seguida, em *Forma Política e Direito na Transição Socialista*, Milton Pinheiro, Anderson Deo e Jair Pinheiro se debruçam sobre a forma política originária da transição organizada a partir dos Conselhos (Soviéts), o caráter da democracia socialista em processo, bem como os elementos históricos que levaram ao esvaziamento político e ao desaparecimento dos mesmos. As transformações no campo do direito no processo da revolução, portanto, a revolução jurídica e institucional na perspectiva socialista, são elementos fundamentais à compreensão do Estado Soviético que viria a se formar.

Em *Os Caminhos da Transição: a Nova Política Econômica*, Marcos Del Roio, Gianni Fresu, Giorgio Grimaldi e David Maciel procuram debater o desenvolvimento econômico da primeira década de governo revolucionário e seus desdobramentos posteriores. Os efeitos da contrarrevolução sobre a sociedade russa, entre 1919-1922, os dilemas e contradições do plano de desenvolvimento econômico do Estado revolucionário diante das contingências históricas, a dinâmica da luta de classes e as disputas políticas no interior do Partido Bolchevique, são tratadas nessa seção a partir de variadas e instigantes leituras. Na quarta seção do livro, *Educação, Arte e Internacionalismo na Transição Socialista*, Neusa Maria Dal Ri, Ana Portich, Henrique Tahan Novaes e Leandro Galastri, apresentam o debate sobre aquilo que podemos identificar como os elementos de uma nova subjetividade humana, impulsionada pelo processo revolucionário, assim como os reflexos deste em outras partes do mundo, como na América Latina. São aqui discutidas a abordagem sobre o campo da estética que a sociedade soviética proporciona, seus elementos constitutivos na construção de uma arte revolucionária, bem como as contradições que esta engendra. No processo de construção de uma nova subjetividade, a educação, a formação de uma nova forma de consciência sobre o mundo e, portanto, de uma “nova humanidade”, ocupam lugar central. Fecham a coletânea os textos de Marly Vianna, Paulo Alves de Lima Filho e Ramón Peña Castro, debatendo os possíveis fatores que levaram à crise e ao desaparecimento do maior e mais importante – até hoje – processo de transição socialista que a humanidade presenciou. São

apontados os possíveis equívocos na condução do processo, as contradições que se desdobraram a partir de meados da década de 1930, os avanços no campo econômico nas décadas seguintes e a permanente ofensiva do imperialismo, até a derrota no final da década de 1980 e posterior desmantelamento da URSS, pós-1991.

Em junho de 2018, o filósofo e militante marxista Domenico Losurdo nos deixou. Intelectual de profundo rigor em suas análises, organicamente vinculado a práxis política revolucionária e com uma vasta obra, sempre imbricada na realidade e no compromisso da transformação e da emancipação humana, Losurdo participou do *VII Seminários TPS*, nos oferecendo uma magistral, instigante e polêmica *Conferência de Abertura*, como toda reflexão de alto nível deve ser. Em suas diversas passagens pela Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, amparado em sua grande generosidade intelectual, contribuiu de forma decisiva para reflexões de toda uma geração de pesquisadores e militantes sociais. Se hoje a Unesp de Marília é conhecida como “A Marília Vermelha”, Domenico Losurdo é, sem nenhuma dúvida, um dos grandes contribuidores para tal alcunha. O *Prefácio* dessa coletânea, de autoria de Stefano Azzarà, descreve e analisa a profícua trajetória desse grande intelectual. Assim, dedicamos esse livro à sua memória. Domenico Losurdo, PRESENTE!

Os organizadores.

PARTE I

MULHER E REVOLUÇÃO

AS LUTAS POLÍTICAS E DE GÊNERO NA REVOLUÇÃO RUSSA¹

Sofia Manzano

INTRODUÇÃO

Quando ainda discutimos as questões políticas que se efetivaram na Revolução Russa, refletimos sobre o papel da luta de gênero no contexto desse fenômeno histórico. Portanto, eventos marcantes para a humanidade devem ser lembrados não apenas como fato histórico, mas principalmente por seus significados mais profundos e conseqüências para o futuro. A Revolução Russa foi um desses momentos que deve ser avaliado cuidadosamente por todos que lutam para superar a forma atual de dominação capitalista pela qual a maior parte dos seres humanos está submetida. Tanto a Revolução Russa em si, como momento, quanto todo o processo de tentativa e fracasso na construção do socialismo na União Soviética – e em outras partes do mundo –, possibilitam infindáveis chaves de análise para estudiosos, acadêmicos, artistas e, principalmente, militantes políticos que permanecem na luta revolucionária.

¹ Esse artigo contém reflexões que foram utilizadas por mim em dois outros textos sobre temática semelhante.

Trataremos, nesse artigo do recorte da questão de gênero e sua relação política naquela revolução. O principal objetivo aqui, não é descrever a participação das mulheres no processo revolucionário, nem tampouco o pioneirismo do legado da URSS para a emancipação feminina. O elemento principal é apontar novas perspectivas que são importantes para entendermos a Revolução, a contribuição das mulheres naquele processo e dos avanços alcançados para contribuir com a elucidação da atual condição da mulher na luta de classe na nova forma capitalista desse século XXI.

Tendo em vista esse sentido, as transformações na vida das mulheres que ocorreram na Rússia por causa da revolução são importantes para se perceber o quanto um processo revolucionário, mesmo que não tenha sido vitorioso em todos os sentidos, é vital para toda a humanidade.

A emancipação de gênero era considerada fundamental pelos revolucionários russos para a efetivação da revolução, assim medidas foram tomadas de maneira a superar sua condição de subordinação desumana a que estavam submetidas as mulheres e torná-las sujeitos plenos e em condição de igualdade com os homens.

Sugerir essas medidas, para os dias atuais, pode parecer de menor importância, quando se toma a forma ideal com que as mulheres se consideram, no capitalismo decadente. Contudo, a radicalidade com que os revolucionários consideraram necessárias as mudanças em seu estatuto não guardam semelhança com nenhum processo emancipatório da condição feminina em parte alguma da história recente.

Para se compreender essa radicalidade e a profundidade com que as medidas tomadas impactaram a relação de gênero na Rússia revolucionária, devem-se considerar as condições prévias a que estavam submetidas aquelas mulheres. As relações sociais de produção naquele país eram as mais atrasadas, se comparadas com os países mais adiantados no processo de produção capitalista. O processo histórico concreto com que se estabeleceram as relações tipicamente burguesas não havia se concretizado quando as condições objetivas para a revolução se apresentaram e não foram desperdiçadas pelos revolucionários liderados por Lenin. Ele próprio tinha

pleno conhecimento desse atraso e precisou formular, a partir do método marxista de análise da realidade concreta, todo um arcabouço teórico próprio para lograr êxito no projeto transformador.

No escopo desse texto, não vamos debater se as “condições objetivas” eram ou não suficientes para o sucesso da construção do socialismo, esse balanço ainda carece de análise profunda e desapassionada. O que se pretende, pois, é apresentar como a revolução contribuiu para a emancipação da mulher e como essa emancipação não precisa ser postergada para um futuro ideal em que a sociedade de classes desapareça. As medidas tomadas já no primeiro ano da revolução resultaram em conquistas históricas que afetaram todas as mulheres do mundo.

Em linhas gerais, o objetivo desse artigo é apresentar um conjunto de contribuições políticas desencadeadas pela Revolução Russa de 1917 para a emancipação feminina. Para isso, faz-se necessário caracterizar as condições sob as quais elas estavam sujeitas imediatamente antes da revolução, de modo a apresentar a profundidade que esses avanços representaram. Além disso, é importante ressaltar as diferentes posições sobre o assunto que tomaram grupos políticos a fim de aferir sua aderência com a realidade da época e as possibilidades de alcançarem vitórias.

Quando travamos as lutas no começo do século XXI a luta pela emancipação da mulher ainda é uma das mais importantes. Com o crescente cinismo da ordem liberal presente, debates que pareciam superados, como o direito ao aborto, divórcio e igualdade de gênero, tornam-se absolutamente atuais, diante dos retrocessos que essa ordem decadente impõe à sociedade. Direitos que pareciam garantias humanas indestrutíveis estão se esvaindo frente a um novo ciclo da direita com arraigado conservadorismo que atinge fundamentalmente a mulher.

Como armar a luta da emancipação feminina frente a essa realidade avassaladora? Essa luta está descolada da luta de classes? A institucionalidade burguesa é suficiente para garantir os direitos a uma existência plena nas relações de gênero? Quais são as lições que se podem tirar das batalhas travadas no bojo da Revolução Russa nesse campo?

Trata-se de um amplo programa de pesquisa, bem como de uma imensa luta política, sobre os quais pretendemos sinalizar algumas posições.

O COTIDIANO DA MULHER NA RÚSSIA PRÉ-REVOLUÇÃO

No processo de transição do feudalismo para o capitalismo, a situação particular da Rússia apresentava-se muito distante da realidade dos países do Oeste Europeu. Enquanto o Antigo Regime fora suplantado pelas revoluções burguesas e a aristocracia absolutista derrotada cedera lugar ao domínio político da nova classe dominante, na Rússia ainda vigia uma superestrutura tipicamente absolutista, acrescido do mito do destino expansionista da Grande Rússia. O domínio oligárquico, ainda que anacrônico frente à realidade do capitalismo que já se encaminhava para sua fase monopolista, não destoava de todo das relações sociais de produção que se apresentavam no interior do país. Mesmo imerso, no âmbito das relações internacionais, às relações de troca capitalistas, no interior do processo de produção russo a burguesia, ainda que desenvolvendo suas atividades produtivas, não alcançava poder político e não imprimia na sociedade suas relações institucionais.

O país de Vera Zaslitch conviveu, oficial e legalmente, com a servidão até sua extinção em 1861. A configuração social estava marcada pela estrutura de classes de tipo feudal, no entanto, com a afetação típica da modernidade burguesa européia. A classe dominante, tanto no que diz respeito ao poder político quanto à maior parte da produção, era a oligarquia latifundiária cuja riqueza provinha da renda da terra e dos soldos aferidos nos cargos da estrutura do Estado. Numa sociedade ainda pré-capitalista, não há a separação formal entre o público e o privado, portanto, os recursos do Estado, assim como seus cargos e funções, são destinados aos diferentes estratos da classe dominante oligárquica (BOITO, 2017, p. 11). Ocupar um cargo, nem de longe significava efetivamente trabalhar, apesar de haver aquele enorme contingente de funcionários que cumpriam algum tipo de trabalho. Os mais altos postos eram prebendas com intuito de garantir a sobrevivência dessa classe ociosa. E diante de toda essa ociosidade, o que fazer?

A Rússia foi profícua em *intelectuais*, certamente legou uma exuberante literatura rica em ilustrar a futilidade e o anacronismo da classe dominante. Quando as atividades concretas não fazem parte das necessidades humanas, a imaginação dá ao indivíduo a impressão de ser um portador de grandes ideias.

Um desses grandes escritores descreve assim o personagem Stiepan Trofínovitch:

[...] era um homem inteligentíssimo e talentosíssimo, um homem, por assim dizer, de ciência, embora, convenhamos, em ciência... bem, numa palavra, em ciência ele não fez lá muita coisa e, parece, não fez nada vezes nada. Acontece, porém, que aqui na Rússia isso ocorre a torto e a direito com os homens de ciência. (DOSTOIÉVSKI, 2004, p. 16-17).

Tendo rendas garantidas, renda da terra e das sinecuras do Estado, a ocupação dessa classe desocupada era afetar os modos e trejeitos copiados da Europa ocidental, esta sim, no turbilhão da Revolução Industrial. Os nobres senhores da Rússia, por falta de atividades concretas, dedicavam-se, muito, às ideias.

As abastadas e nobres senhoras e suas filhas passaram o século à procura de um bom casamento. Com a profusão de “criados” a servir-lhes a vontade, transcorrem a vida, do nascer ao desespero da morte, na mais frívola futilidade. Sua educação, à francesa, é diferenciada da dos homens. Nas grandes cidades, depois do período de estudos realizado no interior do lar, as donzelas podem, quando muito avançadas, ingressar em escolas próprias para moças. Mas essa educação formal não é um imperativo para que se destaquem socialmente. O importante, além, é claro, do tamanho do dote, é a qualidade dos “requintes” fúteis que ornamentavam, com sua presença, os salões. A delicadeza dos gestos, o requinte dos modos, a elegância e o refinamento são atributos imprescindíveis, até mais importantes que a beleza física. Contudo, acima de tudo, está a pureza virginal e a castidade. A inteligência feminina é medida pela capacidade da mulher de se encaixar nesse papel de bibelô, *comme il faut*.

Nessa classe social, os casamentos são sempre arranjados de acordo com as conveniências da manutenção do *status* e da riqueza, principalmente da propriedade da terra, de onde vem a maior parte das rendas da nobreza. Mesmo àquelas mulheres dessa classe, porém, menos afortunadas, ser protegida por uma grande família pode garantir um casamento adequado e, com ele, a certeza de uma vida tranqüila.

Existiam, também, mulheres livres (não camponesas e nem servas), mas que não encontravam uma alternativa de inserção na produção urbana. Essas serão professoras particulares, preceptoras, cujo trabalho se fazia nas casas das famílias nobres e consistia muito mais em acompanhar e cuidar das crianças durante seu crescimento do que transmitir alguma instrução formal. Para essa educação formal, eram contratados professores homens, também oriundos dessa mesma classe social, com formação universitária, mas desprovidos de posses, para que se sujeitassem a esse cargo. Antes da expansão industrial, essas mulheres viviam quase sempre no limite do desespero para garantir a sobrevivência. Se não possuíssem a mínima instrução para servirem de preceptoras ou governantas, restavam-lhes ocupações precárias no comércio a retalho como vendedoras.

Nessa sociedade extremamente preconceituosa com relação à virtude da mulher, a exposição pública de uma moça em uma atividade laboral a colocava no limiar do desespero: a qualquer momento, pelas dificuldades da vida e as imposições moralistas, o abismo se abria e restavam-lhes duas opções: a prostituição ou o suicídio. Sônia, que se prostituía para dar de comer aos irmãozinhos famintos, foi redimida por Rascolnikof, em seu castigo siberiano, após ter cometido horrendo crime – por sinal, cabe lembrar que Raskolnikof mata duas mulheres: a velha avarenta, macabra e agiota Aliena Ivanova e sua irmã Lizavieta, figura abobalhada que passa o dia vendendo flores nas ruas e é molestada por todos (DOSTOIÉVSKI, 2001).

A questão do suicídio despertou o interesse de muitos intelectuais da época, inclusive de Marx. Esse autor entrou em contato com o relato de um estudo sobre o tema, desenvolvido pelo chefe da polícia de Paris durante as primeiras décadas do século XIX. Jacques Peuchet se dedica a analisar, com uma visão crítica e humanista, os casos de suicídio que são registrados sob sua chefatura. Os desafortunados, filhos e filhas das condições

desencadeadas pela revolução burguesa, proletários impedidos de obter o sustento de suas famílias, doentes e desamparados, mas, principalmente as mulheres, compõem o quadro de estudo desse conservador monarquista que, no entanto, desperta para as contradições pungentes da sociedade burguesa.

Podemos identificar que na França do início do século XIX, o modo de produção capitalista já se encontrava em marcha muito mais acelerada, se comparada à Rússia do final do século, mesmo assim, as mulheres, de todas as classes sociais, sofriam os preconceitos e, no caso das proletárias, a miséria que as levavam ao desespero e à morte. Os relatos de Peuchet atestam horrores como a jovem pequeno-burguesa, filha de um alfaiate, que se joga no Sena em decorrência da fustigação raivosa e recriminadora de seus próprios pais simplesmente porque passara a noite com o noivo na véspera do seu casamento. Uma rica e jovem burguesa se suicida por causa do ciúme violento do marido. Essa

[...] infeliz mulher fora condenada à mais insuportável escravidão, e o sr. Von M... [o esposo] podia praticá-la apenas por estar amparado pelo Código Civil e pelo direito de propriedade, protegido por uma situação social que torna o amor independente dos livres sentimentos dos amantes e autoriza o marido ciumento a andar por aí com sua mulher acorrentada como o avarento com seu cofre, pois ela representa apenas uma parte do seu inventário. (MARX, 2006, p. 37).

A grande heroína de Tolstói, Ana Karenina, depois de ter enfrentado os mais brutais obstáculos para viver seu grande amor, sucumbe sob as rodas de um trem ao perceber a frieza de seu amado diante de seus anos a mais e da abundante frivolidade de jovens púberes. Essas personagens, assim como dezenas de outras da literatura russa, permitem vislumbrar a condição precária em que vivia a mulher livre e sem posses da Rússia czarista. A Revolução Russa tinha o dever de enfrentar também essas contradições que, apenas em última instância, têm origem na exploração econômica. A submissão da mulher como propriedade do marido (ou do pai, antes do casamento), apesar da raiz fundada na garantia da herança e da propriedade dos meios de produção, desencadeia uma relação ética que vai além do aspecto econômico. O desespero de uma jovem seduzida que

engravidada, ou de uma mulher (de qualquer classe social) vítima do ciúme irracional do marido, são situações que transcendem a simples exploração, apesar de estar também relacionada com ela.

Como afirma Löwy (2006, p. 17-18), para Marx

A crítica da sociedade burguesa não se pode limitar à questão da exploração econômica – por mais importante que ela seja. Ela deve assumir um amplo caráter social e ético, incluindo todos os seus profundos e múltiplos aspectos opressivos. A natureza desumana da sociedade capitalista fere os indivíduos das mais diversas origens sociais.

No quadro da expansão da indústria, principalmente na indústria têxtil, essas mulheres, jovens e até crianças, serão ocupadas nas fábricas. Na pequena burguesia, o papel da mulher é trabalhar, ao lado do marido, nos pequenos comércios, no dia a dia da casa, de forma mais ou menos prática e atuante. À medida que prosperam, tendem a assumir o papel de suas congêneres da nobreza, ou seja, quanto mais rica se torna a burguesia, menos importância tem a mulher burguesa para o trabalho social, ficando relegada ao ambiente do lar. A subordinação da mulher ao homem passa a ser explicado como um dado da natureza.

Quando a classe dominante repousa seu poder e riqueza nessa estrutura feudal, a maior parte da população russa é composta pelos servos e camponeses. As propriedades nobres eram medidas pela quantidade de “almas” que possuíam. A literatura descreve assim um homem rico: “[...] aos quarenta anos o coronel recebeu como herança a aldeia de Stepántchikivo, o que aumentou sua fortuna para seiscentas almas, pediu baixa e instalou-se no campo.” (DOSTOIÉVSKI, 2012, p. 10).

A economia russa antes da reforma que acabou com a servidão, em 1861, era baseada na produção agrícola de cereais,

Sob a economia natural, a sociedade se compunha de uma massa de unidades econômicas homogêneas (famílias camponesas patriarcais, comunidades rurais primitivas, domínios feudais) e cada uma dessas unidades executava todos os tipos de trabalho, desde a obtenção dos diversos tipos de matérias-primas até a sua preparação definitiva para o consumo. (LENIN, 1982, p. 13).

Ainda em 1920, mais de 80% da população vivia no campo e sua maioria era composta por jovens. Se as mulheres da classe dominante estavam fadadas a se comportarem como um artigo de luxo, para consumo de seus esposos e pretendentes, a mulher camponesa não estava livre do trabalho produtivo. A organização da vida camponesa, mesmo depois da Revolução de 1917, mantinha-se praticamente inalterada conforme costumes milenares.

As antigas instituições do lar (*dvor*) e da comuna (*mir* ou *obshchina*) ainda governavam a produção agrícola e a vida nas aldeias nos anos 1920. [...] De acordo com as tradições, a comuna, e não o camponês individual, possuía a terra e a distribuía periodicamente aos seus membros, de acordo com o tamanho da sua casa. (GOLDMAN, 2014, p. 188-189).

A distribuição da terra se dava de acordo com o número de membros da família, o *dvor*, que era muito mais amplo do que a típica família predominante nas sociedades burguesas. O *dvor* era composto por membros com laços familiares, mas albergava também homens sem laços de parentesco que se agregavam a uma família pelo trabalho. O que definia o pertencimento ao *dvor* era acima de tudo o trabalho na terra, comum a todos.

Todas as casas [*dvor*], independentemente de seu tamanho, eram baseadas em princípios comuns. A família possuía terra, gado, implementos, construções e outras propriedades em comum. À parte o dote da mulher, pequenos itens pessoais (relógios, instrumentos musicais, roupas, etc.) e algumas quantias em dinheiro, todas as colheitas e rendas pertenciam à propriedade comum. A casa consumia coletivamente o que produzia; propriedade e lucros não eram divididos em 'partes definíveis'. (GOLDMAN, 2014, p. 190).

Marx e Engels (2007, p. 181), ao discorrerem sobre a família afirmam:

Não se pode falar de 'a' família. Historicamente, a burguesia dá à família o caráter da família burguesa, que tem o tédio e o dinheiro como elementos unificadores e que já traz em si a dissolução burguesa

da família, dissolução que não impede a própria família de continuar a existir. À sua imunda existência corresponde, na fraseologia oficial e na hipocrisia geral, o seu conceito sagrado. Onde a família é *realmente* dissolvida, como no proletariado, dá-se justamente o contrário [...]. Aí não existe absolutamente o conceito de família, sendo possível, porém, nele encontrar ocasionalmente uma inclinação para a vida familiar que se baseia em relações extremamente reais.

Para esses autores, no proletariado as relações reais determinam a família, e, no caso do *dvor* russo-camponês, essa conceituação fica ainda mais evidente. Ali não há a típica família como ficou conhecido o modelo familiar burguês. O que há é um conjunto de pessoas, com laços consangüíneos em sua maioria, cuja relação social está determinada pela relação de produção comunitária.

Nas localidades mais avançadas do desenvolvimento capitalista, afirmam os autores:

No século XVIII o conceito de família foi dissolvido pelos filósofos porque a família realmente existente estava já em vias de dissolução nos estágios mais elevados da civilização. Dissolveu-se o vínculo interno da família, as partes que formam o conceito de família, por exemplo: a obediência, a piedade, a fidelidade conjugal, etc.; mas o corpo real da família, a relação de propriedade, a atitude de exclusão em relação as outras famílias, a coabitação forçada – relações determinadas pela existência dos filhos, da estrutura das cidades modernas, pela formação do capital etc. – continuaram a existir, embora com muitas alterações, porque a existência da família é tornada necessária por sua conexão com o modo de produção, o qual é independente da vontade da sociedade burguesa. (MARX; ENGELS, 2007, p. 181).

E prosseguem,

O quanto [a família] é indispensável foi demonstrado de forma decisiva na Revolução Francesa, quando, por um momento, a família foi nada menos que suprimida no plano legal. A família continuou a existir mesmo no século XIX, tendo apenas o processo de sua dissolução se tornado mais geral, não devido ao conceito, mas a um maior desenvolvimento da indústria e da concorrência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 181-182).

Na Rússia Czarista, com a quase totalidade da população vivendo nas aldeias camponesas, mesmo depois do fim da servidão, as relações comunais e a propriedade coletiva mantiveram-se firmes. Apesar de ocuparem um local no processo de produção da vida social, a mulher camponesa encontrava-se em posição incomparavelmente inferior aos homens. Somente se fosse viúva do chefe da casa, e mulher tinha algum papel de destaque, mesmo assim, com muitas restrições. A maioria delas estavam submetidas às regras patriarcais da casa, como filhas ou como esposas. Tudo o que possuíam eram míseros objetos pessoais.

O Código Civil na Rússia, antes da Revolução, não permitia sequer a livre mobilidade da mulher. O Estatuto do Passaporte (necessário para qualquer deslocamento para além da aldeia) só permitia à mulher casada obter um Passaporte com o expresso consentimento do marido. Mesmo em 1914, quando do debate sobre a possibilidade de uma mulher ter o direito de residência permanente de forma individual,

Markov II declarou com toda franqueza que o direito das esposas a um passaporte próprio priva os camponeses da força de trabalho e leva a propriedade à ruína. Ele vê na esposa não um indivíduo, não uma pessoa, mas algum tipo de animal doméstico útil. (POKRÓVSKAIA, 1914 apud SCHNEIDER, 2017, p. 62).

É importante registrar a força produtiva dessa mulher. Trabalhava a lavoura, cuidava do gado, produzia artefatos e dava conta das tarefas domésticas. Ao contrário de suas congêneres da classe dominante, a participação no processo de produção da vida familiar faz dessa mulher um ser humano com maior dignidade. Se poderia apanhar do marido – até o final do século XIX o castigo corporal era legal e comumente aceito na Rússia – também tinha o direito de castigá-lo. A infidelidade conjugal, apesar de ser recriminada, não era uma calamidade – como entre as mulheres da classe dominante. A virgindade não era um requisito fundamental para o casamento.

A PECULIARIDADE DA MULHER CAMPONESA E O TRABALHO DOMÉSTICO

A divisão do trabalho no *dvor* pode ser visto como um bom exemplo histórico da transformação do trabalho doméstico e a participação da mulher no processo de produção e reprodução da vida. Quando a maior parte da população vivia no campo e do trabalho na terra, utilizando instrumentos de trabalho rudimentares e submetidos às mais duras exigências naturais para garantirem a produção da safra e do rebanho, o trabalho produtivo do maior número de pessoas era imprescindível. Como não estamos tratando, ainda, de um modo de produção tipicamente capitalista, antes disso, devemos ressaltar que essa forma de produção era típica das sociedades pré-capitalistas (feudal, principalmente²), o conceito de trabalho produtivo utilizado aqui é daquele trabalho que contribui para *produzir e reproduzir* a vida. Assim, numa família camponesa, ou no *dvor* russo, praticamente todos os componentes trabalham e exercem alguma atividade. Com exceção dos doentes, deficientes, idosos e crianças muito pequenas, de alguma forma, todo mundo trabalho. A mulher ainda mais.

Numa sociedade de classe rigidamente hierarquizada, a realidade da mulher na comuna camponesa russa czarista não pode ser idealizada. A estrutura patriarcal era fortemente exercida no interior do *dvor*. No entanto, o trabalho feminino era produtivo e, apesar de sua condição inferior, sua reprodução enquanto ser social era garantido e, acima de tudo, o resultado do trabalho da mulher era essencial para a família como um todo.

Ângela Davis (2016, p. 228-229), ao debater as transformações do trabalho doméstico nos Estados Unidos, ressalta

Na economia agrária pré-capitalista da América do Norte, uma mulher realizando seus afazeres domésticos era, portanto, fiandeira, tecelã, costureira e também padeira, produtora de manteiga, fabricante de velas e de sabão, *Et cetera, et cetera, et cetera*. [...] Elas não apenas produziam a maioria dos artigos de que sua família precisava, como também eram produtoras da saúde da família e da comunidade.

² O debate que levantamos aqui está ancorado em analisar as transformações do trabalho doméstico em sociedades de classe. Para sociedades do comunismo primitivo, a igualdade de gênero não estava obstaculizada pela hierarquização social. “Na economia nômade e pré-capitalista dos massai, o trabalho doméstico das mulheres é tão essencial quanto a criação de gado realizada pelos homens. Em termos de produtividade, elas gozam de um prestígio social igualmente importante.” (DAVIS, 2016, p. 227-228).

O trabalho doméstico nas sociedades pré-capitalista pode ser considerado produtivo por estar diretamente relacionado com o próprio modo de produção, com o grau de desenvolvimento das forças produtivas e, fundamentalmente, com o baixo grau de divisão social do trabalho. Antes da industrialização e da aceleração da divisão do trabalho promovidas pelo capitalismo, assim como a crescente mecanização, quase tudo o que era consumido por qualquer família, era produzido no interior da própria família. É evidente que as famílias das classes dominantes não participavam do processo produtivo, por isso mesmo comandavam um conjunto de trabalhadores compulsórios (servos ou escravos) que lhes garantiam a produção. Assim, o trabalho doméstico realizado para as famílias da nobreza era efetuado por servos (homens e mulheres); os utensílios, móveis, equipamentos domésticos, roupas, enfim, todos os objetos de consumo familiar, eram produzidos por famílias inteiras de artesãos especializados (em corporações de ofício, ou não).

As mudanças permanentes do processo produtivo, tanto na Rússia quanto nos Estados Unidos, guardam similaridade na medida em que esses dois países apresentaram um processo de transformação para o capitalismo tardio e a partir de realidades que não se assemelham com o que havia de mais avançado, como na Inglaterra, estudada por Marx em *O Capital*. Ou seja, enquanto na Rússia a Revolução Burguesa, na esfera política, se confunde com a Revolução Socialista, e a transformação no processo produtivo se dá tardiamente, nos Estados Unidos, essas transformações acontecem a partir de uma estrutura produtivo-social colonial, e não feudal. Essas peculiaridades não invalidam a tese de que o trabalho da mulher no interior do lar é esvaziado de sentido com a Revolução Industrial, onde quer que ela se dê e a partir de qualquer realidade anterior.

À medida que a industrialização avança, transferindo a produção econômica da casa para a fábrica, a importância do trabalho doméstico das mulheres passou por um desgaste sistemático. Elas foram as perdedoras em duplo sentido: uma vez que seus trabalhos tradicionais foram usurpados pelas fábricas em expansão, toda a economia se deslocou para longe da casa, deixando muitas mulheres em grande parte despojadas de papéis econômicos significativos. Até mesmo a manteiga, o pão e outros artigos alimentícios começaram a ser produzidos em massa. [...]. Enquanto os bens produzidos em

casa tinham valor principalmente porque satisfaziam às necessidades básicas da família, a importância das mercadorias produzidas em fábricas residia predominantemente em seu valor de troca. [...]. Essa revalorização da produção econômica revelou, para além da separação física entre casa e fábrica, uma fundamental separação *estrutural* entre a economia familiar doméstica e a economia voltada ao lucro do capitalismo. (DAVIS, 2016, p. 230).

O que Ângela Davis chama de avanço na industrialização corresponde à aceleração da divisão social do trabalho e a conseqüente especialização e aumento da produtividade. É sabido que o capital utiliza, como uma das ferramentas para enfrentar suas crises cíclicas, a transformação de novos espaços da existência humana em mercadoria, expandindo, assim, sua capacidade de recuperar as taxas de lucro e continuar seu movimento avassalador. O primeiro movimento do capital, logo em seus primórdios, foi retirar a produção têxtil do âmbito doméstico para a grande indústria. Foi assim com os demais itens do consumo necessário, tanto da classe trabalhadora, quanto da população em geral. O sabão, a vela, a confecção, a fabricação de calçados e bolsas, o vinho, o azeite, a manteiga. Hoje em dia, até um simples bolo é mais barato na padaria!

Nesse movimento, o que era trabalho doméstico produtivo se transforma em trabalho doméstico improdutivo. O modo de produção capitalista está socialmente estruturado para a valorização do capital. Por isso, o processo de produção de mercadorias é fundamental e, como dito acima, sua expansão avança sobre todas as esferas da existência. Nesse modo de produção histórico, o que convém é a produção de mercadorias, ou seja, valores de uso que são veículos de valor, uma vez que é a produção do valor (e do mais-valor) que interessa. O que se faz no interior do lar, para consumo imediato, é produção de valores de uso apenas.

A mulher no papel de dona de casa, em tempos hodiernos, que acorda antes e vai dormir depois que todos estão na cama, produz uma enorme gama de coisas. Produz riqueza, produz outros seres humanos, produz sentimentos, mas não produz valor, pois não produz mercadorias. É nesse sentido que, para o capitalismo, o trabalho doméstico é improdutivo.

A dona de casa produz riquezas realmente úteis e até imprescindíveis para a reprodução da vida, como cozinhar os alimentos, não desperdiçar toda sorte de mercadorias compradas pela família no mercado, limpar e manter a higiene necessária para que os membros da família não adoçam, aproveitar objetos das mais diversas formas, cuidar para que os filhos sobrevivam e, mais do que isso, para que tenham possibilidade de servir adequadamente ao mercado de trabalho. Tudo isso e muito mais. No entanto, todo esse trabalho não é um trabalho produtivo.

Ao se esvaziar o conteúdo produtivo do trabalho doméstico, este se torna ainda mais alienante que o trabalho alienado nas fábricas. Isso porque, além de repetitivo, não valorizado e enfadonho, é realizado no silêncio do lar com a explícita condição de subalternidade. Nas famílias ricas e burguesas, o trabalho doméstico não é realizado pelas mulheres da família, são empregadas domésticas contratadas das famílias pobres que o desempenham.

Robert Castel (1998) está correto ao verificar que, no capitalismo plenamente constituído do século XX, apesar da exploração que representa o trabalho assalariado, para o trabalhador, em sua subjetividade alienada, estar desempregado representa mais que apenas a falta de recursos monetários para sua manutenção, muitas vezes suprida por programas públicos de seguros desemprego e renda mínima. Significa também o deslocamento da esfera de sociabilidade típica da sociedade capitalista, ou seja, é no trabalho assalariado que o trabalhador desenvolve laços sociais de integração com os outros da sua classe. Estar fora desse ambiente acarreta problemas de toda sorte e se transforma em uma “nova questão social”. O que Castel não identificou é que o próprio sistema agiu no sentido de transformar a forma de integração social do trabalhador e o transformou em consumidor. Mudou, assim, o centro de sua existência. Esta deixou de ter sentido por sua participação no processo produtivo e na integração com seus colegas de trabalho. Agora o pertencimento se dá no puro consumo, independentemente da forma como se acessa esse consumo.

Com as transformações e novas regras do mercado de trabalho altamente desregulado e flexível, os jovens trabalhadores não têm mais por que procurarem seus laços sociais com os colegas de trabalho. Esses laços

são firmados na esfera do consumo, até mesmo no consumo da ideologia de que são anti-consumistas. A forma como têm acesso à moeda não importa. Seja por meio de míseros salários aferidos em empregos precários e inconstantes, se por meio de assistência social, filantropia ou “comunidades alternativas” gerenciadas por Organizações Não Governamentais (ONGs). A subjetividade criada por essa nova forma de se integrar é altamente individualista e não-solidária.

Marx acertou mais uma vez ao identificar que a burguesia, ao afirmar a família burguesa como A Família, destruiu a família. Por outro lado, o esvaziamento do lar como espaço de reprodução da sociabilidade reforça os laços de pertencimento de classe. Quando se destroem as velhas formas de relacionamentos humanos, como a família, a comuna rural, a tribo indígena, etc., desvelam-se as contradições mais cruas do capitalismo e a dificuldade de a classe trabalhadora garantir sua sobrevivência. Os diversos tipos de opressões sentidos pelos trabalhadores em sua forma mais imediata aparecem como realmente são, desdobramentos da contradição de exploração de classe.

Na luta política das mulheres no processo de construção das condições objetivas que levaram à Revolução Russa, a questão do trabalho da mulher se constituiu no núcleo a partir do qual se debateu a consolidação de novos direitos. Não é gratuito o fato de que, em suas principais reivindicações, as mulheres exigiam a socialização do trabalho doméstico através da constituição de mecanismos que eliminassem a obrigação das mulheres em cozinhar, lavar, limpar, cuidar dos filhos, enfim, de toda sorte de exigências à que estavam submetidas, independentemente de trabalharem fora de casa ou não.

Nadiéjda Krupskaja (1910), defendendo que a educação de meninos e meninas se desse de forma igualitária, argumentou

Na sociedade contemporânea, a vida familiar está ligada – e isso provavelmente continuará assim por muito tempo – a uma série de pequenos cuidados que se relacionam com a concretização de afazeres domésticos isolados. A futura reformulação da produção e a alteração das condições de vida em sociedade introduzirão significativas mudanças

nesse âmbito, mas enquanto a vida familiar estiver ligada a tarefas como cozinhar o almoço, limpar a casa, remendar o uniforme, educar os filhos, etc., todo esse trabalho recairá integralmente sobre a mulher. [...] O preconceito de que a tarefa doméstica é digna apenas de seres com necessidades menores abala a relação entre homens e mulheres, introduzindo nela um princípio de desigualdade. (KRUPSKAIA, 1910 apud SCHNEIDER, 2017, p. 88, 90).

O movimento revolucionário de outubro respondeu a essas demandas. Logo nos primeiros meses de consolidação do poder socialista foram construídos restaurantes coletivos, lavanderias públicas, escolas e creches gratuitas e até colônias infantis governadas pelas próprias crianças com a participação de pedagogos (GOLDMAN, 2014). A guerra civil, o fracasso do processo revolucionário no restante da Europa e outras tarefas para superar o atraso produtivo da URSS foram obstáculos à permanência dessas estruturas na vida cotidiana das mulheres. As condições objetivas impediram que restaurantes, lavanderias e estruturas de socialização do trabalho doméstico tivessem recursos suficientes e atraíssem o interesse maior do governo socialista, resultando do definhamento dessa política. No entanto, a pior consequência da tentativa de socializar radicalmente a vida doméstica se deu com o cuidado das crianças.

Sem ter recursos suficientes, imerso no turbilhão da recuperação econômica e da guerra civil, as colônias infantis, as escolas e creches padeceram a tal ponto que produziram milhões de crianças de rua, jovens que se prostituíam e roubavam para sobreviver (GOLDMAN, 2014).

A guerra levou o país ao extremo da miséria e da ruína. E, em regra, a miséria é a sepultura das relações humanas. Vemos como a mulher se torna disposta a tudo e entrega a si mesma pelo pão, pela permissão de atravessar a tropa de barreira com um saco de farinha. Ainda há um número significativos de canalhas propensos a abusar de mulheres indefesas, e elas engravidam de homens que nunca tinham visto antes. Não podemos nos calar sobre isso. A miséria força a mulher a se vender, e quem se vende não são prostitutas que fazem disso a sua profissão, mas mães de família, muitas vezes pelo filho ou pela mãe idosa. (KRUPSKAIA, 1920 apud SCHNEIDER, 2017, p. 94-95).

Ainda assim, como ocorre em momentos revolucionários, as transformações ocorridas no cotidiano das mulheres, principalmente da classe trabalhadora, no que diz respeito à sua participação no processo produtivo, foram radicais. Da comuna rural para o mercado de trabalho representou um elevado grau de emancipação feminina.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Os ideais libertários e a política das mulheres, no processo revolucionário russo não aguardou a consolidação das transformações sociais para iniciar a verdadeira revolução na vida das mulheres. A “questão feminina” já vinha sendo debatida anos antes da revolução. Desde os pequenos grupos radicais que se formaram no decorrer do século XIX, passando pelos populistas (Narodinik) até os bolcheviques, a preocupação com a emancipação da mulher sempre esteve presente. Contudo, por sua própria composição social, os primeiros grupos políticos não tiveram êxito em atingir, com suas ideias, a massa da classe camponesa. As principais lideranças da luta da emancipação feminina provinham dos extratos superiores da sociedade, de famílias cujas filhas puderam estudar, viajar ao exterior e entrar em contato com as ideias emancipatórias predominantes na Europa Ocidental. Segundo a pesquisa organizada por Graziela Schneider (2017), cada uma delas contribuiu de forma radical para o debate e ultrapassou os limites impostos pela sociedade de então.

Tivemos no século XIX o esgotamento dos processos revolucionários burgueses e a ascensão da luta da classe operária, com diversas nuances. Essas lutas mostraram que a plena emancipação humana não pode estar desvinculada à emancipação da mulher em relação à família patriarcal. Nesse sentido, a Revolução Russa deu passos gigantes para desmistificar os óbices que os ideólogos da burguesia impuseram aos seres humanos no sentido de sua liberdade. A luta política e a emancipação de gênero são articulações sintéticas que devem galvanizar os caminhos da transformação revolucionária.

REFERÊNCIAS

- BOITO, Armando. A corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 44, p. 9-19, 2017.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DAVIS, Ângela. *Mulher, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DOSTOIÉVSKI, F. *A aldeia de Stepántchikovo e seus habitantes*. Trad. Lucas Simone. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DOSTOIÉVSKI, F. *Crime e castigo*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2001.
- DOSTOIÉVSKI, F. *Os Demônios*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2004.
- GOLDMAN, W. *Mulher, Estado e revolução*. Política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. Trad. Natalia A. Afonso. São Paulo: Boitempo, 2014.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LÖWY, M. Um Marx insólito. In: MARX, K. *Sobre o suicídio*. Trad. Rubens Enderle e Francisco fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006. p.13 - 19.
- MARX, K. *Sobre o suicídio*. Trad. Rubens Enderle e Francisco fontanella. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. Trad. Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SCHNEIDER, G. (org.). *A revolução das mulheres*. Emancipação feminina na Rússia Soviética. São Paulo: Boitempo, 2017.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- KOLLONTAI, A. *Autobiografia de uma mulher emancipada*. Trad. Elizabeth Marie. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LOCKE, J. *Dois tratados sobre o governo*. Trad. Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WOLLSTONECRAFT, M. *Reivindicação dos direitos das mulheres*. Trad. Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARXISMO E FEMINISMO:
REVOLUÇÃO, LUTA DE CLASSES E O
DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO
NOS ESTUDOS SOBRE A CONDIÇÃO DA
MULHER

Angélica Lovatto

“Procurei oferecer neste livro um quadro verídico, vivo e racional das primeiras lutas da revolução socialista russa. Desejando, acima de tudo, resgatar aos olhos dos proletários os ensinamentos de uma das épocas mais importantes e decisivas da luta de classes nos tempos modernos, só poderia expor o ponto de vista dos revolucionários proletários. Esse modo de proceder terá, para o leitor leigo em doutrinas comunistas, a vantagem de lhe mostrar a maneira como os que fizeram a revolução a entendiam e a entendem ainda hoje”.

Victor Serge, *O ano I da Revolução Russa*. (SERGE, 1993, p. 15).¹

¹ Prefácio em janeiro de 1930. Serge escreve um segundo Prefácio, quando da reedição do livro, em janeiro de 1938.

O feminismo precisa ser discutido, de forma indissociável, ao contexto da luta de classes. Esta é a premissa da reflexão que aqui proponho e hipótese de trabalho principal que norteia meus estudos sobre a condição da mulher. Especialmente para um texto que faz parte da proposta do presente livro homenageando os 100 anos da Revolução Russa.

A discussão sobre o processo revolucionário na Rússia é fundamental para a retomada do significado histórico da luta de classes. Os percalços e problemas objetivos do processo russo e, posteriormente, da formação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é condição *sine qua non* para uma retomada do tema neste centenário de importância ímpar para os revolucionários contemporâneos. Aliás, este é o mote deste texto. Por que discutir a revolução russa, 100 anos depois? Prioritariamente, para entender e atuar no contexto contemporâneo com vistas à retomada e afirmação da necessidade da revolução social num mundo ainda dominado pela lógica do capital. Olhar para o passado é atitude necessária para atualizar o presente. E seguir em frente. E por que discutir a condição da mulher neste contexto? Porque o lugar de destaque que a questão feminina passou a ocupar nas discussões contemporâneas, ao menos do último terço do século XX até hoje, acabou por associar – majoritariamente – a questão da mulher a uma causa específica, normalmente tratada fora do contexto mais amplo das lutas da classe trabalhadora como um todo. Isso gerou pressupostos metodológicos, especialmente nas Ciências Sociais, que levaram a um distanciamento entre marxismo e feminismo, como se esse instrumento teórico-prático proporcionado pelos textos de Karl Marx (1818-1883), e de outros importantes marxistas, não importasse – ou importasse apenas parcialmente – para a questão “específica” da mulher. Isso, evidentemente, em termos da leitura hegemônica resultante destes estudos. Claro que houve, e continua havendo, esforços importantíssimos na direção dos estudos pautados pelo binômio marxismo e feminismo.

Diante desse quadro hegemônico, a principal preocupação que aqui apresento é o debate teórico-metodológico nos estudos sobre a condição da mulher. A referência principal, em termos da inovação destes estudos no caso brasileiro, no campo do marxismo, é o texto da socióloga que foi pioneira nesta discussão desde os anos 1960, Heleieth Saffioti

(1934-2010). Trata-se de seu clássico *A mulher na sociedade de classes mito e realidade* (SAFFIOTI, 2013, p. 34). Mas, antes disso, é importante dar um rápido destaque a algumas obras e estudos clássicos que o marxismo produziu desde os tempos da Comuna de Paris de 1871, (LISSAGARAY, 1991)² passando pela Revolução Russa e os desdobramentos da derrocada de todo o Leste Europeu e, por fim, da própria URSS, bem como o Brasil neste contexto.

MARXISMO, FEMINISMO E LUTA DE CLASSES

Neste campo de discussão, é importante destacar o papel da vanguardista Flora Tristan (1803-1844) que, na Paris dos anos 1840 – com sua obra *União operária* (1843) que defendia a auto-emancipação dos trabalhadores e o internacionalismo socialista – impressionava nomes como Marx e Bakunin (1814-1876), entre outros. Note-se que esta obra é publicada cinco anos antes de *O Manifesto Comunista*. Outro importante texto de Tristan que se relaciona diretamente ao tema, publicado dois anos após sua morte é *A emancipação da mulher*. O filósofo Leandro Konder dedicou um estudo a esta militante e escritora, *Flora Tristan, uma vida de mulher, uma paixão socialista* (1994). No campo do feminismo classista, Flora Tristan ocupa lugar destacado e não pode deixar de ser lida pelas brasileiras que se dedicam a este tema.

Embora o espaço aqui seja limitado, não quero deixar de fazer referência a dois textos clássicos do marxismo, escritos no início do século XX, no contexto da Revolução Russa, que discutem a nova mulher, a nova moral sexual, e a participação feminina na política e na construção de um novo mundo. O primeiro é da revolucionária russa Alexandra Kolontai (1872-1952), “O amor e a nova moral”, contendo dois ensaios da autora, *A nova mulher e a moral sexual* e *O amor na sociedade comunista*, escritos em 1918 e 1921, respectivamente (KOLONTAI, 2000). No texto aqui destacado, Kolontai explicita a necessidade de se repensar o amor e a sexualidade sobre novas bases, como um desafio que deve fazer parte

² O Jornalista Lissagaray foi um dos poucos sobreviventes da Comuna de Paris e este livro é de extraordinária importância para se conhecer a experiência revolucionária levada a cabo pelos trabalhadores na França.

do processo revolucionário. O segundo texto é do marxista peruano José Carlos Mariátegui (1894-1930), “A mulher e a política”, publicado originalmente em *Variedades*, Lima, em 15 de março de 1924 – como fruto de sua atividade de jornalista e defensor da revolução bolchevique – e que faz parte do livro *Revolução Russa: história, política e literatura*.³ Neste texto, Mariátegui – além de destacar o papel de Kolontai – afirma que a história da Revolução Russa se achava, na verdade, muito conectada à história das conquistas do feminismo. Daí o destaque aqui especialmente referido.

Um texto quase desconhecido que se dedicou à mulher trabalhadora no Brasil, está publicado pela Revista *Escrita Ensaio*, n.5, feito com a temática específica “Mulher brasileira: a caminho da libertação”. Este dossiê foi publicado em 1979 – justamente no pico da retomada do movimento operário no pós-1964 – que também significou um importante momento do movimento feminista, através da realização do *Congresso da Mulher Metalúrgica*, do *Primeiro Congresso da Mulher Paulista*, do *Encontro Nacional das Mulheres*, promovido pelo Centro da Mulher Brasileira, entre outras iniciativas. Por ser um número temático, destaco um artigo antológico de Heleieth Saffioti, que as feministas contemporâneas mal conhecem: “O fardo das brasileiras – de mal a pior” (SAFFIOTI, 1979). Nele, a autora defende explicitamente que uma mulher genérica não existe, mas sim mulheres localizadas na estrutura social, que arcam com o ônus desta inserção e, portanto, a intensidade da discriminação feminina varia segundo as classes sociais.

Como o presente texto não se propõe a discutir todas as contribuições, mas apenas destacar, deliberadamente, aquelas menos referidas nos estudos contemporâneos sobre o feminismo, resta indicar também uma autora brasileira pouquíssimo presente nas bibliografias de estudos feministas, mas que deveria ocupar lugar de destaque. Trata-se de Vania Bambirra (1940-2015), uma autora muito conhecida na América Latina, mas pouco referida no próprio país. Ela é uma das intelectuais brasileiras exiladas por mais tempo, em função da ditadura militar de 1964, e trabalhou no Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do

³ Com organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás, publicado pela Expressão Popular (2012).

Chile (CESO). Seus dois textos mais conhecidos na reflexão direta do feminismo são quase desconhecidos pelas brasileiras, mas isso tem mudado nos últimos 10 anos: “La mujer chilena em la transicion al socialismo”, publicado na *Punto Final*, em 1971, Santiago de Chile. E “Liberacion de la mujer: uma tarefa de hoy”, no mesmo órgão de divulgação, em 1972. Alguns dossiês com essa temática do marxismo e do feminismo foram providenciados por blogs e publicações de esquerda. Mas com certeza ainda há muito a fazer.⁴

HELEIETH SAFFIOTI E O DEBATE TEÓRICO-METODOLÓGICO NOS ESTUDOS SOBRE A CONDIÇÃO DA MULHER

Inter-relacionar feminismo, luta de classes e capitalismo, não é tarefa fácil. Fazer uma obra que explicita essas correlações e ainda discuta um caminho para o socialismo, menos ainda. Afinal, trata-se da superação da propriedade privada dos meios de produção. Como se não bastassem essas duas tarefas hercúleas, Saffioti ainda enfrenta a questão de não isolar a questão feminina como uma causa específica. Por isso que o debate teórico-metodológico no campo dos estudos sobre feminismo no Brasil passa por esta importante socióloga, numa visão de totalidade propiciada pelo instrumental marxista. Ela foi pioneira nos estudos sobre a condição da mulher no Brasil não só porque tratou sistematicamente do assunto quando não era tão usual nas ciências sociais no país, mas principalmente porque trabalhou duas difíceis relações, quase ao mesmo tempo: 1) a condição da mulher e a luta de classes; 2) o marxismo e a questão feminina. A autora deixou, portanto, importante herança nos estudos sobre a mulher que, na atualidade que a questão apresenta, é referência obrigatória para quem deseja tratar do tema, tanto pelo resgate histórico que suas reflexões representam, como para vislumbrar as possibilidades de efetiva emancipação feminina neste século XXI.

Para os objetivos de expor aqui as principais dimensões da inovação teórico-metodológica que Saffioti propõe, optei por apresentar

⁴ LOVATTO; BARSOTTI, 2009. Neste dossiê há uma seleção de mais de 30 textos sobre a temática marxista, a questão feminina e a luta de classes. Outro dossiê sobre o tema, publicado também no blog marxismo21: MARTUSCELLI; LOVATTO; GONÇALVES, 2016.

as problemáticas centrais⁵ daquele que é considerado seu principal estudo, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Publicado em livro em 1969, foi fruto de pesquisa inicial de doutorado que, mais tarde, resultou na Livre-Docência na UNESP, campus de Araraquara (CANDIDO, 2013, p. 27). A repercussão do estudo levou a uma segunda edição em 1976. E, numa iniciativa bastante oportuna, a terceira edição veio a público por meio da Expressão Popular, em 2013, demonstrando a atualidade e a importância do pensamento desta pensadora brasileira.

Dizer de sua atualidade, não significa ignorar os avanços – especialmente de pesquisas empíricas – realizados nas últimas décadas. A própria autora adverte, em nota à segunda edição, ainda em 1976, que “considerando-se o objetivo desta obra – abordar uma série de problemas até então não percebidos ou tratados sem embasamento teórico –, seria praticamente impossível a atualização de todas as suas partes”, ressaltando que o impulso “sofrido pelos movimentos feministas nestes últimos anos foi tal que existem obras bem nutridas tratando exclusivamente desta questão”. No entanto, adverte: “a magnitude do material empírico impõe, por conseguinte, a especialização” que, no entanto, “tende a estreitar as fronteiras teóricas em que os fatos são situados” (SAFFIOTI, 2013, p. 38).

Se isso já valia para 1976, vale muito mais para este momento que vivemos no século XXI. Daí o significado que aqui atribuímos à atualidade do texto: valorizar o arsenal teórico-metodológico em que se situa a obra de Saffioti⁶ – que é o legado que recebemos para a realização de novas pesquisas – que caminha no sentido contrário do eventual estreitamento das fronteiras teóricas em que os fatos são situados, reconhecendo que os limites datados de seu texto, correspondem a um contexto histórico do final dos anos 1960, num país que inclusive passava por grande repressão ditatorial, que correspondia – no plano internacional – à lógica da Guerra Fria.

⁵ Uma visão mais detalhada do livro, de mais de 500 páginas, poderia levar a uma outra escolha de forma e conteúdo, que não caberia aos propósitos deste capítulo que discute a questão teórico-metodológica. A problematização geral que aqui apresento pretende contribuir com o devido destaque e relevância que a obra de Heleieth Saffioti conquistou.

⁶ Há um desenvolvimento mais completo desse aspecto em SAFFIOTI, *Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero*. (MORAES SILVA, 1991). Desenvolvo melhor este aspecto no texto “Desvendando O poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti” (LOVATTO, 2011, p. 110-118).

Importante ressaltar que o livro de Saffioti é composto por três partes⁷ que, embora se complementem, podem ser lidos de maneira independente (CANDIDO, 2013). É assim que ganha destaque – como uma leitura interpretativa do Brasil – a parte II de sua obra, a saber, “A evolução da condição da mulher no Brasil”. Nela, a autora faz uma análise da formação histórica do país, por meio da localização dos papéis sociais da mulher brasileira e sua evolução.

Ao apresentar seus próprios objetivos na pesquisa que desenvolveu, Saffioti adverte que “se esta obra não se dirige apenas às mulheres, não assume, de outra parte, a defesa dos elementos do sexo feminino. Não é, portanto, feminista” (SAFFIOTI, 2013, p. 38). Esta é a principal advertência ao leitor de seu trabalho, isto é, não se trata de uma obra feminista, mas que considera a totalidade das relações onde a mulher está inserida. E continua: “Denuncia, ao contrário, as condições precárias de funcionamento da instituição família nas sociedades de classes em decorrência de uma opressão que, tão somente do ponto de vista da aparência, atinge apenas a mulher” (SAFFIOTI, 2013, p. 38). Este texto demonstra, entre outros aspectos, a determinação da autora em escapar aos escaninhos de classificação apressadamente engajados que poderiam ser impostos à sua reflexão. Ao mesmo tempo, ela sabia que seus estudos poderiam trazer luz a um tema que, no Brasil, estava ainda procurando seus caminhos. Entendo que a autora trabalhou no sentido de estabelecer as bases para uma melhor compreensão teórico-metodológica do tema, além – evidentemente – de contribuir para o alcance político das necessárias transformações da condição da mulher na sociedade.

A problemática proposta e desenvolvida por Saffioti, neste texto que, como já dissemos, foi publicado em 1969 – mas cuja redação havia sido concluída em 1967⁸ – é apresentada nos seguintes termos: “A explicação da situação da mulher na sociedade capitalista é encontrável através da análise das relações entre o fator natural sexo e as determinações essenciais do modo capitalista de produção” (SAFFIOTI, 2013, p. 507). Seu objetivo

⁷ Parte I – Mulher e capitalismo; Parte II – Evolução da mulher no Brasil; Parte III – A mística feminina na era da ciência.

⁸ Para maiores detalhes de como a pesquisa nasceu e foi desenvolvida, consultar (GONÇALVES, 2013, p.11-25).

era explicitar os mecanismos pelos quais as sociedades de mercado operam, com vistas “à regulação das atividades das duas categorias de sexo de modo a atenuar conflitos gerados pela ordem social competitiva” (SAFFIOTI, 2013, p. 507).

Esta problemática e este objetivo geraram a seguinte hipótese, defendida pela autora:

Como o sistema capitalista de produção é incapaz de absorver a mão de obra potencial representada por todos os membros adultos e normais da sociedade de classes, *seus mecanismos de defesa consistem em tentar preservar-se sem expor demasiadamente suas contradições internas*. Eis por que lança mão de fatores de ordem natural a fim de, simultaneamente, manter seu padrão de equilíbrio, instável e contraditório, alijando força de trabalho do mercado, e justificar a marginalização de enormes contingentes femininos da estrutura de classes através das funções de reprodutora e socializadora por excelência da geração imatura, que tradicionalmente a sociedade atribui à mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 508)⁹.

Poder-se-ia objetar que o capitalismo acabou utilizando-se mais do trabalho feminino do que a análise inicial de Saffioti argumentava, especialmente o trabalho precarizado, cuja especialização profissional é praticamente inexistente. No entanto, entendo que está justamente neste ponto – o trabalho feminino precarizado que tanto marca o nosso tempo – a chave para a compreensão do que a autora chamava a atenção em 1969: na linha de “tentar preservar-se sem expor demasiadamente suas contradições internas”,¹⁰ o capitalismo absorvia uma camada do chamado desemprego feminino, sem classificá-lo como desemprego,¹¹ na medida em que era considerada “natural” a absorção de suas funções sociais como “reprodutora e socializadora por excelência da geração imatura”. Quando

⁹ Grifos meus.

¹⁰ István Mészáros desenvolve algo semelhante em sua tese sobre o sistema sociometabólico do capital, ao usar a expressão “linha de menor resistência do capital”, referindo-se à maneira como o capitalismo procura se adaptar aos movimentos sociais contestatórios ao sistema, mas que não apontam para a superação efetiva do capital pela perspectiva do trabalho (MÉSZÁROS, 2002).

¹¹ “No caso da mulher, entretanto, cujo desemprego é justificado em termos das funções de reprodutora e de socializadora dos imaturos, que a mulher desempenha por atribuição da sociedade, a inatividade econômica não chega, portanto, a ser considerada propriamente desemprego” (SAFFIOTI, 2013, p.509).

isso atingiu um limite insuportável do exército industrial de reserva, o capitalismo passou a “absorver” a força de trabalho feminina da forma mais precarizada possível, muito próxima da “especialização” do trabalho doméstico ou do trabalho de mãe. Senão vejamos: quando Saffioti explicita sua tese, expondo as contradições da sociedade de classes, chega à seguinte conclusão:

Se a elevação da produtividade do trabalho pode ser considerada um fim desejável socialmente, é preciso considerar *a totalidade em que este objetivo se insere* a fim de que se verifique se ela representa o alvo da sociedade como um todo ou se representa *apenas o alvo de uma classe social* (SAFFIOTI, 2013, p. 508-509).¹²

Fazendo referência aos pressupostos de uma democracia social e econômica, a autora argumenta que nada “é mais desejável do que a elevação da produtividade do trabalho” de tal maneira que a humanidade se “liberte do reino da necessidade e penetre no reino da abundância” (SAFFIOTI, 2013, p. 509). Mas na medida em que, sob o capitalismo, o produto do trabalho social é desigualmente distribuído, “o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade de classes bloqueia” as possibilidades “de realização da democracia social e econômica” (SAFFIOTI, 2013, p. 509). Essa contradição ocorreria porque as oportunidades “de objetivação de si oferecidas aos seres humanos” dependeriam de fatores “sobre os quais estes seres não têm o mínimo controle”, como é o caso do desemprego estrutural. Consequência: as “sociedades competitivas” – expressão que a autora usa frequentemente – precisaram encontrar uma solução para lidar com esse desemprego, recorrendo – ainda que de forma precária e provisória – “ao não emprego de tecnologia poupadora de mão de obra” (SAFFIOTI, 2013, p. 509). Neste sentido, o desemprego masculino adquire a aparência de ser o único com feições realmente inaceitáveis socialmente, pela explicitação das contradições mais latentes do capitalismo. Mais um exemplo da autora no sentido de que não é possível entender a questão do trabalho feminino sem a contrapartida do masculino:

¹² Grifos meus.

Como o sistema de produção não pode absorver toda força de trabalho potencial da sociedade de economia de mercado, libertar a mulher das funções que tradicionalmente vêm sendo desempenhadas por ela representa ampliar consideravelmente o número de pessoas disponíveis no mercado de trabalho, o que, além de agravar sobremodo o problema do desemprego, expõe a estrutura social à observação e à crítica (SAFFIOTI, 2013, p. 510).

A situação da mulher expressa, segundo a autora, “o impasse diante do qual se vê colocada a sociedade de classes” (SAFFIOTI, 2013, p. 510). Eis explicitada sua tese diante das contradições inerentes ao sistema capitalista de produção! Ao mesmo tempo que explica, sua tese reconhece a posição da mulher na sociedade de classes, sem desconsiderar sua especificidade no sistema de produção onde homens e mulheres são explorados. Sendo assim, tendo a considerar que – para retomar este aspecto hoje e debater concretamente o papel das mulheres trabalhadoras e precarizadas na sociedade capitalista do século XXI – seja necessário retomar este pressuposto tão bem construído por Saffioti no final dos anos 1960, sob pena de incorreremos no erro de isolar em demasia o papel feminino da totalidade histórico-social em que se insere.

Essa totalidade valeria também para outros aspectos, caso a eventual pretensão social fosse uma sociedade sem classes ou “pelo menos, uma sociedade de classes não antagônicas”, isto é, se seus membros estivessem de fato destinados a gozar de “liberdade suficiente para conquistar o *status* social que suas capacidades pessoais permitem”, onde “o nascimento, a cor e o sexo não decidem os destinos de pessoas”. Isso seria a realização plena de um “reino da razão” (SAFFIOTI, 2013, p. 510). Não é o que ocorre nas sociedades competitivas, em que a inversão dessa razão é operada:

Com efeito, enquanto nas sociedades pré-capitalistas a etnia e o sexo aparecem como fundamento da inferioridade social do escravo, do servo e da mulher, nas sociedades competitivas os caracteres naturais perdem, aparentemente, à proporção em que se processa o desenvolvimento social e econômico, a feição de marcas sociais que operariam como fatores de perturbação da ordem competitiva, racionalmente organizada. (SAFFIOTI, 2013, p. 511).

Segundo a autora, há uma camuflagem, portanto, onde a sociedade competitiva vai “refinando suas técnicas sociais”, de tal modo a induzir “seus membros a atuar segundo as necessidades do sistema como um todo” (SAFFIOTI, 2013, p. 511). Ao invés de descartar uma dada filiação étnica ou de ordem sexual, de modo explícito, a técnica refinada faz parecer que o descarte daquela “mão de obra” está sendo feito em função da ausência das qualificações exigidas, diante da harmonia do conjunto orgânico no qual se inserem. O mecanismo dessa camuflagem faz com que a própria sociedade vá reelaborando constantemente o escopo das qualificações exigidas – diante das novas necessidades produtivas que seu processo impõe – de tal maneira que ela própria “seria incapaz de discernir onde terminam as razões que a natureza do organismo feminino impõe à permanência da mulher no lar e onde têm início os fundamentos sociais do alijamento de grandes contingentes femininos da estrutura de classes” (SAFFIOTI, 2013, p. 511).

AMBIVALÊNCIA, ECONOMIA DE MERCADO E CONTINGENTES FEMININOS: PROBLEMA SOCIAL OU UMA QUESTÃO DE “SEXOS” OPOSTOS?

A necessidade de satisfazer às exigências estruturais e funcionais de economia do mercado, segundo a autora, implicaria numa ambivalência:

Na manutenção de dois ideais contraditórios – a aspiração de ascensão social e a aspiração, tanto masculina quanto feminina, de fornecer à mulher as condições financeiras necessárias a fim de que possa realizar o padrão *mulher economicamente inativa* – revelam-se, vigorosamente, as contradições próprias de um sistema que, ao mesmo tempo, tenta preservar-se através de uma seleção prévia dos elementos a serem lançados no processo de competição, mediando a satisfação dessa necessidade com a estrutura familiar, e por meio da garantia de consumo, mesmo que num nível da subsistência, de todos os seus membros (SAFFIOTI, 2013, 512).

Como então, as sociedades competitivas, tendem a resolver esta ambivalência? Os indicativos de Saffioti apontam que, nestas condições, o problema da mulher “não é somente seu, mas um problema de *homens*

e mulheres” (SAFFIOTI, 2013, p. 513)¹³. Isso porque essa sociedade não pode desconsiderar as necessidades básicas das unidades de consumo, a ponto de pôr em risco a sobrevivência de seus membros “qualificados” para o processo produtivo. Assim, ao contrário do que com frequência poderia aparecer – e aparece – na consciência masculina, “o processo de marginalização da mulher da estrutura de classes não traz benefícios aos homens” pois, como unidades de consumo, “a família acaba por auferir rendimentos inferiores”, pelo afastamento do elemento feminino do trabalho remunerado:

Assim, não apenas a consciência feminina está mistificada, mas o próprio homem se deixa levar pelos mecanismos de defesa do sistema capitalista de produção como se a manutenção de seu domínio sobre a mulher compensasse as desvantagens de uma distribuição extremamente desigual dos produtos do trabalho social (SAFFIOTI, 2013, p. 513).

Esse seria o motivo pelo qual, frequentemente, essas questões não aparecem como um problema social, mas exclusivamente como uma questão de “sexos” opostos, mistificando as consciências, tanto masculina quanto feminina.

Seguindo esta importante base sobre a qual é erigido o pensamento de Heleieth Saffioti, tendo a considerar que – sem entender este aspecto da suposta luta “entre os sexos” – será difícil superar a alienação e o estranhamento que cercam o trabalho feminino e masculino na totalidade do sistema de produção capitalista no qual até hoje estamos, mais do que nunca, inseridos. Isso porque esse sistema já demonstrou o fôlego que tem, mesmo diante das crises econômicas mais objetivas que surgiram historicamente. Coloca-se aqui o velho problema entre condições objetivas e disposição subjetiva em superar o capitalismo: se os elementos subjetivos que poderiam interferir na objetividade desta crise não resolverem suas contradições, tanto no plano teórico, como no plano da ação, o capitalismo não perecerá simplesmente por uma fatalidade histórica, “crença” que contaminou alguns defensores do socialismo durante muito tempo. Refiro-

¹³ Grifos meus.

me aqui às reflexões pioneiras que Saffioti realizou, neste mesmo livro, sobre as experiências que vinham sendo desenvolvidas no chamado “socialismo real”, e que serão referidas sinteticamente a partir desse momento.

COMO DISCUTIR A TRANSIÇÃO SOCIALISTA E A QUESTÃO DA MULHER NUMA SOCIEDADE AINDA ORGANIZADA EM CLASSES SOCIAIS?

A principal hipótese defendida a este respeito por Saffioti é a de que as categorias de sexo não apresentam autonomia e “nem constituem determinações essenciais do sistema capitalista de produção”. Pensar o socialismo e a questão da mulher também segue, portanto, essa lógica, na medida em que “atacar diretamente as determinações essenciais da sociedade de classes” – como se isto fosse suficiente para “a solução de todas as contradições do sistema” – não seria, com certeza, a melhor maneira de propor a superação dos problemas da mulher. Considerando o estado da arte em que o socialismo real se encontrava naquele momento histórico – estruturado muito mais como sociedades pós-capitalistas do que sociedades com efetiva transição socialista (MÉSZÁROS, 2002) – a percepção de Saffioti sobre o tema era aguda: “a crença de que a implantação do socialismo levava, automaticamente, à destruição dos elementos culturais responsáveis pela inferiorização social da mulher” teria limitado “as possibilidades de solução satisfatória do problema feminino pelas sociedades socialistas” (SAFFIOTI, 2013, p. 516).

Embora este não tenha sido o foco de sua pesquisa, a autora deixou algumas pistas para se pensar a questão. Argumentou que alguns socialistas chegaram a avançar na ideia de que o “feminismo só se legitima enquanto perspectiva inclusa e dependente de pontos de vista estruturalmente determinados”, mas nenhum deles teria sido capaz de explicar – pelo menos não de uma maneira convincente, segundo a autora – a situação da mulher nas sociedades capitalistas, dissecando objetivamente “esquemas estratificatórios e a estrutura de classes” (SAFFIOTI, 2013, p. 516). Ao não fazerem isso, esses socialistas teriam deixado de tratar a questão feminina como parte integrante da superação da estrutura de classes, por debilidades de ordem teórica e prática:

Nem teórica nem praticamente a perspectiva socialista resolveu de modo satisfatório as questões femininas. Teoricamente, porque assimilou as relações entre os sexos às relações entre as classes sociais, raciocínio inaceitável, uma vez que as categorias sociais em questão possuem natureza diversa. [...] No terreno prático, embora as experiências socialistas não representem, de forma alguma, a solução definitiva dos problemas femininos, fizeram corresponder ao avanço do processo de emancipação feminina no terreno social uma posição economicamente segura para a mulher (SAFFIOTI, 2013, p. 517).

Com isso, o socialismo real sequer conseguiu realizar a igualdade formal entre os dois sexos, o que a sociedade de classes – com suas mistificações – tende a realizar, apropriando-se mimeticamente do discurso de libertação da mulher no terreno da sexualidade e da reprodução. Talvez aqui, arriscando uma conclusão pessoal, a linha de menor resistência do capital (MÉSZÁROS, 2002) tenha novamente saído vitoriosa, absorvendo – por assim dizer – a capacidade do movimento feminista de se impor na luta social, articulando de fato a condição da mulher com a sociedade de classes e, principalmente, com a luta de classes. Parece-me que – seguindo o raciocínio, já citado, de Mézáros sobre o sistema sociometabólico do capital – a incapacidade do socialismo real em superar o capital (e não apenas o capitalismo), resultou também em envolver as demais questões sociais no emaranhado das dificuldades insuperáveis que acabaram na derrocada de 1989-92, tanto no Leste Europeu, como na própria URSS.

Heleieth Saffioti desenvolve sua pesquisa em tempos de Guerra Fria e nos meandros de movimentos sociais que vieram a culminar na rejeição tanto ao capitalismo, quanto ao chamado socialismo real, como são exemplos o Maio de 1968 em Paris, Berkeley, Berlim e Praga. Naquele momento histórico, o desconforto em relação ao primeiro e segundo “mundos” aparecia em contestações vigorosas que, no entanto, não chegavam exatamente a propor um “novo mundo” em seu lugar. Daí a contextualização deste livro da autora: como mencionei anteriormente, embora tenha terminado de escrever em 1967, a publicação do livro de Saffioti entrou em circulação em 1969, momento em que passaram a ser discutidos novos paradigmas para as ciências sociais (EVANGELISTA,

1992), decorrentes do que ficou mundialmente conhecido como crise dos *sixties* (FERRY; RENAUT, 1985). Esta discussão questionava fortemente a validade do marxismo, que estaria ultrapassado, em função de “novas” manifestações dos fenômenos sociais, que por sua vez exigiriam um “novo” modelo analítico (FERRY; RENAUT, 1985). Esta perspectiva de revisão e crítica do marxismo anunciava o que foi denominado de uma “nova” esquerda que, por sua vez, estaria associada à derrocada da centralidade operária no processo revolucionário. Argumentava-se que as rápidas transformações por que passava a sociedade moderna teria levado à emergência de uma pluralidade de “novos sujeitos políticos”, “novos espaços sociais”, “novas práticas sociais” e “novas falas e representações sociais”, que haviam – por assim dizer – substituído “velhos” sujeitos sociais, como por exemplo a classe operária. Haveria, em suma, uma lacuna na teoria das classes sociais que o marxismo – em sua leitura tradicional – tinha dificuldade de preencher (FERRY; RENAUT, 1985).

Na impossibilidade de entrar nos detalhes desta rica discussão, devido ao escopo aqui delimitado, gostaria de sugerir a hipótese de que a obra de Heleieth Saffioti – especialmente *A mulher na sociedade de classes* – contribuiu decisivamente no Brasil para atuar no sentido contrário desta tese revisionista. A autora conseguiu valorizar a chamada “pluralidade de sujeitos políticos” sem desprezar o marxismo enquanto instrumento teórico-metodológico, equilibrando a condição da especificidade da mulher sem negar a centralidade da perspectiva do trabalho, inserida na luta de classes. Em suma, a autora foi capaz de ser pioneira na difícil questão feminina, ao mesmo tempo em que – por sua competência e comprometimento intelectual e político – escapou às armadilhas impostas pelo revisionismo teórico que os discursos pós-modernos – caracterizados pela negação das metanarrativas (LYOTARD, 1989) – passaram a implementar, dominando a cena nos últimos 30 anos do século passado e início do XXI. Estes são motivos mais do que suficientes para que as novas gerações continuem lendo a obra de Heleieth Saffioti¹⁴ e, o que é ainda mais

¹⁴ Importante referir a leitura de dois importantes dossiês: 1) Publicado em 2011, o dossiê “Feminismo e marxismo: um ano sem Heleieth Saffioti” (Revista Lutas Sociais, 2011, n.27, p. 70-199) que contém vários textos, além de importante entrevista realizada com a autora (GONÇALVES; BRANCO, 2011). Publicado em janeiro de 2013, no Blog marxismo21, o dossiê “Marxismo e feminismo” (LOVATTO; BARSOTTI, 2013), que contém – além de importantes referências sobre o tema – um texto muito procurado da autora, em revista

necessário, possam propor formas de luta que ultrapassem decisivamente os limites de classe impostos por sociedades competitivas. Isso só pode ser superado numa visão de totalidade dos fenômenos e que resgate a ideia de verdade, tão desgastada num mundo que rejeita as metanarrativas, opta pela fragmentação. A dissolução da ideia de verdade e o fim de toda referência ao universal, tão pregada desde os eventos do Maio de 1968, prejudicou quaisquer abordagens teórico-metodológicas que pensam em direção oposta, como se fosse impossível conceber o mundo novamente numa perspectiva de mudança e só nos restasse o niilismo. A totalidade dos fenômenos que levaram a essa propositura de mudança dos paradigmas das Ciências Sociais resultou em consequências nefastas sobre o mundo do trabalho e os trabalhadores, pois propôs a celebração do sujeito descentrado, o apelo a um novo irracionalismo, a ênfase no caráter apenas retórico da verdade, e à exaltação do duplo caráter regressivo da lógica do capitalismo tardio, tanto do ponto de vista político quanto econômico. Daí todas as consequências igualmente nefastas sobre os estudos que isolam a questão feminina, especialmente a mulher da classe trabalhadora.

Por isso que iniciei e concluo com a riqueza da discussão empreendida pelo escritor Victor Serge (1890-1947). Como muito bem caracterizou este que foi um dos maiores historiadores da Revolução Russa, “a imparcialidade do historiador não passa de uma lenda destinada a corroborar convicções de interesse” (SERGE, 1993, p. 15). Neste sentido, na medida em que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, a quem interessaria a verdade? Serge exemplifica que os trabalhos sobre a grande guerra seriam suficientes para destruir essa lenda, e argumenta: “O historiador é sempre ‘de seu tempo’, isto é, de sua classe social, de seu país, de seu meio político”, para exemplificar que “a única parcialidade isenta hoje, compatível com a grande preocupação da verdade, é a do historiador proletário”, porque “a classe operária é a única que tem tudo a ganhar, em qualquer circunstância com o conhecimento da verdade” pois “ela nada tem a esconder” (SERGE, 1993, p. 15).

esgotada nos anos 1980, “O fardo das brasileiras: de mal a pior” (SAFFIOTI, 1979). Nele, a autora defende explicitamente que uma mulher genérica não existe, mas sim mulheres localizadas na estrutura social, que arcam com o ônus desta inserção e, portanto, a intensidade da discriminação feminina varia segundo as classes sociais.

REFERÊNCIAS:

- BAMBIRRA, Vania. La mujer chilena em la transicion al socialismo. *Punto Final*, Santiago de Chuile, 1971.
- BAMBIRRA, Vania. Liberacion de la mujer: uma tarefa de hoy. *Punto Final*, Santiago de Chuile, 1972.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio. In: SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 27-29.
- GONÇALVES, Renata. O pioneirismo de *A mulher na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- GONÇALVES, Renata; BRANCO, Carolina. Entrevista: Heleieth Saffioti por ela mesma. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.70-81, 2011.
- FERRY, Luc; RENAUT, Alain. *Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo*. São Paulo: Ensaio, 1985.
- KONDER, Leandro. *Flora Tristan, uma vida de mulher, uma paixão socialista*. São Paulo: Relume-Dumará, 1994.
- KOLONTAI, Alexandra. *O amor e a nova moral*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- LISSAGARAY, Hippolyte Prosper-Olivier. *História da Comuna de Paris de 1871*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- LOVATTO, Angélica. Desvendando O poder do macho: um encontro com Heleieth Saffioti. *Revista Lutas Sociais*, São Paulo, n.27, p.110-118, 2. sem. 2011.
- LOVATTO, Angélica; BARSOTTI, Paulo (org.). Dossiê Feminismo e marxismo. *Blog marxismo21*, 2009. Disponível em: <http://marxismo21.org/marxismo-e-feminismo/>. Acesso em: 13 abr. 2018.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 1989.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Revolução Russa: história, política e literatura*. Com organização, tradução e prefácio de Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARTUSCELLI, Danilo; GONÇALVES, Renata; LOVATTO, Angélica (org.). Dossiê Heleieth Saffioti. *Blog marxismo21*, 2016. Disponível em: <http://marxismo21.org/dossiê-heleieth-saffioti/>, 2016. Acesso em: 20 jan. 2018.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- SAFFIOTI, Heleieth. O fardo das brasileiras: de mal a pior. *Escrita Ensaio*, São Paulo, n.5, 1979.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987. (Coleção Polêmica).

SAFFIOTI, Heleieth. Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero. In: MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Mulher em seis tempos: seminário temático II*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, 1991.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Ensaio, 1993.

PARTE II

FORMA POLÍTICA E DIREITO NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

CONSELHOS E DEMOCRACIA SOCIALISTA

Anderson Deo

“Hoje ainda é moda, após um ano de existência do novo regime, falar da Revolução Bolchevique como uma ‘aventura’. Muito bem, se for uma aventura, trata-se de uma das mais maravilhosas em que já se empenhou a humanidade.”

(John Reed, do prefácio de “10 dias que abalaram o mundo”)

INTRODUÇÃO

Passados cem anos da tomada do poder pelos bolcheviques, em 25 de outubro de 1917¹, as indagações sobre os acontecimentos e seus

¹ Nunca é demais lembrar que o Calendário Juliano era vigente na Rússia, devido à influência da Igreja Ortodoxa naquele país. Há uma diferença, de 13 dias a menos, entre o Calendário Juliano e o Gregoriano (este viria a ser adotado como oficial). De acordo com a datação do Calendário Gregoriano, a tomada do poder ocorreu em 7 de novembro de 1917.

desdobramentos são incontornavelmente renovadas e, acrescentamos, fundamentalmente necessárias. Para uma primeira aproximação, mesmo que de forma genérica, podemos afirmar que os processos históricos de maior relevância durante o século XX, reproduziram uma relação direta com a Revolução Russa de 1917 e a experiência de transição socialista que esta inaugurou. Como todo processo histórico, este foi movido por contradições – algumas se mostraram insuperáveis – que contingenciaram a reprodução social daquilo que podemos identificar como *o ser-precisamente-assim* da experiência soviética.

No presente trabalho proporemos uma introdutória discussão sobre a forma de organização política que se origina no processo da revolução, qual seja, a experiência dos *Conselhos* (Sovietes). Longe de qualquer pretensão original, nos apoiaremos em literatura já existente sobre o assunto, tentando destacar a *revolucionária energia criativa* contida nos conselhos, sua potencialidade enquanto forma de organização política na fase da transição, fundamentada na *democratização* das relações sociais em sua totalidade. Da forma como entendemos, tal análise deve ser mediada pelos acontecimentos históricos, o que nos possibilita identificar os avanços, os limites e as possíveis causas que levaram ao desaparecimento da experiência dos conselhos. A experiência histórica dos conselhos reproduziu uma nova forma de organização política, cujo objetivo seria, em última instância, a destruição/superação do Estado, tal como analisado por Lenin (1985a), na transição socialista e na construção do comunismo.

Essa proposição implica em uma análise que se fundamente no *ser-precisamente-assim* de uma formação social, levando em conta a dinâmica das contradições que operam no complexo de complexos constitutivos dessa totalidade mesma, sua legalidade interna, as forças sociais que a compõem e disputam sua direção. Como nos esclarece György Lukács (2008, p. 84):

O ser-precisamente-assim é, antes de mais nada, uma categoria histórico-social, ou seja, o modo necessário pelo qual se apresenta o jogo contraditório das forças socioeconômicas que operam em determinado momento no interior de um complexo social situado num estágio específico de seu desenvolvimento histórico.

Ao fundamentar nossa análise em tais elaborações, procuramos compreender a realidade histórica como processo em construção, resultante das lutas de classes, que superam antigas contradições, dando origem a uma nova realidade, também permeada por novas contradições. O que vale aqui questionar é se a forma e o conteúdo dessa nova realidade e, portanto, das contradições que ela origina, são/foram substancialmente distintas, no sentido de uma superação positiva, de acordo com as proposições para as quais foram movimentadas. No que diz respeito ao objeto em discussão no presente trabalho, trata-se de identificar se a *nova forma de democracia* que se intentou construir com a Revolução Bolchevique, baseada no governo dos conselhos, possuiu conteúdo e formas distintas da forma burguesa. Para tanto, é preciso considerar que não há forma política universal, que esteja desconectada de todos os outros complexos sociais em sua totalidade. Acompanhando ainda o argumento de Lukács, identificamos o equívoco analítico – ainda presente na práxis política de vários agrupamentos de esquerda – daquelas análises que propõem uma leitura da forma de governo constituída a partir de outubro de 1917, com as lentes da teoria liberal que sustenta a democracia burguesa, como se a democracia possuísse uma legalidade universal. Quando afirmamos acima a necessidade de compreensão da legalidade interna dos fenômenos histórico-sociais, referimo-nos ao fato de que toda realidade expressa, sim, uma *universalidade*, que não pode ser confundida com “leis universais”, pautadas em princípios e fundamentos petrificados, naturais e, portanto, a-históricos.

Compreender a *universalidade* da democracia que começou a ser constituída com os Conselhos implica em reproduzir – no plano intelectual de abstrações razoáveis – as mediações que aquele processo histórico (aquela universalidade) reproduziu em suas *particularidades e singularidades*, assim como, discuti-lo e analisá-lo como processo de *democratização* “dado que, também nesse caso segundo uma abordagem ontológica, trata-se sobretudo de um processo e não de uma situação estática” (LUKÁCS, 2008, p. 85). Tal fundamentação remete à seguinte questão, também sugerida por Lukács: à forma de dominação política identificada como democracia burguesa, corresponde uma forma de dominação econômica (e vice-versa) regida

pela propriedade privada dos meios de produção, pela exploração da mais-valia e pela troca mercantil. Assim sendo, à construção de uma nova forma de sociabilidade, com uma nova forma de organização política, que se fundamente na superação da forma burguesa e de todas as mazelas que a exploração do Capital sobre o Trabalho reproduz, não pode se pautar nos fundamentos políticos daquela lógica mesma, pois a legalidade interna da democracia burguesa está vinculada à forma de reprodução capitalista. Não é possível – pelo contrário, é um grave equívoco subsumido ao argumento liberal (consciente ou não) – analisar o processo da formação social na URSS “exigindo” ou “reivindicando” os fundamentos políticos burgueses da “liberdade, igualdade e fraternidade” como generalizações abstratas (MARX, 2005), autonomizando e hipostasiando estes princípios em relação à sua base material, mesmo considerando que, desde uma perspectiva histórica, “O evoluir de ordem capitalista abre a *possibilidade objetiva* da moderna democracia política” (NETTO, 1990, p. 76), o que significou um avanço em relação às formações sociais pretéritas, pois ampliou a possibilidade social da liberdade e da igualdade

[...] fundada na generalização do reconhecimento social da igualdade jurídico-formal dos indivíduos e comportando a incorporação de amplos segmentos sociais nos cenários de ação e intervenção sociais. Dependendo da capacidade de mobilização *organizada* destes segmentos – dependendo de sua *prática política* –, aquela possibilidade converte-se em realidade. (NETTO, 1990, p. 76).

Atentemo-nos para o aspecto que José Paulo Netto assinala, ao apontar o caráter de “generalização do reconhecimento social da igualdade jurídico-formal”. Na mesma trilha que Marx, Lenin e Lukács, Netto aponta para o caráter limitado do que denomina “democracia-método”, identificando seu *limite absoluto*: “[...] as estruturas econômicas capitalistas só são compatíveis com ordenamentos políticos democráticos no limite *restritos*, e manter esta restritividade é, para eles, questão vital” (NETTO, 1990, p. 77).

Sendo assim, é preciso analisar a experiência socialista que se inaugura com a Revolução de Outubro como um processo histórico

que, como tal, produz uma nova dinâmica dos complexos sociais, novas contradições, o que não significou, em grande medida, a superação de processos anteriores – ou que estes não limitaram de maneira dramática os desdobramentos e avanços do processo de transição.

Outro elemento digno de nota nestas linhas introdutórias aponta para o equívoco, em nosso entendimento, das análises que procuram individualizar ou “psicologizar” os acontecimentos e processos históricos. No caso da história da URSS tais procedimentos são recorrentes, produzindo aquilo que poderíamos identificar como um “culto à personalidade às avessas”. Com isso não descartamos que os indivíduos possuem um papel na história e que suas ações possuem consequências, sobretudo quando estes ocupam papel relevante em um determinado processo histórico, pois como afirma Kotic (1991, p. 7) “O indivíduo se faz histórico na medida em que sua atividade particular tenha um caráter geral, quer dizer, na medida em que de sua ação se desprendem consequências gerais”. Fundamental no argumento que apresentamos é a constatação que processos históricos são permeados de decisões individuais, mas estas não se reproduzem individualmente. Portanto, compreender o período por nós aqui debatido, implica em analisar as posições individuais no conjunto da luta de classes que se reproduzia naquele momento mesmo².

A REVOLUÇÃO NO ELO DÉBIL DA CADEIA IMPERIALISTA

Ao se debruçar sobre a particularidade histórica do desenvolvimento capitalista na Rússia, Lenin (1982) nos oferece uma minuciosa análise das transformações econômico-sociais ocorridas naquele país, a partir de 1861³. O resultado desse primeiro grande esforço de sistematização intelectual veio a público em 1899, com o título de *O desenvolvimento do*

² O interregno por nós aqui discutido não abordará o período histórico em que Stálin esteve à frente do governo da URSS (1922-1953). Faremos referência ao fenômeno histórico do stalinismo quando necessário ao debate que propomos sobre a democratização. De qualquer forma, é preciso apontar que o equívoco da “individualização” e “psicologização” que apontamos acima, reproduz-se, sobretudo, em relação à figura histórica de Stálin e ao stalinismo. O que não significa isentá-lo de seus atos individuais, tampouco dos desdobramentos das decisões de seu governo. Afirmamos, com isso, a necessidade de análise que busque a compreensão dos processos históricos em sua totalidade.

³ Em 1861, o governo do czar Alexandre II promove uma Reforma Camponesa. Entre suas principais medidas, destaca-se a abolição da servidão no campo.

capitalismo na Rússia – o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. O contexto em que a obra se inscreve era marcado pela análise das correntes populistas, que hegemonizavam as discussões no plano ideológico e teórico⁴.

Quando confronta as teses do pensamento populista, sobre as possibilidades do desenvolvimento capitalista na Rússia, Lenin procura compreender e dilucidar a dinâmica fundamental das transformações econômicas e sociais introduzidas com a Reforma Camponesa de 1861. Avalia que o capitalismo encontrava-se em franco processo de afirmação no país, ao mesmo tempo em que reproduzia um conteúdo de atraso, quando comparado aos centros capitalistas do ocidente. Diferentemente dos populistas, que identificavam a economia rural e as instituições camponesas essencialmente como formas anticapitalistas – devido à produção autossuficiente, o que bloquearia o desenvolvimento do mercado interno –, procura demonstrar que a penetração de práticas capitalistas no campo russo, cria as condições para formação de uma mão-de-obra livre e assalariada – na medida em que desintegra a comunidade camponesa –, que seria o embrião do proletariado tipicamente capitalista. Portanto, o empobrecimento em larga escala da maior parte da população camponesa não se constituiria como um entrave ao desenvolvimento capitalista, pois este, na particularidade russa, dependeria das demandas originadas pelos próprios capitalistas, qual seja: a crescente transformação de mais-valia em capital constante, com o rápido crescimento do setor de bens de capital. Assim, Lenin afirma que o decisivo para o desenvolvimento capitalista é o grau do consumo produtivo, ou seja, a demanda dos meios de produção, e não a capacidade de consumo das massas camponesas, como pretendiam os teóricos populistas⁵.

⁴ Um delineamento geral, rico em informações e com importantes sugestões de análise de todo esse contexto, assim como da obra em si, pode ser encontrado na *Introdução* que José Paulo Netto nos oferece ao texto, datada de 1979 (NETTO, 1982).

⁵ Foge totalmente aos propósitos do presente trabalho o aprofundamento analítico da obra de Lenin em questão, bem como todo o debate da esquerda democrática e revolucionária russa com as teses populistas. Tal observação se faz necessária para que fique claro que a riqueza do debate, assim como da obra *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, é muito maior e mais ampla do que aquela que aqui sinteticamente tentamos apontar. Portanto, aos que pretendem se aprofundar na temática, os apontamentos por nós oferecidos devem ser tomados em seu caráter apenas sumário.

Ao longo dessa obra, a partir de um exaustivo e minucioso levantamento empírico – que transcende qualquer forma de descrição empirista –, o jovem revolucionário compreende que, mesmo em franco desenvolvimento, o capitalismo russo não reproduz a mesma dinâmica dos centros ocidentais. Assim, quando comparado aos outros países da Europa, no sentido próprio do momento histórico do desenvolvimento das forças produtivas, a Rússia encontrava-se em condição de profundo atraso econômico, com uma multiplicidade de relações sociais, devido à absorção de antigas formas (camponesas, sobretudo), e sua recomposição em função das relações sociais propriamente capitalistas⁶, que se refletiria, também, na subjetividade média do povo russo, expressando seu baixíssimo nível cultural. Consta, no entanto, que a dinâmica capitalista russa se integra perfeitamente ao modo de produção que se universaliza, desenvolvendo especificidades próprias naquela realidade nacional. Portanto, sua leitura propõe uma análise totalizante, partindo das múltiplas determinações das relações que se desdobram na particularidade daquele país, compreendendo assim, sua realidade concreta.

Também Trotsky (2007), em sua *História da Revolução Russa*, inicia sua obra abordando o caráter particular do desenvolvimento do capitalismo russo. Apoiando-se na tese marxiana de que a universalização de um modo de produção se reproduz a partir de particularidades específicas, dando origem a singularidades, também específicas, o autor propõe uma rápida, porém precisa síntese do desenvolvimento da civilização russa desde a antiguidade, assinalando para o caráter *desigual e combinado* desse processo⁷. Ao retomar o argumento elaborado por Vico, sobre a teoria da reiteração dos ciclos históricos⁸, que aponta para o fato de características específicas de formações pré-capitalistas – e até mesmo

⁶ Aquilo que Marx identificou como o processo de passagem da subsunção formal à subsunção real do Trabalho ao Capital (MARX, 1978, p. 51-70).

⁷ Nas palavras do próprio autor: “O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela a nós, em nenhuma parte, com a evidência e a complexidade com que lhe marca o destino dos países atrasados. Açotados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se veem obrigados a avançar através de saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura se deriva outra que, na falta de um nome mais adequado, qualificaremos como lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas.” (TROTSKY, 2007, p. 31).

⁸ Giambattista Vico (1974) *Princípios de uma ciência nova*.

as primeiras experiências capitalistas – se repetirem, de certa forma, nos novos ciclos históricos, argumenta sobre a necessidade de superação de tais elementos, posta pelo desenvolvimento capitalista, condição fundamental à universalidade do desenvolvimento humano. Sendo assim, exclui-se a possibilidade de que se repitam as formas específicas nas distintas particularidades nacionais, pois esse processo de superação reproduzir-se-á de acordo com as especificidades de cada país.

O preâmbulo teórico de Trotsky aponta para um elemento fundamental do modo de produção capitalista: dado seu caráter universalizante, os países atrasados eliminam/saltam estágios de desenvolvimento, para tentarem, de alguma forma, acompanharem a dinâmica dos países desenvolvidos. Daí decorreria o fato de que, analisado em sua totalidade, o desenvolvimento histórico de uma nação atrasada apresentar um caráter confuso, híbrido, misto. Acompanhando a leitura leniniana (LENIN, 1983), podemos identificar a existência de *vias*, caminhos históricos distintos de desenvolvimento ao capitalismo. Portanto, e aqui encontramos uma aproximação nítida na leitura de ambos, a forma pela qual se desenvolve o capitalismo na Rússia, sua *via de desenvolvimento*, reproduz uma particularidade distinta daquela nos países de *via clássica*, tais como Inglaterra, Estados Unidos e França, por exemplo.

O que observamos através da análise de nossos autores é que a particularidade russa objetiva uma articulação política – *pelo alto* – entre a antiga nobreza, representada na figura autocrática do czar, uma nova nobreza que está se aburguesando (burocracia) devido à penetração do capitalismo naquele país e, por fim, os grandes proprietários de terras – Trotsky (2007, p. 33) os identifica como liberais. O “impotente liberalismo burguês” ficou reduzido a um “papel de comparsa”, subsumido ao caráter agrário do desenvolvimento capitalista na Rússia. Observa-se, portanto, que a forma como o ideário burguês é reproduzido aponta para a constituição de uma burguesia que nasce subsumida ao complexo social agrário, diferentemente dos países de *via clássica*, onde esta classe social rompe radicalmente com a “ordem rural” pretérita. Num grande “conchavo” que exclui a perspectiva de ampliação e absorção de direitos aos trabalhadores, não se verifica nenhum momento de ruptura radical

da ordem estabelecida. Pelo contrário, é o historicamente velho que vai se modernizando. Em linhas gerais, Lenin caracteriza esse processo como o da *via prussiana* de objetivação do capitalismo. Esse caráter *desigual* do desenvolvimento histórico russo está *combinado* com a dinâmica própria de reprodução do capital na medida em que desenvolve o setor industrial e, portanto, relações sociais propriamente capitalistas. Apesar de seu tardio nascimento, adapta o atraso ao rápido desenvolvimento tecnológico, “saltando” as etapas primárias da formação da indústria, o que permitiu um desenvolvimento muito acelerado em alguns momentos. Trotsky (2007, p. 33) aponta que entre 1905 e 1914 a produção industrial dobrou. De qualquer forma, a participação da indústria na composição da riqueza nacional era ainda muito baixa. A constatação de que, em 1917, 80% da população vivia no campo e que a agricultura se mantinha quase no mesmo nível produtivo do século XVII – com raríssimas exceções – nos dá a dimensão do atraso societal em que estava inserido aquele país. Ao mesmo tempo em que as cidades industriais, tais como São Petersburgo e Moscou, apresentavam índices industriais comparados aos do Ocidente.

Ainda se referindo às transformações introduzidas pelo capitalismo, Trotsky aponta para o fato de que a penetração do capital financeiro – mesmo com todo esse atraso que acima sumariamente descrevemos – se realizou num ritmo e proporções talvez não verificáveis em outros países naquele momento histórico. Com intensa participação do capital estrangeiro – cerca de 40% do capital invertido em ações (TROTSKY, 2007, p. 34) –, o que viria a se constituir como elemento decisivo para as disputas imperialistas, a burguesia que desse processo se constituiu possuía características específicas: boa parte são estrangeiros; não há camadas intermediárias entre a burguesia e o povo; não apresenta um conteúdo historicamente revolucionário. Devido a tais características, essa burguesia em formação esteve sempre a reboque, subsumida a autocracia do czar e aos grandes proprietários de terra. Por sua vez, o proletariado russo tem sua base social no camponês, e não no artesão, como ocorrera nos polos centrais de desenvolvimento capitalista. Devido ao rápido processo de formação dessa classe social, as transformações das condições de vida e das relações sociais se reproduziram de forma repentina.

Em linhas gerais, essa era a conformação societal russa no alvorecer do século XX. Tais elementos são fundamentais à compreensão das condições histórico-subjetivas que possibilitaram a eclosão da Revolução Bolchevique de 1917. Assim como analisado por Marx (2015) desde seu *Manuscritos econômico-filosóficos*, a dinâmica própria do modo de produção capitalista traz consigo, como *conditio sine qua non* de seu desenvolvimento, o caráter da *universalização* do trabalho, da produção e do mercado, elevando a condição humana a um patamar objetivo-subjetivo também universalizado, à condição de gênero humano – mesmo que esse se reproduza de forma estranhada e alienada, dado o caráter da propriedade, da divisão e exploração do trabalho no modo de produção capitalista. Mesmo que tenha apontado de forma seminal para essa característica, Marx não viveu o suficiente para observar tal universalização histórico-concreta. Coube a Lenin (1984) em seu *Imperialismo, fase superior do capitalismo* observar e analisar esse processo, apontando para o fato de que essa característica, a da universalização das relações sociais, efetivou-se na forma imperialista, que através da conquista e da rapina de territórios expande as relações sociais capitalistas para todo o planeta. Eis um dos elementos que permitiu ao revolucionário russo identificar essa fase como “superior”⁹ no desenvolvimento do capitalismo. Da mesma forma, as mazelas e contradições reproduzidas por esse modo de produção se agudizam, se explicitam e se universalizam, abrindo a possibilidade da revolução nos “elos débeis da cadeia imperialista”, apontando para o caráter, a necessidade e a possibilidade da revolução proletária internacional.

A ENERGIA CRIATIVA DA DEMOCRACIA SUBSTANTIVA: OS CONSELHOS

É nesse contexto histórico-social que eclode, em 1905, a revolução social que começaria a abalar as estruturas políticas da autocracia czarista. A dinastia Romanov estava há 300 anos à frente do comando político da Rússia, concentrando poderes absolutos em torno do Czar, o que o caracterizaria como um governo explicitamente autocrático, segundo

⁹ Não se deve tomar a expressão em sentido moral. Trata-se de compreender que é uma fase que supera o momento da “livre-concorrência” ao estabelecer o capital monopolista. Aliás, a segunda é resultante e consequência direta da primeira, como demonstra Lenin (LENIN, 1984, p. 291-293).

Lenin¹⁰. O quadro de miséria social se espalhava pelas áreas urbanas e, principalmente, entre os camponeses da Rússia, reproduzida pela forma particular do desenvolvimento capitalista daquele país, tal como indicado acima. Some-se ao quadro de extrema crise o fato de o Império Russo declarar guerra ao Império Japonês, numa disputa que envolveu o território da Manchúria e parte do território chinês, conflito este que se estendeu entre 1904 e 1905¹¹.

Em dezembro de 1904, diante do aprofundamento do quadro geral de crise –impulsionado pelos “esforços de guerra” – trabalhadores de São Petersburgo organizaram grandes greves e mobilizações. Sob a influência do padre ortodoxo George Gapon, milhares de trabalhadores marcharam em direção ao Palácio de Inverno, em 9 de janeiro de 1905 (22 de janeiro pelo Calendário Gregoriano), levando uma petição redigida pelo próprio Gapon, onde se reivindicava melhores condições de salários, redução da jornada de trabalho, fim das horas extras obrigatórias, o fim da guerra com os japoneses e a introdução do sufrágio universal. Apesar de pacífica e com contornos religiosos, a multidão foi recebida a tiros redundando no episódio conhecido como o “Domingo Sangrento”. Ao czar Nicolau II, que havia partido de São Petersburgo no dia anterior, foi atribuída a responsabilidade pelo massacre e como resposta, trabalhadores do campo e das principais cidades russas se levantaram em protesto contra o governo do czar, dando início a revolução. Em junho de 1905, marinheiros da Frota do Mar Negro, também se rebelaram contra a autocracia czarista. O episódio conhecido como o levante do Encouraçado Potemkin imprimiu contornos militares ao processo revolucionário, o que seria decisivo para os desdobramentos posteriores, pois indicava uma clara oposição de parte das forças armadas em relação ao governo central.

É no transcurso do processo revolucionário que se abre em 1905, que surgiram as primeiras experiências dos Conselhos. Tal como nos

¹⁰ Na verdade, o debate sobre o caráter do Estado autocrático, sua natureza e contornos históricos, estava presente entre os revolucionários russos do início do século XX. Como nos indica Tamáz Krausz, quando o autor nos apresenta de forma detalhada as posições dos revolucionários russos a respeito do caráter do Estado e os possíveis caminhos à organização política revolucionária (KRAUSZ, 2017, p. 137-152).

¹¹ A derrota russa foi acachapante. Os conflitos se estenderam entre fevereiro de 1904 e setembro de 1905. Com a vitória, o Japão passaria a figurar como protagonista nas disputas imperialistas do começo do século XX.

aponta Luciano Martorano, vários especialistas sobre o tema consideraram paradoxal o fato de que os Conselhos tenham surgido em um país “onde não havia tradição na organização de sindicatos, de partidos e de parlamento” (MARTORANO, 2011, p. 45). É possível compreender o que causa a aparente falta de nexos quando consideramos o caráter autocrático do poder político exercido pela monarquia czarista – ao que já nos referimos –, onde nenhuma prática liberal progressista, ao modo dos casos clássicos de uma revolução burguesa, teve espaço ou penetração social, sobretudo pela composição política que a própria burguesia assumiu e reproduziu no desenvolvimento do capitalismo russo. Foi, portanto, a necessidade da luta cotidiana que impôs a revolução, o elemento impulsionador de uma nova forma de organização política dos operários, camponeses e também de militares¹². Mas se em sua origem essa nova forma de organização política possuiu um caráter espontâneo, no sentido mesmo da reivindicação das necessidades cotidianas dos trabalhadores, no período de um pouco mais de 10 anos se transformaram no principal instrumento político da Revolução Operário-Camponesa. Martorano (2011, p. 45-46) assim sintetiza:

Organismos surgidos a partir das necessidades mais imediatas dos trabalhadores em luta pelos seus direitos socioeconômicos, eles (os Conselhos) rapidamente foram desempenhando um papel político na luta contra o regime czarista, até se tornarem embriões de um novo poder revolucionário.

O mais importante Conselho surgido da Revolução de 1905 foi o da cidade de São Petersburgo, que contou com a direção de Leon Trotsky. Apesar de sua curta duração (de 13 de outubro a 3 de dezembro de 1906), teve um papel fundamental não só nas lutas travadas naquele período, mas também como aprendizado político ao movimento revolucionário – sobretudo aos debates no interior do Partido Bolchevique, então na ilegalidade – pois apontava para uma forma totalmente alternativa de organização do poder, pautada na democracia operária, com participação direta dos trabalhadores. Em sua apresentação à coletânea *Teoria e prática dos conselhos operários*, Milton Pinheiro argumenta que Trotsky compreendeu

¹² Uma possível explicação sobre as primeiras formas de organizações dos trabalhadores aponta para a tradição das assembleias comunais, organizadas pelos camponeses.

de forma precisa a diferenciação dos Conselhos “qualificando-a como ‘órgão de poder’ e afirmando de forma contundente que o ‘conselho era a organização do proletariado; seu objetivo era a luta pelo poder revolucionário’ ” (PINHEIRO, 2013, p. 12). Importante ressaltar que o Conselho de São Petersburgo era o instrumento de organização dos trabalhadores durante o processo da revolução, numa das maiores e mais importantes cidades industriais da Rússia de então, e que a maioria de sua população, mulheres e homens, era composta por proletários (reunia em sua organização cerca de 200 mil pessoas). Organizar as greves, resistir à repressão policial da ordem autocrática, ocupar as fábricas e produzir a partir das demandas discutidas pelos próprios trabalhadores, questionando frontalmente e desorganizando a burocracia estatal oficial, estiveram entre as principais demandas do Conselho em sua curta duração. Não resistiu ao influxo reacionário e à repressão do regime monárquico, que contou com o recuo da burguesia liberal, sempre vacilante e disposta a conciliar com o “historicamente velho”, sobretudo após a criação da Duma¹³, em maio de 1906. Assim, os Conselhos foram dissolvidos, suas lideranças perseguidas, presas e exiladas.

Importante aprendizado dessa experiência pode ser observado na passagem a seguir:

Se o proletariado, bem como a imprensa reacionária, chamavam-no de ‘governo operário’, isso correspondia ao fato de que o conselho realmente representava o embrião de um governo revolucionário. O conselho exercia o poder na medida em que ele já se encontrava em suas mãos; ele lutava pelo poder na medida em que ele ainda se concentrava nas mãos do Estado policial-militar [...] E mais ainda: ele ligava a luta pelo poder com a direção direta do conjunto da atividade social das massas trabalhadoras (TROTSKY, 2013, p. 59-60).¹⁴

¹³ A Duma de Estado era o órgão de representação na Rússia. Convocada inicialmente como órgão consultivo, absorveu funções legislativas conferindo contornos constitucionais jurídico-formais à monarquia russa. Na prática, não exerceu poder real, sendo controlada pelo monarca.

¹⁴ Trotsky (2013, p. 61) ainda aponta que “O conselho de deputados operários proclamou a liberdade de imprensa. Ele organizou o patrulhamento das ruas para garantir a segurança dos cidadãos. Em maior ou menor medida, ele exerceu o domínio sobre os correios, os telégrafos e as ferrovias. Ele empreendeu a tentativa de tornar obrigatória a jornada diária de oito horas de trabalho. Ao paralisar o Estado absolutista com o movimento grevista, ele introduziu a sua própria ordem democrática na vida da classe trabalhadora das cidades”.

Tais elementos viriam a ser fundamentais às lutas futuras do movimento revolucionário russo. Sobretudo no momento de ascenso revolucionário que se iniciaria a partir de fevereiro de 1917. No entanto, entre 1906-1907 e fevereiro de 1917, observamos um período de intensa repressão no país, reafirmando o poder autocrático da monarquia, representado na pessoa do czar. Além do contexto interno, de perseguição implacável aos revolucionários russos, as disputas imperialistas internacionais desembocaram no primeiro conflito armado em escala planetária, a partir de julho de 1914, tendo o Império Russo como um de seus protagonistas.

A participação da Rússia na 1ª Guerra Mundial agravou profundamente as condições econômicas dos trabalhadores, tensionando cada vez mais as relações sociais no país. A escassez de alimentos se generalizou já nos primeiros anos do conflito. No fronte externo, a Rússia sofria grandes derrotas – sobretudo após a ofensiva alemã, a partir de 1915 – contribuindo decisivamente para a insatisfação que se passou a observar no interior das forças armadas. É nesse contexto que em fevereiro de 1917 as trabalhadoras de Petrogrado¹⁵ se insurgiram num movimento grevista que seria o estopim de grandes manifestações e de um novo empuxo revolucionário. Rapidamente o movimento se expande para o campo e conta com apoio de importantes contingentes nas forças armadas. É nesse momento que a experiência dos Conselhos foi retomada, agora com maior organicidade e amplitude social, pois contava com a participação de operários, camponeses e soldados. O resultado imediato desse processo foi a deposição do czar Nicolau II, em 2 de março de 1917 (15 de março, no calendário gregoriano).

Podemos caracterizar a Revolução de Fevereiro como o momento de estabelecimento de uma República Democrática, de caráter liberal, portanto burguesa, condicionada às particularidades societárias russas. A revolução se inicia, antes de mais nada, contra a guerra em curso, a

¹⁵ A cidade de São Petersburgo passou a ser chamada Petrogrado a partir de 1914. É na então capital do Império Russo que, em 23 de fevereiro (8 de março no calendário gregoriano), milhares de trabalhadoras – principalmente da indústria têxtil – se reúnem em grandes manifestações, a propósito do Dia Internacional das Mulheres, dando origem ao processo revolucionário que culminaria, num primeiro momento, com a queda do czar Nicolau II.

crise econômica e a carestia que dela se desdobravam. Seu caráter quase que espontâneo se expressou na imensa adesão popular. Os filhos dos trabalhadores e camponeses russos em idade de serviço militar estavam sendo tragados e dizimados pela máquina da guerra. Às mulheres restavam o fardo de manterem com seu trabalho a economia do país, o que motivou seu papel de vanguarda no processo iniciado em fevereiro.

Mais uma vez, não por acaso, o “Conselho de Deputados de Trabalhadores e Soldados de Petrogrado”, assim oficialmente denominado, exerceu papel fundamental no processo revolucionário, organizando as greves, ocupações de fábricas, a defesa dos trabalhadores, manifestações de massa. Para além desse caráter de agitação política propriamente, o Conselho de Petrogrado passa a exercer a função executiva e legislativa, chocando-se frontalmente com o poder político institucional.

O período que vai de fevereiro a outubro de 1917 é de uma riqueza política singular para história e para as lutas – portanto, de aprendizado – do movimento revolucionário mundial. As discussões sobre os caminhos a serem tomados, os rumos e o caráter da revolução foram intensas e extremamente polêmicas, inclusive entre os bolcheviques. Em síntese, o debate se pautava pela proposta de avançar na revolução, defendendo uma radicalização do processo em direção ao socialismo, ou manter a revolução nos marcos do ideário liberal, democrático-burguês. O alcance do presente trabalho nos faz passar ao largo da discussão da luta interna no movimento revolucionário russo. De qualquer forma é preciso apontar (nunca é demais) que a genialidade política de Lenin foi fundamentalmente relevante nesse processo, sobretudo quando o mesmo capta a dinâmica da luta de classes na Rússia naquele preciso momento, e aponta alternativas que encontraram eco e grande apoio na massa de trabalhadores. Eis o elemento fundamental: sem a adesão massiva de trabalhadoras e trabalhadores, a Revolução Bolchevique não triunfaria¹⁶.

¹⁶ Como afirmado, é impossível tratarmos aqui das distintas posições políticas no interior do movimento revolucionário russo. Estas, aliás, remontam ao momento da própria formação do Partido Operário Social Democrata Russo (POSDR), em 1898. Lenin, desde sua polêmica com os Populistas, que daria origem a obra *Desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, como apontado acima, coloca-se num esforço constante de compreensão do processo histórico e de como a particularidade russa reproduz uma especificidade concreta nas lutas de classes. Esse será o *ethos* de sua obra, que lhe conferiu seu conteúdo revolucionário. Não é factível – e mesmo desnecessário –, até para não incorrerem em imprecisões e lacunas, emprendermos mesmo que sumariamente a descrição da

Ao analisar a *Estrutura do sistema soviético*, em texto de 1918, o jornalista John Reed (2013, p. 190) nos oferece elementos para compreensão da organização interna e da constituição dos Conselhos:

O soviete é baseado diretamente nos trabalhadores dentro das fábricas e nos camponeses no campo. [...] No começo, os delegados dos sovietes de trabalhadores, soldados e camponeses eram eleitos a partir de regras que variavam de acordo com as necessidades e a população de várias localidades. [...] Até fevereiro de 1918 qualquer um poderia votar nos delegados dos sovietes. Até burgueses foram aceitos [...]. Em março último, a formação dos sovietes foi organizada em detalhes e aplicada universalmente. Ela restringiu o direito de voto ao “cidadão da República Socialista Russa de ambos os sexos com dezoito anos completos no dia da eleição [...]”. Todos que adquirem seus meios de vida através do trabalho produtivo e útil à sociedade e que são membros dos sindicatos [...]”.

Observa-se que o princípio orientador da constituição dos Conselhos se fundamentava na iniciativa de atribuir ao conjunto dos trabalhadores (inicialmente até mesmo aos burgueses que se organizassem e solicitassem participação) o poder de discutir, decidir e executar os assuntos pertinentes à dinâmica social em sua múltipla diversidade. Ou seja, o que estava em processo era a constituição de uma forma de governo substantivamente nova, alicerçada numa perspectiva democrática igualmente original.

Ao se referir ao mais importante dos Conselhos, o de Petrogrado, Reed (2013, p. 190-191) descreve assim sua organização:

Ele era formado por 1200 deputados, aproximadamente, e, em circunstâncias normais, se reunia a cada duas semanas. No período entre as sessões elegia um Comitê Executivo Central de 110 membros baseado na proporcionalidade dos partidos, e esse Comitê Executivo

obra leniniana e sua conexão concreta com a luta política no contexto em que este se inseria. De qualquer forma, é preciso apontar que as análises reproduzidas nos textos redigidos no “calor dos acontecimentos” entre fevereiro e outubro de 1917, tais como *Cartas de Longe* (março), *Teses de abril* (abril) e *O Estado e a revolução* (agosto), foram decisivos para os desdobramentos vitoriosos da Revolução Bolchevique. Como apontado por Antonio Carlos Mazzeo, Lenin orientou sua ação revolucionária por uma “[...] permanente preocupação em dar *respostas concretas para situações concretas*, fundamentalmente no que se refere ao problema da organização do movimento operário e da elevação da consciência dos trabalhadores[...]” (MAZZEO, 2015, p. 44), orientando suas contribuições no sentido a oferecer “soluções de práxis” ao processo histórico em que esteve inserido.

Central podia convidar delegados dos comitês centrais de todos os partidos políticos, dos sindicatos, dos comitês de fábrica e outras organizações democráticas.

E continua sua descrição apontando que “além do grande soviete da cidade havia também os sovietes de *Rayon* (bairros)” (REED, 2013, p. 191). A representatividade e a participação dos trabalhadores eram fundamentais, reproduzindo o caráter de poder popular que emergiu durante o período revolucionário que redundou na Revolução de Outubro. Sobre a atuação dos Conselhos no momento da sua retomada (fevereiro-outubro de 2017), faz-se necessário um último apontamento.

Com a queda do czar Nicolau II e proclamação da república, estabeleceu-se um governo provisório comandado pelo príncipe Gyorg Lvov e Alexander Kerenski, respectivamente, Primeiro-ministro e Ministro da Guerra. Diante da nomeação de um nobre latifundiário e da permanência da Rússia na 1ª Guerra, ratificada por Kerenski, o Conselho de Petrogrado passou a propor medidas que se chocavam diretamente com o poder político institucionalmente estabelecido. Numa clara iniciativa de desobediência civil, passou a dar ordens aos soldados para que obedecessem ao Conselho – que os representava, inclusive – ao invés de cumprir as ordens do governo provisório. Inicia-se, então, um período onde observamos uma “dualidade de poderes”. Lenin (1985b, p. 132) assim o definiu:

Em que ao lado do Governo Provisório, o governo da *burguesia*, se formou *outro governo*, ainda fraco, embrionário, mas indubitavelmente existente de facto e em desenvolvimento: os sovietes de deputados operários e soldados.

Sobre o caráter de classe e o conteúdo político, continua:

Qual a composição de classe deste outro governo? O proletariado e os camponeses (vestidos com a farda de soldados). Qual o caráter político deste governo? É uma ditadura revolucionária, isto é, um poder que se apoia diretamente na conquista revolucionária, na iniciativa imediata das massas populares vinda de baixo, e *não na lei* promulgada por um poder de Estado centralizado. (LENIN, 1985b, p. 132-133).

Eis o elemento que imprime um caráter substancialmente distinto à democracia inaugurada pelos conselhos, o diferenciando totalmente “do poder que geralmente existe nas repúblicas parlamentares democrático-burguesas [...] da Europa e da América” (LENIN, 1985b, p. 133). Aqui se fundamenta de fato, concretamente, um governo de novo tipo, uma democracia com nova substância política, fundada e amparada na decisão da maioria *realmente-existente* da composição social russa. Ao mesmo tempo, operários ocupam as fábricas pelo país, assim como os camponeses tomam sob seu controle a propriedade fundiária. O que se observa é a disputa pela hegemonia, ou a construção de uma nova hegemonia, expressa claramente pela dualidade de poderes instaurada pelos Conselhos.

Lenin retorna do exílio em abril, desembarcando na Estação Finlândia. Trotsky retornaria em maio e seria, a partir de julho, o responsável pela organização da Guarda Vermelho. Mais uma vez, é preciso apontar que as posições políticas do movimento revolucionário não eram homogêneas, unificadas. A posição de mencheviques, socialistas-revolucionários e bolcheviques eram distintas. Em linhas gerais, os mencheviques apoiavam o governo provisório; socialistas-revolucionários e a maioria dos bolcheviques apostavam no avanço da democracia liberal-burguesa, exigindo a saída da Rússia da guerra – o que só se efetivou com a tomada do poder pelos bolcheviques. É a partir das “jornadas de julho” que os bolcheviques passam a exercer o papel de maioria entre as massas de trabalhadores, assim como no interior dos Conselhos. Nesse processo, a leitura de Lenin será fundamental para unificar os bolcheviques em direção à tomada do poder e à revolução socialista¹⁷. Em 25 de outubro, com a palavra de ordem “Todo poder aos Sovietes!”, os bolcheviques tomam o Palácio de Inverno.

¹⁷ Diante de mais uma derrota do exército russo em ofensiva durante a Primeira Guerra, as massas de trabalhadores se rebelam e tomam as ruas de Petrogrado. A repressão do governo provisório conseguiu frear o movimento. Kerenski assume a direção do governo provisório e é pressionado a reprimir e perseguir os bolcheviques, mas, enfraquecido politicamente, não leva adiante as prisões e julgamentos. Em agosto, o general Lavr Kornilov foi nomeado Comandante-em-Chefe do Exército Russo. Este planeja um golpe militar para esmagar o movimento revolucionário e reestruturar o governo provisório, contando com apoio de países da Entente, sobretudo dos britânicos. Os bolcheviques denunciam Kornilov e conclamam a população e os soldados do exército oficial, assim como os deputados dos Conselhos, a se levantarem contra o general golpista. Kornilov é derrotado e preso e os bolcheviques passarão a protagonizar a tomada do poder.

Contraditoriamente, a força criativa que dá origem ao poder popular e impulsiona o Partido Bolchevique como a vanguarda do processo revolucionário, passou a perder sua força político-social no momento em que se toma o poder. Dito de forma direta, a partir da chegada ao poder pelos revolucionários, os Conselhos e a *democracia substantiva* que essa experiência originou, passaram a perder espaço na composição política e nas deliberações do novo governo. A questão do Estado na transição ao comunismo, parece-nos aqui fundamental¹⁸. Ao discutir a destruição do Estado na fase da transição, Lenin aponta que esta forma institucional de dominação político-jurídica da classe burguesa deve ser dissolvida, sendo substituída por um semi-Estado, que pelo seu caráter e conteúdo já deixa de ser Estado, pois sua “máquina quebrada” seria substituída por uma “democracia mais completa”, na medida em que

[...] significa a substituição gigantesca de umas instituições por instituições de tipo fundamentalmente diferente. Aqui observa-se exatamente um dos casos de ‘transformação da quantidade em qualidade’: a democracia realizada de modo tão completo e consequente quanto é concebível, converte-se de democracia burguesa em proletária, de Estado (= força especial para repressão de uma classe determinada) em qualquer coisa que já não é, para falar propriamente, Estado. (LENIN, 1985a, p. 222-223).

Da forma como entendemos, aquilo que aqui denominamos como *democracia substantiva*, estaria presente – mesmo que em sua forma embrionária – nos Conselhos e sua forma de organização. Essa forma política fundamentou não só o processo revolucionário em seus momentos

¹⁸ Importante relembrar que o tema esteve presente nas formulações de Marx e Engels desde seus textos do assim chamado período de “juventude”, percorrendo todo o itinerário teórico-prático posterior de ambos. Mesmo que tal elaboração tenha passado por correções, amadurecimentos e refinamentos analíticos, a discussão sobre a forma política a ser criada em substituição ao Estado no socialismo – a fase transitória ao comunismo – esteve presente explicitamente em obras como *Manifesto Comunista*, de 1848, *Guerra Civil na França*, quando Marx analisa o conteúdo, o significado e os desdobramentos da Comuna de Paris, de 1871, assim como na *Crítica ao Programa de Gotha*, de 1875. Lenin retomou tais discussões – principalmente sobre a experiência da Comuna – em suas elaborações sobre o *Estado e a revolução*, no bojo dos acontecimentos revolucionários e da tomada do poder, como já apontado aqui.

decisivos, como também serviria de arrimo político-social à construção do governo na transição socialista¹⁹.

No entanto, como nos demonstra Martorano (2002), a extinção do Estado não é um ato espontâneo, dependendo diretamente da ação consciente dos revolucionários e de sua composição social, na luta cotidiana contra a antiga burocracia estruturada no aparato estatal. No caso da Rússia governada pelos bolcheviques, a centralização do poder político e o fortalecimento da burocracia, mesmo que inicialmente combatida, passou a ser contingencialmente fortalecida. Se podemos afirmar que esse foi um elemento concreto na construção do Estado Socialista Soviético, faz-se fundamental identificar as contingências históricas que concorreram de forma decisiva para tais desdobramentos.

Com a tomada do poder pelos revolucionários, é aprovado o Decreto de Paz que determinou a retirada imediata da Rússia da Primeira Guerra Mundial²⁰, assim como o Decreto da Terra, que aboliu a propriedade privada, iniciando um processo de reforma agrária sob controle dos camponeses. A partir de maio de 1918, grupos internos se levantam contra os bolcheviques, dando início ao Período da Guerra Civil, que se estenderia até 1922. Somente após essa guerra fratricida o Estado Soviético conseguiria se consolidar. Com o final da Primeira Guerra Mundial, em novembro de 1918, 14 países que compunham a Entente invadiram a Rússia para dar apoio ao Exército Branco. Os bolcheviques serão abandonados pelos mencheviques e pelos socialistas-revolucionários, sendo a vitória do Exército Vermelho possível devido ao massivo apoio dos

¹⁹ Mészáros (2002, p. 267-310) propõe a discussão sobre o conceito de *igualdade substantiva*. Ao apontar os limites e engodos reproduzidos pela ordem sociometabólica do capital, quando do tratamento do tema da igualdade, o autor caracteriza o pensamento liberal que o fundamenta como uma fraude ideológica, impregnada de generalizações abstratas, que tem como função primordial a reprodução da desigualdade realmente existente. Assim, pensar e defender uma forma de igualdade substantiva na ordem do capital é impossível. Da forma como entendemos, a organização dos Conselhos a partir de 1917, inaugurou a possibilidade da construção de uma forma de igualdade real e concretamente existente, substancialmente nova, ao atribuir ao conjunto dos trabalhadores a participação, decisão e execução dos destinos de suas vidas socialmente articuladas. Contudo, esse processo foi interrompido, como procuraremos argumentar adiante. José Paulo Netto (1990) apresenta uma importante contribuição ao tema ao discutir a *democracia método*, diferenciando-a da *democracia relação social*.

²⁰ A Alemanha só aceitou a retirada da Rússia após a assinatura do Tratado de Brest-Litovki (março de 1918), que impunha grandes perdas aos russos, principalmente a transferência dos territórios da Finlândia, Países Bálticos, Polónia, Bielorrússia e Ucrânia. Esse tratado seria cancelado quando da criação da República de Weimar, no final da Primeira Guerra.

trabalhadores e camponeses aos bolcheviques. No entanto, os resultados e as consequências da Guerra Civil foram catastróficos para os destinos da revolução (MARIE, 2017). Durante o confronto, todo o “esforço de guerra” exigia dos trabalhadores em geral – mais especificamente dos camponeses – sacrifícios enormes, que caracterizaram o período denominado como “Comunismo de Guerra”, onde a transferência da produção agrícola se tornou uma exigência para manutenção do Exército Vermelho²¹. Ao final do conflito, a Rússia se encontrava em um nível de desenvolvimento das forças produtivas equivalente aos finais do século XIX. A fome – que levou ao absurdo do desespero humano, através da prática de canibalismo –, as doenças, como a peste bubônica, o tifo e a Gripe Espanhola, além do rigoroso inverno, devastaram o país e sua população.

Some-se a esse contexto histórico interno, o fato de a revolução proletária na Alemanha (1918-1919) ter sido derrotada. Lenin, ao formular suas teses sobre a possibilidade da revolução nos “elos débeis da cadeia imperialista”, nunca perdeu de vista a necessidade da revolução proletária avançar em direção aos núcleos centrais do imperialismo. Pelo contrário, se o avanço do imperialismo aprofundava as contradições nas “franjas” do sistema capitalista, abrindo a possibilidade da revolução socialista nessas regiões, era fundamental, até mesmo vital, que o processo se estendesse internacionalmente para os países centrais, que já haviam alcançado pleno desenvolvimento das forças produtivas. Porém, como é sabido, isso não ocorreu, e a derrota dos comunistas alemães condicionou a Revolução Bolchevique ao isolamento.

Durante o período da Guerra Civil, a composição política do governo revolucionário deu os primeiros passos no sentido da centralização do poder, o que necessariamente concorria para o esvaziamento do poder dos Conselhos. A partir de 1922, com a criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em substituição ao Conselho do Comissariado do Povo – criado a partir do Soviete de Petrogrado, após a tomada do poder – essa tendência à centralização se acentuou, principalmente pelo poder do Politburo, Comitê Executivo e órgão de direção do governo.

²¹ O livro de Jean-Jacques Marie (2017) propõe uma importante discussão sobre as revoltas camponesas e a participação de Exércitos “Verdes”, além das forças militares historicamente conhecidas, os Vermelhos e os Brancos.

A alternativa encontrada para promover o desenvolvimento das forças produtivas na Rússia, não sem grandes e polêmicos debates no interior do órgão de comando do Estado, foi a Nova Política Econômica (NEP), implementada a partir de 1921²². A proposta de Lenin, que apontava a necessidade de uma fase de desenvolvimento das forças produtivas, onde práticas capitalistas seriam permitidas com o controle do Estado, deu origem a tese do “capitalismo de Estado sob o poder soviético”. Esta proposta viria a ser consumada, e implicava numa concentração de poderes políticos em torno do Estado, com vistas ao controle da produção. Paralelamente a esse processo, a luta interna no Partido Comunista da União Soviética projetava o grupo político que se reunia em torno de Stálin.

O que se observa a partir da década de 1920 é um processo crescente de “fusão” do PCUS à estrutura burocrática do Estado e vice-versa. Portanto, no quadro das lutas de classes na URSS, qualquer ataque ou crítica ao Partido Comunista passou a significar um ataque ao próprio Estado Soviético e a revolução em curso. Da mesma forma, o controle sobre a produção exigiu a centralização do poder político, uma vez que as classes envolvidas possuíam interesses específicos – principalmente os camponeses – que nem sempre coincidiam com as necessidades do processo revolucionário.

De qualquer forma, observamos que tais contingências históricas levaram ao esvaziamento dos Conselhos, concomitantemente à centralização política sumariamente descrita acima.

APONTAMENTOS PARA FUTURAS REFLEXÕES

A leitura e o debate sobre a prática dos Conselhos, sua forma de organização e seus desdobramentos, parece-nos da mais atual e urgente relevância. O texto que aqui apresentamos se concentrou na experiência soviética. De qualquer forma, é preciso não perdermos de vista que a experiência dos Conselhos teve lugar em outros países, contando com a

²² O debate sobre a NEP foge ao escopo do presente artigo. A bibliografia sobre o assunto é bastante vasta. Para uma primeira aproximação o livro de Antonio Roberto Bertelli (1999) é uma importante contribuição.

análise de revolucionários que experimentaram vivamente tais processos²³. Da forma como entendemos, esse é um debate teórico-prático em aberto – e é bom que assim seja -, pois implica em reconhecermos as possibilidades da experiência histórica como referencial para ações na realidade presente.

Em seu texto *O processo de democratização*, Lukács (2008) chama a atenção para a necessidade de discutirmos a experiência soviética a partir de seu contexto e contingências históricas. Nessa ampla e profunda análise sobre a transição socialista, o filósofo húngaro aponta para o fato de que a democracia no período da transição socialista deveria absorver novos contornos, reproduzindo uma nova forma de governo. Além disso, ao se referir à necessidade de uma ampliação constante de práticas democráticas em todas as relações da vida cotidiana, alerta que tal processo está diretamente vinculado a construção de uma nova forma de subjetividade, portanto uma práxis-educativa que eleve as condições de consciência de mulheres e homens. Os Conselhos foram o embrião dessa nova forma, mas foram “demolidos” e “Com tal demolição, perdeu-se o caráter de sujeito das massas trabalhadoras no desenvolvimento da sociedade” (LUKÁCS, 2008, p. 169).

A democracia burguesa explicita cotidianamente todos seus limites, desvelando seu caráter de classe e, portanto, sua forma autocrática de dominação sobre o conjunto dos trabalhadores. A luta pela construção de uma nova hegemonia, que aponte à perspectiva da revolução e transição socialistas, passa necessariamente pela compreensão da experiência dos Conselhos, como forma criativa de construção da democracia socialista.

REFERÊNCIAS

BERTELLI, A. R. *Capitalismo de Estado e socialismo: o tempo de Lenin*. São Paulo: IPSO, 1999.

KRAUSZ, T. *Reconstruindo Lênin: uma biografia intelectual*. São Paulo: Boitempo, 2017.

KOSIC, K. *El individuo y la historia*. Buenos Aires: Editorial Almagesto, 1991.

²³ Importante trabalho sobre a temática, que traz textos fundamentais sobre a discussão, é aquele organizado por Milton Pinheiro e Luciano Martorano *Teoria e Prática dos Conselhos Operários* (2013), por nós aqui já mencionado.

- LENIN, V. *O Estado e a Revolução*. Obras Escolhidas. Tomo 3. Lisboa: Edições Avante, 1985a.
- LENIN, V. *Sobre a dualidade de poderes*. Obras Escolhidas. Tomo 3. Lisboa: Edições Avante, 1985b.
- LENIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. Obras Escolhidas. Tomo 2. Lisboa: Edições Avante, 1984.
- LENIN, V. *El Programa Agrário de la Socialdemocracia en la Primera Revolucion Rusa de 1905-1907*. Obras Completas. Tomo XVI. Moscou: Editora Progreso, 1983.
- LENIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LUKÁCS, G. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956-1971*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- MARIE, J.-J. *História da Guerra Civil Russa – 1917-1922*. São Paulo: Contexto, 2017.
- MARTORANO, L. C. *Conselho e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARTORANO, L. C. *A burocracia e os desafios da transição socialista*. São Paulo: Xamã, Anita Garibaldi, 2002.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- MARX, K. *O capital*. Livro I. Capítulo VI (inédito). São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.
- MAZZEO, A. C. Possibilidades Lenineanas para uma Paidéia Comunista. In: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (org.). *Lenin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 31 - 55.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- NETTO, J. P. *Democracia e transição socialista: escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- NETTO, J. P. Introdução. In: LENIN, V. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 7-21.
- PINHEIRO, M. Apresentação. In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L.C. (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 9 - 45.
- PINHEIRO, M.; MARTORANO, L.C. (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

REED, J. *10 dias que abalaram o mundo*. São Paulo: Editora Global, 1978.

REED, J. A estrutura do sistema soviético (fragmentos). In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L.C. (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 189 – 192.

TROTSKY, L. *História de la Revolución Russa*. Buenos Aires: RyR, 2007.

TROTSKY, L. O conselho de deputados operários e a revolução. In: PINHEIRO, M.; MARTORANO, L.C. (org.). *Teoria e prática dos conselhos operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 59 – 76.

VICO, G. *Princípios de (uma) ciência nova (acerca da natureza comum das nações)*. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

CONSELHOS OPERÁRIOS E A PERSPECTIVA DE RUPTURAS HISTÓRICAS: CEM ANOS DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Milton Pinheiro

Os caminhos da revolução proletária, e seu consequente arcabouço teórico, sempre estiveram em debate durante o século XX. Mesmo que alguns estudiosos questionem os fundamentos de uma teoria da revolução, da transição e do Estado socialista no arcabouço teórico elaborado no pensamento marxiano e engelsiano, podemos afirmar que existem pistas concretas que podem nos orientar na perspectiva teórico-política que nos permitam examinar os acontecimentos revolucionários pretéritos e a perspectiva de rupturas históricas no tempo presente.

O conjunto de questões que possibilitam o debate sobre os Conselhos Operários ganhou relevância no contexto histórico da reflexão sobre os cem anos da Revolução Russa de outubro de 1917, assim como, a necessidade de os trabalhadores entrarem em cena a partir dos sinais concretos da barbárie capitalista, na atualidade histórica. A temática dos

Conselhos Operários se insere, a partir da experiência histórica, no debate mais profundo sobre a transição.

A transição é um objeto empírico e político, seu sentido encontra ressonância na teoria e na prática dos Conselhos Operários e na história das revoluções do século passado. Neste artigo trabalharemos alguns aspectos da teoria marxista que, com base na realidade concreta, avançam na compreensão dos processos revolucionários. A exemplo do tema da transição examinado por Marx e Lenin, nos seus estudos sobre a Comuna de Paris. A interpretação da democracia na visão de Rosa Luxemburgo. O tema seminal da tomada do poder em algumas reflexões de Antonio Gramsci. O debate sobre o Estado no processo de transição, examinado por György Lukács e o princípio as socialização na transição, a partir de Karl Korsch.

MARX E A COMUNA DE PARIS: PISTAS SOBRE A TRANSIÇÃO¹

Ao analisar a Comuna de Paris, por sua importância para o desenvolvimento da luta do movimento operário e socialista, Marx avançou no debate e abriu trilhas teóricas sobre o Estado e a democracia no processo de ruptura e transição. Essa análise permitiu que Marx elaborasse uma noção basilar sobre o poder, efetivando uma descoberta histórica que marcou a perspectiva da transição: “a classe operária não pode apoderar-se da máquina estatal já pronta e colocá-la em movimento por seus próprios objetivos”, (MARX, 2013) percebendo, portanto, ser necessário a destruição do aparato de Estado capitalista.

Essa tese marxiana se comprovou com o surgimento do segundo império e o estabelecimento, confirmado, da burguesia no poder. Todo esse processo foi desvelado pela presença dos prussianos na França e com a promiscuidade do imperialismo, fazendo com que a recente sociedade que subjuguou o feudalismo se transformasse no instrumento de subjugação dos trabalhadores. A Comuna revolucionária se constituiu, para Marx, no contraponto ao império; foi com o grito da “república social” que os

¹ Referências para este debate estão em MARX, K. A guerra civil na França (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano. (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 49-58.

trabalhadores inauguraram a revolução de fevereiro e iniciaram o processo de destruição do Estado burguês; constituindo o povo em armas. O poder operário foi organizado em conselhos, eleitos pelo sufrágio universal por toda Paris, sendo seus mandatos revogáveis a qualquer momento em que o povo, assim, considerasse pertinente.

Um dos elementos centrais foi repudiar a forma de governo parlamentar e organizar-se como uma “corporação de trabalho”, que exercia as funções legislativas e executivas ao mesmo tempo. Os conselhos da Comuna consideraram importante a destruição do aparato da opressão espiritual, e uma série de medidas foram tomadas contra os padres e a igreja, decretando a “dissolução e a desapropriação” dos seus bens, livrando as escolas da influência da igreja, tornando-as gratuitas e livres da ideologia confessional.

A Comuna, de acordo Marx (2013), com o seu poder em movimento, exercido pelos diversos conselhos, questionou o poder até então vigente. Tornou-se um governo da classe operária, revelando-se uma forma política na qual os trabalhadores organizados conseguiram exercer a democracia de classe, o autogoverno dos produtores, a democracia de novo tipo; enfim, a possibilidade da ditadura do proletariado. Com essa circunstância, a partir da mudança nas relações sociais, o trabalho é emancipado, a propriedade privada é derrotada e o comunismo se apresenta como a bandeira dos conselhos da Comuna.

É evidente que a Comuna não queria nem milagre nem utopia, mas, sim, a materialidade da forma política encontrada para fazer valer o poder dos trabalhadores. Como experiência de transição pautada nos conselhos, a Comuna transpareceu contradições, contudo, não trataremos dessas questões no escopo desse artigo.

PRIMEIRAS TENSÕES DE LENIN SOBRE O PROCESSO DE TRANSIÇÃO²

Lenin compreendeu o processo de transição no debate sobre a dicotomia entre democracia burguesa e ditadura do proletariado

² Referências para essa discussão encontram-se em: LENIN, Vladimir. Teses sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 77-83.

(democracia da maioria), a partir da análise que ele dedicou aos acontecimentos da Comuna de Paris. Orientando-se pelas trilhas abertas por Marx para entender aquela epopeia histórica, Lenin analisou o caráter repressor e classista do parlamento burguês, identificando o discurso da democracia em geral como um aporte da dominação política e ideológica da burguesia. Neste programa de estudo, ele reafirmou o distanciamento da Comuna da forma de governo parlamentar que representava a defesa da “democracia em geral”, na forma defendida pela burguesia, que em verdade correspondia a defesa dos seus próprios interesses de classe, como condição para dirigir o projeto de dominação e manter seus privilégios. Lenin reafirmou, a partir da experiência da Comuna, a necessidade de destruição do aparato de Estado da burguesia, que deve ser substituído “por uma organização autônoma de massas dos operários” (LENIN, 2013); isso como reafirmação, em novos patamares, da experiência pretérita, mas, também, como possibilidade futura, em que se configuraria o instrumental da transição na forma política da ditadura dos conselhos como uma democracia de novo tipo.

É preciso compreender que essas características do processo de transição não devem permitir que os trabalhadores capitulem diante da falsa liberdade, pois em nenhum momento da história a burguesia, mesmo quando foi revolucionária, permitiu a “democracia pura”. Portanto, a questão que se coloca é a de liberdade para quem? Seria permitido à burguesia reunir os agrupamentos reacionários e contrarrevolucionários, corromper a imprensa, manter o princípio das liberdades que interessam à “democracia em geral” (como forma ideológica de dominação)? A essa questão, Lenin responde com a necessidade da ditadura do proletariado, como forma legítima “de derrubar os exploradores e reprimir a sua resistência”.

O processo de experiência da Comuna de Paris, também vivido, em outras circunstâncias pelos soviets da revolução russa, não poderia tergiversar politicamente – “qualquer sonho com uma terceira via é uma lamentação reacionária de pequeno-burguês”. O poder soviético deveria exercer a sua forma política de transição manifestada na ditadura dos conselhos, pois sua essência “é a organização maciça precisamente das classes

que eram oprimidas pelo capitalismo” (LENIN, 2013). A organização dos Conselhos, para Lenin, deve estar “adaptada ao papel dirigente do proletariado”. É ela que permite a destruição do arcabouço material, político e jurídico da burguesia. Portanto, a tarefa dos revolucionários é a supressão do Estado, até então visto a partir do poder dos Conselhos, como a possibilidade política da transição. Contudo, esse processo apresenta ainda uma novidade política: a necessidade do pleno exercício das condições materiais se realizarem na vida dos trabalhadores para que se possa exercer a realização da liberdade.

ROSA LUXEMBURGO E A DEMOCRACIA SOCIALISTA³

O debate sobre o caráter da democracia perpassa o conjunto das preocupações de Rosa Luxemburgo. Um dos primeiros debates animado por ela, tratava-se da dissolução da Assembleia Constituinte de novembro de 1917 e da análise sobre a Revolução Russa. A revolucionária polonesa considerava que essa medida seria uma modificação tática na ação dos bolcheviques e analisou o que teria sido determinante para o comportamento de “Lenin e camaradas”, já que este defendia que a Assembleia Constituinte seria a porta de entrada para a revolução. O cerne do debate consolida-se no entendimento sobre o que qualifica ou não a democracia, mas também sobre o horizonte tático imediato dos bolcheviques nos primeiros momentos da revolução.

Para Rosa, Lenin e Trotsky poderiam, ao examinar a questão da composição social da Assembleia Constituinte, e o conteúdo político nela manifestado (pela presença de apoiadores de Kerenski e das pautas colocadas pelos Narodnikis), extrair justificativas convincentes para a sua dissolução. No entanto, para Rosa, as eleições ocorreram “antes do ponto de mudança decisivo, a reviravolta de outubro, e que em sua composição, a Assembleia Constituinte, refletia a imagem do passado superado” (LUXEMBURGO, 2013). Contudo, ela se detém nos argumentos diferenciados utilizados por Trotsky a respeito das eleições, quando este afirmou que a representação

³ O arcabouço desse debate encontra-se em: LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 89-101.

popular advinda de eleições gerais durante qualquer revolução não fazia sentido para os interesses da revolução. Rosa prossegue na sua polêmica, qualificando as ideias de Trotsky como “esquemáticas”, já que para ele a assembleia eleita representava apenas o momento em que o eleitorado marchou para votar naquele contexto específico. Desafiando essa ideia, Rosa afirma que as experiências históricas demonstram que a “opinião popular banha constantemente os corpos representativos, penetra neles, e os dirige”.

Para Rosa Luxemburgo, a revolução contribui para que a opinião popular seja reanimada e pulse de forma mais vigorosa, exercendo uma influência muito grande “sobre os corpos representativos”. Sendo assim, as eleições no processo de consolidação da revolução são uma contribuição ao seu fortalecimento justamente pela participação popular, que faz tremer essas assembleias (parlamento). A preocupação com a questão da democracia apresentada por Rosa Luxemburgo, não obstante inspirar um princípio de radicalidade, pode tangenciar o poder concreto do aparato ideopolítico da burguesia e sua capacidade de reação.

Os líderes da revolução de outubro ainda sofreriam críticas, pois, Rosa considerava que eles eliminaram a democracia em geral. As medidas empreendidas obstruíram as fontes da “vida política ativa, livre, enérgica das amplas massas populares”. Seus argumentos afirmavam que as propostas de Lenin e Trotsky, por elementar princípio, eram contra o corpo parlamentar surgido do processo eleitoral, pois queriam apenas se ancorar na formação dos Conselhos. Nesse debate, ela questionava ainda a base do direito eleitoral surgido da elaboração do governo soviético, qualificando-a como uma forma política limitada por permitir apenas o direito de sufrágio aos trabalhadores, negando-o ao restante da população. Esse debate pode ter como alicerce os contrapontos do sufrágio eleitoral, suas bases jurídicas e a questão dos Conselhos, embora compreenda-se que não sejam excludentes. Todavia, ao centralizar numa ou noutra questão a ênfase da participação social, o debate torna-se dicotômico. Rosa tem uma compreensão de que o direito eleitoral e o sufrágio devem atender a todos, e não somente àqueles que estão no processo de trabalho. Na transição para o socialismo, é necessário o voto universal para todos. Conforma-se na

elaboração de Rosa, a defesa das liberdades democráticas substantivas como embrião para fazer avançar a transição. De acordo com ela, ao sufocar a vida pública seca-se a fonte da experiência política, tão necessária ao processo vivo da transição. A crítica de Rosa se consolida ao chamar de “absurdos” os pressupostos que afirmam o direito eleitoral na transição soviética como algo à parte da realidade em construção. Considerava anacrônico avançar com as ideias que só se configurariam efetivamente no socialismo, e não no processo de transição. Critica duramente a posição de Trotsky sobre o peso dos corpos eleitorais (o valor do voto para o operário, para o camponês e para setores da pequena burguesia), qualificando-o como insuficiente. A defesa de Rosa por direitos era vista pelos bolcheviques, a grosso modo, como afirmação da instituição do aparato burguês (liberdade de imprensa, direito de associação, direito de reunião). Acirrou-se o debate, no entanto, compreendo que o processo de transição deve conter em suas práticas o cerceamento da democracia em geral, pois esta age como uma cortina de fumaça para falsear os interesses de classe da burguesia como se fossem direitos das massas em geral. Contudo, a preocupação de Rosa era de que os bolcheviques, pelo enorme esforço feito na vitória da revolução, precisariam, para afirmar o seu poder, da “mais intensa formação política das massas e do acúmulo de experiência” (LUXEMBURGO, 2013).

Esse rico debate pertence ao campo do acúmulo de experiências que os revolucionários precisam apreender como algo que pode auxiliar a desvendar o processo de transição. O aporte teórico e concreto trazido por Rosa chama a atenção por ela considerar que a riqueza da experiência socialista, por sua novidade, está na liberdade e na democracia; uma democracia de novo tipo, que opõe vida pública à burocracia e que, portanto, não permitirá que a burocracia crie o seu domínio. Essa interpretação, ao lado das posições de Lenin e de Trotsky, ainda que antagônicas, contribui para que o movimento operário encontre a forma política da democracia socialista.

Para Rosa, “é tarefa histórica do proletariado, ao conquistar o poder, criar a democracia socialista no lugar da democracia burguesa, e não eliminar toda a democracia”, prosseguindo que a questão da ditadura deve ser “obra da classe, e não de uma pequena minoria dirigente agindo

em nome da classe”. Essa observação se reveste de necessária reflexão após os acontecimentos contrarrevolucionários que derrotaram a URSS e os países das chamadas democracias populares no Leste Europeu, em fins do século XX. Não obstante a proximidade histórica, podemos extrair algumas questões em aberto desse debate: “os corpos representativos populares” teriam força para garantir a revolução? No socialismo, teríamos democracia para todos? Como garantir uma “vida política ativa das massas” no socialismo – já que a experiência enfrentou problemas de déficit democrático? Esse debate continua com a intensa presença de Rosa e dos revolucionários bolcheviques.

GRAMSCI E A QUESTÃO DO OPERADOR POLÍTICO: A TOMADA DO PODER⁴

A importância da tomada do poder encontra na necessidade de construção do operador político uma ancora basilar no pensamento de Antonio Gramsci. O pensador italiano consolidou no pensamento político moderno a necessidade do operador da práxis revolucionária: o partido. Na análise de Gramsci sobre a temática dos Conselhos a partir da questão da tomada do poder do Estado, ele começa estudando as modificações ocorridas pela concentração capitalista em virtude do aperfeiçoamento do modo de produção. Essas transformações, naquele período em curso, impõem aos marxistas novas leituras para apreender a dinâmica dessa realidade concreta, no sentido de entender as modificações no contexto societário que transformou o trabalhador em indivíduo-cidadão, encaixado no processo de concorrência que gerou o individualismo.

A concentração capitalista criou o extremo dos privilégios para a burguesia e dificultou a luta para os de baixo, que deve operar para conseguir a solidariedade “que se torna essencial para a classe trabalhadora” (GRAMSCI, 2013). Em Gramsci, a unidade de classe deve ser entendida como elemento de suma importância para a “Revolução Proletária”. Em virtude dos interesses da burguesia, o Estado sempre foi protagonista da história, pois se trata do aparelho que reúne as condições para que a classe

⁴ Balizas dessa reflexão encontram-se em: GRAMSCI, Antonio. A conquista do Estado. In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 119-125.

capitalista possa exercer a “predominância na direção e no disciplinamento da sociedade”. Os trabalhadores, nesse contexto, estão difusamente postos no ambiente da concorrência. A vanguarda, que apenas compreendia a luta como instrumento da causa corporativa, estabelecida nas formulações da Segunda Internacional, sucumbiu ao sindicalismo de corte apolítico que produziu muitos equívocos espontaneístas e não conseguiu “educar para revolução a classe trabalhadora”. Essa visão e conduta sindical não combatia o Estado e terminou por negar a luta política.

Para Gramsci, a presença do partido será fundamental para transformar a missão do proletariado ao torná-lo mais consciente do seu movimento dentro do processo das lutas de classes. Articulando a luta pela tomada do poder de Estado, os comunistas não devem abandonar as demandas corporativas, mas devem entendê-las de forma crítica, interrogando-as constantemente. O movimento da luta operária pelo Estado não será a troca de pessoal nem de modelo, mas sim, a construção de um novo arcabouço ideo-político que pode responder às novas características da sociedade em transição.

De uma forma mais explícita, encontramos em Marx a formulação mais contundente para esse processo histórico: a destruição do aparato do Estado burguês. Em Gramsci, pela preocupação com os meandros da concorrência econômica, a forma política sugerida para a transição é a “experiência associativa da classe proletária e a substituição do Estado democrático-parlamentar por ela”. A transição será organizada pela associação dos trabalhadores no sentido de criar instrumentos que, no processo de insolvência da burguesia, poderão gerar novos órgãos da classe operária.

Para o pensador sardo, essas instituições surgirão ao lado da ainda existente estrutura do aparato burguês, que será destruída no processo de disputa. A questão principal é: como surgirão instituições proletárias para reanimar a possibilidade de uma economia nacional e internacional libertas da tirania da burguesia na época do capitalismo, do monopólio mundial da produção e da troca? Esse debate aberto por Gramsci contempla a revolução no processo da revolução permanente,

durante a qual se afirmará o poder das instituições operárias surgidas da organização dos trabalhadores nas fábricas.

Na disputa hodierna da luta de classes, com base no pensamento de Gramsci, a disputa pelo poder se dará na dualidade entre as organizações que sairão do ambiente fabril, que construirão o Estado operário. É dessa possibilidade de construção da hegemonia proletária que poderá surgir, a partir do papel de um novo operador político, uma nova direção ética e moral para a sociedade em processo de transformação social.

GYÖRGY LUKÁCS, NO PROCESSO DE TRANSIÇÃO O ESTADO É UMA CIDADELA A SER DESTRUÍDA⁵

György Lukács constituiu um arcabouço seminal sobre a transição, quando apresentou no debate sobre os Conselhos Operários uma baliza elementar: o campo da luta de classes cresce e compreende o conjunto desbloqueado dos espaços onde ela pode se revelar, contribuindo, assim, para explodir as cidadelas do Estado e suas fronteiras. Na reflexão do pensador húngaro a luta contra o estado capitalista é fundamental, pois o Estado se materializa como “arma da luta de classes”.

György Lukács encontra em Marx e Engels, distanciando-os dos oportunistas da Segunda Internacional, a tese de que a questão do Estado é extremamente relevante para as possibilidades da revolução proletária, utilizando-se dessa abordagem como referencial para enfrentar a “essência revolucionária” de sua época. Lukács qualificou os pensadores reformistas do período em questão como sendo aqueles que capitularam ao modelo de Estado desenvolvido na sociedade burguesa, e essa crítica se dirige essencialmente a Kautsky e a Bernstein.

Nessa formulação de G. Lukács percebemos, de forma concreta, a notável influência de Lenin. Essa influência permite reconhecer a relação teórica de Lenin com Marx na interpretação de uma “posição proletário-revolucionária sobre o problema do Estado” (LUKÁCS, 2013), salientando

⁵ Eixos temáticos para essa análise encontram-se em: LUKÁCS, György. O Estado como arma. In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 127-139.

que Lenin não fez uma abstração sobre a questão, mas levantou o problema a partir das tarefas dos trabalhadores que faziam o enfrentamento na luta de classes, tendo como eixo central a direção da tomada do poder.

Na interpretação de Lukács, Lenin rompeu com o programa de uma teoria geral do Estado baseada em postulados diletantes e, pautado pelas análises concretas feitas por Marx sobre a Comuna de Paris, avançou no debate sobre a questão do Estado, a partir das contradições do momento histórico em que as lutas do proletariado se projetavam em um cenário em aberto. Transparece nos estudos de Marx, Engels e, principalmente, em Lenin – chamado à atenção por Lukács – que a questão do Estado é o objetivo que deve movimentar os trabalhadores nas tarefas cotidianas, e não apenas quando se apresentar o “objetivo final”. Na tese de Lukács, Lenin deu a importância devida ao papel do Estado na história contemporânea, o que contribuía para educar os trabalhadores em sua luta pelo poder. Contudo, isso ocorria, principalmente, porque ele acentuava em suas análises o “Estado como arma da luta de classes”.

Nessa investigação sobre o papel do Estado, Lukács antecipa um grande debate contemporâneo, ao sinalizar que os instrumentos de luta em curso (partido, sindicato e cooperativas) são, já naquele momento, “insuficientes para a luta revolucionária do proletariado”. O entendimento político do pensador húngaro, na perspectiva projetada, é a construção de uma representação que unifique todo o proletariado às amplas massas, ainda dentro da sociedade burguesa, para pôr a revolução “na ordem do dia” – e, para ele, esse instrumento seria os Conselhos Operários que se tornariam os operadores políticos da revolução e da transição.

Em suas formulações, G. Lukács, afirma que os Conselhos aparecem como “organização de toda a classe”. Eles devem agir para desorganizar “o aparelho de Estado burguês”. No contexto dessa desorganização, eles, enquanto representação de classe, deverão entrar em choque com a possível tentativa da burguesia de impor uma ampla repressão para recompor seu poder. É diante dessas contradições que os Conselhos Operários se apresentam como aparelhos de Estado na perspectiva da “organização da luta de classes”. A partir de sua análise sobre a Rússia em 1905, podemos compreender que os Conselhos “são um contragoverno”

que enfrenta o “poder estatal da burguesia”. É importante salientar ainda a crítica de Lukács a Martov: este último compreende os Conselhos “como um órgão de luta”, sem necessariamente transformar-se em aparelho de Estado, enquanto, para o primeiro, essa posição afastaria os trabalhadores da revolução e da “real conquista do poder pelo proletariado”.

Durante esse debate, surgiu uma importante polêmica sobre o papel do sindicato e do partido. Lukács criticou aqueles que queriam substituir de forma permanente esses dois instrumentos pelos Conselhos, confundindo o entendimento do que seja, ou não, uma situação revolucionária. Ele afirmou que o Conselho Operário, enquanto aparelho de Estado, “é o Estado como arma na luta de classes do proletariado”. No entanto, para fazer a defesa dessa posição leniniana, Lukács atacou o reformismo oportunista e sua “capitulação ideológica à burguesia”. Ainda nesse debate, criticou a ideia de democracia da socialdemocracia e seu projeto de “agitação pacífica” para a modificação da sociedade de forma não revolucionária, ao considerar que, para se chegar ao socialismo, as ideias dos trabalhadores irão num crescendo até a conquista do poder. Os reformistas se mantêm no campo da “democracia pura, formal”, e se iludem com o voto do cidadão abstrato, considerado por Lukács como “átomos isolados do todo estatal”, na contramão das pessoas concretas, “que assumem um lugar na produção social, que seu ser social (que articula o seu pensamento etc.) é determinado por essa posição”.

Ainda nesse debate temático (democracia), o filósofo marxista húngaro identifica o “domínio minoritário da burguesia” na “desorganização ideológica” para transformar a democracia pura e formal em um instrumento de regulação da vida social. Para responder a essa situação (desorganização), os Conselhos devem ser reconhecidos como o “poder de Estado do proletariado”, ao passo que avançam para destruir “a influência material e ideológica da burguesia” (LUKÁCS, 2013) sobre as massas.

É importante garantir o contrafogo ideológico e contribuir para o surgimento de condições de direção do proletariado “no período de transição”. O proletariado tendo os conselhos como sistema de Estado, deve marchar para continuar destruindo a burguesia em todas as suas

frentes. Neste sentido, o sistema de Conselhos, agindo de forma educativa e autônoma, deve incentivar uma participação que articule “uma unidade indivisível entre economia e política, ligando, desse modo, a existência imediata das pessoas, os seus interesses cotidianos etc. com as questões decisivas da totalidade” e contribuindo assim para evitar a burocratização.

Para Lukács, esse movimento do sistema de Conselhos e do Estado proletário “é um fator decisivo na organização do proletariado em classe”, permitindo que, agora, o tornar-se consciente e classe para si se efetive. Lukács, com base em Lenin, considera que o Estado proletário é abertamente um Estado de classe, sem a farsa montada pela burguesia para transformar seu Estado em Estado de todos. Mais uma vez, esse debate teórico demonstra que a atualidade da revolução passa pela problemática do Estado e do socialismo. Portanto, os Conselhos Operários estão na gênese dessas possibilidades.

KARL KORSCH, A QUESTÃO DA SOCIALIZAÇÃO COMO BALIZA PARA A DEMOCRACIA SOCIALISTA⁶

Após a derrota do que seria o socialismo de Estado na União Soviética, e nos países das democracias populares do Leste Europeu, a discussão sobre a socialização, enquanto pressuposto da democracia socialista, ganhou dimensão de balanço para os trabalhadores e suas aspirações.

Os estudos e a contribuição de Karl Korsch nos permitem abrir pistas e trilhas para que possamos compreender e invocar possibilidades de novas experiências de transição. Pensador da auto-emancipação proletária, este estudioso dos processos de transição, pouco conhecido no Brasil. Examinou a questão dos Conselhos a partir da autonomia operária de forma inovadora, possibilitando visualizarmos as formas da organização política dos trabalhadores no processo de ruptura social.

Em 1919, momento em que a experiência socialista começava na Rússia dos Conselhos, Korsch (2013) examinava as etapas da

⁶ Tópicos centrais para essa reflexão encontram-se em KORSCH, 2013.

socialização, que começava com uma “nova regulamentação”, que incluía “socialização dos meios de produção”, e a “provocada emancipação do trabalho”, que implicava posteriormente na socialização do trabalho. Em seus estudos, Korsch qualificava a produção como relações sociais, e a supressão da propriedade privada dos meios de produção como o primeiro passo da socialização.

No debate animado por ele, aparece a contraposição entre a ordem capitalista (privada) e processo de socialização (conjunto público de produtores e consumidores). No exame do que seria o capital, Korsch identifica que a produção só se configura em capital “com o surgimento do trabalho assalariado”. Aprofundando argumentos contidos no Manifesto Comunista, analisa que a ordem social capitalista se movimenta por meio do antagonismo entre o capital e o trabalho. Sendo assim, o capital se estabelece como dominação privada da produção social, a partir da consolidação da “propriedade privada” e do “trabalho assalariado não livre”. Essa forma historicamente dada de produção social é o capitalismo.

No processo de transição, a socialização da produção do sistema capitalista é, ao mesmo tempo, o desaparecimento do “antagonismo entre capital e trabalho”. Não obstante, novas leituras surgidas no ambiente da Segunda Internacional pautarão o debate. Sendo assim, mesmo de forma sumária, podemos afirmar que a socialização dos meios de produção e uma política social são os dois caminhos para a socialização/democratização na sociedade em transição.

Nesse momento, começo do poder soviético, Korsch apresentou um rico debate ao tratar da desapropriação, discutir as formas mistas e associadas de propriedade e examinar as ideias reformistas de Eduard Bernstein. Critica de forma contundente a chamada política social que mantém a propriedade privada e que abranda as contradições entre capital e trabalho. Para este teórico, só haverá socialização quando houver “uma mudança radical”. Medidas para humanizar a propriedade não são socialização, nem socialismo.

No contexto desse debate, a questão da socialização, ele também faz uma crítica a Karl Kaustky, quando afirma que a socialização é a “total

eliminação da propriedade privada da produção” (KORSCH, 2013, p. 145). Diante dessa hipótese de trabalho, para compreender o processo soviético, constatamos o objetivo dos seus estudos e da sua luta: socialização como eixo basilar para a democracia socialista. Assim, a socialização trará no seu desenvolvimento uma contradição de interesses, envolvendo produtores e consumidores. Essa contradição não pode abrir janelas para uma perspectiva de capitalismo de Estado em virtude dos respectivos interesses. Não se trata de um “novo capitalismo”, mas a destruição de todas as formas que qualificam essa possibilidade.

A problemática das reivindicações dos produtores e consumidores deve encontrar saída na regulação da socialização com suas formas de integração e complementação, dentro do sistema que está sendo criado na transição. Portanto, algumas questões se colocam: como dividir o rendimento da produção? Como será o domínio do processo de produção? O trabalho assalariado é ou não compatível com a economia comum socialista? Esses são problemas que encontraram repercussão no debate feito por Korsch.

Korsch (2013) ainda se preocupou com duas questões podem ser destacadas: o salário é a forma técnica de distribuição do rendimento da produção? E a autonomia industrial será também a forma política para avançar a socialização, como modo de representação dos produtores e consumidores? A profundidade das questões apresentadas por Korsch extrapola nosso comentário e nossa investigação. São temas que se impõem ao processo de transição, trazidos pela pesquisa desse teórico, mas também pela convicção revolucionária desse intelectual orgânico.

No arcabouço do debate e investigação realizada por Korsch, percebe-se que a operação política desse processo terá o protagonismo dos trabalhadores. Todavia, o desenvolvimento das questões levantadas por ele nos permite indagar: como se dará a regulamentação jurídica das relações de produção? Como garantir a verdadeira socialização, e como surge a propriedade comum socialista? São questões que se impõem para debater o processo de transição e nos auxiliarem na reflexão sobre o conjunto de questões que contribuiram para a derrota do poder soviético.

ALGUMAS PISTAS PARA CONTINUARMOS O DEBATE

Nas primeiras aproximações que nos orientam na conclusão deste texto, penso ser importante afirmar que a questão central do exame sobre os Conselhos Operários é a transição. O pensamento marxista atual tem que, com base na experiência das revoluções do século XX, aprofundar as balizas centrais de uma teoria da transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista. No conjunto do artigo apresentamos fragmentos de alguns teóricos marxistas, inclusive Marx, que nos informam que sem uma teoria da transição a classe trabalhadora não conseguirá elaborar um programa político para a revolução/transição.

Marx (2011; 2012), Lenin (1980), Charles Bettelheim (1979), Pierre Chaulieu (1975), Vania Bambirra (1993), Mao Tsetung (1975), para de forma sucinta ficarmos apenas nesses, apresentaram um complexo corpo de formulações sobre o tema da transição. Contudo, o debate sobre a política, o Estado e a burocracia devem encontrar ressonância na investigação sobre o processo de transição. Fica nítido em vários autores do campo marxista que não podemos separar a política e a economia na transição socialista. Diante dos impasses em virtude das derrotas do socialismo de Estado no século XX, temos um conjunto temático que precisa ser examinado a partir do legado revolucionário exposto neste trabalho. Trata-se da questão do pluralismo socialista, o impactante tema da burocracia que pode ser adicionado à problemática da divisão do trabalho. Afinal, para Lenin a burocracia era uma “úlceras”, para Trotsky era uma “gritante contradição” e para Josip Tito, um “polvo de milhões de tentáculos”.

Soma-se a esses pontos a temática da transformação das relações de produção. Marx (2012) afirmava que “a raiz de uma organização social reside nas forças produtivas” (2012). Mao Tse Tung (1975) ao examinar a questão da transição, considerava que era fundamental a transformação radical das relações de produção, contudo, adicionava a importância do papel da superestrutura, particularmente da política. Para o pensador chinês, era necessário derrubar a antiga superestrutura com a revolução; criar novas relações de produção; efetivar a transição como uma permanente revolução nas forças produtivas para a realização das necessidades humanas

e tudo isso com base em um novo patamar da ideologia e da política. Essa análise de Mao Tse Tung é basilar para podermos construir uma crítica consistente ao economicismo - nesse sentido – a experiência da Revolução Cultural exerceu um profundo papel nessa crítica.

São pontos que somados a análise dos impasses do poder e do Estado soviético podem desvelar perspectivas necessárias para entendermos se os trabalhadores seriam vitoriosos através da construção de um socialismo de Estado ou seria importante construir uma alternativa que se orientasse pelo afinamento do Estado? Questões sempre colocadas na ordem do dia se reafirmam: O que seria o Estado socialista na transição? Qual papel político teria a Ditadura do Proletariado diante do pluralismo socialista e da democracia socialista? São balizas teóricas que se apresentam ao programa do proletariado na sua luta pela autoemancipação.

REFERÊNCIAS

- BAMBIRRA, Vania. *A teoria marxista da transição e a prática socialista*. Brasília: Editora da UNB, 1993.
- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética – Primeiro período (1917-1923)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- CHAULIEU, Pierre. *As relações de produção na URSS*. Lisboa: Editorial Presença, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. A conquista do Estado. In: PINHEIRO, Milton.;
- MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 119-125.
- KORSCH, Karl. O que é socialização?: um programa de socialismo prático. In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 141-169.
- LENIN, Vladimir. Teses sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 77-83.
- LENINE, Vladimir I. As tarefas imediatas do poder soviético. In: LENINE, V. I. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980. p. 13 - 52.
- LUKÁCS, György. O Estado como arma. In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 127-139.

LUXEMBURGO, Rosa. A Revolução Russa (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 89-101.

MARX, K. A guerra civil na França (fragmentos). In: PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano. (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 49-58.

MARX, K. *Crítica ao Programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011.

PINHEIRO, Milton.; MARTORANO, Luciano C. (org.). *Teoria e Prática dos Conselhos Operários*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TSE TUNG, Mao. *La Construzione del Socialismo*. Roma: New Compton Editori, 1975.

O DIREITO DOS PRODUTORES

Jair Pinheiro

Todos os movimentos populares se veem às voltas com o imperativo de se utilizar do direito para a defesa de suas reivindicações materiais e/ou políticas. Não é diferente a situação das diversas experiências abrigadas sob o rótulo de economia dos trabalhadores e trabalhadoras. Neste breve ensaio defenderei a tese de que essa utilização do direito por movimentos de trabalhadores encontra um limite no caráter estruturalmente burguês do direito vigente. Por conseguinte, o avanço dessas lutas populares pode seguir dois caminhos distintos: o já consagrado ao longo do século XX da conquista de direitos, mas também de perdas, consequência das contrarreformas havidas na década de 1980 na Europa e nos Estados Unidos e, no Brasil, na década de 1990, espécie de reação às reformas do pós-guerra; ou propor à sociedade um novo ordenamento jurídico em sintonia com seus interesses políticos, econômicos e culturais, o que requer a formulação de um nova teoria jurídica.

Meu objetivo é examinar a possibilidade teórica desse segundo caminho, por isso ele se reveste de um caráter exploratório, pois uma tarefa dessa magnitude exige um estudo com escopo mais amplo e o

concurso de muitos pesquisadores. Para alcançar o objetivo proposto dividi o ensaio em três seções. Na primeira, a partir do exame de alguns pronunciamentos jurídicos sobre fábricas ocupadas ou sobre demandas de outros movimentos populares que já pesquisei, selecionados segundo o critério de colisão de direitos quanto à propriedade, deduzindo alguns apontamentos críticos sobre os limites da instrumentalização do direito pelos movimentos, visando oferecer ao leitor tão-somente uma ilustração empírica da distinção entre a crítica interna ao direito e a crítica sociológica do direito pelo materialismo histórico. Na segunda seção, apoiado em tais apontamentos, faço uma análise crítica do direito civil burguês, baseado no conceito de pessoa; na terceira, procuro desenvolver os elementos gerais de uma teoria alternativa do direito compatível com o materialismo histórico com base no conceito de direito do produtor, encontrado em estado prático no texto *Crítica do programa de Gotha*, de Marx, para atender àquela exigência de uma teoria jurídica em sintonia com os interesses políticos, econômicos e culturais dos trabalhadores.

LIMITES DA UTILIZAÇÃO DO DIREITO BURGUESES

Tanto no Brasil como no exterior, a ocupação de fábrica tem origem em situações falimentar e/ou de abandono da empresa pelo capitalista. Após a ocupação começa a fase de recuperação e, em seguida ou simultaneamente, conforme o caso, a luta pela manutenção da fábrica sob direção dos trabalhadores, luta que implica a judicialização da ocupação em graus variados. Uma explicação adequada dessa judicialização da luta para assegurar a direção da empresa pelos trabalhadores exige uma pesquisa com escopo mais amplo do que a exposição aqui apresentada. Nesta seção, limito-me a alguns apontamentos extraídos da experiência da CIPLA e da FLASKÔ com vista a indicar que há uma contradição lógica e material entre as premissas do direito burguês e a pretensão dos trabalhadores de assegurar o seu *domínio possessório*¹.

¹ Baseado no conceito de faculdades do direito de propriedade, do direito civil burguês, antecipo este conceito, que será operacionalizado na terceira seção, como alternativa para designar o conjunto de prerrogativas da atividade econômica vinculadas à reivindicação dos trabalhadores, já que no direito burguês tais prerrogativas são primariamente do proprietário e, daquele a quem as delega, secundariamente. Desenvolver esta nova teoria do direito, à qual aqui só se faz menção, é o desafio da crítica e, na prática, dos movimentos populares

Entretanto, esta contradição não é evidente; explicitá-la exige um exame das premissas subjacentes à argumentação dos atores envolvidos ou dos pronunciamentos jurídicos sobre as ocupações. Não deixa de ser curioso que o *Tribunal Popular para julgar a intervenção da Justiça Federal nas fábricas Cipla e Interfibra*, administradas pelos trabalhadores comece por afirmar que “Este Tribunal Popular julga ser procedente a ocupação de fábricas pelos trabalhadores quando seus direitos trabalhistas se encontrarem ameaçados ou não cumpridos pelos patrões” (SENTENÇA..., 2008). Ou seja, mesmo atores simpáticos à ocupação consideram-na uma atitude defensiva.

Claro que esta afirmação defensiva pode ser justificada pelo argumento de que qualquer juízo de natureza jurídica, mesmo o de um tribunal popular, deve ser embasado no ordenamento jurídico vigente e, talvez por isso, alega em favor do direito de ocupação que preconiza que “É da Constituição Federal que ‘a propriedade atenderá a sua função social’ (art. 5º, XXIII), e ainda que a função social da propriedade é um dos princípios norteadores da atividade econômica (art. 170, III)” (SENTENÇA..., 2008, p. 2), alegação complementada pelo *Tribunal Popular* pela definição de função social da propriedade, de Fábio Konder Comparato,

[...] como o poder-dever de vincular a coisa a um objetivo determinado pelo interesse coletivo. Somente, os bens de produção cumpririam uma função social, entendido como os empregados nas atividades produtivas. Os bens de consumo, aqueles destinados ao uso pessoal, não teriam essa destinação. Conclui que “se se está diante de um interesse coletivo, essa função social da propriedade corresponde a um poder-dever do proprietário, sancionável pela ordem jurídica. (SENTENÇA..., 2008, p. 3).

O problema de difícil, se não impossível, solução reside no fato de que sancionar este poder-dever do proprietário, vinculando-o a um interesse coletivo, colide com a norma, também constitucional, de que a dignidade da pessoa humana² também é um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito e, na medida em que tal sanção, quando

² CF/88, art. 1, III. Conjuga-se com arts. 5.º, 34, VII, b, 226, § 7.º, 227 e 230.

contemplada pela legislação, restringe e impõe condições ao exercício das faculdades do direito de propriedade, ancorado no conceito de pessoa humana, se estabelece uma colisão de direitos quanto à propriedade.

A técnica da ponderação³ pode ser aplicada tanto para alcançar a primazia da norma incidente no caso concreto ou o equilíbrio entre normas incidentes ou, ainda, conciliar normas e valores, tornando viável a conciliação do princípio do patrimonialismo próprio do direito civil com o das garantias prestacionais do Estado social, que acolhe a função social da propriedade. Contudo, o que se argumenta aqui é que tal conciliação só pode ser alcançada – pelo menos na teoria – porque a figura do social é representada ideologicamente como um agregado de indivíduos abstratos (ver definição mais adiante), virtualmente proprietários que concedem ao Estado três formas de incidência sobre o princípio patrimonialista: “[...] vedação ao proprietário do exercício de determinadas faculdades, obrigação de o proprietário exercer faculdades elementares do domínio e a criação de um complexo de condições para o exercício das faculdades atribuídas pelo direito de propriedade.” (JELINEK, 2006, p. 3), o que confere primazia material ao art. 1.º, III sobre o art. 5.º, XXIII da CF/88, já que o conceito de pessoa é o esteio da figura do proprietário, pessoa cuja vontade se projeta nas coisas exteriores de modo que, num só movimento, afirma sua autonomia privada e a propriedade como seu atributo próprio; daí a primazia material do conceito de pessoa sobre o de função social da propriedade, apesar da igualdade ideológica entre os princípios, como ensina o direito constitucional.

Enfim, devido à primazia material do art. 1.º, III sobre o art. 5.º, XXIII da CF/88, embora seja pacífica a acolhida do princípio da função social da propriedade pela doutrina, as lutas travadas pelos movimentos sociais demonstram à exaustão que a letra da lei está muito longe de encontrar efetividade. Assim, é mister distinguir a crítica interna ao direito, de exclusão arbitrária (ou por cultura jurídica tradicional ou insuficiente) de norma incidente, da crítica sociológica de incompatibilidade dos princípios subjacentes a ambas as normas, como argumento neste ensaio.

³ A respeito da ponderação, ver Néviton Guedes, desembargador do TRF-1: GUEDES, 2012.

Esta colisão de direitos, inconciliáveis nos termos da crítica aqui desenvolvida, aparece nos pronunciamentos dos juízes, quando sentenciam, como no caso de pedido dos trabalhadores da Flaskô de reconhecimento jurídico da gestão que realizam de fato⁴, ou quando argumentam com vistas à fundamentação da sentença, argumentação que tem dado oportunidade aos juízes de pronunciarem-se ideologicamente com a pretensão de saber sociológico, sem enfrentar de modo eficaz a colisão de direitos que os desafia, ou seja, apresentam uma argumentação diversionista.

Seguem três exemplos de argumentos diversionistas, integrantes de diferentes sentenças, a título ilustrativo, já que a demonstração exige uma pesquisa ampla sobre os pronunciamentos jurídicos relativos às demandas dos movimentos. No primeiro, entre os motivos alegados pelo juiz Oziel Francisco de Souza para negar o pedido dos trabalhadores da Cipla de anistia da dívida tributária, ele afirma que

[...] é incalculável o custo social gerado pela concorrência desleal. Como não paga nenhum tributo, a executada consegue colocar seus produtos no mercado com preço infinitamente menor, prejudicando as sociedades empresárias que cumprem suas obrigações sociais. Estas, se não fosse a ilegal e desleal concorrência da Cipla, certamente poderiam crescer ao ponto de conseguir absorver, com folga, os mil postos de trabalho de que tanto se vangloria a devedora (p. 10).

A pergunta inescapável, se se recusa o diversionismo, é: qual a base de dados que permite ao juiz afirmar que as demais empresas “poderiam crescer ao ponto de conseguir absorver, com folga, os mil postos de trabalho”? Nenhuma! Na melhor das hipóteses é uma conjectura.

No segundo exemplo, o juiz André Gonçalves Fernandes se esmera no esforço de realizar uma análise pretensamente sociológica e aparentar erudição. Segundo o magistrado

⁴ Por não serem proprietários, nem representantes nomeados por estes, o juiz da 2.^a Vara Cível da Comarca de Sumaré sentença que os trabalhadores não podem compor “relação jurídica de direito material”. Processo n.º 604.01.2010.008984-3/000000-000.

Todavia, sustentado pela cantilena teórica-revolucionária-marxista (da linha leninista), os latifúndios produtivos se juntaram ao alvo anterior. Não é à toa que o STJ editou a Súmula 354, a qual dispõe que a invasão à propriedade em processo expropriatório é causa de suspensão deste. De uns tempos para cá, sem perceber que o catecismo de Marx e Lenin já foi historicamente sepultado, e o modelo adotado sociologicamente fracassado, o Movimento a que pertence o réu deixou a área rural, organizando outros atos atentatórios ao direito de propriedade e à ordem legal, tais como algumas originalidades desnecessárias: saques a supermercados, invasão à delegacia de polícia para libertação de “companheiros” presos e ocupação de agências bancárias, como meio de protesto, além de outros atos perpetrados contra os trangênicos, seu mais recente foco de luta. Assim, não se estranhe dentro da ótica gramsciniana que os réus pretendam correr às entranhas do Estado-Direito naquilo que representam um de seus pilares, a saber, o direito de propriedade e seus atributos.⁵ (negrito no original).

As afirmações do juiz pecam pela falsidade (por ex.: invasão à delegacia de polícia para libertação de “companheiros” presos) e obtusidade (por ex.: o catecismo de Marx e Lenin já foi historicamente sepultado), a primeira, incorpora à sentença a equiparação entre delinquentes e movimentos por direitos, a segunda, típica de quem ignora o objeto a que se refere, incorpora o lema da propaganda anticomunista como se tratasse de evidência factual e histórica demonstrada por pesquisa acadêmica consolidada. Falsidade e obtusidade que permitem ao juiz se esquivar de enfrentar como objeto precípua do seu ofício, a colisão de direitos que o desafia. Portanto, o juiz afasta arbitrariamente, por que simplesmente a descarta, uma norma constitucional incidente em favor do direito de propriedade, como se este fosse absoluto, como se dispensasse considerações sobre as implicações sociais do exercício das faculdades próprias desse direito.

No terceiro exemplo, a juíza Bárbara Cardoso de Almeida avança alguns termos a mais no discurso da criminalização dos que lutam por direitos.

⁵ Ação de reintegração de posse, processo n.º 604.01.2008.015432-0, decisão liminar da 2.ª Vara Cível Fórum de Sumaré.

Por fim, resta a questão da invasão de área pelo tal “movimento popular”. Primeiro há de se ponderar que se trata de movimento espúrio, ilegal e totalmente estranho aos autos. Se por um lado é legítimo o anseio por moradia própria, assim como são legítimos outros anseios da população humana, a forma como se deu a consecução deste anseio se mostra ilícita, criminosa e ilegal. De fato, sob a desculpa de lutar pelo direito de moradia ou da reforma agrária, tais movimentos violam os princípios constitucionais e legais, invadem propriedades públicas ou particulares, no mais das vezes produtivas, causam graves danos ao patrimônio alheio e desobedecem leis municipais, estaduais e federais, a própria Constituição Federal e as ordens judiciais. Trata-se, na verdade, de verdadeira atividade de guerrilha, na qual se pretende a coação dos poderes constituídos a ceder aos desejos dos envolvidos ao arrepio da lei, da ordem e do Estado Democrático de Direito. Pretende-se, mediante a força física, a coação, a ameaça velada de morte, a violência desmedida, a imposição da vontade de certos grupos de pessoas que representam certos interesses escusos e velados e que raramente atendem os interesses dos verdadeiramente necessitados (SILVA, 2013, p. 153).

Certamente não escapará ao leitor, para limitar-me ao exemplo extremo da retórica virulenta da meritíssima, o despropósito da frase que trata a atuação do movimento como atividade de guerrilha realizada por um grupo de trabalhadores precários desarmados? Mais, coagindo os poderes constituídos de um Estado que tem uma das polícias que mais mata no mundo? Não, não é crível, tampouco sério, a não ser como produção do discurso de criminalização das classes populares (SILVA, 2013).

Esses três exemplos estão ancorados no conceito de pessoa, simultaneamente núcleo dos princípios da dignidade da pessoa humana e da titularidade do direito de propriedade. Ambos os princípios designam a unidade ideológica e material do sujeito de direito. O primeiro princípio também dá suporte à figura do titular de direito social, mas sem a correspondente condição de proprietário, o segundo princípio. Resulta dessa disjunção de princípios que o titular de direito social não conta com um conceito de unidade principiológica igualmente acolhido pela ciência jurídica como o titular de direito civil, razão pela qual na próxima seção me dedico à crítica do conceito de pessoa.

ANÁLISE CRÍTICA DO DIREITO CIVIL COMO DIREITO DA PESSOA

Nesta seção procurarei demonstrar: 1) que o direito civil se reveste, de um modo particular, de um caráter trans-histórico, na medida em que seu desenvolvimento atravessa diversas épocas históricas e, complementarmente, 2) que o direito do produtor é o direito de transição da sociedade comunista. Por ser o direito civil o direito da pessoa, o da sua autonomia, quem é investido desse estatuto de pessoa (o sujeito de direito) – portanto, com capacidade jurídica – nessas diferentes épocas tem variado segundo a atribuição desse estatuto pela forma social, que é determinada pelas relações sociais de produção.

Por isso, só no capitalismo o direito adquire plena vigência (MASCARO, 2008; NAVES, 2014), tanto no sentido de universalização do estatuto de sujeito de direito, quanto no de extensão a todas as esferas da vida social da aplicação do direito civil; universalização e extensão tornadas possíveis pela separação dos produtores diretos dos meios de produção; separação que permite atribuir-lhes capacidade jurídica sem transformá-los em proprietários.

Este nexos causal entre capacidade jurídica e relações sociais de produção escapa à ciência jurídica, que limita a relação causal à dedução lógica entre suas definições conceituais ideológicas, tendo a definição de pessoa como fonte originária dessa dedução, cabendo à atividade legislativa que, na forma, já está previamente condicionada pelas premissas do ordenamento jurídico, a função social de traduzir para este ordenamento a diversidade das relações sociais quanto à forma.

A ideia de um direito civil dos produtores visa à vigência do direito numa forma social comunista, o que suscita um conjunto mais ou menos variável de questionamentos, que podem ser reduzidos a três. O primeiro e mais difundido, a ponto de transformar-se em senso comum, foi consagrado pela crítica mal-intencionada, segundo a qual o comunismo é um regime totalitário regido pela vontade arbitrária de um partido-Estado, portanto, incompatível com a ideia de direito. O segundo, diz respeito à possibilidade de uma transição jurídica do capitalismo ao socialismo e, o terceiro, à tese de Marx do desaparecimento do Estado no comunismo.

O exame dos primeiros anos da Revolução Russa (BETTELHEIM, 1983) e dos textos pós-17 de Lenin lançam por terra o primeiro questionamento. A obra de Bettelheim por ser uma das mais importantes pesquisas empíricas sobre a Revolução Russa, os textos de Lenin por ele ter sido o principal líder daquela revolução. Ambos constituem duas fontes bibliográficas, para me limitar às mais conhecidas, que demonstram nunca ter sido um projeto do Partido Bolchevique a forma jurídico-política adquirida pela ex-URSS após 1929.

Quanto à possibilidade de uma transição jurídica do capitalismo ao socialismo, o segundo questionamento, trata-se de uma hipótese formulada por Menger (1998), jurista crítico do marxismo, e pelo revisionismo marxista que teve Bernstein como seu principal expoente (GALASTRI, 2015), hipótese veementemente refutada por Engels e Kautsky (1991). Não é objeto deste ensaio, mas não é ocioso assinalar que a experiência histórica não autoriza a fixação da uma forma de transição de um modo de produção a outro, já que tais experiências têm se revestido de formas particulares, mas nenhuma delas foi um ato jurídico, nem poderia sê-lo, uma vez que o ordenamento jurídico corresponde aos interesses das classes dominantes de um determinado modo social de produção.

A tese de Marx do desaparecimento do Estado (e, por conseguinte, do direito) no comunismo, o terceiro questionamento, será ao mesmo tempo objeto e móbil desta e da próxima seção. Talvez não seja impróprio começar por um argumento de autoridade: embora Marx tenha defendido seu doutorado em filosofia, ele iniciou seus estudos universitários em direito, o que permite sustentar que mesmo não tendo atingido o grau de jurista, tinha conhecimento jurídico, filosófico e histórico o suficiente para permitir descartar um suposto caráter arbitrário à tese. Todavia, a meu ver, a tese não resolve o problema que coloca; pois foi formulada num texto de polêmica e não foi desenvolvida posteriormente.

Como resolver o problema? O definimento do Estado não pode ser um ato jurídico por motivo óbvio: requer um Estado para sua execução. Para Naves (2014, p. 94-95, grifo do autor),

A transição socialista implica um complexo conjunto de iniciativas de massa, que propiciem gradativamente a *recuperação, em uma escala social, da unidade entre os meios de produção e o trabalhador direto*, unidade esta cujo rompimento, como vimos, marca o nascimento da relação de capital.

O que permitiria superar a existência do Estado. A meu ver, a solução de Naves não se aplica tanto porque não é possível uma mobilização permanente, quanto porque esta mobilização supõe um dever-ser que a sustente e legitime seus atos individuais e coletivos nos inúmeros casos particulares do “complexo conjunto de iniciativas de massa”.

Para superar o problema colocado pela tese do definimento do Estado, sugiro relacioná-la com a tese do direito dos produtores, presente no mesmo texto em estado prático, onde Marx (2012, p. 30) afirma que

O tempo individual de trabalho do produtor individual é a parte da jornada de trabalho que ele fornece, é sua participação nessa jornada. Ele recebe da sociedade um certificado de que forneceu um tanto de trabalho [...], e com esse certificado, pode retirar dos estoques sociais de meios de consumo uma quantidade equivalente a seu trabalho. A mesma quantidade de trabalho que ele deu à sociedade em uma forma, agora ele a obtém de volta em outra forma. [...]. Por isso, o *igual direito* é ainda, de acordo com seu princípio, o *direito burguês*, embora princípio e prática deixam de se engalfinhar, [...]. O direito dos produtores é *proporcional* a seus fornecimentos de trabalho; a igualdade consiste aqui, em medir de acordo com um *padrão igual de medida: o trabalho*.

Embora Marx não declare, essas duas teses têm sentidos complementares, primeiro porque coloca em perspectiva histórica a transição do capitalismo ao comunismo como processo, não como ato, segundo, porque a tese do direito dos produtores implica uma forma jurídica e um Estado transformados nesta fase de transição. Para avançar nessa reflexão é preciso explicitar a problemática teórica que está implícita: que forma jurídica pode conter os elementos da sua própria dissolução?

A resposta para esta pergunta exige o cotejamento da forma jurídica com o objeto que ela regula: as relações sociais de produção. Na polêmica com as teses de Lassalle⁶, Marx pergunta (2012, p. 27): “As relações econômicas são reguladas por conceitos jurídicos ou, ao contrário, são as relações jurídicas que derivam das relações econômicas?” Como a pergunta tem a função retórica de sustentar a polêmica, Marx não oferece, neste texto, a resposta que se encontra n’*O Capital*, onde ele afirma que para a troca de mercadorias,

[...] é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum à ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a situação econômica. (MARX, 1983, p. 79).

É notável o uso que Marx faz do seu conhecimento da teoria do direito para a análise das relações econômicas, mas não no sentido estritamente normativo, como desenvolvo em seguida. Nessa relação de vontade consiste o direito como faculdade de obrigar (KANT, 2005), ou seja, uma relação jurídica como correspondência entre o direito de um e a obrigação de outro quanto a um interesse material sobre o qual incide o direito subjetivo (WEBER, 1999), enquanto faculdade subjetiva, a vontade livre que se põe num objeto externo, conforme um sistema normativo (KELSEN, 1974), esquema que supõe uma autoridade mediadora com poder coercitivo: o Estado.

Para Kelsen, na teoria pura do direito o sistema normativo tem como categoria central

⁶ Em 1875 realizou-se na cidade de Gotha o congresso de unificação da Associação Geral dos Trabalhadores Alemães e o Partido Social-Democrata dos Trabalhadores, fortemente influenciado pelas teses de Lassalle, contra as quais Marx escreve a *Crítica do programa de Gotha*.

[...] o conceito de pessoa como a personificação de um complexo de normas jurídicas, a reduzir o dever ao direito subjetivo (em sentido técnico) à norma jurídica que liga uma sanção a uma determinada conduta de um indivíduo e ao tornar a execução de sanção dependente da acção judicial a tal fim dirigida; quer dizer: reconduzindo o chamado direito em sentido subjetivo ao Direito objetivo. (KELSEN, 1974, p. 265).

Para Almeida (2013, p. 234) “a reflexão filosófica atual sobre a *pessoa* acentua a visão da *pessoa* não como algo permanente e imutável, mas como um ser em contínua transformação, portanto, incompleto, inacabado, evolutivo, isto é, mutável, propriamente”, “um contínuo devir” (COMPARATO⁷ apud ALMEIDA, 2013). Ainda que a filosofia atual tenha incorporado ao conceito de pessoa a noção de inacabamento, de movimento de autoaperfeiçoamento, seu núcleo básico continua sendo

[...] aquele sujeito a quem se podem imputar suas próprias ações. Em Kant, o homem possui um valor absoluto que ele detém em vista de sua *pessoa*; enquanto ser racional e, como tal, a *pessoa* é entendida como sujeito autônomo que age segundo a determinação de vontade, não por leis da natureza, mas consoante aos ditames da própria razão pura e também da razão prática, o que lhe possibilita ser livre. (ALMEIDA, 2013, p. 231, grifo do autor).

Segundo este conceito, o ser da pessoa é “em si mesmo”, anterior e independente de qualquer relação com a natureza e com o mundo dos homens, por isso dependente de uma ontologia metafísica que mantém forte afinidade teológica. A crítica desta ontologia se dirige menos a esta afinidade teológica que à pretensão de singularidade fundada “em si mesma”, pois isto supõe indivíduos que, enquanto tais, nada devem da sua constituição aos outros indivíduos com os quais se relacionam, ou seja, um indivíduo abstraído da sociedade a que pertence, ainda que se lhe agregue as circunstâncias. Esta concepção sustenta a representação ideológica da sociedade como um agregado de indivíduos, além de atender à demanda subjetiva dos indivíduos de singularizar-se, ainda que

⁷ COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2005.

na experiência cotidiana das nossas comunicações costumemos inverter esta representação nos referindo, implícita ou explicitamente, aos outros indivíduos como membros dos mais diversos coletivos (do clube da esquina à nação) como um pertencimento que importa para o modo como nos relacionamos com eles.

A crítica do direito de Marx opõe a este conceito de “pessoa como a personificação de um complexo de normas jurídicas” o de indivíduo como personificação de categorias econômicas, como esclarece a continuação da sua análise da troca:

As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas, como portadores das quais elas se defrontam. (MARX, 1983, p. 80).

Para Kelsen (1974, p. 155) em Marx

[...] o Direito não seria um sistema de normas, mas um agregado de relações econômicas nas quais se realiza a exploração dos dominados pela classe dominante. Como um sistema de exploração, tem de ter carácter coactivo, quer dizer: tem de estar essencialmente ligado ao aparelho de coacção do Estado. A sociedade sem classe e sem exploração do comunismo é, por isso, uma sociedade sem Estado e sem direito.⁸

Apesar dos equívocos dessa crítica, ela adquiriu foros de plausibilidade na literatura, talvez por se assentar na noção de sistema de exploração, que ocupa um lugar central na teoria social de Marx. Pasukanis oferece uma interpretação alternativa consistente ao observar que “A dogmática jurídica esquece a [esta] sucessão histórica e começa pelo resultado acabado, pelas normas abstratas pelas quais o Estado preenche, por assim dizer, todo o espaço social, ao conferir propriedades jurídicas a todas as ações que se realizam” (PASUKANIS, 1989, p. 64) páginas à frente se encontra um complemento para esta crítica:

⁸ Cf. KELSEN, *The Communist Theory of Law*, p. 2 e ss.

O escravo é totalmente subordinado ao seu senhor e é precisamente por esta razão que esta relação de exploração não necessita de nenhuma elaboração jurídica particular. O trabalhador assalariado, ao contrário, surge no mercado como livre vendedor de sua força de trabalho⁹ e é por isso que a relação de exploração capitalista se mediatiza sob a forma jurídica de contrato (PASUKANIS, 1989, p. 82).

Escravo e trabalhador assalariado são categorias simultaneamente econômicas e jurídicas; o primeiro é propriedade, o segundo, proprietário de si mesmo.

São essas relações sociais de produção (comunitárias, servis, escravocratas e assalariadas) que Marx considera a base das relações jurídicas, porque é conforme o lugar ocupado nelas pelo indivíduo que se considera legítima ou não sua postulação de direito; daí que o direito enquanto sistema ideológico normativo seja uma representação abstrata dessas relações, ou, como afirma Pasukanis (1989, p. 91), “Em realidade, a categoria sujeito de direito é evidentemente abstraída do ato de troca que ocorre no mercado.”

Este postulado de Pashukanis mereceu da parte de Poulantzas (1969, p. 136) a crítica de que

[...] el derecho privado consiste en un orden de relaciones sociales imitado de las relaciones de los poseedores de mercancías. Se asemeja a una concepción puramente *instrumentalista* de las superestructuras, que ve en ellas un elemento de la estructura social directamente determinado por la base económica, de la que se limita a seguir sus meandros y caminos, más o menos fielmente, como simple apéndice.

Alternativamente, Poulantzas (1969, p. 158) afirma que as “[...] características del derecho moderno sólo pueden ser científicamente descifradas a partir de las “*relaciones de producción*” capitalistas en el estricto sentido”; definição segundo a qual

⁹ Como Kelsen toma por objeto a abstração (a vontade livre separada da força de trabalho), ele não pode compreender o peso das relações econômicas capitalistas, baseadas na mercantilização da força de trabalho, para a forma jurídica.

[...] las *relaciones de producción* consisten en general en *formas de combinación* entre ciertos elementos constituidos por el *trabajador* (el productor directo), los *medios de producción* (objetos y medios de trabajo), y el *no-trabajador* que se apropia del trabajo excedente (POULANTZAS, 1969, p. 151, grifo do autor).

Sendo as relações de produção capitalistas caracterizadas pela propriedade jurídica dos meios de produção pelo capitalista (o não-trabalhador) e a apropriação real pelo trabalhador.

A crítica de Poulantzas tem uma falha semântica e uma teórica. A semântica consiste em substituir o postulado de “categoria sujeito de direito abstraída do ato da troca” pela de “ordem de relações sociais imitada das relações entre possuidores de mercadorias”, o que sustenta a suposição de uma concepção puramente instrumental das superestruturas. A teórica:

[...] o processo do valor de troca que a circulação desenvolve, não só respeita a liberdade e a igualdade: ele próprio as cria e lhes serve de base real. Como ideias abstratas são expressões idealizadas das suas diversas fases; o seu desenvolvimento jurídico, político e social é apenas a sua reprodução noutros planos. Aliás, esta afirmação foi historicamente verificada. Esta trindade – propriedade, liberdade e igualdade – foi em primeiro lugar formulada teoricamente, nesta base, pelos economistas italianos, ingleses e franceses dos séculos XVII e XVIII; mas não só: estas três entidades só foram realizadas na moderna sociedade burguesa (MARX, 1971, p. 293).

Ora, justamente porque “as relações de produção capitalistas se caracterizam pela propriedade jurídica dos meios de produção pelo capitalista (o não-trabalhador) e a apropriação real pelo trabalhador” no processo produtivo, como consequência da separação dos produtores diretos dos meios de produção, é que tal processo tem como pressuposto a esfera da circulação, onde trabalhador e capitalista se defrontam como possuidores de mercadoria. Claro, o processo produtivo também é pressuposto da esfera da circulação, mas isto significa tão-só que no modo de produção capitalista, a estrutura econômica é constituída pela unidade dialética de ambas as esferas: da produção e da circulação. Assinale-se

que também Pashukanis não explora essa unidade, como aqui se procura fazer; unidade que ajuda a explicar porque apenas no capitalismo o direito adquire plena vigência (a relação jurídica – no sentido empregado por Marx – coincide com o sistema ideológico normativo), uma vez que a separação dos produtores diretos dos meios de produção permitiu estender-lhes o estatuto de sujeito de direito.

Como assinala Marx, este estatuto jurídico liberou o produtor direto do jugo do senhor e, simultaneamente, o acorrentou à escravidão assalariada, na medida em que a liberdade jurídica, para o produtor direto, consiste em pôr-se à disposição da vontade do capitalista (e pôr-se à disposição da vontade de outro é a negação da própria liberdade, ou seja, uma contradição) porque seu atributo subjetivo capacidade de trabalho não tem valor de uso para si mesmo, o que constitui uma heteronomia material (PINHEIRO, 2015).

Esta heteronomia consiste numa abstração na figura do próprio indivíduo trabalhador, ou seja, na separação entre a *pessoa* que existe nele, tutelada pelo Estado, e sua capacidade de trabalho, regulada pelo mercado, cujo preço¹⁰ de utilização depende da vontade de outro. Daí por que o princípio da dignidade e a tutela do direito do trabalho vivam em permanente conflito, pois são regidos por determinações distintas que não encontram base material de conciliação, ou seja, uma determinação comum. A única saída é a fuga para frente, largamente utilizada pelo pensamento liberal, que consiste em formular novos conceitos ideológicos, submetê-los à experimentação do ordenamento institucional e do aparato administrativo do Estado até que a experiência os torne obsoletos e o ciclo recomeça pela formulação de novos conceitos ideológicos.

O DIREITO DOS PRODUTORES

Na seção anterior desenvolvi os elementos gerais de uma crítica dos direitos civis como direito da pessoa, o que permite agora desenvolver

¹⁰ Não é ocioso assinalar que, em Marx, preço é a expressão da oferta e da procura, diferente de valor, que corresponde ao tempo médio socialmente necessário para a produção da mercadoria (força de trabalho inclusa), razão pela qual as mercadorias são vendidas abaixo ou acima do seu valor, o que a economia liberal não pode explicar porque trata ambos os conceitos como sinônimos.

uma análise prospectiva dos direitos civis como direitos dos produtores, conforme a tese de Marx acima mencionada. Como visto anteriormente, o conceito de pessoa como a capacidade de agir racionalmente conforme a vontade promove uma dupla abstração: abstrai o indivíduo da sociedade e a vontade do corpo que a encarna.

A ideologia jurídica tem dois fortes apelos enquanto ideologia¹¹ que interpela os indivíduos como pessoas, sujeitos de direito, ambos contidos no próprio conceito de *pessoa*: o humanismo, que sustenta o princípio da dignidade humana que cada indivíduo reclama para si, e o teológico, que mesmo cedendo espaço para que a noção de homem figure no centro do sistema jurídico para sustentar a autonomia da vontade, mantém-se como a referência última daquele conceito. Vale lembrar que Kelsen colocou neste lugar de referência última do sistema jurídico o conceito de norma fundamental pressuposta, mas tal conceito não logrou alcançar o peso de princípio, como o de dignidade humana, cuja ressonância religiosa é evidente.

A tese de Marx do direito dos produtores não menciona a dignidade humana e a autonomia da vontade como princípios que regem a relação entre particulares: isto sugeriria que na substituição do conceito de *pessoa* pelo de *produtores* esses princípios seriam descartados?

A meu ver, a definição de comunismo como trabalho livre e associado (MARX, 1980) permite responder negativamente a esta questão, pois os termos “trabalho livre e associado” pressupõem um dever-ser que implica tais princípios e, ao mesmo tempo, mantém uma relação de afinidade lógica com a tese do *direito dos produtores*, na medida em que, nesta expressão, o termo *produtores* rege o termo *direito*, assim como na expressão *direitos do homem*, *homem* rege *direitos*. Todavia, a ausência das expressões dignidade humana e autonomia do texto de Marx exige uma explicação, já que são legitimamente reclamados pelo indivíduo como constitutivos da sua personalidade.

¹¹ O primeiro uso do termo ideologia, nesta frase, tem o sentido de sistema, o segundo, de prática, ou seja, o direito enquanto sistema que interpela os indivíduos (ALTHUSSER, 1996; THERBORN, 1980) através das instituições estatais instando-os a atuar como sujeitos do sistema.

Na verdade, Marx desloca os princípios contidos em tais expressões do lugar teórico de conceitos estruturantes de uma teoria ideológica do humanismo (por que parte de uma ideia de homem) para o lugar de objeto numa teoria científica do humanismo (porque busca conhecer o homem real). Em seu pequeno artigo intitulado *Nota complementar sobre o “humanismo real”*, Althusser observa que na sexta *tese sobre Feuerbach* de que o “homem é o conjunto das relações sociais” há uma inadequação entre o conceito homem e sua definição, “o conjunto das relações sociais”. Essa inadequação significa que,

[...] para encontrar a realidade à qual se faz alusão na busca pelo homem real e não mais pelo homem abstrato, é preciso *passar à sociedade* e dedicar-se à análise do conjunto das relações sociais. Na expressão humanismo-real, eu diria que o conceito “real” é um conceito prático, o equivalente de um *signal*, de uma placa de sinalização, que indica qual movimento se deve efetuar, e em que direção, até onde é preciso *se deslocar* para se achar não mais no céu da abstração, mas na terra real (ALTHUSSER, 2015, p. 204, grifo do autor).

A análise empreendida aqui visa a esse deslocamento do homem abstrato ao real, não por proclamação, como critica Althusser, mas por se apoiar nas relações que o constituem enquanto tal.

Se se toma em consideração que, na *Contribuição para a crítica da economia política*, Marx (1971) aponta que há uma *diferença* entre a forma real (relações sociais de produção) e a ideal (forma jurídica) na sociedade capitalista, o que ele faz, na *Crítica do programa de Gotha*, é deslocar aqueles princípios do lugar de categorias explicativas, portanto estruturantes da forma jurídica, para o de objetivo a ser alcançado pela *equalização* da relação jurídica (cuja base são as relações sociais de produção) com a forma jurídica (o direito enquanto sistema ideológico) na fase de transição da sociedade comunista (MARX, 2012). Como assinala Losurdo (1990, p. 41), “O conceito de *homem* e de *direitos do homem* é o resultado, não de um processo de regressão à pureza de uma natureza mítica, mas de um gigantesco progresso histórico”. Antes, não havia direitos do homem, mas dos gregos, dos romanos etc., quanto ao direito das gentes, e dos chefes de família, quanto aos direitos de cidadania, excluindo-se as mulheres e

filhos, os escravos e servos. Entretanto, sob relações sociais de produção capitalistas, este *homem* protegido pelos *direitos do homem* se identifica integralmente com a *pessoa*, abstraída sua potência (ESPINOSA, 1997), como atributo subjetivo que o trabalhador põe à disposição do capitalista e, como a potência é inseparável da vontade (núcleo de conceito de pessoa), a não ser como abstração, o trabalhador mantém uma relação heterônoma com o capitalista. Sem tomar em consideração essa abstração, é impossível compreender porque a liberdade jurídica, concebida como *liberdade natural* pela ciência jurídica, é escravidão assalariada para Marx. Portanto, o que está no horizonte da análise de Marx é a substituição do conceito abstrato de homem, considerado apenas como vontade, pelo concreto, unidade da vontade e da potência. O uso do termo produtor se justifica, então, por permitir referir esta unidade constitutiva do humano, ao passo que, paradoxalmente, o termo homem leva à abstração já criticada.

Esse deslocamento das categorias *dignidade da pessoa* e *autonomia da vontade* leva ao abandono daquela ontologia metafísica acima criticada e, portanto, à adoção de uma outra, oferecida por Balibar (1995, p. 47):

A ideologia alemã expõe uma “ontologia da produção” [...]. Mais exatamente, é a produção de seus próprios meios de existência, atividade simultaneamente individual e coletiva (transindividual), que o transforma ao mesmo tempo que transforma irreversivelmente a natureza, e que assim constitui “a história”.

Numa alentada análise das *Teses sobre Feuerbach*, Balibar retoma essa concepção de ontologia: “[...] a filosofia materialista “temprana” de Marx estava referida a uma “ontología de la relación¹²”, donde la relación básica no es la “individualidad” sino la “transindividualidad” (o un concepto de lo individual que incluye siempre-ya sus relaciones –o dependencias— con otros individuos)” (BALIBAR, 2016, p. 201), acrescentando em nota de rodapé tratar-se da “[...] posibilidad de ver “relaciones” y no “términos”

¹² “De certa forma, sucede ao homem como à mercadoria (Marx se refere ao fato de que os objetos só adquirem qualidade de mercadoria na relação de troca – JP). Pois ele não vem ao mundo com um espelho, nem como um filósofo fichtiano: eu sou eu, o homem se espelha primeiro em outro homem. Só por meio da relação com o homem Paulo, como seu semelhante, reconhece-se o homem Pedro a si mesmo como homem. Com isso vale para ele também o Paulo, com pele e cabelos, em sua corporalidade paulínica, como forma de manifestação, como forma de manifestação do gênero humano” (MARX, 1988, p. 57).

o “sustancias”, como categorías primarias de la comprensión de lo real” (BALIBAR, 2016, p. 201).

Por outras palavras, o que constitui os indivíduos humanos enquanto tais não é um princípio ético qualquer tomado como ontológico, mas as relações (que suportam diferentes éticas) nas quais estão inseridos, porque o indivíduo isolado não existe, a não ser como abstração de um teoria ideológica, porque o indivíduo pressupõe sempre-já relações com outros indivíduos, das quais depende sua constituição enquanto indivíduo membro de uma determinada comunidade, daí por que o indivíduo manter com a comunidade inclusiva da qual é membro uma relação de constituição/reprodução/transformação porque ele é constituído enquanto tal, na e pela comunidade, só então ele pode atuar para a reprodução ou transformação da forma social (PINHEIRO, 2014). Entre as relações dos indivíduos entre si, tem primazia as relações sociais de produção porque elas articulam as categorias da produção econômica (trabalhador e capitalista nas sociedades capitalistas), que atende à necessidade da reprodução material da sociedade, à categoria jurídico-política sujeito de direito e à forma de consciência requerida (individualista nas sociedades capitalistas), ou seja, as relações sociais de produção consistem naquele mecanismo que produz o efeito de sociedade¹³, porque é estruturante do conjunto das relações sociais e, por isso, também o efeito de conhecimento.

É neste ponto que o direito dos produtores se torna inteligível. Deixo de lado as relações servis e escravocratas, para examinar exclusivamente as de assalariamento. Como dito anteriormente, estas relações constituem para Marx (1971) a base da relação jurídica. Como toda relação é constituída de posições (lugares) definidas uma por oposição à outra, nas relações sociais de produção capitalistas estas posições são definidas pelo lugar de proprietário ou não proprietário dos meios de produção (lugares de dominação e subordinação, respectivamente), o que especifica as relações sociais de produção capitalistas é a separação entre produtores diretos e meio de produção sob o regime da propriedade privada capitalista e o conseqüente assalariamento.

¹³ Cf. (ALTHUSSER, 1996).

Para Marx, os direitos postulados pelo indivíduo são relativos a estes lugares, o que é claro para as diversas formas de servidão e para a escravidão, já que o servo é considerado parcialmente capaz de ato de vontade e, o escravo, por ser propriedade, incapaz de ato de vontade; entretanto, sob relações sociais de produção capitalistas proprietários e não proprietários dos meios de produção são considerados capazes de atos de vontade, na medida em que os não proprietários (produtores diretos) foram separados dos meios de produção. A partir de então passam a circular no mercado como vontades livres, oferecendo sua potência (força de trabalho) para prover a satisfação das suas necessidades.

A circulação dos produtores diretos (não-proprietários) como vontade livre os iguala juridicamente aos proprietários, ocultando através do conceito de *pessoa* que a igualdade ideal está ancorada na desigualdade material, o que, ironicamente, coloca intransponíveis limites para a plena realização do ideal de dignidade e autonomia contido naquele conceito. Apesar disso, a ideologia jurídica goza de grande legitimidade justamente porque ninguém está obrigado a nada senão em virtude da lei, mas, como procurei demonstrar, a contradição interna à ideologia jurídica (da qual a lei é parte) não é evidente, embora opere necessariamente sabotando o ideal de justiça que alardeia.

Seja como for, a análise desenvolvida até aqui permite opor ao direito da pessoa, personalidade jurídica abstrata, cuja vontade livre dirigida a uma coisa exterior exclui todas as demais, núcleo do direito civil burguês, o direito do produtor, cuja prerrogativa de postular direito é determinada pela unidade da vontade e da potência, o indivíduo concreto. Qual a diferença entre ambos no que se refere à propriedade? No direito da pessoa o *dever-ser* é determinado por uma norma abstrata¹⁴, a propriedade aparece como uma coisa exterior à qual incide apenas a vontade livre, como se tal coisa simplesmente existisse, como se não fosse produzida pelo concurso da potência de muitos sob relações sociais de produção determinadas que

¹⁴ Por definição, toda norma é abstrata, na medida em que é uma determinação geral para aplicação a casos particulares, por isso, não é esse tipo de abstração que se critica aqui, mas a origem abstrata, deduzida do conceito ideológico de *pessoa*. É dessa ordem a lei, quando Rudolf von Ihering, em *Teoria simplificada da posse* 2002, afirma que “[...] a segurança do possuidor não se baseia em se acharem em situação de excluírem a ação de pessoas estranhas (Savigny), mas em proibir a lei esta ação: apoia-se, pois, não num obstáculo *físico*, e sim em um *jurídico*” (IHERING, 2002, p. 56).

medeiam a apropriação individual¹⁵, porque distribui os indivíduos em lugares relativos aos meios de produção. É esta volição sem nenhuma outra determinação que sua natureza abstrata que permite um querer ilimitado, ou seja, a acumulação *ad infinitum*, uma ética segundo a qual, “do que pertence a cada um, nada é devido aos demais”, pois todos circulando no mercado como vontade livre o limite é o imperativo “[...] age segundo uma máxima que possa ao mesmo tempo ter valor de lei geral¹⁶” (KANT, 2005, p. 40).

Ora, esse princípio ético é pura abstração sem efetividade, uma vez que o trabalho individual não é dotado da autossuficiência nele pressuposta, o que torna este princípio contraditório com o fato de o trabalho individual se realizar em condições de socialização da produção, incluindo-se todo o desenvolvimento técnico passado incorporado às forças produtivas, a integração funcional e infraestrutural interna às cadeias produtivas e entre elas e a forma de cooperação (ela mesma uma força produtiva, assinala Marx n’*O Capital*) no processo produtivo. Dessa socialização da produção resulta que, o que pertence a cada um nada mais é que a alíquota parte do trabalho social apropriada pelo indivíduo segundo normas jurídicas emanadas da troca e, esta, por sua vez, limitada na forma (obrigação de reciprocidade, operação de compra e venda, contrato) e na extensão (a apropriação pela compra e venda e pelo contrato se estende a tudo e todos no capitalismo) pelas relações sociais de produção que, nunca é ocioso recordar, são caracterizadas pela distribuição dos indivíduos em lugares definidos pela propriedade dos meios de produção.

Como no modo de produção capitalista o produto do trabalho circula num mercado concorrencial, cada um pode se apropriar de uma alíquota parte do produto social conforme sua capacidade de competir nesse mercado; capacidade determinada pela propriedade dos meios de produção e pelo lugar ocupado no processo produtivo. Convém aduzir

¹⁵ Karl Marx trata dessa questão no capítulo *Formas que precederam a produção capitalista*, dos *Grundrisse*, (MARX, 2011, p. 388), e em vários outros momentos da sua obra.

¹⁶ O problema não está na máxima em si, da qual é impossível discordar nesse nível de abstração, mas no fato de que ela é socialmente irrealizável nas condições heterônomas das relações sociais de produção capitalistas. Esta é a causa da prodigiosa produção ideológica para estimular os indivíduos a agirem praticamente conforme essa máxima, objetivo nunca alcançado porque eles estão muito ocupados na busca de superação dos seus concorrentes, além de a máxima em nada contribuir para este resultado visado.

que, devido ao elevado grau de divisão social do trabalho no capitalismo, o processo produtivo apresenta uma gama igualmente elevada de lugares neste processo. Assim, a apropriação através das operações de compra e venda e do contrato, condicionada pelo lugar ocupado no processo produtivo, explica tanto porque a concorrência entre indivíduos juridicamente atomizados tem o efeito ideológico de fazer parecer a este indivíduo que “do que pertence a cada um, nada é devido aos demais”, como o fato de que o capitalismo produz incessantemente riqueza e miséria. Explica também porque no certame capitalista, diferentemente do esportivo, a cada rodada o vencedor acumula mais capacidade econômica, jurídica e política de competir, enquanto o perdedor vê esta sua capacidade diminuir. Essa contradição está subjacente aos sintomas sociais mórbidos contemporâneos: sofrimento psicológico em massa, delinquência descontrolada, fundamentalismos, ódio aos perdedores, deboche do sofrimento alheio etc.

Diferentemente do direito da pessoa, no direito do produtor o *dever-ser* é determinado pelo “trabalho livre e associado”, desfaz-se a ilusão do querer *ad infinitum*, porque confronta o produtor com o fato da produção, cuidadosamente deslocado para as brumas da facticidade pela ciência jurídica, o mundo exterior à pessoa, a “coisa em si”, incognoscível; o “trabalho livre e associado”, ao contrário, torna transparente para o produtor que a propriedade individual é determinada pela unidade da vontade (determinada pela natureza ontológica das relações que o produtor mantém com os demais produtores) e da potência (força de trabalho), ou seja, cada um pode reivindicar como seu o equivalente ao seu trabalho¹⁷ porque é parte do esforço coletivo, assim como que as melhores condições para a satisfação das necessidades individuais derivam da melhor cooperação do “trabalho livre e associado”.

Destarte, diferentemente do direito subjetivo da pessoa, definido abstratamente por normas permissivas, proibitivas e imperativas¹⁸; o do produtor baseado no “trabalho livre e associado” deve ser formal e material

¹⁷ Nesta fase, a diferença entre o que cada um recebe é relativa à diferença do trabalho que presta à comunidade (talento, qualificação, capacidade de trabalho etc.), numa fase já mais desenvolvida se aplica o lema “de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo sua necessidade”.

¹⁸ Cf. (WEBER, 1999.)

(concreto, portanto, expressão da sua unidade), o que implica que: 1) quem declara um direito (normas permissivas), também se declara solidário à obrigação¹⁹ correspondente (normas imperativas), daí resulta; 2) por um lado, que o objeto sobre o qual incide o direito subjetivo guarda relação de determinação pela unidade²⁰ entre vontade e capacidade (normas proibitivas) e, por outro, que este direito corresponde à obrigação de contribuir para a constituição do fundo público e, por conseguinte, como portador de direito individual; 3) é solidário no direito e na obrigação coletiva de participação nas instituições reguladoras encarregadas de exercer o poder gestor e coercitivo que, neste contexto, só pode retirar legitimidade da soberania reunida, pois tal poder de obrigar deriva da condição igualitária de todos, em face dos meios de produção²¹. Dessa forma concreta resulta que a relação solidária entre direito e obrigação é o objeto sobre o qual cada um e todos podem ordenar, proibir ou permitir aos outros, determinadas ações.

Marx pensa emancipação comunista,

[...] como um livre desenvolvimento da individualidade, tornada possível pela *inversão* de uma subsunção: da subsunção dos indivíduos à divisão social do trabalho passa-se à subsunção dos indivíduos livremente associados, da sua divisão social do trabalho (nota suprimida). A livre associação dos indivíduos é uma condição dessa inversão da subsunção e, por consequência, a liberdade real assim conquistada para cada um tem uma dimensão social e cria um novo tipo de relação entre a liberdade de múltiplos indivíduos, em oposição à relação conflitual das liberdades pensadas pela tradição liberal. Então, Marx deduz daí assim a definição diferencial característica de seu conceito de liberdade: na livre associação, “o livre desenvolvimento de cada um é a condição do desenvolvimento de todos”²² (TEXIER, 1990, p. 49).

¹⁹ No direito burguês, os direitos e as obrigações são contrapostos, ou seja, o direito e a obrigação de um excluem o direito e a obrigação de outro e vice-versa. Nessa forma aqui proposta, os direitos de um e outro não se excluem porque a obrigação é solidária como condição de realização dos direitos de todos, de modo que as normas proibitivas visam à proteção dessa solidariedade entre direito e obrigação.

²⁰ Na ideologia jurídica burguesa o querer é ilimitado devido à separação entre vontade e capacidade, mas essa ideologia guarda um silêncio sepulcral sobre a heteronomia implícita nessa separação.

²¹ Desenvolvi esta forma em *Liberdade e igualdade: da abstração à concreção*. *Revista Novos Rumos*, Marília, v. 53, n. 1, 1. sem. 2016.

²² MARX, K; ENGELS, F. *Manifeste du Parti Communiste*. Paris: édition bilingue/Éditions Sociales, 1972. p. 89.

Em vista dessa concepção, a tarefa da dogmática passa a ser a dedução de um sistema normativo deste conceito de direito do produtor (o indivíduo concreto: unidade da vontade e da potência), que tem por referência relações sociais de produção comunitárias.

No contexto de uma definição do direito dos produtores baseada numa análise prospectiva, como aqui se procurou fazer, e considerando que tal direito não foge à regra de ser a expressão ideológica de relações sociais de produção, neste caso, comunitárias; o conceito de tais relações precisa ser pelo menos esboçado para servir de ancoragem à definição proposta. Para formular esse esboço limito-me a duas referências: 1) algumas observações de Lenin sobre a organização da produção e 2) a experiência venezuelana das Empresas de Produção Social e de controle operário na Revolução Bolivariana. Assim, para esboçar o conceito de relações sociais de produção comunitárias sugiro utilizar o mesmo critério de definição das demais relações sociais de produção, ou seja, o de lugar definido pela propriedade dos meios de produção em tais relações, combinado com a distribuição das faculdades do direito de propriedade (direito de usar – *Jus utendi*, direito de gozar – *Jus fruendi*, direito de dispor – *Jus abutendi*, direito de reivindicar – *rei vindicatio*)²³, entre esses lugares segundo as implicações lógicas da relação de solidariedade entre direito e obrigação e forma do direito subjetivo concreto, acima definido. Para isso, examino a seguir as duas referências para extrair delas as indicações para o esboço do conceito de relações sociais de produção comunitárias.

Lenin. Em um texto de março de 1918, refletindo sobre as tarefas imediatas do poder soviético quatro meses após a consolidação da vitória bolchevique, depois de examinar as condições econômicas do país, o imperativo de elevar a produtividade do trabalho e, em consequência desse exame, apresenta argumentos a favor da conjugação do emprego dos especialistas, inclusive com remuneração melhor, com o controle operário²⁴, Lenin (1977, p. 64-65) afirma que

²³ Cf. (DINIZ; DINIZ; REISSINGER, 2009).

²⁴ “Devido ao fato de que não se tinha ainda definido claramente a maneira como deveriam ser administradas as empresas soviéticas, admitiu-se, a título de transição para a direção única, diversas combinações em matéria de gestão da indústria: 1. Um administrador, escolhido entre os operários, assistido no plano técnico por um engenheiro especialista; 2. Um engenheiro especialista dirige praticamente a empresa, assistido por um

A tarefa que incumbe à República socialista pode ser formulada brevemente assim: devemos introduzir em toda a Rússia o sistema Taylor e a elevação científica, à americana, da produtividade do trabalho, acompanhando da redução da jornada de trabalho, da utilização de novos procedimentos de produção e de organização do trabalho sem causar o menor dano à força de trabalho da população trabalhadora. Ao contrário, a introdução do sistema Taylor, orientado corretamente pelos próprios trabalhadores, se eles são suficientemente conscientes, será o meio mais adequado de assegurar no futuro uma redução considerável da jornada de trabalho obrigatória para o conjunto da população trabalhadora, será o meio mais seguro para realizarmos em um lapso de tempo relativamente breve uma tarefa que se pode formular aproximadamente assim: seis horas de trabalho físico por dia para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho de administração do Estado.

A importância de citar Lenin aqui, ao contrário do que supõe a vulgata, não é porque encontrar-se-ia nele um modelo acabado de socialismo, mas porque ele insiste reiteradamente em duas premissas metodológicas (tanto teórica como prática) necessárias ao desenvolvimento do socialismo: 1) a análise histórica, do dado concreto, da experiência (tanto política como econômica) dos trabalhadores sob o capitalismo na Rússia e, 2) a experiência de organização coletiva dos próprios trabalhadores com vistas à transição para o socialismo²⁵. Portanto, não se trata de conceber idealmente

comissário escolhido entre os operários, gozando de direitos estendidos e assegurado se ocupar de todos os aspectos da empresa; 3. Um diretor especialista, assistido por um ou dois comunistas tendo o direito e o dever de se ocupar de todos os setores da direção da fábrica, todavia sem ter o direito de suspender as decisões do diretor; 4. Um pequeno coletivo unido a um responsável por todo o trabalho. Essas formas de organização da direção da indústria foram adotadas no 9.º Congresso do P.C. (Cf. Le PCUS dans les résolutions et les décisions de ses congrès, de ses conférences et de ses séances plénières du Comité Central, première parti, 1954, p. 483) p. 538.” In: LÉNINE, V. *Oeuvres choisies*. tome 3. nota 613. Paris: Editions sociales, 1959.

²⁵ Como é sabido, a luta de classes na Rússia soviética desembocou no aniquilamento dessa experiência de controle operário da produção que começa a se desenvolver com a tomada do poder e, basicamente, é interrompida com a morte de Lenin. Citar seus pronunciamentos sobre a matéria visa tão-só indicar que essas duas premissas nunca foram abandonadas por ele na análise do processo de substituição das relações sociais de produção capitalistas por comunistas; apenas são acrescidas de problemas, dificuldades e aprendizagens decorrentes da própria luta pela consolidação do controle operário, o que aparece em pronunciamentos posteriores, entre os quais, indico alguns que me parecem bastante ilustrativos: *Discours au II^e Congrès des Conseils Economique*, tome 28, decembre 1918; *L'économie et le politique à l'époque de la dictature du proletariat*, tome 30, novembre 1919; *Les tâches des syndicats*, tome 28, decembre 1918/janvier 1919; *Projet de programme do P.C. (b)R*, tome 29, 1919; *À nouveau les syndicats, la situation actuelle et les erreurs de Trotski et Boukharine*, tome 32, janvier 1921; *Projet de thèses sur le rôle et les tâches des syndicats dans les conditions de la nouvelle politique économique*, tome 42, 30 decembre 1921.

um conceito de relações sociais de produção comunitárias para, em seguida, criar artificialmente a organização correspondente, à semelhança do socialismo utópico, mas de construir tal conceito a partir da experiência histórica e, à medida que esta avança, desenvolver teórica e praticamente o conceito. O fato de Lenin cobrar do Comissariado do Povo para a Justiça um direito civil adequado ao poder dos soviets indica que ele considerava tal direito a norma que regeria a articulação entre as organizações populares e o Estado ou, nos termos aqui propostos, a articulação do todo social (econômico, jurídico-político e ideológico)²⁶ por novas relações sociais de produção. Enfim, as regras que mediarão as relações de intercâmbio econômico entre os indivíduos enquanto personificação das categorias econômicas²⁷, não mais entre capitalistas e trabalhadores assalariados, mas entre comunidade dos produtores e produtores individuais.

A Revolução Bolivariana. Esta revolução, de caráter democrático-popular, apresenta diferentes fases (PINHEIRO, 2014), radicalizando-se após o fracassado golpe de 11 de abril de 2002. Um dos desdobramentos deste golpe é que a partir de 2005, Chávez passa a associar as bandeiras do bolivarianismo à luta pelo socialismo²⁸. Nesta fase da Revolução Bolivariana, os grupos e organizações que levantavam a bandeira socialista no campo do chavismo avançam em suas lutas, inclusive conquistando a aprovação de uma legislação que busca assegurar efetividade ao conceito de democracia participativa protagônica, constante da Constituição de 1999, no qual se baseia tanto a reivindicação quanto a experiência de controle operário da produção. Assim, Álvarez e Rodríguez (2008, p. 62) preconizam que

La organización del pueblo trabajador en Empresas de Producción Socialista (EPS) será la clave para transformar el capitalismo rentístico venezolano – heredero después de más de un siglo de explotación petrolera – en una economía popular y productiva, capaz de agregar un creciente grado de transformación a las abundantes fuentes materias primas y recursos energéticos que posee Venezuela, con el fin de sustituir de manera eficiente el enorme volumen de importaciones que

²⁶ Cf. (ALTHUSSER, 1996).

²⁷ Cf. (MARX, 1988).

²⁸ Diversas fontes na Venezuela confirmam a informação de que Chávez fala em socialismo pela primeira vez em 2005, marcando uma inflexão em sua trajetória, de militar nacionalista à adesão ao socialismo. Particularmente me apoio em entrevista que fiz com Carlos Aquino, direto de imprensa do PCV em 12 de julho de 2012.

aún se hace y diversificar la oferta exportable para hacer a la economía nacional menos dependiente del ingreso petrolero.

Para esta función transformadora,

La EPS es el instrumento para organizar al Pueblo trabajador con el fin de que asuma el control de la producción. Esta nueva forma de organización tiene que ser el resultado de la participación activa y protagónica de las comunidades y no puede dejarse ni en manos de la burocracia ni mucho menos en manos del mercado. (ÁLVAREZ; RODRÍGUEZ, 2008, p. 105).

A Empresa de Produção Socialista (EPS) foi concebida no interior do *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013* para

Establecer un modelo productivo socialista con el funcionamiento de nuevas formas de generación, apropiación y distribución de los excedentes económicos, y una nueva forma de distribución de la renta petrolera, lo que será el de un avance sustancial en el cambio de valores en el colectivo, en la forma de relacionarse los individuos con los demás, con la comunidad, con la naturaleza y con los medios de producción (CONSEJO FEDERAL DE GOBIERNO, 2006, p. 50).

Este plano también establecía um lugar para as EPS na cadeia produtiva:

La empresa del Estado dedicada a la explotación de los hidrocarburos, dada su extraordinaria capacidad de compra y contratación, alcanzará un papel en el desarrollo de las EPS, delegando progresivamente actividades productivas específicas en ellas, de acuerdo con el nivel de complejidad que requieren las tareas y las capacidades desarrolladas en el país y fomentando nuevas EPS que la conecten orgánicamente con el tejido productivo nacional. Otras empresas del Estado productoras de bienes básicos participarán de las características indicadas para la empresa estatal de los hidrocarburos (CONSEJO FEDERAL DE GOBIERNO, 2006, p. 53).

Portanto, a previsão de inserção na cadeia produtiva nos termos do *Plan de Desarrollo* e controle operário implicam novas relações sociais de produção, ainda que seja necessário acrescentar que esta experiência não alcançou o êxito esperado por vários motivos, entre os quais se destacam: 1) o domínio da cadeia produtiva pelo capital privado e, 2) a falta de experiência de gestão das comunidades onde se instalaram EPS.

Um segundo tipo de experiência de controle operário são as empresas recuperadas após o abandono pelo capitalista, sobretudo após o *paro*, de dezembro de 2002 a abril de 2003, ou seja, o locaute do empresariado na tentativa fracassada de inviabilizar o governo Chávez. Dessa experiência de recuperar e gerir as empresas resultou uma assembleia, quando

Todos los trabajadores coincidieron en que el frente nacía con la voluntad de ser una plataforma de lucha abierta a la incorporación de todos los colectivos obreros implicados en la recuperación de sus empresas que coincidan en el objetivo de batallar por la extensión y profundización de la cogestión revolucionaria en dirección al control y gestión por parte de los trabajadores de la economía y del Estado como vía ineludible para avanzar hacia el socialismo²⁹ (CORMENZANA, 2009, p. 124).

Também neste caso, pesam os dois fatores que afetam a EPS, acrescido das cisões no movimento operário entre o sindicalismo como instrumento de luta reivindicativa ou de organização para assumir a direção da empresa. Por fim, um terceiro tipo de experiência resulta de reivindicação do movimento Control Obrero³⁰, parcialmente incluída na Ley Orgánica del Trabajo, de las Trabajadoras y los Trabajadores que, no artigo nº149 cria a junta administradora especial, constituída de operários com representação patronal, para assumir a gestão da

²⁹ Assembleia de trabalhadores de diversas empresas recuperadas, em 25 de fevereiro 2005, nas instalações da Inveval – Indústria Venezuelana de Válvulas –, quando se criou a Frente Revolucionario de Trabajadores de Empresas Cogestionada y Ocupadas (Freteco).

³⁰ Veja-se *Manifiesto del Primero Encuentro por el Control Obrero*, realizado em 20, 21 e 22/02/2011. Disponível em: <http://www.luchadeclases.org.ve/control-obrero-leftmenu-167/7013--manifiesto-del-i-encuentro-nacional-por-el-control-obrero-y-los-consejos-de-trabajadoras-y-trabajadores-?tmpl=c-component&print=1&layout=default&page=> Acesso em: 23 mar. 2013.

empresa em casos de falência fraudulenta e, nos artigos n°497 e n°498, estabelece a criação de conselhos de trabalhadores e trabalhadoras como órgãos do Poder Popular³¹.

Para efeito da reflexão aqui proposta, de análise da forma jurídica como expressão ideológica das relações sociais de produção, convém advertir que essas experiências venezuelanas se desenvolvem no ritmo da luta política pelo controle operário, portanto não têm forma acabada, tampouco se estende uniformemente pelo país e não podem ser consideradas consolidadas no estágio de desenvolvimento em que se encontram, inclusive porque podem ser revertidas no caso de vitória da oposição sobre o chavismo. Por isso, o objetivo de referi-las aqui é apenas ilustrativo, não demonstrativo

Apesar dos limites da experiência soviética, encerrada ainda na década de 1920, e da venezuelana, em curso; ambas as experiências oferecem indicações para uma definição de relações sociais de produção comunitárias como uma relação entre duas categorias econômicas com personalidades jurídicas: uma coletiva e outra individual, respectivamente, a comunidade³² dos produtores e os produtores individuais. Das quatro faculdades da propriedade, no que se refere aos meios de produção, a de dispor e a de reaver devem ser colocadas em primeiro plano, reservadas à comunidade, por determinar funções, modalidades e extensão econômicas potencialmente contidas nas faculdades do uso e gozo, reservadas aos produtores responsáveis pela operacionalização dos meios nos termos da disposição estabelecida pela comunidade. O conceito de domínio possessório, referido na primeira seção deste ensaio, corresponde ao exercício dessas duas faculdades (uso e gozo) pelos trabalhadores quanto aos meios de produção, em conformidade com o exercício das faculdades de dispor (*Jus abutendi*) e de reaver (*rei vindictio*) pela comunidade, o

³¹ Ley Orgánica del Poder Popular, Artículo 2. El Poder Popular es el ejercicio pleno de la soberanía por parte del pueblo en lo político, económico, social, cultural, ambiental, internacional, y en todo ámbito del desenvolvimiento y desarrollo de la sociedad, a través de sus diversas y disímiles formas de organización, que edifican el Estado comunal.

³² Na experiência venezuelana a *Ley Orgánica de las Comunas*, apresenta dois níveis com personalidade jurídica: o conselho comunal (*Ley Orgánica de los Consejos Comunales*) constitui a primeira instância do Poder Popular e, a comuna, como unidade de um conjunto de conselhos comunais com jurisdição sobre um território determinado, a segunda instância.

que supõe, evidentemente, a organização desta em formas institucionais democráticas (conselhos) para a tomada de decisão, que é o ato efetivo do exercício das faculdades que lhe são próprias.

No que se refere aos bens de consumo, o exercício das faculdades do direito de propriedade também deve ser compreendido sob a chave da transição de um modo de produção a outro.

O sistema de apropriação capitalista surgido do modo de produção capitalista, ou seja, da propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, baseada no trabalho próprio. Mas a produção capitalista produz, com a inexorabilidade de um processo natural, sua própria negação (MARX, 1988, p. 284).

Ou seja, a “propriedade privada capitalista”, assim designada por ser uma relação mediadora do processo de acumulação, se opõe à “propriedade privada individual”, condição da autonomia do indivíduo. Esta negação da “propriedade privada individual” pela “propriedade privada capitalista” é devida ao fato de que no “sistema de apropriação capitalista”, regido pelo dinheiro (o equivalente geral autonomizado em relação à comunidade), o trabalho pessoal do produtor direto passa da condição de meio de apropriação à de objeto de apropriação pelo capitalista, de modo que para o produtor direto sua propriedade (a força de trabalho) sobre a qual ele exerce as faculdades de dispor e de reaver, não exerce as de uso e gozo. Com isso, a possibilidade (e a medida) de o produtor direto exercer as quatro faculdades da propriedade sobre um objeto qualquer de consumo de seu interesse está condicionada ao uso e gozo da sua força de trabalho por um capitalista. Aqui reaparece, sob a forma de efeito jurídico, a heteronomia material acima indicada.

Como sob as relações sociais de produção comunitárias, conforme esboço oferecido acima, os produtores dispõem de si integralmente (unidade da vontade e da potência) por ocuparem a mesma posição em relação aos meios de produção, enquanto consumidor individual eles exercem as quatro faculdades da propriedade sobre os objetos de consumo de seu interesse, exceto nos casos de produtos que, por sua natureza ecológica,

econômica e/ou social, a garantia do acesso a todos pode depender de reservar as faculdades de dispor e de reaver à comunidade.

Lenin, às voltas com o desafio de erigir um novo Estado, cobrava um novo direito civil nestes termos:

O Comissariado para a Justiça ‘se deixa levar pela corrente’, [...] ele deve lutar *contra* a corrente. Não tomar [...] a velha concepção burguesa do direito civil novo, mas criar uma nova. [...], elaborar um direito civil *novo*, uma atitude nova relativa aos contratos ‘privados’ etc. Nada reconhecemos de ‘privado’, *tudo* no domínio da economia emerge do *direito público*³³, não do privado. (LENIN, 1977, p. 486, grifo do autor).

A nova dogmática que pode ser deduzida desses novos conceitos responderia a Lenin quase um século depois.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rogério T. de. Evolução histórica do conceito de pessoa – enquanto categoria ontológica. *Revista Interdisciplinar de Direito - RID*, Valença, v. 10, n. 1, 2013. Disponível em: <http://revistas.faa.edu.br/index.php/FDV/article/view/202>. Acesso em: 22 jul. 2016.
- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos ideológicos do Estado. In: ŽIŽEC, Slavoj (org.). *Um Mapa da Ideologia*. São Paulo: Contraponto, 1996. p. 105 - 140.
- ALTHUSSER, Louis. *Lire Le Capital*. Paris: PUF, 1996.
- ALTHUSSER, Louis. *Por Marx*. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- ÁLVAREZ, Víctor; RODRÍGUEZ, Davgla. *Guía teórico-práctica para la creación de empresas de producción social*. Barquisimeto: Fundación La Pupila Insomne, 2008.
- BALIBAR, Étienne. *A filosofia de Marx*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- BALIBAR, Étienne. De la antropología filosófica a la ontología social y viceversa: ¿Qué hacer con la sexta tesis sobre Feuerbach? *Demarcaciones*, Chile, n. 4, p. 185-207, 2016. Disponível em: <http://revistademarcaciones.cl/numero-4>. Acesso em: 04 jun. 2016.

³³ Certamente essa formulação choca a sensibilidade ideológica burguesa, porque representaria a opressão do indivíduo pelo Estado, mas o direito público a que se refere Lenin (que também tinha conhecimento jurídico), não é a emanção de um Estado que se eleva acima das classes para representar como universal os interesses da burguesia, antes é a emanção do “trabalho livre e associado” e, por que é livre e associado, as decisões que lhe dizem respeito são públicas.

- BETTELHEIM, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 1.
- CONSEJO FEDERAL DE GOBIERNO. *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*. Caracas, 2006.
- CORMENZANA, Pablo. *La batalla de Inveval. La lucha por el control obrero*. Madrid: Fundación Frederico Engels, 2009.
- DINIZ, Carine Silva; DINIZ, Fernanda Paula; REISSINGER, Simone. *Nova teoria das limitações ao direito de propriedade*. Centro Universitário Newton Paiva, 2009. Mimeo. Disponível em: <http://blog.newtonpaiva.br/direito/wp-content/uploads/2012/08/PDF-D15-05.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- ENGELS, Friedrich; KAUTSKY, Karl. *O socialismo jurídico*. São Paulo: Ensaio, 1991.
- ESPINOSA, Baruch de. *Ética*. São Paulo: Nova Cultural, 1997. (Coleção Os Pensadores).
- GALASTRI, Leandro. *Gramsci, marxismo e revisionismo*. Campinas: Autores Associados, 2015.
- GUEDES, N. A ponderação e as colisões de normas constitucionais. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 10 dez. 2012. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2012-dez-10/constituicao-poder-ponderacao-colisoes-normas-constitucionais>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- IHERING, Rudolf von. *Teoria simplificada da posse*. Bauru: Edipro, 2002.
- JELINEK, Rochelle. *O princípio da função social da propriedade e sua repercussão sobre o sistema do código civil*. PUCRS, 2006. Mimeo. Disponível em: <http://www.mprs.mp.br/media/areas/urbanistico/arquivos/rochelle.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2016.
- KANT, Immanuel. *Doutrina do direito*. São Paulo: Ícone, 2005.
- KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Coimbra: Armênio Amado Editor, 1974.
- LÉNINE, V. *Oeuvres choisies*. Paris: Editions sociales, 1959. t. 3.
- LÉNINE, V. *Sur les tâches du commissariat du peuple à la justice dans les conditions de la nouvelle politique économique: Œuvres*. Paris: Editions Sociales, 1977.
- LOSURDO, Domenico. L'égalité et ses problèmes. *Actuel/Marx*, Paris, PUF, n. 8, p. 33-44, 1990.
- MARX, Karl. A guerra civil na França. In: *Obras Escolhidas*. v. II. São Paulo: Alfa-ômega, 1980.
- MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1971.
- MARX, Karl. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1983. v. 1.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifeste du Parti Communiste*. Paris: Editions Sociales, 1972.
- MASCARO, Alisson. *Crítica da legalidade e do direito brasileiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- MENGER, Anton. *El derecho civil y los pobres*. Granada: Editorial Comares, 1998.
- NAVES, Márcio. *A questão do direito em Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- PASUKANIS, E. B. *A teoria geral do direito e marxismo*. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.
- PINHEIRO, Jair. A figura do indivíduo na teoria althusseriana. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 33, p. 90-101, 2014.
- PINHEIRO, Jair. A luta pelo socialismo no interior da Revolução Bolivariana. In: PINHEIRO, J. *Marx: crise e transição – contribuições para o debate hoje*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 187-209.
- PINHEIRO, Jair. A questão do direito em Lênin. In: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (org.). *Lênin: teoria e prática revolucionária*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 223-243.
- POULANTZAS, Nicos. *Hegemonía y dominación en el Estado moderno*. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1969.
- SENTENÇA proferida pelo Tribunal Popular que julgou a Intervenção Federal na Cipla e Interfibra, Instalado em Joinville, Santa Catarina, nos dias 4 e 5 de julho de 2008, p. 2. Versão resumida. *Blog Tirem as mãos da CIPLA*. 17 jul. 2008. Disponível em: <http://tiremasmaosdacipla.blogspot.com/2008/07/confira-sentena-aprovada-no-tribunal.html>. Acesso em: 11 out. 2017.
- SILVA, Simone da Conceição. *A atualidade da criminalização produzida sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem-teto – MTST: o caso do acampamento Chico Mendes*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.
- TEXIER, Jacques. Marx, penseur égalitaire ?. *Actuel/Marx*, Paris, PUF, n.8, p. 45-66, 1990.
- THERBORN, Göran. *The ideology of power and the power of ideology*. London: Verso, 1980.
- VENEZUELA. *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*. Conselho Federal de Gobierno. Caracas: 2006.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora UnB, 1999. v. 2.

PARTE III

OS CAMINHOS DA TRANSIÇÃO: A NOVA POLÍTICA ECONÔMICA

AS CONTRADIÇÕES SOCIAIS E IDEOLÓGICAS NA URSS: ORIGENS DO SOCIALISMO DE ESTADO

Marcos Del Roio

A IMPLANTAÇÃO DA NOVA ECONOMIA POLÍTICA

O objetivo deste capítulo é apenas o de indicar alguns aspectos do dilema histórico posto à Rússia soviética depois da “guerra civil” e do fracasso da revolução socialista internacional. Essa situação, posta em 1921, agravada com o isolamento econômico e diplomático da URSS, foi enfrentada por Lenin com a única perspectiva que lhe parecia factível que era da via de um particular capitalismo monopolista de Estado, conforme exposta sumariamente no texto *Sobre o cooperativismo* (LENIN, 1977). Frente à situação de destruição das forças produtivas depois de mais de seis anos de guerra ininterrupta, não restou muita alternativa à Rússia soviética do que procurar retomar o desenvolvimento econômico social centrado em um projeto de capitalismo monopolista de Estado, de base agroindustrial, que ficou conhecido como NEP (Nova Política Econômica). A concessão

para que os camponeses ficassem livres para produzir como preferissem e que colocassem o excedente no mercado ajudou a amainar as dificuldades de abastecimento na cidade. O estímulo para a recomposição da pequena indústria rural, por sua vez, amainou a dificuldade de fornecimento de bens ao campo.

Possibilitada aos camponeses a sua autodeterminação, houve um novo florescimento das comunas agrárias (obscina), estimadas em 319 mil. Os bosques e os pastos eram utilizados em comum, mas a terra agriculturável era de exploração familiar. As comunas eram dirigidas por representantes eleitos pela assembleia geral, mas a tradição sugeria que apenas os chefes de família participassem, ainda que a lei estimulasse a participação de jovens e mulheres também (BOFFA, 1976, p. 261-262).

Nas cidades a urgência maior era a recomposição do parque industrial e da própria classe operária. Tratava-se de um esforço de recuperação econômica que tinha em vista também a recomposição da aliança operário-camponesa, que permitira a vitória da revolução em 1917.

No entanto, eram inúmeras as contradições que perpassavam a vida social da URSS. O conflito entre cidade e campo era herança da época feudal absolutista e os camponeses se recusavam a serem explorados pela cidade. A cidade concebia que o campo tinha a obrigação de suprir as suas necessidades sem obter vantagens. A existência do mercado possibilitou o surgimento de uma nova pequena burguesia no campo e na cidade, com interesses conflitantes em relação ao proletariado industrial e o campesinato pobre. Era de se questionar se a estratégia da NEP, da via do capitalismo monopolista de Estado seria capaz de criar as condições para a efetiva transição socialista ou se seria indispensável que se assumisse desde logo a via socialista, o que implica interrogar sobre qual seria exatamente essa via. Isso tudo com a consideração de que a URSS continuaria isolada, quando não ameaçada de ser atacada militarmente.

Dentro do Partido Comunista Russo (PCR), de maneira geral, havia duas concepções de como deveria se desenrolar o processo de aproximação do objetivo histórico do socialismo, como houvera sido proclamado na revolução de 1917. Havia uma vertente, dita de *esquerda*,

que entendia ser indispensável oferecer prioridade a industrialização e como implicação traria a imposição de alguma forma de tributo ao campo, gravando o campesinato um pouco mais abastado. Nessa concepção a aliança prioritária deveria ser internacional, com o proletariado de Alemanha e China, em primeiro lugar, ficando em segundo plano a questão agrária e camponesa. Essa posição, defendida por Trotsky, entendia que a chamada NEP, como manobra tática que era, estaria já superada desde fins de 1923. O pressuposto era de que a revolução socialista retomaria impulso a breve termo.

A vertente mais a *direita* pensava que a penalização do campo, mesmo que diferenciada, poria em risco a posição do campesinato como sustentáculo essencial do Estado. O caminho julgado mais adequado para que se resolvesse a decisiva questão da formação de um mercado interno seria aquele de um desenvolvimento harmônico entre os diferentes grupos sociais, com a garantia da paz social. O desafio seria então estabelecer a relação ótima entre a demanda e a oferta de produtos, o que exigiria um crescimento equilibrado entre a grande indústria pesada, a indústria leve e a produção agrícola. Na verdade, isso significava privilegiar o respaldo do campesinato médio ao plano de estreitar as relações entre cidade e campo, espaços sociais estranhos um ao outro por séculos.

Nessa perspectiva, reconhecia-se a prioridade da questão agrária e o papel revolucionário que o campesinato poderia desempenhar, em particular na zona colonial, e que a derrota da classe operária nos países imperialistas exigiria uma estratégia de frente única das classes trabalhadoras de prazo mais longo. Essa posição teve em Bukhárin o mais convicto defensor, mas, apesar da defecção de Zinoviev e Kamanev em 1925, seguiu até 1928 como a posição majoritária no Partido Comunista Russo, quando a crise social provocou um realinhamento de forças sociais e políticas.

A classe operária russa, reduzida pelas guerras e em fase de recomposição, tinha um nível de consciência que passava do senso comum (ou espontâneo) para o econômico corporativo, erguendo-se muito pouco ao grau da hegemonia (GRAMSCI, 1975, Caderno 13, §17). Assim que sua adesão ou respaldo ao PCR tinha limites bem claros. A inserção do partido no campo era bastante restrita e isso podia ser notado

na composição dos soviets, onde tendia a se expressar a correlação de forças entre as camadas sociais rurais. Houve um esforço de reativação dos soviets durante o período da NEP, já que essas instâncias eram o cerne mesmo do projeto de Estado formulado por Lenin no decorrer do processo revolucionário, mas esse empenho apenas demonstrou a distância que havia entre o partido e as massas.

De 1923 a 1927, o conflito entre as duas visões do caminho a ser trilhado pela URSS se desenrolou duramente. A derrota da chamada ‘oposição unificada’ (Trotsky, Zinoviev, Kamanev) no último trimestre de 1926, parecia selar de vez o predomínio da estratégia elaborada principalmente por Bukhárin, tanto na URSS, como na Internacional Comunista (IC). Já em julho, em reunião do Comitê Central (CC), Zinoviev foi afastado do Conselho Político e as teses da oposição foram desconsideradas, o que estimulou a atividade fracionista com a discussão não autorizada junto às bases partidárias. Em 13 de outubro, os principais membros da oposição, incluindo Trotsky, Zinoviev, Kamanev e Piatakov reconheceram a derrota na ação fracionista entre as bases e reconheceram o princípio da unidade do partido.

A XV conferência do PCR foi aberta em 22 de outubro de 1926 e nesse mesmo dia o Comitê Central decidiu pela exclusão de Trotsky do Conselho Político e pela retirada de Zinoviev do cargo de representante do partido no Comitê Executivo da Internacional Comunista, o que, na prática, implicou a sua destituição de presidência da IC. As teses da oposição foram fragorosamente derrotadas, tendo alcançado menos de 1% em Leningrado e Moscou (ELLENSTEIN, 1976, p. 229).

O VII Plenun do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), realizou-se entre 22 de novembro e 16 de dezembro, tendo sido o mesmo o resultado, com a oposição esmagada. Bukhárin ofereceu um relato minucioso sobre a situação internacional, em particular sobre a chamada “estabilização capitalista”, na qual percebia uma decisiva mudança técnica no processo produtivo, cuja decorrência era o aumento da produtividade do trabalho. Na avaliação de Bukhárin o movimento comunista deveria se ocupar da preparação política, da organização e da mobilização das massas. A orientação política deveria ser sempre a luta

pela configuração de uma frente única, que composta pelas mais diversas organizações de massas, teria a direção disputada com os socialdemocratas (AGOSTI, 1974, p. 419).

Na exposição de Bukhárin, uma grande atenção também foi dada ao processo revolucionário em curso na China. O diagnóstico era que se tratava de uma revolução nacional democrática burguesa que poderia seguir um caminho não capitalista em caso de uma frente única de forças proletárias, camponesas e pequeno-burguesas assumir a direção do processo (AGOSTI, 1974, p. 418).

A apresentação da questão russa ficou por conta de Stalin, o qual afirmou não só a possibilidade da construção socialista na URSS a partir de seus próprios recursos, apesar do cerco imperialista, mas também que a edificação socialista seria a mola propulsora mais importante a inspirar a classe operária e os povos do mundo na luta pela emancipação. Essa proposição deveu levar em consideração a derrota histórica do movimento operário no Ocidente, a dita “estabilização capitalista”. A partir desse momento a URSS é vista como a principal força propulsora da revolução socialista internacional!

As críticas tecidas contra a antiga oposição unificada foram bastante incisivas. Stalin acusou os opositores de várias máculas, como a de não reconhecer a situação de derrota no Ocidente, de querer explorar a massa camponesa ao modo de uma colônia, de se organizar como fração.

A esquerda se dividiu com a derrota: Zinoviev e Kamanev capitularam, mas Trotski persistiu no papel de oposição de esquerda, a qual se manifestou reorganizada em maio de 1927, quando do VIII plenun da CEIC. O andamento da revolução chinesa tornou-se o fulcro das divergências e expos em profundidade como a discórdia em relação à economia política na URSS tinha forte incidência na política internacional do movimento comunista.

Já o ano de 1926 não havia sido auspicioso para a IC. As derrotas do movimento operário na Grã-Bretanha e Polônia haviam indicado o avanço da tendência conservadora. Na China, em março, o incidente provocado por Chiang-Kai-Shek, que fez prender dirigentes comunistas e assessores

da IC por alguns dias, foi o sinal de que haveria um deslocamento de forças no interior do KMT (Kuomitang), organização que expressava a frente nacional antiimperialista. A ofensiva militar do Exército comandado por Chiang-Kai-Shek dividiu o movimento nacional, mas ofereceu mais um elemento de discórdia na direção política do PCR, pois Trotsky e Zinoviev passaram a defender a saída dos comunistas do KMT.

No VIII Plenun, a oposição reafirmou a sua posição de insistir na saída do Partido Comunista da China (PCCh) do KMT, mas essa hipótese foi rejeitada até mesmo pelos comunistas chineses. O grande dilema do processo revolucionário girava em torno da garantia da amplitude da frente nacional antiimperialista e o aprofundamento e radicalização da revolução popular, particularmente no campo e também da centralidade da cidade ou do campo. O PCCh não conseguiu dar solução a esses problemas e acabou derrotado, mas também a IC – e o PCR – a não se mostraram capazes de contribuir.

Em consonância com a sua teoria da *revolução permanente*, Trotsky entendia que a China era já plenamente capitalista e exigia que se partisse para a organização do poder dual por meio de soviets contra o KMT. Stalin defendeu a continuidade da aliança com a “esquerda” do KMT e o reforço das organizações de massa, mas lembrando que ao proletariado industrial caberia o papel dirigente no processo revolucionário. A leitura que Bukhárin fazia da realidade internacional talvez fosse a mais condizente para um melhor entendimento da situação chinesa. De fato, Bukhárin valorizava sobremaneira o papel da massa camponesa no perscruto da transição socialista na URSS e podia ver quão importante era a revolução agrária em andamento na China. Entrementes também pensava ser necessária a manutenção do governo de Cantão, para onde a sede do governo nacional do havia se mudado em 1º de janeiro de 1927.

Os meses iniciais de 1927 assistiram um forte avanço do movimento revolucionário na cidade e no campo. Em março, os comunistas assumiram o poder em Xangai, mas foram eliminados pelas forças aliadas ao Exército Nacional de Chiang-Kai-Shek. No mês de maio, os comunistas foram excluídos do governo nacional e expulsos do KMT. Esse foi o presságio para a forte repressão que se abateu sobre os comunistas nos

meses seguintes. Num movimento desesperado, em dezembro, o PCCh promoveu um levante em Cantão, que terminou em outro massacre. Demorou ainda bastante tempo para se impor a orientação política que reconhecia a centralidade do campesinato na luta revolucionária na China (BOFFA, 1976, p. 328-331).

A revolução chinesa alimentou muito toda a polêmica que transcorria no PCR e também na IC. A oposição de “esquerda” encontrava-se em franca minoria e oferecia ampla motivação para ser qualificada de fracionista, infração gravíssima segundo a concepção vigente na época. Em reunião plenária realizada em outubro, Trotsky e Zinoviev foram excluídos do CC. Pouco antes, em setembro, Trotsky já havia sido afastado do CEIC. A oposição de esquerda foi definitivamente batida no processo do XV congresso do PCR, realizado entre 2 e 19 de dezembro de 1927.

O ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES E A DIFERENCIAÇÃO IDEOLÓGICA

O XV congresso representou o apogeu da linha política da NEP. Derrotada a oposição de esquerda, o congresso se mostrou aparentemente compacto. As diferenças foram talvez de ênfase, mas logo se transformariam em divergências sempre mais acentuadas. O princípio do planejamento econômico social era consensual na direção do partido, mas o problema era que o partido não tinha bastante capacidade de implantação do plano, por falta de técnicos qualificados e por carência de consenso social, notadamente no campo.

Na verdade, a pressão social da classe operária e da direção das fábricas atraía maiores recursos para a indústria, ao modo de salários e investimentos, distorcendo assim o plano aprovado pela direção política do PCR. Do mesmo modo, as instâncias estatais e governativas nem sempre se empenhavam a fundo para o cumprimento do plano. Essa era a demonstração mais nítida do predomínio da consciência e da prática econômico-corporativa no meio operário. A partir dessa realidade a constatação a ser feita é que dez anos depois da instauração do poder popular na Rússia, a classe operária não se mostrava capaz de se constituir em classe hegemônica, de classe efetivamente dirigente da vida social e

dotada de uma visão de mundo universalista (BETTELHEIN, 1983, p. 365-367).

Essa pressão econômico-corporativa da classe operária, por suposto, tinha incidência no Partido. Pode-se se dizer, a título de forte exemplo, que a passagem para a oposição de Zinoviev e Kamanev, em 1925, foi resultado das reivindicações da base operária de Leningrado. Trotsky, por sua vez, já trazia na sua concepção teórica a ideia do predomínio indiscutível da classe operária sobre o campesinato. Essa concepção teórica, de cunho economicista, era, no entanto, mais ampla e difundida, na medida em que estava presente no conjunto da perspectiva ideológica do Partido, expressa principalmente na visão da necessidade de incorporação de novas técnicas produtivas como solução dos problemas.

O projeto aprovado no XV congresso previa a necessidade de um plano quinquenal, um arranque industrial no país e o início da coletivização das terras, mas com a condição de se garantir as justas proporções ou a harmonia do desenvolvimento entre cidade e campo, entre indústria e agricultura, entre indústria leve e pesada. O inimigo de classe eram os kulaks (proprietários de terra que faziam uso de trabalho assalariado) e o aliado principal o campesinato médio. O plano teria que ser flexível, sem cifras exatas de crescimento por setor: valeria mais o princípio das proporções. Por proposição de Stalin, pensava-se também na retomada da “democracia proletária”, que implicava, por suposto, o fortalecimento dos soviets (BOFFA, 1976, p. 346).

A mais difícil tarefa seria mesmo a implantação dessas determinações. Com a postura econômico-corporativa da classe operária, o campesinato não poderia sentir-se persuadido pela via socialista. A debilidade cultural e de meios produtivos do campesinato tinha fortes implicações na produção, sempre sujeita a crises. A tendência dos camponeses era a de reter as sementes e a produção, a fim de obter alguma segurança e também aumentar os preços, visando minorar a desigualdade em relação à cidade.

O segundo semestre de 1927 assistira uma grande carestia no fornecimento de grãos para as cidades, assim se difundindo a ideia de

sabotagem da parte dos camponeses. Ao começar o novo ano, pela primeira vez, foram adotadas “medidas excepcionais” em relação aos kulaks, dos quais foram tomados empréstimos forçados, além de aumento de impostos e confiscos. Quando Stalin assumiu a condução das “medidas extraordinárias” a situação se agravou e pode-se observar a ocorrência de prisões, requisições e fechamento de mercados (AGOSTI, 1974, p. 793).

A duras penas, o Partido conseguia manter a propalada aliança operário-camponesa, como imaginada por Bukhárin, dificuldade acrescida pela débil presença do Partido no campo. Certas ambiguidades resultadas do XV Congresso começaram a se mostrar em leituras diferentes desde logo. De fato, as medidas repressivas tomadas por Stalin eram congruentes com certa possível apreciação do XV congresso e com as manifestações públicas que passou a exarar.

A questão dos ritmos, deixada em aberto no congresso, foi utilizada por Stalin para defender a aceleração da industrialização e a formação em grande escala de grandes cooperativas e fazendas estatais, cuja implicação seria o fim dos kulaks e também da pequena agricultura individual. A questão era então a de aumentar a produção agrícola destinada à cidade e mecanizar o campo, o que exigiria investimentos substanciais em ciência e tecnologia. Investimentos oriundos do exterior podiam ser descartados, restando a possibilidade de o campesinato pagar um “tributo”. Stalin ainda acusava a administração fabril de pouca perspicácia e de burocratismo.

O processo de luta de classes que se evolvia na URSS não poderia deixar de transpassar o Partido e Stalin amadurecia a ideia de um realinhamento de classes, de uma nova correlação de forças que respaldasse a aceleração da industrialização. Com a promessa de novos investimentos na indústria, o apoio na classe operária poderia ser significativo, a expropriação dos kulaks e de parte do chamado campesinato médio traria o apoio mais ativo do campesinato pobre (LEWIN, 1988, 71-76).

Foi imediata a discordância de Bukhárin e do grupo mais próximo a ele. A violência utilizada contra os camponeses e a ameaça de aumento na tributação colocava a aliança operário-camponesa em sério

risco, dizia Bukhárin, em particular com o campesinato médio, a chave do bom andamento da NEP.

O IX plenun da CEIC, ocorrido em fevereiro de 1928, ignorou o problema que apenas começava a se evidenciar na URSS e confirmou a avaliação anterior de que se vivia um período reacionário na maior parte do mundo, que aumentava o perigo de guerra. Os comunistas deveriam se mostrar críticos da socialdemocracia porquanto era visível o seu deslocamento à direita. Era a esquerda socialdemocrata, todavia, a oferecer maior perigo, pois poderia ainda desviar a classe operária da perspectiva revolucionária. Aqui se abria a fresta para que viessem a ser notado o possível risco de “desvios de direita” no movimento comunista.

Mas, por enquanto, a posição consolidada de Bukhárin prevalecia e foi confirmada na reunião de abril do CC do PCR. A crise dos grãos permanecia e o descontentamento na classe operária parecia crescer. Em julho, em outra reunião do CC, Stalin defendeu a diferença de preços em desfavor dos camponeses ao modo do “tributo” a ser pago em benefício da industrialização do país. Os aliados no campo deveriam ser os camponeses pobres e suas organizações. Essa posição foi derrotada e foi aprovado um reajuste no preço dos grãos, como que cedendo à pressão da agricultura. Contudo, foi aumentado o número de fazendas coletivas, ainda que com a previsível pobreza por conta de questões de falta de conhecimento técnico e de maquinário.

O relativo acordo na reunião de julho do CC, entre as duas tendências agora mais claramente definidas, deveu-se em parte ao momento, pois que em poucos dias teria início o VI congresso da IC. No decorrer do encontro vieram à tona as divergências existentes no seio do PCR e que essas divergências iam bem mais além do que pontos de execução da política econômica. Eram, de novo, duas estratégias que se confrontavam, mas, de novo, houve uma forma de compromisso.

Bukhárin apresentou a sua interpretação da situação do capitalismo. Para ele, havia a tendência de os países imperialistas transformarem a sua economia com inovações técnicas e com novas formas de gerenciamento do trabalho. Os grandes monopólios adquiriam

capacidade de gerenciamento de eventuais crises e também de atrair a “aristocracia operária” para sua base de apoio. Uma possível situação revolucionária seria possível apenas em caso de guerra, ou seja, de aguçamento das contradições inter-imperialistas.

A zona colonial, em particular a China, era vista ainda como foco da luta revolucionária naquele momento histórico, o que fazia ver no campesinato uma força social crucial. Esse cenário era importante para o desenvolvimento da NEP, como concebia Bukhárin. A harmonia e o equilíbrio de interesses entre classe operária e campesinato, que pressupunha um processo de industrialização mais lento, exigiam que a URSS pudesse se desenvolver num ambiente pacífico. Os comunistas deveriam, nessa situação, aplicar a tática da frente única das massas populares, mas poderia incluir, conforme o caso, até instâncias intermediárias da socialdemocracia (AGOSTI, 1974, p. 883-885).

A avaliação do grupo de Stalin (que agora já compunha uma nova maioria) era muitíssimo diferente. Segundo essa interpretação, o capitalismo se encaminhava para uma gravíssima crise a qual poderia redundar numa guerra contra a URSS. Essa crise também traria a tendência à radicalização das massas e a retomada da situação revolucionária. No entanto, a burguesia, para preservar a sua dominação investia na fascistização do Estado. A fascistização do Estado teria ainda o respaldo da socialdemocracia, que estaria então a se transformar em social fascismo.

O social fascismo nada mais era que a inserção da socialdemocracia nas malhas do Estado burguês, algo que já acontecia havia décadas ao menos na Alemanha. O social fascismo seria ademais, o inimigo principal pelo fato de iludir as massas e retardar o processo de radicalização revolucionária. Essa interpretação se adequava à estratégia do grupo staliniano para desenvolver a URSS com maior rapidez. A exigência de uma mais rápida industrialização, com ênfase na indústria pesada, era aderente à necessidade de se investir na defesa do país diante do risco – que poderia parecer iminente – de guerra. Posto dessa forma, até a tributação do campesinato parecia mais defensável (AGOSTI, 1974, p. 885-887).

O FIM DO COMPROMISSO E A OFENSIVA DE STALIN

Terminado o VI Congresso da IC, o Conselho Superior da Economia Nacional, presidido por Kuibychév, um aliado de Stalin, propôs uma nova versão do plano quinquenal, no qual o setor industrial seria amplamente privilegiado com cerca de 1/3 dos investimentos, mas com uma projeção de crescimento ao redor de 20%. Enquanto isso Stalin e seus aliados continuavam na luta para ocupar as posições mais decisivas no Partido, no Governo, no sindicato, na imprensa. Vale enfatizar a questão dos sindicatos, que segundo a lógica da NEP (de um capitalismo monopolista de Estado) tocava defender os interesses dos trabalhadores em termos de condições de vida, de trabalho e de salário. A proposta de Stalin modificou drasticamente essa função: o sindicato passaria a ser um emulador da produção, um transmissor de demandas administrativas oriundas dos órgãos de planejamento econômico (COHEN, 1990, p. 335).

No final de setembro, Bukhárin publicou um derradeiro e longo artigo sobre o projeto estratégico da NEP como pensado originalmente por Lenin e desenvolvido segundo a dinâmica econômica e social do País. O artigo *Notas de um economista* nem discutido foi e desqualificado de imediato. Bukhárin insistia que o conflito social deveria ser resolvido de acordo com as decisões do XV congresso, com investimentos feitos numa justa proporção entre os setores econômicos, de modo que todos crescessem, ainda que mais lentamente. Teria que ser assim porque a URSS não contava com força de trabalho qualificada para a implantação imediata e massiva de máquinas.

A aceleração da industrialização geraria problemas graves na própria indústria, mas seria fatal para a agricultura, pois a drenagem de recursos do campo agravaria a situação de produção insuficiente de grãos. O mais grave, porém, seria a ruptura da aliança operário-camponesa que havia fundado o Estado soviético. Bukhárin toma de mira obviamente a política que apregoava Stalin, agora favorável à industrialização acelerada, porém indicava ser essa uma posição “trotskista” (BUKHÁRIN, 1980, p. 175-194).

A tese da tendência industrialista era que a prioridade da indústria pesada em paralelo com a generalização de grandes cooperativas a serem mecanizadas rapidamente resolveria o problema da produção agrícola, mas, principalmente, acabaria com a resistência dos kulaks (a burguesia agrária) ao poder estatal. De fato, desde 1927, pelo menos, havia uma crescente luta de classes no campo, e do campo contra a cidade, com implicações graves na cidade, na classe operária, que era a base de apoio essencial do PCR e começava a mostrar-se bastante descontente e reticente. Enfim, havia o perigo real do poder revolucionário se enfraquecer e mesmo sucumbir. Mesmo que talvez exagerado, o perigo externo era real e poderia encontrar nos kulaks e nos antigos mencheviques e socialistas revolucionários uma base de apoio (como haviam sido na “guerra civil” de 1918-1920).

Todo o discurso e prática política de Stalin estiveram voltados para a neutralização de inimigos supostos ou reais. A tática usada em nada respeitou os princípios e métodos da democracia proletária do jeito que era entendida essa expressão. Em cerca de um ano, Bukhárin e a tendência que representava perdeu todas as principais posições de direção política e intelectual com que contava. Não sem razão, Bukhárin começa acusar Stalin com epítetos como “déspota asiático”.

Na reunião de novembro do CC, a expressão “desvios de direita” começa a ser usado de forma mais desabrida contra Bukhárin e seus aliados. Nessa reunião, Stalin expõe de modo detalhado a compreensão que amadurecera de uma linha política que se preocupava muito com a defesa do Estado, defendia a industrialização acelerada e a coletivização da terra e que por certo não era mais a NEP.

A classe operária havia se rebelado contra a administração direta das fábricas, mas o sindicato havia sido absorvido pela máquina produtiva e agora o poder passava a se concentrar nas instâncias superiores de administração, que são de fato a base de sustentação de Stalin. Com a imposição dessa nova orientação, Stalin atrai um número significativo da antiga oposição, que então apoiava Trotsky, o qual, aliás, foi expulso da URSS em janeiro de 1929 (BETHELHEIN, 1983, p. 386-393).

Na verdade, é só então que Bukhárin assume de público que havia uma fratura insanável no Conselho Político do Comitê Central e passa a defender a sua concepção teórica e estratégica do desenvolvimento da URSS, em clara oposição àquela que agora propunha Stalin. Na verdade, a posição de Bukhárin era aquela aprovada no XV Congresso do PCR, de dezembro de 1927, e que agora, passado pouco mais de um ano, estava a ponto de ser criminalizada. Note-se ainda que pelo menos desde 1927, já na luta contra a oposição de Trotsky, Zinoviev e outros, a OGPU começou a ganhar foros de intervenção na vida do Partido, algo que antes não acontecia.

Desde a publicação do artigo *Notas de um economista*, em setembro de 1928, é muito difícil dizer que havia algum tipo de debate de ideias no PCR, pois que a prevalecer eram mesmo acusações de parte a parte. Bukhárin insistia que a segurança da URSS, motivo de preocupação obsessiva, estaria mais bem garantida com a força da aliança operário-camponesa e com o avanço do campesinato revolucionário na Ásia, do que com uma industrialização forçada a expensas dos trabalhadores rurais.

Em fim de janeiro, em reunião do Conselho Político, Bukhárin, Rykov e Tomsyky apresentam uma Plataforma na qual a maioria era acusada de ter descartado as decisões do XV congresso. Dizia que a ideia de “tributo” a ser imposto, levaria a uma forma de “exploração militar feudal do campesinato”. Os kolkoses eram a forma de organização do campo mais desejável, mas deveria ocorrer por consenso, não por coerção, e em paralelo a uma revolução cultural, como havia sido a orientação de Lenin. As críticas se estendem ao crescimento do Estado burocrático como que resultaria da coletivização forçada. Entendia que o mais correto seria informar a dificuldade da situação e observar as necessidades das massas, a fim de se identificar com as próprias massas, em vez do Partido se ater a pequena política que o corroía internamente. (BETTELHEIN, 1983, p. 397-398).

Com o pedido de demissão do Conselho Político da parte de Bukhárin e Tomsyky, os ataques contra os “desvios de direita” só fazem crescer e o embate decisivo ficou para o plenun do Comitê Central e a XVI Conferência do PCR, ambas as reuniões agendadas para abril. Stalin

defendeu então a tese de que a luta de classes passava por um agravamento, que a tributação do campesinato era uma necessidade e que uma redefinição da aliança operário-camponesa deveria ocorrer. Fazia-se então prioritária a implantação de uma nova base técnica na agricultura em vistas a organização do trabalho coletivo.

O problema (para o qual Bukhárin chamava atenção) é que a indústria não poderia produzir de imediato essa nova base técnica e nem a massa camponesa poderia absorver com tanta rapidez essa eventual nova técnica, sem um processo de mudança cultural muito substancial. O ritmo proposto para essa mudança implicaria (como implicou) uma enorme desorganização da economia. Na sua exposição inicial, Stalin aproveitou para criticar os opositores:

A desgraça do grupo de Bukhárin está no fato de não ver os novos deslocamentos de classe e não compreende as novas tarefas do partido. Exatamente porque não os compreende que, é constringido a arrastar-se a reboque dos acontecimentos e a ceder diante das dificuldades. (STALIN apud ELLENSTEIN, 1983, p. 247)¹.

A resolução da XVI conferência reafirmou também algumas decisões do XV congresso (dezembro de 1927), que simplesmente não haviam sido implantadas. Chamava atenção para a necessidade de se lutar contra o burocratismo, a transformação do aparelho de Estado, inclusive com a diminuição de seu custo. Ao mesmo tempo chamava atenção para a necessidade da participação das massas na vida do Partido e do controle a ser observado em relação aos dirigentes. Nada disso aconteceu, pelo contrário. As decisões da Conferência tiveram respaldo da parte da classe operária ocupada na indústria de metal-mecânica e da administração econômica. Por outro lado, o descontentamento e a tensão social, se ampliavam no campo. O campesinato pobre apoiou o ingresso nos kolkoses como tentativa de sair da situação de miserabilidade, mas boa parte do campesinato médio se aproximou dos kulaks do ponto de vista político e ideológico, antepondo forte resistência a coletivização.

¹ STALIN, J. *Questioni del leninismo*. Mosca: Edizioni Progresso, [1948]. p. 241.

Na IC, desde o fim do VI Congresso, a discussão que se travava era sobre a natureza do chamado “terceiro período” da crise do pós-guerra. O relativo acordo ocorrido no congresso estava rompido e a interpretação de Bukhárin passou a ser sempre mais identificada como “desvio de direita”. Os partidos comunistas foram conclamados a lutar contra esses presumíveis “desvios”.

Com o X plenun do CEIC, realizado em julho de 1929, qualquer manifestação de discordância em relação à posição que era de Stalin no PCR e de Thälmann entre os comunistas alemães, foi vítima de linchamento político e moral. Nenhuma divergência mais era aceitável. Na URSS, a NEP já não existia e na IC a política de frente única, que mesmo acompanhada de muita controvérsia, já não existia a não ser em palavras. A industrialização acelerada e a coletivização forçada haviam substituído a NEP, mesmo que Stalin dissesse que se havia ingressado apenas numa segunda e última etapa da mesma política; a frente única – formalmente preservada – foi na realidade substituída pelo combate prioritário ao social fascismo, *i. é.*, a socialdemocracia, em particular a de esquerda, e pela tática da “classe contra classe” Bukhárin foi excluído do CEIC.

Nos meses seguintes, o combate aos “desvios de direita” continuou com grande agressividade, ao mesmo tempo em que os problemas de insuficiência na colheita (que se arrastava desde 1927), de revoltas no campo, de racionamento na cidade se evidenciavam. Na reunião de novembro do CC, Bukhárin é excluído do Conselho Político, mas os três expoentes da vertente de direita – Bukhárin, Rikov e Tomsy – fazem “autocrítica” alguns dias depois, o que significou a completa capitulação. Agora o controle do PCR pelo grupo de Stalin era completo, assim como também era total o domínio sobre as instâncias administrativas e organizativas das massas.

O SOCIALISMO DE ESTADO

Perto de se encerrar o ano de 1929, pode-se constatar que a URSS havia sofrido uma mutação no seu processo de desenvolvimento orientado por um projeto histórico de transição socialista. O grande problema que se apresentava para a URSS era a de construir as condições materiais e

ideológicas para a transição socialista. Como o ponto de partida esteve marcado por grande atraso, as condições materiais e ideológicas para transição deveriam ainda ser construídas na forma social de um capitalismo monopolista de Estado, dirigido pela classe operária e seu partido. Era essa a concepção de Lenin, pelo menos.

Esse projeto mostrou-se inviável por uma variedade de motivos, mas o essencial foi que a classe operária não se mostrou capaz de estabelecer a sua hegemonia, tendo permanecido no estágio econômico corporativo de seu desenvolvimento. Em parte, isso resultou da debilidade do Partido, a sua frágil inserção na nova classe operária que se formava. O resultado foi o de não conseguir conduzir o campesinato pela via socialista por meio da organização de cooperativas e da atualização da tradição comunal dos trabalhadores do campo. Diante da acirrada luta de classes, que perpassou todas as instâncias sociais e do Estado desde 1927, a saída que se mostrou viável foi a implantação de um socialismo de Estado.

Como o capitalismo monopolista de Estado, também o socialismo de Estado pode criar as condições para a transição socialista, mas não é a transição propriamente dita. O capitalismo monopolista de Estado pode e deve contar com a hegemonia da classe operária no processo de construção das condições da transição socialista. Sem isso fracassará, como fracassou na URSS. O socialismo de Estado pressupõe a ausência da hegemonia da classe operária, pressupõe sim uma classe no estágio econômico-corporativo, uma classe subalterna à direção do Estado. Um Estado composto materialmente pela burocracia herdada do antigo Estado feudal-absolutista e pela excrecência da classe operária que se formou no decorrer da NEP (DEL ROIO, 2014).

No socialismo de Estado, o campesinato é submetido a uma variante de servidão feudal e a classe operária produz mais valor de forma absoluta e de forma relativa. Como não há mais propriedade privada dos meios de produção, nem mercado, o Estado recolhe o excedente, que é utilizado na sua reprodução, na reprodução da burocracia, no fortalecimento das Forças Armadas, nas despesas de governo (investimentos em infra-estrutura e assistência social generalizada). O Estado se ocupa do

planejamento da economia política o que inclui também a distribuição (desigual) do excedente entre o conjunto da cidadania.

Trata-se de um Estado policial e militarizado, que pressiona a burocracia do Estado e o próprio Partido, o que gera uma instabilidade permanente. O poder burocrático só se estabilizou em 1956, assim como uma sociedade claramente hierárquica. Centrado no projeto de desenvolvimento econômico planejado, o socialismo de Estado não pode mesmo ultrapassar o estágio econômico-corporativo, não deu conta de criar uma “nova civilização”. Isso sugere que a implantação do socialismo de Estado na URSS tenha sido uma experiência particular daquilo que Gramsci chamou de revolução passiva, uma revolução/restauração, uma forma de cesarismo (GRAMSCI, 1975). Sempre em aberto, a questão se nessa revolução passiva prevaleceu mais o elemento revolução e cesarismo progressivo ou o elemento restauração com cesarismo regressivo.

O projeto da NEP, do capitalismo monopolista de Estado, era mais compatível com a democracia proletária e com a condução da transição socialista por conta da autonomia das instâncias sociais. A questão pendente estava em garantir a derrota da burguesia agrária (kulacs) que se formava nos interstícios da NEP. O socialismo de Estado sufocou a democracia proletária e centralizou o poder político. Com isso retirou qualquer instância de autonomia e auto-organização da classe operária mantendo-a como classe subalterna.

A superação do socialismo de Estado, quando da crise dos anos 80, exigiria a retomada da auto-atividade das massas e a reativação dos soviets. Mas não estavam os trabalhadores prontos para isso depois de décadas de subalternidade e passividade. Mais provável seria a reconversão para um capitalismo monopolista de Estado, uma nova NEP, com autonomização das organizações sociais e também do mercado subterrâneo. No entanto, o cenário foi o pior possível: diante da pressão imperialista a URSS se desintegrou e a Rússia conseguiu ser apenas um capitalismo monopolista de Estado controlado por uma burguesia de estilo mafioso, numa enorme regressão histórica da qual ainda tenta se recuperar.

REFERÊNCIAS

- AGOSTI, Aldo. *La Terza Internazionale: storia documentária*. Roma: Editori Riuniti, 1974. t. 2.
- BETTELHEIN, Charles. *A luta de classes na União Soviética*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. v. 2.
- BOFFA, Giuseppe. *Storia dell'Unione Sovietica*. Milão: Mondadori Editore, 1976. v. 1.
- BUKHARIN, Nikolaj. *Le vie della rivoluzione 1925/1936*. A cura di Francesco Benvenuti. Roma: Editori Riuniti, 1980.
- COHEN, Stephen. *Bukharin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DEL ROIO, Marcos. A URSS e o socialismo de Estado. In: PINHEIRO, Jair (org.). *Marx: crise e transição*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 13-50.
- ELLENSTEIN, Jean. *Storia dell'URSS*. Roma: Editore Riuniti, 1976. v. 1.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere*. Turim: Einaudi Editore, 1975. t. 3.
- LENIN, Vladimir. *Sobre las cooperativas. Obras escogidas*. Tomo XII. Moscou: Editorial Progreso, 1977.
- LEWIN, Moshe. *Storia sociale dello stalinismo*. Turim: Einaudi Editore, 1988.

LENIN, NEP, HEGEMONIA E TRANSIÇÃO

Gianni Fresu

“A Hidra da revolução já foi destruída nos seus adeptos e em boa medida dos seus produtos; mas é preciso ainda abafar a semente, no medo que possa reproduzir-se sob outras formas. Os tronos legítimos foram restabelecidos: agora temos que recolocar no seu trono também a ciência legítima, aquela ao serviço do supremo Deus, o nosso senhor”, cuja verdade fica confirmada por todo o universo” (VON HALLER, 1963, p. 75).

Assim um dos máximos teóricos da Restauração, Karl Ludwig Von Haller, abria no 1816 a sua obra mais famosa (*A restauração da ciência política*) realizada com uma finalidade declarada: derrotar também sobre o plano teórico as doutrinas revolucionárias já espancadas sobre o plano político graças a reafirmação dos princípios do absolutismo dinástico nas cortes da Europa. Embora atropeladas, ele vislumbrava o risco de uma possível nova emergência e o difundir-se de uma nova infecção insurrecional. Depois do 1815, a partir da obra monumental de Hegel, a resistência filosófica que tentou explicar racionalmente as

razões e as heranças da Revolução Francesa, teve um significado que ia além da luta política imediata. O mesmo acontece hoje, em referimento aos acontecimentos do 1917, apresentados como a origem de cada mal e desastre, geradores de lutos de um século ensanguentado, e responsáveis de cada fanatismo ideológico, fascismo incluído.

Lenin é, para muitos, o diabo do século XX, a figura que, mais do que qualquer outro, teve a vontade de passar da simples interpretação do mundo à sua transformação prática. Não lhe foi nunca perdoado esse pecado original, germinado depois nas revoltas sociais que se seguiram, por isso o seu nome (nas academias, nos jornais, no mundo da cultura e também na esquerda) não pode ser nem evocado sem que se associe a ele alguns adjetivos depreciativos. Entre a maioria dos historiadores do pensamento político contemporâneo, filósofos, sociólogos, cientistas políticos e articulistas de todo tipo, está consolidada uma tendência à representação sumária de Lenin como um “doutrinário” rígido e ortodoxo. No meu livro “Lenin leitor de Marx”, reconstruindo um comprido debate filosófico e político entre o final do século XIX e os primeiros vinte e quatro anos daquele século seguinte, tentei demonstrar os limites e a instrumentalidade das interpretações prevalentes, mais preocupadas em emitir as próprias condenas finais, do que compreender através do estudo quem foi o revolucionário russo.

No interior desta leitura apocalíptica, que fez da história soviética um bizarro manual de teratologia, se colocam as múltiplas simplificações sobre as complexas questões coligadas à tentativa de transição do feudalismo à modernidade, em condições de extremas dificuldades, deste grande e complexo país. Não apenas no mundo liberal, mas também na esquerda, a principal acusação à Revolução de Outubro (a sua traição) seria de pesquisar na falta da extinção do Estado. Pelo contrário, o de multiplicar-se das suas funções e atividades, necessárias a encaminhar esse inédito processo histórico, seria a causa da natureza autoritária do socialismo histórico. A ideia de uma relação inversamente proporcional entre a esfera da liberdade e a extensão das atividades do Estado, fica um dos mais duradouros mitos do liberalismo, que tornam comum as concepções do “governo limitado” de John Locke e às teorias sobre o totalitarismo de Hannah

Arendt. A condena preventiva ou póstuma à ambição de regulamentar a vida social, intervir na economia e fornecer um endereço social à vida de uma comunidade nacional, está diretamente entrelaçada com a mais eficaz representação ideológica do pensamento liberal: a capacidade natural de auto-regulamentação das leis do mercado (e o princípio da chamada “mão invisível”) teoricamente não compatível com a artificial irrupção ordenadora da política. Esclarecida esta ampla premissa introdutória, vou apresentar umas das passagens mais debatidas desta transição da qual Lenin foi teórico e artífice: a Nova Política Econômica (NEP), ou seja, a tentativa de percorrer uma via nacional de desenvolvimento socialista através uma parcial liberalização econômica, depois da derrota das revoluções no Ocidente em 1921.

Um dos temas tipicamente *leninistas* que caracterizam a inteira obra e militância de Gramsci é a exigência política de traduzir nacionalmente os princípios do materialismo histórico, ou seja, recusar as afirmações genéricas e superficiais sobre o capitalismo ou a revolução em geral para construir uma nova teoria da transformação nas concretas condições de cada formação econômico-social. Aquele conjunto de questões que, nos *Cadernos do cárcere*, são definidos “os elementos de trincheiras e casamatas”. Tudo isso encontra uma confirmação na famosa nota *Machiavelli* do *Caderno 14* onde o intelectual sardo afirma que no materialismo histórico - seja na concepção de Marx (a formulação do seu fundador), seja naquela de Lenin (a definição do seu mais recente e grande teórico) – a situação internacional vai ser considerada, antes de mais nada, no seu aspecto nacional: “Realmente a relação «nacional» é o resultado de uma combinação «original» única (em um certo sentido) que nessa originalidade e unicidade deve ser compreendida e concebida se queremos domina-la e dirigi-la (GRAMSCI, 1977, p. 1729).

A tarefa da “classe internacional” era, portanto, “estudar exatamente a combinação de forças nacionais” desenvolvendo-as também em função das exigências internacionais. Se investigamos todo o esforço entre 1902 e 1917 dos “maioritários” (os bolcheviques), escreve Gramsci, compreendemos como a originalidade deles fosse no “depurar o internacionalismo de cada elemento vago e puramente ideológico (no

sentido deteriorado) para dar-lhes um conteúdo de política realística” (GRAMSCI, 1977, p. 1729). A hegemonia se substancia das exigências de caráter nacional, portanto, uma classe internacional, para conduzir estratos sociais estritamente nacionais, precisa nacionalizar-se, porque (por causa da derrota das revoluções no Ocidente) ainda não se objetivaram as condições mundiais para o socialismo.

Imaginamos um homem que está escalando uma altíssima montanha, inexplorada e cheia de penhascos. Supomos que, depois de ter trinfado sobre as dificuldades e problemas inauditos, ele se encontre numa situação na qual avançar no percurso programado seja não apenas complicado e perigoso, mas impossível. Ele está constrangido a retornar atrás, redescer, pesquisar outros caminhos, mesmo que sejam mais longos, para ganhar o pico da montanha. A descida fica ainda mais difícil e perigosa da ascensão: é mais fácil tropeçar, não vê onde colocar os pés, falta o entusiasmo inicial [...] (LENIN, 1967, p. 183).

Através desta metáfora alpinista, em fevereiro do 1922, Lenin explicava seja a necessidade da profunda virada produzida pela NEP, seja as grandes dificuldades por ela encontrada na fase inicial dessa transição. No mesmo relatório, Lenin explicou que o significado da NEP ficava na aliança da economia socialista com a economia camponesa, indústria e campo, necessária à sobrevivência de milhões de camponeses e, portanto, da mesma revolução. Melhorar as condições do trabalho e de vida dos camponeses, exigência fundamental que não precisava de demais trocadilhos teóricos. No último escrito antes de morrer (*Melhor menos, mas melhor*, 2 de março de 1923) Lenin apresentou as enormes dificuldades encontradas pela transição socialista, com uma baixa produtividade do trabalho e uma capacidade produtiva bem inferior daquela antes da guerra. Sem a radical superação desses limites, o socialismo ficava em puro exercício teórico ou retórico, porque, como escreveram Marx e Engels na *A ideologia alemã* (2007) a libertação do homem não pode acontecer na esfera da autoconsciência, mas apenas no mundo real e através do emprego de métodos reais. Segundo Lenin, as potências ocidentais desfrutaram dessa condição desastrosa com a tarefa de esmagar a Rússia na miséria do seu passado pré-industrial, isto é, de abafar a revolução por meio da guerra civil, constrangendo o seu povo

a morrer de fome. Antecipando as categorias de Gramsci, Lenin descreve um mundo dividido em duas esferas: o Ocidente capitalista e desenvolvido e um Oriente colonial, explorado e dominado pelo primeiro (LENIN, 1967, p. 455).

A Revolução Russa, entre os vários significados, representou um ponto de ruptura na história mundial exatamente pelo seu conteúdo e empenho anticolonial, nisso, como explica Losurdo (2017) no último livro dele, se encontra a essência da distância entre marxismo oriental e marxismo ocidental depois de Marx. Assim, em continuidade com uma elaboração que encontrou em *Imperialismo etapa superior do capitalismo* a sua síntese mais eficaz, Lenin sublinhou o elo indissolúvel entre luta anticolonial e o socialismo, colocando na mesma frente contra hegemônica oriental as duas realidades. Rússia, China, Índia, somavam a grande maioria da população mundial, e, depois de 1917, entraram de forma inédita na luta para a própria emancipação. Todavia, as dinâmicas internacionais teriam envolvido essas duas esferas numa nova grande guerra imperialista com a tarefa de dominar ainda mais os povos coloniais e destruir o Estado soviético. Nessa perspectiva dramática, Lenin levantou a necessidade de aumentar os progressos da NEP, rumo a construção de um Estado alicerçado na direção operária e o consenso, a confiança dos camponeses, não o terror deles, eliminando cada desperdício, o burocratismo, a ineficiência do aparelho estatal. Para entender o verdadeiro significado da NEP é preciso ampliar o nosso discurso, além do contexto específico, temos que considerar a original interpretação da questão camponesa, que na visão da revolução de Lenin assumia um valor estratégico, não apenas tático.

Lenin, já no *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* de 1898 (1982), identifica na reforma agrária a chave que consentiria ao proletariado russo de assumir a direção frente às exterminadas massas de camponeses sem terra. É esse tipo de direção, ou hegemonia, que Gramsci tem em mente quando analisa a função positiva dos jacobinos na Revolução Francesa, e aquela negativa do *Partito d'Azione* no curso do chamado *Risorgimento Italiano*, e é a esse tipo de direção que Gramsci faz menção quando indica o papel que a classe operária italiana deveria exercitar na solução da questão meridional, que na Itália significava, naquele momento, a questão camponesa.

Segundo Lenin, na Rússia essa revolução não poderia ser conduzida pela “burguesia vacilante e reacionária”, já comprometida com a aristocracia czarista e por isso, incapaz de desempenhar aquele papel de propulsão política e social que teve no ocidente, mas pelo proletariado e pelas massas camponesas sem-terra que, na Rússia, também nesse caso, diferentemente do ocidente, podiam inclusive desempenhar um papel progressista. O primeiro pressuposto conceitual da revolução em Lenin é que cada país poderia chegar ao socialismo por sua própria maneira, de acordo com as suas peculiaridades econômicas, históricas e culturais. Coerente com essa perspectiva, Lenin apresenta a conclusão de que o percurso ao socialismo em seu país deveria ser extremamente diferente daquele percorrido pelos países ocidentais. Em razão dessa diversidade, Lenin desenvolve uma concepção da relação com as massas camponesas que não é possível encontrar nos outros membros do POSDR (Partido Operário Social-democrata) e que, no curso de 1917 (com a proposta de uma reforma agrária não socialista), deixou estupefatos muitos bolcheviques, apegados substancialmente ao velho programa. Na concepção socialdemocrata, de fato, às massas camponesas era atribuído um papel revolucionário somente na fase democrático-burguesa da revolução e, nesse caso, não havia um plano de ação definido e efetivo por parte do partido operário. Contrariamente a esse entendimento, Lenin opera uma primeira mudança entre 1901 e 1908, propondo inserir no programa do partido revolucionário do proletariado as reivindicações da massa camponesa, dentro da convicção de que somente colocando-as sob sua direção, o proletariado russo teria alguma possibilidade de sucesso¹. Essa intuição sobre a questão camponesa e a política de alianças, que resultará decisiva em 1917 e para o recebimento do marxismo nos países rurais do extremo Oriente Asiático, da África e da América Latina, não se encontra em nenhuma outra elaboração marxista de seu tempo. Posição essa que a própria Rosa Luxemburgo não perde a ocasião de criticar, porque dava uma solução “pequeno-burguesa” à questão camponesa, em contraste com os conceitos sacramentados do marxismo. Também a questão da NEP

¹ Essa batalha de Lenin ganha uma síntese significativa no texto *A questão agrária e os críticos de Marx*, 1976. Os primeiros nove capítulos foram escritos em 1901, os últimos em 1907. A publicação clandestina dos primeiros nove capítulos é de 1901, tendo sido republicados em 1905 e 1907 até que foram integrados aos últimos capítulos e reeditados em 1908.

precisa ser considerada não apenas como medida de política econômica, mas como tentativa hegemônica orientada para a aliança econômica e social entre classe operária e camponeses: não simplesmente na força, mas no consenso. Não só o domínio, mas a hegemonia.

No começo do 1922, o Estado soviético estava numa condição bem complicada, na qual às destruições da Primeira Guerra Mundial se somavam aquelas da guerra civil. Nesse contexto, Lenin levantou pela primeira vez a exigência de encaminhar a Rússia por uma nova política econômica no X Congresso do Partido Comunista Russo, em março de 1921. Novamente, na assembleia dos secretários das células do partido de Moscou (9 de abril 1921) afirmou que a NEP era uma exigência não inevitável para sair da miséria absoluta e superar o comunismo de guerra, uma fase que não foi o fruto de uma escolha teórica, mas o resultado do estado das necessidades reais. Os termos dessa profunda virada são expostos por Lenin no panfleto intitulado *Sobre o imposto em espécie* de maio 1921, no qual ele descreve as dificuldades da transição do capitalismo ao socialismo, numa sociedade na qual ainda conviviam a economia patriarcal, a pequena produção mercantil, o capitalismo privado, o capitalismo de Estado e o socialismo.

O governo adoptou medidas urgentes: 1) a abolição das requisições forçadas e a substituição da imposta de natura; 2) reintrodução, com algumas limitações, a liberdade de comercio; 3) a legitimidade da existência das empresas privadas; 4) a devolução de muitas empresas com menos de 10 operários aos velhos proprietários; 5) um novo regime de incentivos salariais correspondentes à atividade desenvolvida; 7) os cidadãos soviéticos foram autorizados a ter empresas comerciais, criar contratos e escolher profissões; 8) foi aprovado o código agrário que oferecia aos camponeses de explorar as leis do mercado, concedendo o direito de propriedade, sobretudo, o que melhorava as culturas. Obviamente o camponês não tinha o direito de vender nem de hipotecar. Juntamente a essas reformas foi avivado o programa para eletrificar o país (ELLEINSTEIN, 1976, p. 166), uma operação fundamental por Lenin, cuja importância fica encarnada na famosa equação “comunismo = poder soviético + eletrificação”.

Lenin no X Congresso de março 1921, descreveu o comunismo de guerra (1918-21) como uma caricatura do comunismo e afirmou a

necessidade de fazer uma dura autocrítica, era preciso abandonar qualquer postura de abstracionismo utopista. Nesse sentido, numa carta de abril 1921 escrita para solicitar um programa de concessão para a exploração dos poços de petróleo em Baku, podemos ler: “não existe nada de mais prejudicial e fatal para o comunismo da fanfarronice comunista: vamos consegui-lo sozinhos” (LENIN, 2017, p. 351). Foram esses erros a produzir um dos problemas maiores do Estado soviético, o burocratismo que tinha uma raiz na desorganização e a desagregação da economia rural no comunismo de guerra (LENIN, 2017, p. 364-365). No seu ensaio intitulado *Sobre o imposto em espécie*, ele apresenta essa medida como essencial para corrigir os erros, evitando o desastre da miséria e da carestia (LENIN, 2017, p. 356). Numa fase tão complicada, mais do que utilizar os esforços para impedir o desenvolvimento capitalista era preciso direcioná-lo rumo ao capitalismo de Estado, um progresso a respeito da economia pequeno-burguesa e patriarcal. Nesse sentido, o imposto em espécie representava a passagem do comunismo de guerra à regular troca socialista entre os produtos, segundo Lenin, naquele contexto a liberdade de comércio e o desenvolvimento capitalista, controlado pelo Estado, era útil para combater a dispersão dos pequenos produtores e o burocratismo. Como esclarecido antes, Lenin considerava a NEP essencial também em relação à nova situação da política internacional, não casualmente foi o alvo das suas intervenções nos III e IV Congressos da Internacional Comunista.

A situação interna à Rússia em 1921, estava caracterizada pela hostilidade com que a confrontavam as potências ocidentais, mas também pelo fracasso de todas as tentativas de intervenção militar contra ela. Além disso, Lenin destaca a consolidação de um forte movimento contra a guerra a Rússia entre as massas populares das grandes potências, que contribuía para alimentar o movimento revolucionário; tudo isso em um contexto em que as contradições entre as potências capitalistas se intensificavam a cada dia. A própria simultaneidade desses fatores havia impedido que o ódio da burguesia se traduzisse no sufocamento da Rússia, orientado a determinar uma nova fase de equilíbrio. Nos primeiros quatro anos de vida da Rússia socialista, assistia-se a uma fase de luta aberta (belicosa) da burguesia internacional contra ela, que havia terminado por colocá-la no

centro das questões da política internacional. Agora a situação da Rússia no cenário mundial era caracterizada por uma nova fase de equilíbrio que ainda permanecia instável e relativo, porque, tanto nos países capitalistas quanto, nos países sujeitos ao domínio colonial estavam se acumulando os materiais inflamáveis que poderiam fazer ocorrer inesperadamente e a qualquer momento insurreições, conflitos e revoluções. A tarefa dos comunistas naquele momento era aproveitar a trégua e adaptar sua tática a nova situação. Quando a Rússia empreendeu o processo revolucionário, o fez porque uma série de circunstâncias haviam empurrado os comunistas a fazê-lo, na convicção de que a revolução internacional viria em seu socorro e lhes garantiria a vitória, ou que a sua revolução daria um impulso decisivo à abertura de uma era revolucionária no plano internacional. Os comunistas russos tinham consciência de que, se a revolução mundial não irrompesse, a vitória da revolução proletária não seria possível e a experiência russa acabaria sufocada. Não obstante, os comunistas russos fizeram um grande esforço para salvaguardar e consolidar o sistema soviético, sabendo que esse trabalho se constituía no melhor apoio possível à revolução mundial. A realidade não havia confirmado as expectativas, a revolução não se deu no ocidente avançado, mas tendia a desenvolver-se – ainda que não de modo linear – tanto é verdade que graças a isso a poderosa burguesia mundial não conseguira matar a Revolução de Outubro. A nova situação colocava para Lenin uma necessidade inderrogável: “preparar a fundo a revolução e fazer um estudo profundo de seu desenvolvimento nos países de capitalismo mais avançado [...] beneficiar-se dessa breve trégua para adaptar nossa tática a essa linha em ziguezague da história” (LENIN, 1967, p. 456-457). A questão central que Lênin destaca na nova fase é, novamente, a conquista da maioria: “Quanto mais organizado é o proletariado de um país de capitalismo avançado, tanto maior seriedade a história exige de nós na preparação da revolução, tanto mais fundo devemos conquista a maioria da classe operária” (LENIN, 1967, p. 456-457).

Em tal contexto, para Lenin, assume centralidade absoluta a questão colonial, frente à qual a grande parte dos partidos membros da Segunda Internacional haviam assumido uma posição sentimental e meramente moralista de simpatia pelos povos coloniais e semicoloniais

oprimidos, mas que considerava o movimento anticolonial como privado de importância para os fins da luta geral pelo socialismo. Segundo Lenin, ao invés disso, os comunistas deveriam perceber que desde o início do século XX centenas de milhões de indivíduos agiam como “fatores revolucionários autônomos ativos”. Lenin concluía que nas futuras batalhas pela revolução mundial, as lutas anticoloniais – que tendiam primeiramente à libertação nacional, mas que se voltariam inevitavelmente contra o imperialismo – assumiriam uma função revolucionária bem mais importante do que se podia imaginar. Essa consciência levou a Internacional Comunista a investir recursos e energias nessas lutas, assumindo o comando de todas as questões conexas à preparação e à sustentação das lutas de libertação nacional. Esse impulso inicial e a consequente investitura de responsabilidade histórica foram fundamentais para inaugurar uma nova página na história da humanidade que levou, no curso do século XX, a maioria da população mundial a emancipação do jugo colonial.

Nas considerações sobre o fronte interno da Rússia, o ponto de inflexão se evidencia em relação a dois aspectos essenciais: a política de alianças e a questão camponesa. Aí Lenin registrava as mudanças ligadas à organização das velhas classes dominantes que se materializava, sobretudo, com a constituição de uma frente política da burguesia russa exilada, que se unia aos jornais e partidos dos grandes proprietários de terra e da pequena burguesia, a qual tinha suficientes ligações com a burguesia estrangeira para receber o financiamento necessário e manter vivos todos os instrumentos criados para combater a revolução soviética.

Analisando esse fenômeno, Lenin sublinha que, se no momento da tomada de poder pelos bolcheviques a burguesia estava desorganizada, incapaz de exercer uma hegemonia e não desenvolvida politicamente, a ponto de não ter tido condições de exercer hegemonia real sobre a sociedade, agora, passados quatro anos, ela estava apta a alcançar o nível de consciência e desenvolvimento político da burguesia ocidental. A burguesia russa havia sofrido uma terrível derrota, mas havia aprendido a lição da história e se reorganizava de modo consequente. Tudo isso complicava enormemente o processo de transição ao socialismo, pela persistência de uma dura luta mesmo depois da revolução. Ao expor a necessidade de uma

atitude diferente do proletariado russo contra a grande burguesia e a velha propriedade fundiária, de um lado, e a pequena burguesia, de outro, Lenin começa a delinear o novo quadro tático dos comunistas russos que está na base da NEP. Se a respeito da primeira não havia, de fato, outra opção senão a luta de classes mais clara e aberta, contra a segunda impunha-se um tipo de relação diferente daquela nos anos do “comunismo de guerra”.

Nos países ocidentais, a pequena propriedade – que Lenin define como a última classe capitalista – constituía um grupo social oscilante entre 30 e 50% da população; na Rússia as massas camponesas eram, ao invés, a imensa maioria da população, por isso no tocante a essa classe, a relação deveria basear-se em uma aliança muito estreita capaz de substituir a hegemonia exercida sobre ela pela grande burguesia, por aquela do proletariado. “Concluimos uma aliança com os camponeses que defenderemos do seguinte modo: o proletariado liberta os camponeses da exploração da burguesia, de sua direção e de sua influência e conquista-o à sua causa para vencermos juntos os exploradores” (LENIN, 1967, p. 460).

Na revolução e por meio da reforma agrária, os bolcheviques souberam exercitar essa direção e influência, e o alinhamento das massas camponesas durante a guerra civil o demonstrava. Na nova situação, dada uma capacidade organizativa inédita da burguesia russa, a simples aliança militar não seria suficiente se essa não fosse acompanhada de uma aliança econômica.

Devemos mostrar imediatamente às grandes massas camponesas que estamos prontos, sem recuar de nosso caminho revolucionário, a mudar nossa política de modo que os camponeses possam dizer: os bolcheviques vão melhorar logo e a qualquer custo a nossa intolerável situação [...] modificamos nossa política econômica obedecendo exclusivamente às circunstâncias práticas e às necessidades que derivam da situação (LENIN, 1967, p. 463).

O primeiro meio identificado para marcar esta mudança de política econômica é o imposto em espécie, segundo o qual a fábrica socializada dava ao agricultor seus produtos em troca de grãos. O camponês dava, assim, alguns dos seus produtos sob forma de impostos e outra em troca dos produtos da indústria socialista, ou por meio da troca de mercadorias.

Essa era para Lenin uma medida necessária para passar da pura “aliança militar” – como a que havia permitido a vitória contra os exércitos brancos –, a uma “aliança econômica”, porque em um país como a Rússia, com um nível de atraso técnico-produtivo tão forte e, sobretudo, no qual as massas camponesas constituíam a maioria da população, só ela poderia consolidar o Estado soviético e criar por meio dela o “capitalismo de Estado” – ou seja, o regime de concessões à iniciativa privada do capital estrangeiro de uma parte da produção – as condições para a transição socialista.

Lenin tinha consciência de que uma saída como essa criaria novos problemas, porque o imposto *in natura*, em espécie, significava liberdade de comércio, dado que o camponês, depois de pagar o imposto, estava livre para vender ou trocar o que lhe restava. Liberdade de comércio significava capitalismo, mas para Lenin, no quadro da nova política econômica, tratava-se de um capitalismo segundo as condições impostas pela sociedade soviética, isto é, capitalismo de Estado, uma vez que isso seria controlado e conhecido, o seu desenvolvimento não se daria em vantagem da burguesia, mas do proletariado. A NEP se impunha, portanto, como necessidade imperiosa para consentir à Rússia aquele salto no desenvolvimento de suas forças produtivas e para resistir a uma burguesia agora forte, que poderia exercitar sua luta de classes mesmo internamente à sociedade soviética, mas sobretudo, e esse aspecto vai destacado, se impunha como necessária frente ao fracasso das revoluções no ocidente e ao cerco que a Rússia sofria por parte das grandes potências capitalistas.

No IV Congresso, em 13 de novembro de 1922, Lenin comunicara a decisão de desenvolver uma política econômica tendente ao “capitalismo de Estado”, entendida como um seguro passo em direção ao socialismo, diante de um contexto internacional assaz difícil, no qual não apenas as expectativas de vitória nas revoluções de vários países europeus estavam tragicamente desfeitas, mas onde delineava-se também uma profunda fase de refluxo para o movimento operário junto a uma ofensiva reacionária duríssima por parte das classes dominantes. A difícil situação internacional impunha aos diversos partidos comunistas a necessidade de saber orientar-se taticamente de maneira adaptada as diversas situações e ainda preparar-se para uma possível retirada estratégica, de modo a evitar

que fossem forçados a recuar e anulados por diversos anos (LENIN, 1967, p. 387). Assim, para Lenin, mesmo a decisão do “capitalismo de Estado” representava uma linha de recuo necessária a manter a posição em uma fase adversa. A crise de consenso que a revolução enfrentou no curso de 1921, não apenas entre os camponeses, mas mesmo entre os operários, devia-se, para Lenin, ao fato de que a ofensiva econômica tinha ido longe demais, sem que se fosse assegurada a base de consentimento necessária. Segundo Lenin, as massas perceberam que a passagem direta às novas formas socialistas estava acima das efetivas forças da revolução. Afortunadamente, porém, as próprias forças ativas da revolução deram-se conta disso e, se isso não tivesse acontecido, caso aquelas forças não tivessem se prontificado a fazer um recuo em direção a tarefas de mais fácil alcance, a revolução em si estaria ameaçada da mais completa ruína.

Um dos significados políticos, a meu ver, mais importante dessa “aliança econômica” lançada com a NEP é a tentativa de superar a utilização dos meios coercitivos do Estado para impor às massas camponesas o socialismo; finda a fase característica do “comunismo de guerra”, tentou-se, por meio da NEP, percorrer uma estrada que deveria conduzir a maioria dos camponeses ao convencimento voluntário acerca da superioridade da produção cooperativa ou da grande fazenda estatal frente à pequena propriedade fundiária, ou seja, conduzir os camponeses voluntariamente e sem métodos administrativos ao socialismo. Se a NEP obteve importantes resultados, tanto que no outono de 1926, tanto a produção agrícola, quanto a industrial superaram os níveis anteriores à guerra, é por outro lado verdadeiro que a produção agrícola em seu principal ramo, o de cereais, permanece sempre abaixo dos níveis de 1913, demonstrando uma indubitável inferioridade produtiva da pequena propriedade frente ao latifúndio. Este limite, em conjunto com o fato de que o tão esperado capital estrangeiro veio em forma muito insignificante, levou a uma desaceleração grave no processo de industrialização que foi um enorme obstáculo no caminho do socialismo. Poucos anos depois, o perigo de uma nova guerra mundial ao horizonte e a necessidade de tornar autossuficiente a Rússia, em frente da incapacidade de superar aqueles limites, empurrou Stálin a impulsionar uma outra viragem para acelerar o desenvolvimento

das forças produtivas, mudando as diretrizes da NEP, tanto na produção agrícola, quanto na indústria.

Concluindo, a NEP enfrentou uma gravíssima crise econômica e tentou se abrir uma fase nova na edificação de diferentes relações sociais de produção, um processo nunca experimentado antes, nem existiam prontuários sobre a transição socialista. Com todas as contradições do caso, em um contexto mundial marcado pelo refluxo revolucionário mundial, estas tentativas tiveram o efeito de transformar o Estado soviético, tornando a jovem e fraca nação pós-czarista, em uma potência industrial capaz de derrotar o maior exército do mundo, contribuindo de forma essencial a eliminar a ameaça nazifascista do mundo.

Sobre o plano da coerência entre teoria e práxis, é preciso lembrar, cada revolução chocando-se com a realidade concreta (com as suas ações e reações não previstas), acaba por criar um quadro novo, sempre diferente da originária elaboração teórica. Assim mesmo aconteceu no caso da Revolução Francesa, assim foi por todas as revoluções liberais que, além dos solenes princípios de liberdade, fraternidade e igualdade, acabaram por institucionalizar formas aberrantes e sem limites de pobreza, exclusão, marginalização social, claramente não atribuídas aos vários Constant, Locke, Smith, Bentham.

Aos cem anos da Revolução que mudou profundamente o curso da história, no aprontar balanços é preciso a pressa das conclusões interessadas. As sentenças de auto absolvição ou de condenação sem apelos, emitidas por improvisados tribunais da história. Como em cada fase de transição da história, aconteceram erros, se manifestaram situações dramáticas e, sem dúvida, o resultado final nos apresenta a derrota histórica daquela experiência, o fracasso com o qual é preciso acertar as contas se queremos compreender as razões das atuais ofensivas reacionárias. Esclarecido tudo isso, aquela história não pode ser reassumida através de uma instrumental contabilidade dos lutos. Agora se tornou lugar-comum citar a questionável avaliação das lutas (por atacado) feita no famigerado *Livro negro do comunismo*, no qual estão também incluídas as mortes por guerras e por carências de recursos, em grande parte dos casos provocadas de fora. Todavia, se, de fato usássemos os mesmos parâmetros adotados por

Stéphane Courtois & Co., quantos milhões de mortos devíamos atribuir à expansão mundial das nossas relações sociais burguesas? Vamos apenas tentar pensar: as consequências históricas da acumulação original de capital sobre as incalculáveis massas rurais expulsas dos campos transformadas em multidões de mendigos nas grandes periferias urbanas; o extermínio dos povos nativos no Norte e Sul da América, Ásia e Oceania; os mortos por causa da miséria e da exploração colonial ocidental na África, incluindo o escravismo; as infinitas guerras imperialistas conduzidas nos últimos dois séculos em todos os cantos do planeta para roubar os recursos dos “povos não civilizados”. Uma hecatombe, muito bem escondida nos livros ou tratados de divulgação sobre a história da humanidade. Isso também confirma um ponto já desenvolvido por Marx e Engels na metade do século 19: justamente no terreno das ideologias é que está o verdadeiro êxito da sociedade burguesa, e assim, o fato de ter moldado o mundo a sua imagem e semelhança por meio da violência, é apresentado como afirmação dos princípios de liberdade e civilização sobre a barbárie. O paradoxo histórico é que, mesmo sendo mestres da ideologia, os grandes e pequenos teóricos do liberalismo fazem da crítica às ideologias a sua própria batalha mais característica. A confirmação da sua capacidade hegemônica é que a maioria das pessoas, também dotada de uma boa cultura, nela acredita e a reproduz mais ou menos conscientemente.

REFERÊNCIAS

- ELLEINSTEIN, J. *Storia dell'URSS*. Roma: Editori Riuniti, 1976.
- GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1977.
- LENIN, V. I. *Economia della rivoluzione*. Org. V. Giacché. Milano: Il saggiatore, 2017.
- LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LENIN, V. I. *A questão agrária e os críticos de Marx*. Roma: Riuniti, 1976.
- LENIN, V. I. *A proposito dell'ascensione sulle alte montagne*. Roma: Riuniti, 1967. v. 32 - 33. (Opere complete).
- LOSURDO, D. *Il marxismo occidentale: come nacque, come morì, come può rinascere*. Bari: Laterza, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

VON HALLER, K. L. *La Restaurazione della scienza politica*. A cura di M. Sancipriano. Torino: UTET, 1963.

INDUSTRIALIZAÇÃO E PROGRESSO: A LIÇÃO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO¹

Giorgio Grimaldi

PREMISSA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA A REVOLUÇÃO BURGUESA E VICE-VERSA.

Por suas dimensões, dinâmicas e conteúdos, somente a Revolução Francesa pode ser proposta para uma comparação com a Revolução de Outubro, porque o ciclo revolucionário inglês e em maiores dimensões a Revolução Americana, enquanto preparação também sobre o plano ideológico dos eventos de 1789, fazem referência a grupos sociais muito diversos daqueles que serão protagonistas das transformações posteriores. Naturalmente - e não somente do ponto de vista cronológico - a relação entre essas duas grandes épocas de crises históricas deve ser imediatamente invertida: a Revolução Francesa foi um desarranjo político e social, cujas repercussões em larga escala deram início a um ciclo revolucionário que só seria concluído exatamente duzentos anos depois.

¹ Publicado originalmente em “Materialismo Storico. Rivista di filosofia, storia e scienze umane”, n. 2/2017, *Rivoluzioni e restaurazioni, guerre e grandi crisi storiche: cento anni dall'Ottobre russo (parte prima)*, a cura di Stefano G. Azzarà, p. 108-122. Tradução: Matteo Bifone. Revisão: Anderson Deo.

Deixamos de lado os eventos intermediários, como a Comuna de Paris. Deixamos também o fato de que no final do século XIX a burguesia para tomar o poder teve que colocar em ação forças contraditórias a si própria, abrindo o caminho para instâncias novas e mais avançadas; forças talvez contrapostas aos interesses próprios da burguesia, mas que continuaram a mover-se no caminho de sua origem. Se a Revolução de 1789 viu a tomada de poder político por parte de uma classe que já detinha de fato o poder econômico, a Revolução de 1917 teve que enfrentar pelo menos dois obstáculos: chegar ao socialismo a partir de uma economia prevalentemente agrária.

A direção bolchevique assumiu a tarefa de transformar um país, cuja estrutura econômica tinha apenas alguns elementos de capitalismo. Um país muito longe das condições objetivas nas quais deveria amadurecer o socialismo, isto é, a presença de uma economia de mercado muito longe de ser a mais adequada ao desenvolvimento das forças produtivas, as quais não deveriam fazer nada a mais que quebrar o seu involucro. Na Rússia, ao contrário, a transição de uma economia pré-capitalista (ou no máximo próto capitalista) não poderia ter sido de nenhuma forma imediata e indolor. Passagem obrigatória seria uma industrialização capaz de realizar aquele desenvolvimento que deveria ter conduzido o capitalismo a não ter mais nenhuma “justificação histórica” (HEGEL, 2004).

O problema então é este: se o desenvolvimento da sociedade revolucionária é consequência daquele modelo industrial que determinou a afirmação do capitalismo no Ocidente, não nasce aqui uma relação *essencial* com o adversário? Estamos diante de um problema paradoxal, teórico e prático, de um socialismo que para se afirmar deve se fazer, ele mesmo, capitalismo e realizar o que foi feito pela burguesia no Ocidente.

PASSAGENS HISTÓRICAS EM HEGEL E MARX

No longo § 3 dos *Princípios da Filosofia do direito*, Hegel especifica duas categorias decisivas para a leitura do seu sistema: a “explicação e justificação histórica” (HEGEL, 1970) e a “justificação válida *em si e para si*” que tem que se referir ao “desenvolvimento do conceito” (HEGEL, 1970).

Frente ao movimento histórico no seu desenvolvimento, que responde ao conceito (o qual não é abstrato, mas se manifesta em determinadas formas históricas), o que possui somente “justificação histórica”:

Quando a origem de uma instituição nas suas determinadas circunstâncias se mostra completamente adequada ao objetivo e necessária e então realizou isso que o ponto de vista histórico [*der historische Standpunkt*] exige, em consequência, se isso deve passar para uma justificação universal da mesma coisa, [...] que [...], uma vez que tais circunstâncias não existem mais, a instituição então perdeu o seu sentido e o seu direito [*ihren Sinn und ihr Recht*] (HEGEL, 2004, p. 22).

Podemos dizer, interpretando Hegel, que o conceito se manifesta em formas históricas determinadas que constituem o seu desenvolvimento em direção da realização, para a plena identidade consigo mesmo: uma vez que essas desenvolveram as premissas para um novo estágio histórico-conceitual, uma vez que tem conduzido a isso, meramente subsistem e irão decair. Mas ao decair, não desaparecerão de forma absoluta: no movimento dialético serão exatamente esses, por meio do movimento das suas formas mais avançadas, a constituir a origem de uma nova fase histórica. Uma origem que não é a verdade, o conteúdo autêntico, específico, o qual se dá, ao invés disso, como resultado no processo.

Leremos agora o que Marx e Engels escrevem no *Manifesto do Partido Comunista*:

Os meios de produção e de troca sobre cuja base se formou a burguesia foram produzidos na sociedade feudal. Em um certo estágio do desenvolvimento desses meios de produção e troca, as relações no interior das quais a sociedade feudal produzia e trocava, vale dizer, a organização feudal da agricultura e da manufatura, em uma palavra, as relações feudais de propriedade, não corresponderam mais as forças produtivas já desenvolvidas. Atravancavam a produção ao invés de promovê-la. Se transformaram em novas correntes. Essas deveriam ser quebradas e foram quebradas (MARX; ENGELS, 2003, p. 12-13).

A implantação geral do raciocínio é, evidentemente, tributário do raciocínio hegeliano que já vimos. Não se trata de “marxianizar” Hegel ou “hegelianizar” Marx: não se pode, porém, não relevar como o materialismo histórico deve propriamente a Hegel a teorização da modalidade para a qual acontecem as passagens históricas. Em Marx, o “conceito” assume caráter muito problemático (é o problema daquilo que é propriamente histórico e daquilo que resiste e permanece no movimento histórico); ao mesmo tempo, porém, o trecho citado, mesmo com uma perspectiva particular, não possui nada de diferente daquilo teorizado por Hegel no parágrafo 3.

Em outras palavras, Marx e Engels observam que o capitalismo está perdendo a própria “justificação histórica”. Ele criou as condições de uma nova fase², a qual não consegue corresponder. Deve então que ser superado: “As relações burguesas se tornaram estreitas demais para poder conter a riqueza criada pelas forças produtivas” (MARX; ENGELS, 2003, p. 14). Essa passagem, porém, é a insígnia do conflito:

Já fazem décadas que a história da indústria e do comércio é somente a história das rebeliões das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições de vida da burguesia e do seu domínio (MARX; ENGELS, 2003, p. 13).

Essa *emergência*, que não brota de *desejos* nem individuais nem coletivos, tem necessariamente uma base objetiva - o desenvolvimento das forças produtivas -, na base da qual, sucessivamente, pode enxertar-se a subjetividade. A base objetiva, porém, nunca há de ser absolutizada, porque é a condição necessária, mas não suficiente. A essa deve se acompanhar uma subjetividade capaz de cumprir a passagem histórica naquele momento em andamento. Mas esse amálgama objetividade/subjetividade não comporta passagens de épocas absolutas na sua própria nitidez, “puras”, mas ao contrário, progressões e desvios laterais, interações entre diversos elementos que, em uma determinada fase histórica, podem assumir e desenvolver funções diferentes. Mesmo com a permanência de alguns

² Aqui é presente a categoria hegeliana de salto qualitativo, que pode assumir a validade de categoria revolucionária; sobre esse aspecto cf. (LOSURDO, 2001, p. 217-251.)

elementos particulares, é o todo que exprime uma diferente configuração e é essa configuração que confere sentido e função aos elementos.

Uma fase histórica nova e ulterior é então aquela na qual acontece uma reconfiguração do todo, de tal forma a exprimir elementos novos, mas também capaz de modificar o sentido dos outros que permanecem e, naturalmente, de superar definitivamente aqueles que não tem mais razão de ser, “justificação histórica”. Mas, essa passagem histórica não pode acontecer se não se criou uma base objetiva sólida e madura, cujo um dos elementos é o desenvolvimento das forças produtivas. Um desenvolvimento que deve, em seguida, se amalgamar a uma subjetividade madura e adequada, capaz de construir uma ordem que realize todas as suas potencialidades. Uma subjetividade, porém, necessitante por sua vez de uma correspondente objetividade, sem a qual permaneceria no desejo de algo, cujas condições materiais não existem.

De qual natureza é, porém, essa “riqueza” que confere sentido ao desenvolvimento das forças produtivas? Não estamos frente a um contínuo e infinito fortalecimento da potência nietzschiano, mas a uma *medium* pela liberdade, cuja base - aqui está o sentido dessa “riqueza” -, é o bem-estar material.

DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E NOVAS FASES HISTÓRICAS

A fulminante conclusão do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* de Rousseau registra perfeitamente o desequilíbrio – a desigualdade, de fato - presente na sociedade. Como acabar com uma condição, não certamente temporária, na qual “um pequeno grupo de homens, desfrute de coisas desnecessárias, ao mesmo tempo que a maioria faminta não tem o necessário?” (ROSSEAU, 2005, p. 205). A resposta de Marx e Engels se move com nitidez na direção não da difusão da pobreza, de uma miséria igualmente universal, mas do bem-estar universal (diferente do luxo e do excedente: se subsiste uma condição de excesso, essa somente pode ser possível por meio de uma correspondente situação de escassez). Como é possível um bem-estar material universal? Certamente, isso se dará a partir de uma redistribuição orientada na direção da equidade e

da justiça, mas também é preciso que exista a possibilidade concreta, técnica, de um aumento dos bens a disposição. Esse aumento dos bens, quantitativos e qualitativos, é possível por meio de um aumento da produtividade que implica, por sua vez, o desenvolvimento das forças produtivas.

Chegamos assim ao nó teórico e prático. É preciso desenvolver uma estratégia para aumentar em cada situação determinada o desenvolvimento das forças produtivas, condição necessária para abrir a passagem histórica além do capitalismo; observando ao concreto desenvolvimento histórico, é preciso, porém, reconhecer uma processualidade do tempo histórico que se realiza através de passagens determinadas. Em outras palavras, não é possível pensar em uma superação do capitalismo que não passe por meio de um dos seus elementos fundamentais: o desenvolvimento tecnológico-industrial. Caso contrário, será difícil elaborar um projeto concretamente aplicável na história que não olhe romanticamente ao passado pré-industrial e pré-capitalista e às nostalgias do mundo agrário³.

Nada mais distante de Marx que um preconceito sobre o aumento da riqueza. Pelo contrário, como vimos no Manifesto, a burguesia cai precisamente porque é inadequada para gerir o poderoso desenvolvimento das forças produtivas em andamento. O acento sobre a “riqueza” é conservado mais de dez anos depois nos *Grundrisse*, quando Marx reflete sobre o seu específico conteúdo de emancipação: a sociedade post-capitalista é aquela capaz de realizar completamente a riqueza, que ao invés no “mundo moderno” se apresenta somente

Como escopo da produção⁴. De fato, porém, se a riqueza se despede de sua limitada forma burguesa, o que é a riqueza se não a universalidade das necessidades, das capacidades, dos gozos, das forças produtivas etc., dos indivíduos, gerada na troca universal? O que é senão o completo desenvolvimento do domínio do homem sobre as forças da natureza, seja aquelas da assim chamada natureza, seja sobre aquelas da sua própria natureza? O que é senão a explicitação absoluta dos seus dotes criativos, sem outro pressuposto a não ser o precedente desenvolvimento histórico, que rende fim em si mesma essa totalidade do desenvolvimento, ou seja, do desenvolvimento de todas as forças

³ Daí o engajamento dos movimentos progressistas atuais ao “ecologismo” heideggeriano. Sobre Heidegger e a técnica nos permitimos indicar (GRIMALDI, 2015).

⁴ Pouco antes se pode ler “a produção como escopo do homem” (MARX, 1976, p. 466).

humanas como tais, não mensurada com um metro *já dado*. Na qual o homem não se reproduz em uma dimensão determinada, mas produz a sua totalidade? Onde não busca permanecer algo de acabado, mas é no movimento absoluto do devir? (MARX, 1976, p. 466).

Nunca a “riqueza” é condenada como tal por Marx, senão no contexto da desigualdade e da exploração universais. Não é o *ressentimento* contra a riqueza e ao bem-estar material que o move, portanto, mas a recusa das formas excludentes e produtoras de desigualdade. A sociedade pós-capitalista realiza o universal, liberando todas as potencialidades dos períodos precedentes. Na história não existem fases últimas, definitivas, mas um contínuo progresso, uma tortuosa ampliação da esfera da liberdade entre um movimento histórico que sabe abrir o conteúdo progressivo do passado, mas não é mera realização disso, porém, abertura de condições de possibilidade inéditas e mais avançadas. É a potência desagregadora, combinadora e inovadora da *Aufhebung*, a permitir que os novos níveis alcançados não sejam a realização *tout court* do que já foi, nem *novitas absoluta*. Nesse quadro, e não certamente no sentido de um movimento na direção do “fim da dialética” (NEGRI, 2016, p. 252), podemos ler quanto expresso nos *Grundrisse*:

No ato da reprodução mesma [do “*mesmo modo de existência objetivo*”] mudam não somente as condições objetivas, por exemplo a aldeia se transforma em cidade, o bosque em terreno cultivável etc., mas mudam também os produtores em quanto explicitam novas qualidades, desenvolvem e transformam a si mesmos por meio da produção, criam novas forças e novas concepções, novos modos de trânsito, novas necessidades e uma nova linguagem (MARX, 1976, p. 474).

A superação do capitalismo não é então o renascimento total (cujo motivo é, porém presente em Marx), mas um desenvolvimento sobre um plano qualitativamente superior e mais avançado a partir dos elementos que existem na realidade presente e que, por força imanente, transcendem a si mesmos. Os produtores “criam novas necessidades”: estamos nos antípodas do idílio do campestre, da celebração da vida “simples”, que é hoje tanto em voga, mas, que não constitui a transfiguração do “idiotismo

da vida rural” (MARX; ENGELS, 2003, p. 11) e da dupla moral família/trabalho. A necessidade da industrialização não comporta a transformação do planeta em uma fábrica tóxica, nem a atomização das relações sociais. Do mesmo modo, o idílio família-rural que está por trás de cada referência, a simplicidade e a autenticidade não é frequentemente e com boa vontade, nada de diferente que a transfiguração nostálgica de modos de vida ligados ao mundo pré-industrial, nem mais verdadeiros nem mais falsos daqueles que se apresentaram sucessivamente. E isso por um motivo simples: os segundos brotam dos primeiros, é o consequente desenvolvimento a partir das suas premissas.

Pensemos na usina hidroelétrica: é, pois, muito menos natural e autêntica que um moinho de vento, rede de uma transfiguração dos bons tempos idos que ideologicamente remove a fadiga, a fome e a violência da pré-modernidade? Isso não significa negar os aspectos negativos da vida moderna: porém, não existe nenhuma vida autêntica a ser restaurada, mas premissas de liberdade a serem mantidas e novas liberdades a serem conquistadas. E existem também “novas necessidades” evocadas por Marx, que não são caprichos do homem moderno, mas uma ampliação da esfera da liberdade. Uma liberdade que a um certo ponto aparece restrita, pois se produziram as condições de uma nova fase, da qual o desenvolvimento das forças produtivas é premissa decisiva.

AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVAS E LIBERAÇÃO DO TRABALHO

Voltamos agora aos *Princípios da filosofia do direito* hegeliano, e precisamente ao § 198, onde Hegel registra a tendência histórica (obtida por meio “das divisões do trabalho”) graças a qual “o trabalho” torna-se “sempre mais *mecânico* e então ao final adequado para que o homem possa retirar-se e colocar no seu lugar a *máquina*” (HEGEL, 2004, p. 163). E lemos também o Marx dos *Grundrisse*:

O caminho por meio do qual surgiu o maquinário na sua totalidade, e [...] o caminho por meio do qual ele se desenvolve em detalhe, [...] é a análise - por meio da divisão do trabalho, que já transforma sempre mais em operações mecânicas as operações dos operários, assim que

a um certo ponto o mecanismo pode tomar o seu lugar. (MARX, 1976, p. 716).

A conexão de Marx a Hegel é claríssima, mas não é sobre isso que queremos concentrar a nossa atenção, mas sobre o fato que a partir dessa tendência histórica objetiva, Marx pensa a passagem histórica pós-capitalista: a automação dos processos produtivos é uma nova base para a ampliação da liberdade.

A esse propósito, Marx não é ingênuo: ao invés de realizar o sonho, já dos antigos⁵, da liberação da fadiga do trabalho, a máquina submete majoritariamente o operário a exploração capitalista⁶. Marx e Engels são extremamente claros em relação a isso no Manifesto (a mesma abordagem ao problema será utilizado por Marx ao longo de toda a sua evolução):

Os operários [...] como soldados simples da indústria são subordinados a vigilância de uma inteira hierarquia de oficiais e suboficiais. Não são somente servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas cada dia e cada hora são submissos também a máquina, ao vigilante, e sobretudo ao burguês dono da fábrica (MARX; ENGELS, 2003, p. 15-16).

Nem falta reconhecer a crescente alienação do trabalho devido a máquina: “o operário torna-se um simples acessório da máquina” (MARX; ENGELS, 2003, p. 15), que assim amplia sempre majoritariamente a distância entre a ação particular na cadeia de produção e o produto acabado, sempre mais subtraído ao mesmo trabalhador. Mas, a solução não é nem a destruição das máquinas, nem a volta ao arado: essa é situada propriamente em plano aberto, inaugurado da automação dos processos produtivos.

Sim, no contexto capitalista, a máquina submete sempre mais o trabalho, mas ao mesmo tempo cria as premissas objetivas de uma liberação do mesmo trabalho. O “retrair-se” (que vimos em Hegel) do homem, do trabalho desenvolvido agora pela máquina, é também um “liberar-se” daquela cota de trabalho agora efetuada no seu “lugar” pela máquina. Certamente, o capital possui uma estrutura específica, na qual o lugar do

⁵ Marx, n'O Capital, cita Aristóteles e Antipatro (MARX, 2009, p. 544-545.)

⁶ Veja (MARX, 2009, p. 501-656.)

trabalho não se determina como emancipação, mas se reconfigura para realizar o máximo lucro do capitalista e a máxima acumulação do capital. E, porém, as máquinas têm em si não somente em *potência*, mas também *de fato*, a disposição efetiva de uma emancipação do trabalho realizável em uma diversa e mais avançada configuração econômica, social e política.

Pensando no uso das máquinas no sistema capitalista e sobre a não-acidentalidade de suas invenções (essas permitem sempre um maior aumento da produtividade e do lucro), Marx não sobrepõe a origem histórica (capitalista) das máquinas com as potencialidades contidas no seu desenvolvimento (presente e futuro):

Isso não significa absolutamente que [o maquinário em si] seja capital, ou que sua existência como maquinário seja idêntica a sua existência como capital; assim como o ouro não cessaria de ter o seu valor de uso enquanto ouro pelo fato de não ser mais *dinheiro*. O maquinário não perde o seu valor de uso no momento em quem cessa de ser capital. Do fato que o maquinário é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo, não se desdobra absolutamente que a subsunção na relação social do capital seja a relação social mais adequada e última para a utilização desse maquinário (MARX, 1976, p. 710-711)⁷.

E pouco depois: “o capital, sem ter a intenção, reduz ao mínimo o trabalho humano, o desgaste de energia. Isso será uma vantagem do trabalho emancipado, e é uma condição da sua emancipação” (MARX, 1976, p. 713).

Se o primeiro trecho citado, leva-nos à pergunta sobre qual possa ser a relação social de produção “mais adequada” (sobre quanto pode ser “o último”, se pode ser também mais cauteloso) “para o emprego do maquinário”, o segundo nos confronta com a espinhosa questão da alternativa liberação *de* trabalho / liberação *do* trabalho. Se, de fato, as máquinas permitem uma nova fase da história do trabalho, tal nova fase é travada, obstaculizada pelo capital, e então, da concentração do máximo lucro e da máxima acumulação nas mãos do capitalista. Circunstância que impede o cumprimento de todas as potencialidades da automação dos processos produtivos em termos

⁷ Uma impostação análoga da questão é repetida n'O Capital, veja-se (MARX, 2009, p. 583-584.)

de riqueza distribuída socialmente e da qualidade de vida dos indivíduos (mas também da possibilidade do desenvolvimento das mesmas máquinas, projetadas de acordo com as exigências de uma sociedade mais avançada, com “novas necessidades” etc.).

De um lado há a possibilidade de pôr fim, materialmente, a desigualdade denunciada por Rousseau, da qual falta a justificação técnica da carência de bens para todos; de outro, se abre a possibilidade de uma aproximação diversa do trabalho e de um diferente estilo de vida. Em ambos os casos, o ponto decisivo é a universalização do moderno aparato técnico-industrial, dos seus benefícios e do melhoramento da qualidade de vida que deriva disso⁸, e, em paralelo, a inspiração universalista que move a ação do proletariado, uma classe que não liberta somente a si mesma, mas através dela, a humanidade⁹. Nesse sentido, não há em Marx particularismo operário, mas tensão universal. Uma tensão que acha, contudo, a própria base objetiva naquela automação dos processos produtivos que permite o aumento da produção (e então dos bens disponíveis) e a emancipação *de* trabalho.

Claramente, o simples aumento dos bens (primários ou não), não é suficiente: é preciso reconfigurar em um novo plano a distribuição e a possibilidade de acesso efetivo aos produtos. Esse novo plano contém um novo e superior nível de socialização, ou seja, uma ampliação da fruição dos bens e de suas acessibilidades. Não é suficiente, isto é, o aumento dos bens disponíveis e uma baixa geral dos preços como concessão pelo alto, talvez para conter os conflitos e manter, em uma determinada conjuntura, a paz social. Fruição e acessibilidade devem, em outras palavras, ser possibilidades concretas, premissas por meio de uma redefinição dos direitos econômicos e sociais adquiridos pelos sujeitos reconhecidos como tais. Por isso a regra-guia não se torna mais o lucro pelo lucro e a acumulação enquanto acumulação, mas a produção como *meio* de riqueza

⁸ Em *O homem e a técnica. Ascensão e declínio da civilização das máquinas*, Spengler acusa o Ocidente de ter desvelado a técnica aos povos coloniais e em geral não-brancos, os quais a utilizaram em detrimento do mesmo Ocidente. Veja-se (SPENGLER, 2008, p. 103-105). Evidentemente é alheio do pensamento de Spengler qualquer tensão entre igualdade e do universalismo.

⁹ Veja-se (MARX; ENGELS, 2003, p. 37).

social¹⁰. Nesse contexto, desaparece progressivamente a função puramente instrumental do trabalho humano que, porém, não se torna jamais infantil ou aristocrática, pretensa de uma liberação *do* trabalho em si mesmo.

Se, como já vimos, não se pode falar de socialismo sem desenvolvimento das forças produtivas, premissa para uma fase histórica nova e mais avançada, então, parece também que não seja possível pensar tal desenvolvimento segundo uma via diferente daquela da industrialização e do confronto com a sua matriz capitalista.

DENTRO DO CAPITALISMO, RUMO A UMA NOVA FASE

A lição da Revolução de Outubro é, nesse sentido, fortemente instrutiva. Chegado o momento de provar os fatos, houve, com Lenin, que renunciar ao imediatismo do socialismo e mover-se em direção a uma industrialização que comportou a adoção de elementos capitalistas, incluído o famoso “capitalismo de Estado” (LENIN, 2017, p. 467). Sobre essa união de eventos Lenin se pronuncia com aquela que podemos definir uma máxima de caráter geral: “Tudo isso nunca foi previsto, mas todavia, esse é um fato incontestável” (LENIN, 2017, p. 467).

É a resignação a uma situação absolutamente determinada e imodificável? Não, a questão é exatamente essa: se não reconhecermos a natureza objetiva de uma conjuntura histórica, acabaremos dominados por ela. O socialismo moveu os seus primeiros passos na Europa, depois chegou a Rússia e a partir dali inspirou uma parte não minoritária do mundo não industrializado. Realizou-se o socialismo? Não. Porém, nunca devemos subestimar um movimento de emancipação política e econômica em amplíssima escala, que tem entre mil dificuldades, enunciado o direito ao reconhecimento dos excluídos do sacro espaço político e econômico das *élites* e tirou da ameaça de morte por inanição centenas de milhões de pessoas.

¹⁰ O que não exclui de nenhuma forma a possibilidade de manter instrumentos empresariais voltados a organização e a racionalização da produção e da riqueza acumulada, não mais voltadas ao interesse meramente privado, mas que não se resolvem em automatismos e desregulações possíveis por meio de melhores disposições do ânimo dos homens.

Na realidade, assim como nunca existiu um capitalismo puro, não existem também socialismo e comunismo puros, e a medida não é a consonância do real com as aspirações dos puristas a um mundo melhor e com os Textos Sacros, mas a ampliação ou não das liberdades e do direito, e a elevação ou não dos standards de vida, junto ao procedimento mediado em direção a esses. Uma das lições fundamentais do outubro leniniano é então essa: a necessidade (em concreto, não somente em teoria) do desenvolvimento das forças produtivas para melhorar as condições de vida e definir as premissas para uma nova fase histórica mais avançada (o socialismo). Esse desenvolvimento passa necessariamente pela industrialização e a industrialização implica em dinâmicas também dolorosas mas, de acordo com quanto a história até hoje nos mostrou, inelutáveis.

Nesse ponto Lenin, chegando a gerir concretamente o poder no objetivo primeiro de construir o socialismo, entende a nova fase histórica como a herdeira dos pontos mais avançados daquela precedente, que convida diretamente a olhar às estratégias e aos modos de produção capitalistas naquele momento mais na vanguarda: “devemos aprender o socialismo em larga medida dos dirigentes dos trustes, devemos aprender o socialismo dos máximos organizadores do capitalismo” (LENIN, 2017, p. 171). E ocorre “introduzir em toda a Rússia o sistema Taylor e o aumento científico americano da produtividade do trabalho” (LENIN, 2017, p. 174). Certamente, o “sistema Taylor” resulta particularmente odioso, mas isso na variável capitalista, que é aquela originária, mas não a única. Recordamos aquilo dito por Marx a propósito das máquinas: a sua validade vai além da do capital e isso vale também para um sistema de produção como o taylorismo, que, ao contrário, pode abrir espaços de emancipação *do* trabalho.

Para Lenin é preciso utilizar tal sistema relacionando-o a uma

Redução do horário de trabalho, a utilização de novos métodos de produção e de organização do trabalho sem nenhum dano para a força de trabalho da classe trabalhadora. Pelo contrário, a utilização do sistema Taylor, justamente dirigido pelos mesmos trabalhadores, se esses forem suficientemente conscientes, será o meio mais seguro para

uma ulterior e grandíssima redução da jornada de trabalho obrigatória para toda a população trabalhadora (LENIN, 2017, p.174).

Essa é a perspectiva leniniana, que não resulta, porém, completa, se obscurecida da importância nas comparações da consciência e maturidade da “população trabalhadora”: nenhuma conjuntura objetiva pode ser suficiente, na verdade, se não tem um sujeito que naquele mesmo nível pode agir. Mais precisamente: nenhuma conjuntura objetiva pode ser por si mesma suficiente, se não é também o produto de uma consciência subjetiva madura, capaz - porque envolvida na relação objeto/sujeito (que é recíproco, dialético) - de ser à altura da gestão daquela mesma conjuntura.

Nessa ótica, parece totalmente infrutífero e insensato discutir sobre decrescimento, sobre economia no modelo dos mosteiros ou sobre cultivos domésticos, como hoje acontece frequentemente, favorecendo formas diferentes de aversão, escondidas ou não, em direção à modernidade. É preciso, ao invés disso, olhar e dirigir a atenção aos locais onde o desenvolvimento das forças produtivas é mais avançado, onde também são mais avançados os modos de produção, e onde se desenvolvem, então, modelos e modos de vidas adequados àquele nível. O que não implica o desaparecer de cada dificuldade e de cada conflito, o bem-estar total e o fim da alienação, mas a capacidade de ter juntos novas conquistas e novos modelos de bem-estar com novas dificuldades, novos conflitos, novos níveis de alienação. É daqui que se passa a nova fase histórica mais avançada, não certamente do regresso a fases históricas precedentes: são essas novas dificuldades, inéditos conflitos e níveis de alienação, que é preciso resolver e superar, sob pena de reproduzir o imobilismo e a regressão.

Portanto, é necessário não se voltar (atrás) em direção ao mito do idílio romântico-agrícola, mas (adiante) em direção aos lugares onde os modos de produção e estilos de vida são mais avançados ou onde há essa tensão para o avanço. O imaginário do socialismo não é como o mundo vazio dos sonhos, mas como aquele não-lugar, *u-tópico* que quer se tornar o lugar e a realidade, se objetivar como utopia e se realizar concretamente, porque somente essa passagem o faz verdade. É no imaginário que se

entrevê, embora confusamente, o futuro, que imprime a realidade do presente no movimento em direção àquelas imagens: imagens-guia do futuro *no* presente, a partir disso e não de um totalmente-outro. Somente cultivando aquele imaginário, metropolitano e cosmopolita, será possível estar à altura de uma nova fase histórica progressiva.

REFERÊNCIAS

- GRIMALDI, G., *Oltre le tempeste d'acciaio: tecnica e modernità em Heidegger, Junger, Schmitt*. Roma: Carocci, 2015.
- HEGEL, G.W.F. *Lineamenti di filosofia del diritto: diritto naturale e scienza dello Stato in compendio* (1821). Roma; Bari: Laterza, 2004.
- HEGEL, G. W. F. *Grundlinien der Philosophie des Rechts oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse* (1821). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970.
- LENIN, V. *Economia della rivoluzione*. Milan: il Saggiatore, 2017.
- LOSURDO, D. *L'ipocondria dell'impolitico: la critica di Hegel ieri e oggi*. Lecce: Milella, 2001.
- MARX, K. *Lineamenti fondamentali di critica dell'economia politica (Grundrisse)*. Turin: Einaudi, 1976.
- MARX, K. *Il capitale*. Libro primo(1867). Turin: UTET, 2009.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto del partito comunista* (1848). Roma; Bari: Laterza, 2003.
- NEGRI, A., *Marx oltre Marx*. Roma: Manifestolibri, 2016.
- ROUSSEAU, J.J. *Scritti politici*. Volume primo. Roma; Bari: Laterza, 2005.
- SPENGLER, O. *L'uomo e la tecnica: ascesa e declino della civiltà delle macchine* (1931). Prato: Piano B, 2008.

DA NEP AO STALINISMO: REVOLUÇÃO PERMANENTE E REVOLUÇÃO PASSIVA NA RÚSSIA SOVIÉTICA

David Maciel

A partir da abolição da servidão em 1861 desencadeia-se na Rússia dos Czares um processo de transição ao capitalismo que privilegia o avanço da propriedade privada, o fortalecimento dos camponeses ricos (*kulaks*) e um movimento de industrialização e modernização econômica fortemente dirigido e controlado pelo Estado, apesar da grande presença do capital estrangeiro. Ainda que incapaz de consumir a transformação burguesa do Estado absolutista russo, de fazer a nobreza russa se “aburguesar” à moda dos *junkers* alemães e de impedir a revolução a partir de baixo, este movimento de revolução passiva promovido pelo czarismo russo desencadeou tendências de longo prazo que cobraram seu preço ao longo do tempo. A partir da Primeira Guerra Mundial a revolução permanente se impôs como estratégia revolucionária historicamente necessária na

conjuntura russa, concatenando a dinâmica interna à internacional. Os bolcheviques só conseguiram dirigir a revolução porque foram capazes de compreender esta concatenação e as possibilidades abertas para uma Revolução Socialista num país atrasado, tornando-se os porta-vozes das classes subalternas. No entanto, diante de um cenário internacional adverso e das enormes dificuldades internas os bolcheviques não conseguiram levar às últimas consequências sua opção pelos *soviets* e pelo protagonismo das massas trabalhadoras, preferindo o resgate dos métodos autocráticos e do dirigismo econômico estatal para superar os obstáculos e salvar a nova ordem social e política. Neste sentido, a revolução passiva é recolocada como uma necessidade histórica, levada às suas últimas consequências como estratégia de atualização pelo alto da sociedade soviética, criando-se uma potência industrial e militar, mas não uma sociedade onde prevaleciam a socialização econômica e política.

A Nova Política Econômica (NEP) expressa um momento do processo revolucionário russo em que se fez necessário interromper a dinâmica de revolução permanente inaugurada em 1917 com vistas a garantir a sobrevivência do poder bolchevique e a criação das condições materiais para a transição socialista numa conjuntura de derrota da revolução mundial, de isolamento internacional da URSS e de acentuada desestruturação econômica. Por conta disso, a perspectiva da revolução socialista presente na dinâmica da revolução permanente russa teve que ser paralisada em favor da perspectiva da revolução burguesa, favorecendo a economia de mercado e o Capitalismo de Estado, expresso na propriedade estatal sob controle burocrático. Se no princípio a paralisação da revolução permanente era tida como uma iniciativa temporária, devidamente revertida quando a situação emergencial fosse superada, com o tempo as novas contradições desencadeadas pela própria NEP colocam a perspectiva de superação da economia de mercado em favor do Capitalismo de Estado como uma possibilidade, devidamente assumida por uma burocracia já consolidada no poder e por uma classe operária incapaz de impor sua hegemonia. Daí a interrupção definitiva da revolução permanente em favor de uma revolução passiva burocrática que em muitos aspectos retoma, de

maneira atualizada, elementos e processos próprios do czarismo, enterrando definitivamente a perspectiva socialista da revolução russa.

I

O processo de *revolução passiva*¹ burguesa na Rússia abrange um período de aproximadamente meio século, quando o Estado czarista procura atualizar a formação social russa em conformidade com a modernização capitalista em curso na Europa Ocidental. Motivado fundamentalmente por razões militares, particularmente depois da derrota para a França e a Inglaterra na Guerra da Criméia (1856), e para contornar a crise social no campo, o processo de *aggiornamento* russo buscou garantir o avanço do capitalismo e da moderna indústria sem que as estruturas políticas sofressem grande alteração, preservando o poder de classe da nobreza e o próprio czarismo. A chamada “Era das Reformas” se inicia com a abolição da servidão, em 1861, expandindo as relações capitalistas de produção e de propriedade no campo; se desdobra com a modernização militar e bélica do Exército e da Marinha e avança com a introdução de medidas de racionalização e profissionalização da burocracia e do sistema judiciário, além do fortalecimento de instâncias políticas regionais e locais (como as assembléias provinciais). Paralelamente ocorre um esforço de industrialização que teve no Estado e no capital externo seus principais agentes e que possibilitou o desenvolvimento de setores industriais altamente concentrados e tecnologicamente avançados, particularmente no âmbito da indústria de bens de capital, em grande medida vinculados às necessidades militares (mineração, metalurgia, ferrovias, etc.). Socialmente ocorre um processo de intensificação das desigualdades sociais no campo, de êxodo rural, de crescimento da população urbana e de proletarização acelerada de contingentes populacionais expressivos, possibilitando a emergência de

¹ Gramsci trata do conceito de revolução passiva ou revolução-restauração em diversas passagens dos *Cadernos do Cárcere*, relacionando-o aos conceitos de transformismo, cesarismo, guerra de posição, etc. No entanto, discorre em especial sobre a revolução passiva quando trata da realidade italiana, seja discutindo a filosofia de Benedetto Croce (GRAMSCI, 2004, p. 227-430) seja analisando o *Risorgimento* (GRAMSCI, 2002). Para uma reflexão sobre os sentidos dos conceitos de revolução passiva e de transformismo ver Maciel (2006).

um operariado fabril numeroso e concentrado em algumas cidades. Após a Revolução de 1905, que expressou pela primeira vez a incapacidade deste movimento de revolução passiva em conter uma revolução social a partir de baixo, o czarismo russo reage com violenta repressão, ao mesmo tempo em que institui uma monarquia semi-constitucional, pois a criação da Duma (Parlamento), do sistema partidário e eleitoral não reduziu fundamentalmente o poder autocrático do czar, e promove uma política de “cercamentos”, que favorece ainda mais o avanço do capitalismo e da propriedade privada no campo.

Porém, o caso russo guarda peculiaridades que o afastam bastante do caso clássico da revolução passiva, particularmente daquele representado pela Alemanha e, em menor grau, pela Itália. Em primeiro lugar, salta aos olhos a fraqueza da burguesia russa não só do ponto de vista político, mas também do ponto de vista econômico. O desenvolvimento industrial foi muito mais fruto da ação do Estado e do capital externo do que propriamente da burguesia russa. Ao contrário da burguesia alemã, que consegue impor a livre circulação de mercadorias e a mão de obra no interior da federação alemã antes mesmo do abalo de 1848 e se torna a principal credora do Estado prussiano, além de conquistar espaço político no Parlamento e em instâncias de poder locais, a burguesia russa só consegue a liberdade de movimentação da mão de obra muito tardiamente e ainda assim de maneira parcial. No plano político-ideológico o liberalismo sempre foi marginal enquanto força política e corrente de pensamento, vindo a burguesia russa a se organizar em termos partidários apenas depois da Revolução de 1905 com o partido “Kadete” (Partido Constitucional Democrático) e ainda assim exercendo uma função de força política auxiliar da autocracia quando é criada a Duma (Parlamento) e a burguesia liberal passa a ter uma representação parlamentar.

Em segundo lugar, a aristocracia buscou se contrapor ao anacronismo e à crise da ordem econômica e social feudal reforçando seus laços com a autocracia, suas posições no interior do Estado como burocracia e seu “parasitismo” econômico, ao invés de aderir maciçamente à agricultura mercantil e à perspectiva empresarial. Ou seja, à crise da ordem social feudal e do absolutismo a aristocracia russa reagiu defensivamente, restaurando

seus privilégios econômicos e reforçando suas posições tradicionais, não buscando dar a direção do processo de mudanças. Neste sentido, os setores reformistas da burocracia que dirigiram a revolução passiva falhada na Rússia, não só careceram do apoio desta classe dominante fundamental, mas sofreram dela dose considerável de resistência.

Em terceiro lugar, a autocracia czarista e a burguesia russa nunca foram capazes de desenvolver um movimento transformista bem sucedido em favor de sua perspectiva de revolução passiva sobre seus adversários. As tentativas de transformar a comuna rural num bastião em defesa do czarismo fracassaram completamente, como evidenciam seu papel nos levantes camponeses e na defesa dos seus interesses contra o Estado e a aristocracia. A força dos “populistas russos”, Narodnikis, e depois do Partido Socialista Revolucionário no campo também é outra evidencia importante da hostilidade do campesinato diante da autocracia czarista. Em relação ao movimento operário o fracasso é ainda maior, pois tanto a socialdemocracia, quanto o anarquismo sempre vislumbraram a perspectiva revolucionária. Mesmo os mencheviques, que defendiam a aliança do proletariado com a burguesia, vislumbravam a derrubada do czarismo pela via revolucionária. Assim, fracassou a tentativa de atualização da ordem social russa por meio de uma revolução passiva promovida pelo Estado czarista e pela aristocracia, tornando a revolução social ativa uma necessidade histórica.

Neste sentido, resulta daí uma revolução passiva burguesa “falhada”, quando comparada com outros processos como os casos alemão ou italiano, que criou uma formação social compósita, sob predomínio capitalista na economia urbana e industrial e em parte da agricultura, porém com sobrevivências feudais importantes no campo, emperrando o pleno desenvolvimento de um mercado consumidor interno e do próprio capitalismo agrário. Esta combinação criou um capitalismo francamente dependente do estatismo e do capital externo, com uma burguesia débil politicamente e um Estado feudal-absolutista dominado política e burocraticamente pela aristocracia e que preservou sua integridade, mantendo-se imune às formas políticas burguesas representadas pelo constitucionalismo e pelo parlamentarismo. A força do absolutismo russo

se revela não só no controle “mercantilista” do Estado sobre a economia industrial, mas na própria relação deste com o nascente movimento operário, tratado por meio de uma combinação de repressão pura e simples com infiltração das direções sindicais pela polícia. Neste sentido as tendências socioeconômicas desencadeadas pela “Era das Reformas” e pelo processo de transição ao capitalismo na Rússia foram: a forte presença estatal na economia industrial; o fortalecimento da propriedade privada no campo, particularmente da propriedade dos *kulaks*, e o desenvolvimento de uma sociedade civil estatizada, como no caso da Igreja e da escola, ou controlada de perto pelo Estado, como no caso dos sindicatos. Após a Revolução de 1905 estas tendências são reforçadas, particularmente pela política agrária do primeiro-ministro Stolypin (1906-1911), mas não se fazem acompanhar de um processo efetivo de atualização burguesa do Estado czarista. A monarquia semi-constitucional e o Parlamento, criados após 1905, são concessões provisórias do czarismo ao movimento revolucionário, logo anuladas em favor de uma perspectiva efetivamente autocrática, reforçada ainda mais pelo sistema administrativo de urgência suscitado pela Primeira Guerra.

II

Ao contrário do que se dá nas revoluções passivas bem sucedidas, a revolução passiva russa não só não afastou a ameaça da revolução social, como a tornou mais necessária à medida que as contradições devidas ao caráter compósito de sua formação social se acirravam. A Revolução de 1905 abriu uma era de revolução social, evidenciando tanto a necessidade histórica da revolução, quanto à incapacidade orgânica do czarismo de anulá-la em favor da perspectiva passiva por meio de um movimento de cooptação das forças revolucionárias. Com o refluxo da revolução as pequenas modificações promovidas na estrutura política foram rápida e decididamente anuladas, restaurando o czarismo em sua inteireza sob a capa de uma monarquia semi-constitucional, enquanto o avanço do capitalismo foi acelerado com as reformas promovidas por Stolypin.

A crescente contradição entre estrutura a socioeconômica e a estrutura política explodiu em 1917 de maneira tal que o regime não resistiu por duas semanas ao levante popular de fevereiro. A partir daí retoma-se um processo de revolução social manifesto na aceleração da organização popular por meio dos *soviets*, das comunas rurais, dos sindicatos e partidos de esquerda, na ocupação das terras pelos camponeses, na deserção em massa dos soldados e na criação de uma crescente dualidade de poderes entre o governo provisório, instalado em fevereiro, e o *soviet* de Petrogrado. A novidade é que a perspectiva socialista se colocava no horizonte da Revolução Russa, por conta de um conjunto de fatores. Em primeiro lugar, deve-se destacar o protagonismo dos trabalhadores, particularmente do operariado industrial, no processo revolucionário, devido à própria incapacidade orgânica da burguesia russa de dirigir qualquer perspectiva revolucionária, mesmo a de tipo passivo. Protagonismo expresso em sua emergência absolutamente inovadora na cena política, em termos organizativos e programáticos com os *soviets* e com a perspectiva de controle operário da produção industrial, de democratização das relações no interior das forças armadas e da ocupação das terras. A partir de fevereiro a demanda pelo controle das fábricas e fazendas pelos trabalhadores se colocou progressivamente com uma força ainda não vista e inspirou inúmeras iniciativas de ocupação e autogestão, instituindo uma nova correlação de forças em favor do aprofundamento da revolução e atropelando a própria legalidade instalada com a queda da monarquia.

Em segundo lugar, é preciso considerar a situação internacional de guerra, favorável à emergência revolucionária das massas no centro e na periferia do sistema capitalista, num movimento articulado de revolução mundial que poderia favorecer a transição socialista num país ainda atrasado graças ao apoio dos países desenvolvidos cujo poder já estivesse sob controle dos trabalhadores. Ou seja, a guerra criou uma situação favorável à uma revolução mundial. Em terceiro lugar, o avanço e a própria especificidade do processo de modernização econômica da sociedade russa que, apesar de seus limites, já possuía um setor industrial com níveis de concentração e avanço tecnológico consideráveis, capazes de dinamizar o desenvolvimento econômico em outros setores e assim criar a base material

necessária à transição socialista, além de concentrar a classe operária nas principais cidades do país. Esta nova situação conferia à revolução russa o caráter de uma *revolução permanente*², pois sequer as tarefas democrático-burguesas haviam sido realizadas e as tarefas socialistas já se colocavam como uma necessidade histórica.

Por conta do fracasso da revolução passiva desencadeada pelo czarismo russo em viabilizar a transição para o capitalismo e ao mesmo tempo conter o ímpeto revolucionário das massas urbanas e rurais, a Revolução de Outubro de 1917, o Comunismo de Guerra e a Guerra Civil (1918-1921) representam uma revolução política e social compósita, combinando revolução burguesa e revolução socialista num movimento de revolução permanente. No entanto, a perspectiva socialista presente nas formas de controle operário da produção, de controle camponês da distribuição das terras e na nacionalização da propriedade convivem contraditoriamente com duas perspectivas burguesas. De um lado a perspectiva do capitalismo de Estado, presente no estatismo representado pelo dirigismo administrativo, que submeteu paulatinamente o controle operário à gestão individual dos gerentes indicados pelo governo; pela centralização decisória, cada vez mais intensa no âmbito do partido e do governo; pelo esvaziamento dos *soviets* como instâncias efetivas de poder, pela submissão dos comitês de fábrica aos sindicatos e destes ao governo e pelo privilegiamento dos “especialistas” no plano da gestão econômica e do comando militar, aprofundando a divisão social do trabalho, a diferenciação salarial e favorecendo a adesão de segmentos burgueses e burocráticos identificados com a velha ordem ao partido e ao novo regime. De outro lado, a perspectiva privatista pequeno-burguesa, representada pela propriedade individual camponesa e artesanal, que garantiu o apoio camponês ao

² O conceito de revolução permanente foi desenvolvido por Marx e Engels em diversos trabalhos durante a conjuntura revolucionária de 1848-49 e no âmbito de sua militância na Liga dos Comunistas. Desde *Princípios básicos do comunismo* (1847), elaborado por Engels, passando pelo *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e pelas *Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha* (1848) a estratégia da revolução permanente é colocada para a classe operária como caminho para a ultrapassagem da revolução burguesa e a efetivação da revolução socialista, no entanto, é na *Mensagem da Direção Central da Liga dos Comunistas* (1850) que a dinâmica e as tarefas da revolução permanente são descritas com detalhe, particularmente no tocante à construção da autonomia política e organizativa da classe operária. Para as perspectivas da revolução permanente na Rússia ver Trotsky (1973) e Lênin (2005). Para uma análise do contexto de elaboração e do próprio conceito de revolução permanente em Marx e Engels ver Maciel (2014).

governo bolchevique e a manutenção da aliança operário-camponesa, particularmente diante da ameaça da restauração aristocrático-burguesa representada pelos Exércitos Brancos, mas ao preço de tornar o campo russo ainda mais impermeável à perspectiva socialista. Ora, na medida em que a revolução mundial era derrotada e deslocada do horizonte político, permitindo a salvação do sistema imperialista e abortando a perspectiva de auxílio externo por parte de uma revolução socialista vitoriosa num país desenvolvido; em que o atraso econômico-social mostrou-se mais sólido e renitente que o ideário da mudança social e cultural, cobrando um preço econômico gigantesco; em que o cerco internacional e a guerra civil impunham uma situação dramática, dizimando física e socialmente a classe operária russa e forçando a criação de uma economia de guerra, prevalecem sobre a perspectiva socialista a composição com as forças sociais da velha ordem, o privatismo e as tendências centralizadoras e burocráticas, esvaziando o horizonte socialista da revolução. Neste aspecto desagregase uma das condições para o êxito da revolução permanente na ótica de Marx e Engels, qual seja a autonomia política, ideológica e organizativa do proletariado e sua transformação em classe dominante, processo iniciado em 1905, reforçado em 1917 e agora contra restado pelo estatismo e pelo centralismo decisório. Portanto, a revolução permanente consolidada em Outubro de 1917 começa a ser paralisada em seu próprio bojo, na medida em que a perspectiva socialista conviveu com grandes dificuldades e começou a ser revertida no seu próprio processo de implantação.

III

A NEP (1921-1927) restaura em parte as tendências históricas desencadeadas durante a revolução passiva burguesa, porém sob poder bolchevique, manifestas no estatismo, no privatismo e no *kulakismo*. O estatismo expresso na propriedade estatal das grandes empresas e no controle estatal sobre a economia privada; o privatismo expresso nas concessões à economia privada e no restabelecimento das relações de mercado; e o *kulakismo* no estímulo à propriedade privada no campo e à produção

para o mercado, que beneficiou prioritariamente os camponeses ricos, *kulaks*. Assim, durante a NEP a perspectiva socialista é afastada, mesmo que intencionalmente de maneira provisória, em nome da manutenção da aliança operário-camponesa que garantiu a Revolução de Outubro e a vitória na Guerra Civil.

A NEP teve como ponto de partida o estabelecimento do imposto em espécie, em março de 1921, para substituir as requisições forçadas no campo e estimular a retomada da produção agrícola e assim aplacar o descontentamento do campesinato com o regime, na medida em que a guerra civil era vencida pelo Exército Vermelho e a ameaça de restauração aristocrático-burguesa era afastada. Uma vez pago o imposto em espécie, o campesinato podia vender o seu excedente de produção, o que estimulou o restabelecimento da economia de mercado no campo. Na prática, os principais beneficiários desta liberação foram os camponeses ricos, *kulaks*, pois o camponês pobre continuou a produzir para subsistência. Mais tarde o governo bolchevique liberou o arrendamento das terras e a exploração de mão de obra no campo, favorecendo os *kulaks* mais uma vez e estimulando seu enriquecimento.

No setor industrial e na economia urbana a NEP favoreceu mais a pequena indústria, produtora de bens de consumo, particularmente aquela localizada na zona rural, do que a grande indústria do setor de bens de produção, para garantir o abastecimento do campo e estimular a produção de excedente agrícola. Também limitou o processo de nacionalização/estatização, devolvendo diversas empresas à iniciativa privada, inclusive aos ex-proprietários; além de abrir a economia russa à investimentos estrangeiros, estimular as práticas comerciais e a busca do lucro. Neste movimento foram beneficiados os antigos “caixeiros-viajantes”, especuladores e atravessadores que passaram a explorar o comércio varejista, enquanto o governo procurava controlar o processo de distribuição no atacado. Com o retorno pleno da economia monetária, a moeda sofreu um processo de forte desvalorização, gerando inflação e favorecendo ainda mais os comerciantes privados. Entre as empresas estatais o governo estimulou a formação de grandes trustes, reunindo diversas empresas, que também passaram a ser geridas pela perspectiva

da lucratividade. Apesar desta tentativa de otimização da produção e de superação da desorganização econômica da época do “Comunismo de Guerra”, a grande indústria continuou estagnada, particularmente durante a chamada “crise da tesoura”, carente de investimentos, de maquinário e de técnicos, com aumento do desemprego e queda salarial. Mesmo depois, quando há uma retomada geral da indústria, o setor que mais se desenvolve ainda é a pequena indústria de bens de consumo, crucial para garantir as trocas com o campo e o abastecimento das cidades. Paralelamente o controle operário da produção era definitivamente enterrado, na medida em que a tendência a entregar a gestão das empresas para os “Gerentes Vermelhos”, recrutados entre os antigos gerentes e proprietários das indústrias, se consolidou, conferindo-lhes uma série de privilégios, salários diferenciados e permitindo-lhes a adoção de métodos administrativos despóticos. Se a proposta de militarização dos sindicatos foi rejeitada, por outro lado os mesmos passaram a ser considerados órgãos auxiliares do Estado, com a função de estimular o aumento da produtividade e a disciplina no trabalho, paralelamente à sua condição de órgão de defesa dos interesses dos trabalhadores. O descontentamento operário não se fez esperar, com a ocorrência de diversas greves e a denúncia por parte de diversos setores de que o governo bolchevique traía a perspectiva socialista da revolução.

A liberalidade econômica instituída pela NEP não se fez acompanhar da liberalidade política, ao contrário, o centralismo e o autoritarismo aumentaram, tanto no aparelho de Estado, quanto no interior do partido, com os diversos setores de oposição sofrendo forte processo de repressão e isolamento político, desde a rebelião de Kronstadt, em 1921, até o cerco e eliminação da Oposição Unificada (Trotsky, Zinoviev, Kamenev) em 1926-27. Com o afastamento e morte de Lênin, o sucesso da NEP fortaleceu a aliança Stálin-Bukharin no comando do governo, mas particularmente fortaleceu os novos segmentos recrutados para a burocracia, cada vez mais dependentes dos favores e privilégios que lhes eram concedidos pela secretaria geral do partido.

Assim, ao restabelecer o avanço da iniciativa privada, mesmo que sob controle estatal, atraindo investimentos de capitalistas nacionais e

estrangeiros, os *nepmen*; fortalecer os *kulaks* no campo, apesar da manutenção da comuna rural, e restabelecer o livre-mercado, o governo bolchevique solapou o controle operário e o papel político dos *soviets*, base política para qualquer perspectiva socialista efetiva. É fato que no campo o controle de parte das terras pela comuna rural e pelas cooperativas camponesas continuou, mas o setor mais dinâmico da agricultura era claramente baseado na grande propriedade camponesa e no enriquecimento dos *kulaks*. Apesar da retomada dos índices de produção para níveis anteriores à Primeira Guerra, o que permitiu a superação relativa da grave escassez de bens e alimentos, o reabastecimento das cidades e certo reequilíbrio econômico, consolidando o poder revolucionário numa situação de isolamento internacional e fracasso da revolução mundial, a NEP desatou novas contradições, antagonizando estatismo e privatismo de maneira crescente e radical. O que reforçou as tendências centralistas e burocráticas já manifestas durante o “Comunismo de Guerra” e impôs o monolitismo político no interior do partido, do governo e do próprio movimento comunista internacional. Neste sentido, a NEP significou uma paralisação (intencionalmente momentânea) na revolução permanente, prevalecendo as duas perspectivas burguesas que assinalamos, do capitalismo de Estado e do privatismo, em detrimento da perspectiva socialista.

IV

A partir de 1925 o debate sobre os rumos da NEP se instala, fundamentalmente por conta das preocupações de alguns setores do partido com as dificuldades de desenvolvimento da indústria de bens de capital e dos novos problemas com o abastecimento nas cidades. A liberação das práticas de mercado e a abertura à propriedade privada na indústria beneficiaram fundamentalmente o setor de bens de consumo, mantendo o setor de bens de capital, sob predomínio da propriedade estatal, carente de recursos, tecnologia e mesmo maquinário, apesar do grande avanço em termos de concentração e centralização econômica. A retomada do desenvolvimento econômico e o avanço tecnológico nos países capitalistas

tornaram-se fonte de preocupação ante a possibilidade de um novo ataque militar, particularmente na conjuntura de rompimento diplomático com a Inglaterra (1927) e isolamento internacional da URSS. Paralelamente, o processo de desvalorização do rublo fez com que os camponeses passassem a estocar o principal ativo de que dispunham, os cereais, ao invés de vendê-los no mercado e trocá-los por uma moeda desvalorizada pela escalada inflacionária, causando nova crise de abastecimento nas cidades.

Diante deste cenário, as demandas por planejamento econômico e apoio à industrialização se intensificam, mesmo entre os defensores da NEP, redefinindo a correlação de forças no interior do partido e do Estado e abrindo caminho para o planejamento estatal, a industrialização acelerada e a “coletivização” forçada do campo. Isto porque como uma das bandeiras da Oposição Unificada (Trotsky, Zinoviev, Kamenev) era a defesa da industrialização e a redução das vantagens dadas aos camponeses, além das críticas ao centralismo decisório e ao burocratismo, enquanto esta não foi derrotada os setores dirigentes vinculados à Stálin contiveram suas críticas à NEP. No entanto, após a derrota definitiva da Oposição Unificada, em 1927, os ataques aos privilégios conferidos aos camponeses se intensificam e a “guerra aos *kulaks*” é anunciada; além da defesa do planejamento econômico e do apoio à indústria pesada como medidas estrategicamente necessárias à sobrevivência da URSS. A partir daí a aliança entre Stálin e Bukharin em torno da defesa da NEP se rompe progressivamente e este passa a constituir a chamada “Oposição de Direita” (Bukharin, Rikov e Tomsky), derrotada a seguir.

Em função da proposta da industrialização acelerada, que tem como eixo fundamental o apoio integral à indústria de bens de capital, e de guerra aos *kulaks* e à iniciativa privada no campo, o governo passa a instituir a planificação econômica, com a definição de prioridades, fontes de financiamento e metas de produção e distribuição. O Primeiro Plano Quinquenal é aprovado em maio de 1929. Toda a economia passa a girar em torno da priorização maciça da indústria de bens de capital (metalurgia, siderurgia, eletricidade, maquinário), da indústria bélica (aeronáutica, tanques, armas, além da indústria química) e dos setores de infra-estrutura e transportes (autoestradas, ferrovias, automóveis, caminhões e tratores).

Entre 1928 e 1940, enquanto a porcentagem de bens de consumo cai de mais de dois terços da produção total para menos de um quinto, a produção de bens de produção sobe de pouco menos de um terço para mais de 60%, evidenciando não só a prioridade dada à indústria pesada, mas o próprio processo de depressão do consumo das classes trabalhadoras.

Paralelamente, há uma intensificação da pressão pelo aumento da produtividade, tendo em vista que uma das fontes de financiamento da industrialização era a inversão dos lucros das próprias indústrias. Daí a intensificação da extração da mais-valia, favorecida pela normatização crescente da atividade produtiva, pela política de planejamento estatal dos aumentos salariais, o que implicava no arrocho salarial e no esvaziamento dos sindicatos como instâncias de negociação, porém, em contrapartida, no seu reforço como órgãos de educação e disciplinarização dos trabalhadores no sentido do produtivismo. Considerando-se o índice 100 para os anos de 1927-1928, em 1931 o índice de renda nacional cresce para 140, o índice de produção industrial sobe para 165, enquanto o índice de salários reais na indústria desce para 65,4, evidenciando o processo de arrocho salarial. Em outro dado revelador do processo de intensificação da exploração da classe operária com vistas ao financiamento da industrialização acelerada, entre 1928 e 1932 a taxa de mais-valia mais do que quadruplica.

Além do autofinanciamento pelas próprias indústrias, outras fontes de financiamento definidas pelo plano eram o imposto de renda, o imposto sobre a agricultura, o imposto sobre o consumo (este equivalendo a nada menos que um terço de toda a carga tributária) e o imposto sobre os setores privados ainda remanescentes. Portanto, não apenas os camponeses financiaram a industrialização acelerada, mas como vimos acima, principalmente a própria classe operária, cujo crescimento demográfico se amplifica rapidamente após o fim da guerra civil, com a própria industrialização e com o êxodo rural criado no campo pela política de coletivização forçada. Se entre 1928 e 1940 calcula-se uma redução de mais de 10 milhões de habitantes na tendência de evolução demográfica do país, no mesmo período a população urbana cresce de menos de um quinto para um quarto da população total, enquanto o operariado industrial quase triplica. Com a planificação ocorre o controle político da distribuição dos

produtos e dos preços em geral, além do avanço acelerado da estatização das empresas, principalmente nas grandes empresas, com a propriedade privada tornando-se cada vez mais restrita e limitada às pequenas indústrias até o seu desaparecimento.

Na agricultura, o governo impõe um processo virulento de “coletivização” da terra, obrigando os camponeses a integrarem suas terras, equipamentos e animais aos *kolkoses* (fazendas coletivas) ou aos *sovkoses* (fazendas estatais), forçando a abolição da propriedade individual e tirando dos camponeses a capacidade de decidir como e onde produzir e para quem vender. Com toda força e pela força voltam as requisições de cereais e o controle de preços, criando um processo de tensão no campo que opõe o governo soviético ao conjunto do campesinato, não só aos *kulaks*, abrindo caminho para uma nova guerra civil. Entre 1928 e 1932, em média há uma tendência de queda na produção de alimentos básicos como cereais, batata, carne e leite, enquanto o volume coletado por meio das requisições forçadas aumenta em termos gerais, e em alguns casos quase duplica, como no caso dos cereais, ou mais que triplica, como no caso da batata. Por conta desta orientação, ao mesmo tempo em que há um processo de aumento da área dos *kolkoses* e *sovkoses*, o chamado “gigantismo”, a comuna rural russa, *mir*, é extinta como instância de organização e deliberação camponesa, eliminando-se assim o último resquício do passado feudal russo.

A combinação entre industrialização acelerada e “coletivização” forçada do campo modifica drasticamente a paisagem social da URSS na década de 1930, com o crescimento vertiginoso da população urbana, particularmente do operariado industrial, graças, em grande parte ao êxodo rural, ao mesmo tempo em que há uma redução significativa na população geral do país. Esta situação permitia aos trabalhadores do campo e da cidade buscarem melhores condições de vida e trabalho, no entanto, gerava uma situação de instabilidade social que o governo procurou conter restabelecendo a antiga política czarista de passaportes internos e registro compulsório na polícia, aliada à uma legislação repressiva que proibia a mudança de emprego e a falta ao trabalho.

No plano político, as tendências centralizadoras e autoritárias desencadeadas desde a guerra civil se intensificam ainda mais, pois a

ascensão de Stálin ao poder significou a vitória definitiva da burocracia sobre os trabalhadores e sobre as tendências que ainda vislumbravam a retomada da perspectiva socialista. Particularmente vitoriosos são os novos quadros recrutados para a burocracia e as funções “especializadas” entre o novo operariado e os recém ingressos no partido. Enquanto há um processo de expurgo dos antigos “especialistas”, quadros da época do czarismo que aderiram ao novo regime, ocorre a ascensão de uma nova geração, que herda os privilégios da antiga e a legitimidade política da origem proletária ou camponesa. E mesmo entre os quadros vitoriosos, que ascenderam ao poder junto com Stálin, os expurgos continuaram durante toda a década de 1930. Após os processos de Moscou, que eliminaram o que restava das oposições na antiga liderança bolchevique (Oposição Unificada e Oposição de Direita), o acerto de contas em favor da autocracia staliniana continuou, atingindo parte dos próprios quadros stalinistas nos aparatos administrativo, repressivo e militar. Quanto mais a perspectiva da guerra se fortalecia, mais Stálin buscou eliminar toda e qualquer alternativa política à sua liderança, mobilizando a máquina do Terror até mesmo contra seus mais próximos colaboradores. Na configuração da nova ordem política destacam-se o centralismo burocrático, que estabeleceu o esvaziamento definitivo das instâncias independentes e autônomas de organização dos trabalhadores, como os *soviets* e sindicatos; o controle da sociedade civil, que cresceu e se ampliou, mas voltou a ser rigidamente controlada pelo Estado; e uma ideologia legitimadora baseada no culto à personalidade, no nacionalismo russo travestido de teoria do “socialismo num só país” e na transformação do materialismo histórico numa ideologia estatolatra denominada “marxismo-leninismo”, que passou a justificar com ares de cientificidade e inevitabilidade histórica a *realpolitik* do Estado soviético. Assim, o stalinismo reviveu sob o manto do socialismo as tradições e práticas autocráticas do czarismo russo.

A revolução passiva burocrática (1928) identificada com o stalinismo e desencadeada a partir da industrialização acelerada, da “coletivização forçada” no campo e da planificação estatal, significou a vitória definitiva do estatismo sobre o privatismo e o kulakismo com o reforço da antiga autonomia burocrática sobre a sociedade e o dirigismo

estatal sobre toda a economia. Neste sentido, o Estado voltou a ser “tudo” e a sociedade civil “primitiva e gelatinosa”, conforme a famosa metáfora de Gramsci, pois se a revolução passiva burocrática significou uma *revolução* em relação à perspectiva privatista burguesa ao mesmo tempo significou uma *restauração*, uma contra-revolução, em relação à perspectiva proletária e socialista.

Na dialética entre revolução e restauração, a revolução passiva burocrática aboliu definitivamente a economia de mercado, a propriedade e acumulação privadas, eliminando a burguesia e a pequena burguesia enquanto classes, assim superando a própria revolução democrático-burguesa sob o imperativo da modernização econômica. No entanto, a superação da revolução democrático-burguesa não implicou na retomada da revolução socialista, consumando a revolução permanente, mas na restauração de práticas e processos sociais da época do czarismo, sob a capa ideológica do “socialismo num só país”, configurando assim uma verdadeira *contra-revolução* em relação à perspectiva socialista original. Em primeiro lugar, é restaurado o cativo da mão de obra urbana e rural, com o controle das migrações internas e da própria mobilidade dos trabalhadores no trabalho, enquanto a diferenciação salarial e a desigualdade social entre “especialistas” e trabalhadores manuais é estimulada. O planejamento econômico e a estatização da economia radicalizam o intervencionismo estatal “mercantilista” do Estado czarista, tornando o crescimento econômico um fator de fortalecimento e crescimento do aparato estatal. A própria burocracia emerge como única força política institucionalizada e organizada, limitando a sociedade política ao governo, particularmente à alta cúpula, e estatizando a sociedade civil. Este processo se dá por meio da incorporação do partido comunista no Estado, da extinção dos outros partidos e organizações políticas, do fim dos *soviets* enquanto organizações independentes e autônomas dos trabalhadores, da extinção da comuna rural e da transformação dos sindicatos em órgãos do Estado para o controle dos trabalhadores e sua submissão à lógica do produtivismo e da super-extração da mais-valia. No plano ideológico há uma ampliação significativa dos aparatos culturais, educacionais e científicos, porém sob controle estrito e censura policial. A serviço de uma política de potência,

da legitimação do regime e da submissão das repúblicas e territórios não-russos dentro da URSS à Rússia o velho nacionalismo grão-russo é resgatado, juntamente com valores e tradições do imaginário czarista como a grandeza imperial, o paternalismo do czar, etc. Porém não na sua forma original, mas travestidos na doutrina do “socialismo num só país”, no “culto à personalidade” do líder infalível, na ideologia da “pátria do socialismo” e no próprio marxismo-leninismo, como doutrina da inevitabilidade histórica do socialismo. Nesta operação foram mobilizados não apenas a literatura, o cinema, a música e as artes, mas a própria historiografia, orientada para ressaltar a continuidade entre a grandeza da Rússia dos Czares e a infalibilidade da URSS de Stálin diante do Ocidente capitalista.

Por isto, com a vitória do stalinismo a revolução permanente é interrompida definitivamente, em favor de uma perspectiva burocrática que submete os trabalhadores à uma nova forma de dominação política e social e instala de maneira consolidada um capitalismo de Estado exitoso em termos de desenvolvimento industrial e tecnológico, mas francamente limitado em termos igualitários e libertários. Desse modo, as esperanças de emancipação dos trabalhadores suscitadas pela Revolução de Outubro naufragam no estabelecimento de uma nova forma de dominação social e política.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 5.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

LÊNIN, Vladimir I. Às portas da revolução. In: ZIZEK, Slavoj. Às portas da revolução: seleção dos escritos de Lênin de fevereiro à outubro de 1917. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 23-169.

MACIEL, David. Notas sobre revolução passiva e transformismo em Gramsci. *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 273-299, jul./dez. 2006.

MACIEL, David. O conceito de revolução permanente em Marx e Engels. In: DEL ROIO, Marcos (org.). *Marx e a dialética da sociedade civil*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 205-231.

TROTSKY, León. *Balanço e perspectivas*. Lisboa: Delfos, 1973.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ANDERSON, P. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ALLINICOS, Alex. *A vingança da História: o marxismo e as Revoluções do Leste Europeu*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CARR, E.H. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- CHRETIEN, Todd. Antes de Fevereiro. *Blog Junho*, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/antes-de-fevereiro/>. Acesso em: 15 maio 2017.
- DEL ROIO, Marcos. *O Império Universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo*. São Paulo: Ícone, 1998.
- DEUSTCHER, Isaac. *A Revolução inacabada: Rússia 1917-1967*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- DEUSTCHER, Isaac. *Stálin: uma biografia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FERRO, Marc. *A Revolução Russa de 1917*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- LÊNIN, Vladimir I. *O Programa Agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907*. Goiânia: Alternativa, 2002.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. “Mensagem da Direção Central da Liga dos Comunistas”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras Escolhidas*. t.1. Lisboa/Moscou: Avante!/Progresso, 1982. p. 178-188.
- MEDVEDEV, Roy. *Era inevitável a Revolução Russa?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MEDVEDEV, Zhores; MEDVEDEV, Roy. *Um Stálin desconhecido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MIÉVILLE, China. *Outubro: história da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONTEFIORE, Simon. *Stálin: a corte do czar vermelho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NÈRÈ, Jacques. A Rússia no século XIX. In: *História Contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 279-293.
- NÈRÈ, Jacques. A U.R.S.S. In: *História Contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. p. 423-439.
- WOLF, Eric R. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.
- REIMAN, Michal. Os bolcheviques desde a guerra mundial até Outubro”. In: HOBBSBAWN, Eric J. *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 5. p. 75-112.

SILVA, Lígia Maria Osorio. *Lênin: a questão agrária na Rússia. Crítica Marxista*, São Paulo, n. 35, p. 111-129, 2012.

PARTE IV

EDUCAÇÃO, ARTE E INTERNACIONALISMO NA TRANSIÇÃO SOCIALISTA

O PROCESSO EDUCACIONAL NA REVOLUÇÃO RUSSA E A CONTRIBUIÇÃO DO EDUCADOR MOISEY PISTRAK

Neusa Maria Dal Ri

INTRODUÇÃO

A Revolução Russa foi um dos fenômenos que mais influenciou o século XX e, além de seus reflexos na política, repercutiu também nos demais campos da atividade humana, como na arte e na ciência. A energia criadora liberada pela revolução se fez presente em várias áreas, como na poesia com Maiakovski, no cinema com Sergei Eisenstein, na literatura e dramaturgia com Gorki, na música, no teatro, na pintura e, sem dúvida, na educação.

Em nenhum país do mundo contemporâneo, no século XX, a educação teve a dimensão que tomou na Rússia Soviética, assumindo importância decisiva para a construção do socialismo. O entrelaçamento da educação com as condições materiais da sociedade e a necessidade

do vínculo entre teoria e prática, segundo o princípio marxista, nunca estiveram tão claros quanto no período singular que foi o início da revolução bolchevique.

Desse modo, ao elaborarmos este texto tivemos como principal objetivo expor algumas reflexões acerca do processo educacional desencadeado pela Revolução Russa e, em especial, a contribuição do educador Moisey Pistrak para esse processo.

As reflexões aqui colocadas resultam de pesquisas desenvolvidas durante anos, para as quais aprofundamos os estudos sobre a pedagogia soviética ou politécnica. As referidas investigações estiveram articuladas a três projetos de pesquisa relacionados à temática da educação, trabalho e movimentos sociais de trabalhadores do século XIX e atuais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil, e o Movimento Zapatista do México. Dessa forma, as reflexões aqui apresentadas têm suporte na análise de dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

1 CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO RUSSA E A ATUAL EDUCAÇÃO

Refletir sobre a educação pública no centenário da Revolução Russa nos obriga a considerar a experiência revolucionária desencadeada com a pedagogia soviética produzida sob o poder do estado operário, dos soviets e do partido bolchevique.

Além da discussão sobre os vários elementos interessantes aportados pela pedagogia soviética, pensamos que esse debate é importante principalmente por dois motivos.

Primeiro, porque hoje, mais do que nunca, o sistema capitalista encontra-se em franca decadência, apresentando vários sinais de morbidez no tocante à totalidade da vida social (DAL RI, 2013). Os retrocessos civilizatórios impostos pelo capital na atual etapa histórica de crise do capitalismo ou da globalização neoliberal são evidentes e se avolumam por toda parte, nos países centrais e principalmente nos periféricos. Guerras, massacres e genocídios se tornam fatos comuns ou uma *nova normalidade*

constituída pela agressiva espoliação imperialista dos recursos naturais, dos fundos públicos dos países e da super exploração do trabalho; um trabalho crescentemente sem garantias e sem proteções legais.

O tipo de política implantado pelo capital para tentar enfrentar a crise é totalmente contrário aos interesses das classes trabalhadoras, e tem colocado, em especial na última década, parcelas significativas das populações em situação de miséria absoluta. No entanto, as políticas neoliberais não têm sido somente alvo de fortes questionamentos, mas sim de inúmeras mobilizações de massas que ocorrem em numerosos países. São mobilizações populares que clamam por direitos fundamentais e por democracia efetiva. Dentre as manifestações de massa destaca-se o movimento da educação, que tem sido o movimento que mais cresce no mundo desde antes de 2010 (DAL RI; VIEITEZ, 2011).

O segundo motivo do porque o debate sobre esse tema é importante diz respeito à experiência educacional historicamente acumulada pelas classes trabalhadoras e suas lutas. Nesse sentido, é possível extrair muitas lições para as atuais lutas em curso a partir da experiência soviética na educação, principalmente aquelas relativas aos movimentos docente e estudantil, bem como refletir sobre uma questão que nos parece fundamental: que educação o socialismo pode produzir?

Para responder essa questão, não basta apenas refletir sobre a educação pós-Revolução Russa, mas parece necessário pensar sobre uma educação *no e para aqui e no e para agora*, que possa contribuir para a futura revolução. Mas, para podermos extrair as lições da experiência soviética, precisamos conhecê-la e discuti-la.

2 REVOLUÇÃO RUSSA E O PROCESSO EDUCACIONAL

Imediatamente após a Revolução Russa, os revolucionários que atuavam no campo da educação tomaram medidas pedagógicas, administrativas e políticas para a reconstrução do sistema educacional e iniciaram a elaboração da proposta teórico-prática que podemos denominar de pedagogia soviética, escola do trabalho ou politecnia. Esses

termos apresentam diferenças, mas por uma comodidade de exposição os tomamos como sinônimos.

Uma das principais características da pedagogia soviética é o estabelecimento do vínculo entre a escola e o trabalho produtivo.

Em primeiro lugar, esclarecemos que a tese do trabalho como princípio educativo não foi elaborada pelos soviéticos. Essa discussão remonta às análises de Marx e Engels sobre a educação, bem como à sua proposta de união do ensino com o trabalho produtivo.

Os escritos de Marx e de Engels sobre a questão educacional não são numerosos e nem são dirigidos especificamente a essa temática. Entretanto, os autores revelam coerência e consistência no sentido de se manterem fiéis às análises e proposições efetuadas nos mais de 30 anos que separam os seus textos que foram escritos em momentos cruciais, tanto da investigação científica como da história do movimento operário.

Neste texto não temos o objetivo de expor os escritos de Marx e Engels sobre educação e apresentar uma análise aos leitores¹. Para nosso intuito, indicado na introdução, basta afirmarmos que a proposição elaborada pelos referidos autores aparece como: ensino para todas as crianças, em institutos nacionais e a expensas da nação; ensino e trabalho de fábrica juntos e a exigência das escolas técnicas, com seu duplo conteúdo teórico e prático. Trata-se de uma proposição democrática relativa à universalidade e à gratuidade do ensino. Mas há também uma proposição tipicamente socialista que é a união do ensino e do trabalho na fábrica, coisa que Marx e Engels não inventaram, mas encontraram nos *utopistas*, em especial em Robert Owen.

Importante frisar que não se tratava de uma proposta de levar a aprendizagem de fábrica para o interior da escola, mas sim de levar as crianças para o trabalho nas fábricas, com objetivos pedagógicos.

¹ Os principais textos que trazem proposições em relação à educação e ao ensino derivam de três programas políticos: a) Manifesto do Partido Comunista, escrito em 1848 por Marx e Engels; b) Instruções aos Delegados do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, escrito em 1866-67 por Marx; c) Crítica ao Programa de Gotha, escrito em 1875 por Marx. A análise desses textos encontra-se em DAL RI, N. M. *Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2004. 315 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

Marx (1975, p. 242) não aceitava o trabalho explorador das crianças que existia na época, mas afirmava que

[...] regulamentada severamente a jornada de trabalho segundo as diferentes idades e aplicando as demais medidas preventivas para a proteção das crianças, a combinação do trabalho produtivo com o ensino, desde uma tenra idade, é um dos mais poderosos meios de transformação da sociedade atual.

As teses de Marx e Engels não tinham tido uma grande influência sobre o pensamento pedagógico moderno e sobre a organização dos centros de ensino, até o momento de sua recuperação por Lenin e de sua assunção como base do sistema escolar da Rússia.

A Rússia começou a enfrentar o grave problema da instrução pública no momento em que reinava em seu território a ruína causada pela I Primeira Guerra (1914-1918) e pela guerra civil (1918-1920), com a invasão de forças armadas da Europa Ocidental, dos EUA e do Japão. A crise ainda era agravada pelo cerco hostil dos Estados capitalistas que decretaram o bloqueio econômico e o boicote político, desencadeando uma propaganda anti-soviética agressiva e ajudando a contra-revolução.

Lenin chamava a atenção para o fato de que o socialismo teria de ser construído nas condições concretas existentes, sem ilusões e, em relação à educação, critica duramente a velha escola. Para ele o socialismo deveria abolir da escola tudo que não servisse aos propósitos revolucionários, como o seu caráter classista e o método autoritário.

Lenin tinha total convicção do papel estratégico da educação para o sucesso da revolução socialista e se empenhou pessoalmente para que a escola do trabalho fosse promulgada para o sistema educacional.

[...] não se pode conceber o ideal de uma sociedade futura sem unir o ensino com o trabalho produtivo da nova geração. Nem o ensino e a educação sem um trabalho produtivo, nem o trabalho produtivo separado do ensino e da educação poderão colocar-se à altura do atual nível da técnica e do presente estado dos conhecimentos científicos (LENIN [s. d.] apud KRUPSKAYA, 1986, p. 41; LENIN s.d. apud MANACORDA, 1969, p. 47).

Lenin [s. d.] considerava a questão educacional mais ampla e complexa do que a sua expressão escolar. Para ele, a mudança educacional implicava ao mesmo tempo uma transformação nas relações de produção, nas instituições e nos processos sociais. As classes sociais estabelecem relações sociais de produção e suas contradições educam efetivamente as massas trabalhadoras. Portanto, na construção da sociedade socialista, o processo cultural implicava uma tarefa muito mais ampla do que a organização do sistema escolar, pois envolvia o conjunto das relações sociais

Logo após a revolução foi criado o Comissariado Nacional da Educação (NarKomPros)², órgão que passou a cuidar dos assuntos culturais e educacionais e tinha como principal tarefa reconstruir o sistema educacional russo. Em outubro de 1918 o Comitê Central do Partido Comunista (Bolchevique) publicou as Deliberações acerca da Escola Única do Trabalho a serem implantadas de imediato. Nesse mesmo ano, o Comissariado criou as Escolas Experimentais-Demonstrativas, instituições de ensino voltadas para a aplicação da nova pedagogia.

Destacamos três educadores que tiveram uma grande influência na construção teórico-prática da pedagogia soviética: Krupskaya que foi membro do Comissariado Nacional da Educação; Makarenko grande teórico da noção e prática da coletividade; e Pistrak que desenvolveu a ideia prática da escola do trabalho e a auto-organização dos alunos.

3 MOISEY PISTRAC E A ESCOLA DO TRABALHO

Moisey M. Pistrak nasceu em 1888 e faleceu em 1937. Era doutor em Ciências Pedagógicas, professor e trabalhou no Comissariado Nacional da Educação de 1918 a 1931.

Não há muitas informações sobre a vida de Pistrak e no Brasil temos apenas dois livros seus publicados. Mas sabemos que além de ter sido um dos educadores que mais se destacou na elaboração da pedagogia soviética, dedicou-se à educação primária e secundária, sendo professor e

² O Comissariado Nacional da Educação esteve sob a presidência de Lunachaskiy que atuou nessa posição até 1929, ano em que as pressões para se alterar os rumos da educação soviética se tornaram muito mais fortes (FREITAS, 2009, p. 11).

dirigente de escolas-comunas instituídas pela instrução pública publicada pelo Comissariado. A experiência mais conhecida de Pistrak foi a que desenvolveu na escola Lepeshinskiy ou Escola-Comuna do NarKomPros fundada em 1918 por encargo do Comissariado. As Escolas-Comunas tinham a finalidade de colocar em prática as Deliberações da Escola Única do Trabalho.

A base da nova escola idealizada por Pistrak partia das leis gerais que regem o conhecimento do mundo natural e social, das leis do trabalho humano, da estrutura psicofísica dos educandos e do método dialético. É desta forma que Pistrak definia a Escola do Trabalho

Há vários elementos que poderíamos destacar na proposta de Pistrak, mas, dado os limites deste texto, destacamos: a educação política; a organização da escola que compreende a auto-organização dos alunos e a visão de Pistrak sobre a criança; união do ensino com o trabalho produtivo; e o sistema dos complexos.

3.1 EDUCAÇÃO E POLÍTICA

A questão da política ligada à educação, ou seja, de uma educação de classe versus uma educação neutra foi uma das grandes polêmicas que se instalou na URSS na época da implantação da escola do trabalho. Aliás, uma questão que gerou muitas polêmicas recentemente no Brasil com o movimento denominado *escola sem partido*.

Na verdade, essa é uma questão sempre atual, pois a denominada *escola neutra*, recheada apenas de conhecimentos científicos, com um referencial meritocrático e classificatório de acordo com as capacidades de cada um é uma das principais proposições liberais para a educação. É comum ouvirmos nos corredores universitários a defesa inflamada dessa proposição, presente nos discursos de vários colegas nos departamentos de ensino e outros setores das universidades. Uma proposição que se mascara de neutra, mas que, no entanto, não passa de uma educação política e ideológica, qual seja, a do liberalismo.

A polêmica instalada na época na URSS adentrou outras organizações, em especial as ligadas aos professores. Bogachev, dirigente do sindicato dos professores da URSS, defendia uma escola neutra e independente da política. No interior da Internacional dos Trabalhadores do Ensino, a proposta da escola com caráter de classe transforma-se num grande debate. “No seu primeiro congresso, em 1922, alguns de seus membros defendem outra proposta, a da escola única racional e universal. Para eles, a escola não deve estar a serviço de uma classe, mas da criança [...]” (MACHADO, 1991, p. 140).

Pistrak, depois de Lenin, foi o maior defensor da política na escola e de uma escola com política.

Afirmava Lenin (1918 apud PISTRÁK, 2002, p. 22) que “Nosso trabalho no domínio escolar consiste em derrubar a burguesia, e declaramos abertamente que a escola fora da vida, fora da política, é uma mentira e uma hipocrisia.”.

Em todos os estados burgueses, são muito íntimas as relações entre o aparelho político e o ensino, *embora a sociedade burguesa não possa reconhecê-lo*; entretanto, esta sociedade educa as massas através da Igreja e por intermédio de todas as organizações que se baseiam na propriedade privada. Não podemos deixar de colocar francamente a questão, reconhecendo, abertamente, apesar das antigas mentiras, que a educação não poderia ser independente da política (LENIN, 1920 apud PISTRÁK, 2002, p. 23, grifos do autor).

Pistrak (2002) afirmava que a escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes, mas a classe dominante não tinha nenhum interesse em revelar o caráter de classe da escola capitalista. Ao contrário disso, pensava que um dos problemas da revolução social era o de mostrar a natureza de classe da escola. Pistrak defendia uma educação de classe para a classe trabalhadora, e uma política na escola voltada para a construção do socialismo.

3.2 A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

Sobre a organização da escola que compreende a auto-organização dos alunos, Pistrak (2002) questionava: Que tipo de homens e mulheres a fase revolucionária em que estamos vivendo exige de nós?

Para Pistrak, a fase era de luta e de construção do socialismo. E para que a fase fosse benéfica, cada membro da sociedade deveria compreender claramente o que era preciso construir e como construir.

Para isso, a escola deveria desenvolver as seguintes qualidades:

- 1) aptidão para trabalhar coletivamente e para encontrar espaço num trabalho coletivo;
- 2) aptidão para analisar cada problema novo como organizador;
- 3) aptidão para criar as formas eficazes de organização (PISTRAK, 2002, p. 41).

Para Pistrak (2002), colocar o trabalho coletivo na escola era o principal problema do novo sistema escolar. De acordo com o autor (2002), a aptidão para o trabalho coletivo apenas poderia ser adquirido no trabalho coletivo, e esse era um problema que a escola tinha que enfrentar. Mas, a aptidão para trabalhar coletivamente significava também aprender a dirigir quando necessário e obedecer quando preciso. Para atingir esse objetivo seria necessário implantar a auto-organização das crianças para que todos os alunos, na medida do possível, ocupassem sucessivamente todas as funções, tanto a de dirigentes como as subordinadas.

A aptidão para analisar cada problema novo como organizador, ou como um técnico mais dirigente político (GRAMSCI, 1970), pressupunha desenvolver os hábitos de organização política que deveriam ser adquiridos durante o desempenho de diversas funções exercidas pelas crianças. Essa aptidão seria desenvolvida na medida em que as crianças gozassem de liberdade e iniciativa próprias para decidirem sobre todas as questões relativas à sua organização. Os resultados apenas seriam atingidos se a auto-organização for admitida sem reservas.

Do nosso ponto de vista, nas argumentações de Pistrak, duas coisas se destacam.

A primeira refere-se ao seu conceito de aptidão. Ao entender o indivíduo em relação com a sociedade e no coletivo, Pistrak rompe com a visão individualista burguesa de aptidão, ou com aquilo que Bowles e Gintis (1976) denominam de *dom*, conceitos desenvolvidos pelo liberalismo.

A segunda diz respeito à visão que o autor tem de criança. Para ele, a criança não é um ser que deve ser preparado para ser membro da sociedade, visão da educação burguesa. Ao contrário, para o autor as crianças já são membros da sociedade, tendo seus problemas, interesses, objetivos, ideais, e já estão ligadas à vida dos adultos e da sociedade. Dessa forma, a auto-organização deveria ser para elas um trabalho sério e de responsabilidade.

A forma da auto-organização das crianças proposta por Pistrak (2002, 2009) é a do coletivo infantil. O coletivo infantil deveria inculcar nas crianças a iniciativa coletiva e a responsabilidade correspondente às suas atividades.

Pistrak não se referia a um tipo de auto-organização destinado a ajudar o professor e a escola, mas a um coletivo organizado e dirigido pelas próprias crianças. A auto-organização das crianças deveria ser introduzida na escola na realização de determinadas ações práticas e esse trabalho deveria ser organizado de modo que o ensino pudesse ser compreendido pelo espírito das crianças como uma ação importante para sua vida.

Pistrak (2002) afirma que sem o auxílio dos adultos, as crianças podem perfeitamente organizar-se sozinhas. No entanto, os pedagogos deveriam auxiliar levando para as crianças as bases da auto-organização, porém, sem se intrometer na vida das crianças, dirigindo-as ou esmagando-as com sua autoridade e poder.

A auto-organização corresponderia aos objetivos da educação soviética, pois um dos pilares da escola do trabalho estava na proposta do coletivismo.

3.3 UNIÃO DO ENSINO E TRABALHO

Pistrak (2002, 2009) defendia que o trabalho na escola deveria estar ligado ao trabalho social, à produção real, a uma atividade concreta socialmente útil. Sem isso o trabalho perderia seu valor essencial, seu aspecto social, reduzindo-se ou à aquisição de algumas normas técnicas ou de procedimentos metodológicos ilustrativos. Desse modo, o trabalho se tornaria anêmico, perderia sua base ideológica

Ao abordar e discutir a questão, Pistrak propõe várias formas para se desenvolver as atividades na escola do trabalho. Ressaltamos algumas.

A primeira refere-se à execução pelos alunos do trabalho doméstico na escola. Pistrak posiciona-se contra a execução por parte das crianças de trabalhos domésticos pesados e enfadonhos. Porém, defendia esse tipo de trabalho, porque ele permitia aos alunos adquirirem bons hábitos no seio da família e sem os quais seria impossível pensar na criação de um novo modo de vida.

Assim os trabalhos domésticos realizados pelas crianças seriam os de limpeza dos quartos, manutenção da ordem, participação nas tarefas de cozinha e no serviço de alimentação, como distribuição dos alimentos etc. Um dos objetivos principais dessa tarefa era desenvolver a vida coletiva, porque ela significaria não apenas uma melhoria das condições existentes, mas também a possibilidade de começar um novo modo de vida.

Outra forma de trabalho na escola referia-se aos trabalhos sociais, de utilidade social, uma série de tarefas que poderiam ser executadas pelas crianças, como, por exemplo, a limpeza e a conservação dos jardins e de parques públicos, a plantação de árvores, a conservação das belezas naturais, etc. Essas formas de trabalho extra-escolar acabavam constituindo o trabalho social da escola enquanto centro cultural.

Para Pistrak (2002), os cidadãos deveriam considerar a escola como um centro cultural capaz de participar da atividade social; a escola deveria conquistar o direito de controle social em diversos campos, o direito e o dever de dizer sua palavra em relação a certos acontecimentos sociais e o dever de modificar a vida.

Afirma Pistrak (2002, p. 58): “Quando este ponto de vista for admitido por todo mundo, nossa escola se tornará viva.”.

Depois da Revolução de Outubro foram proclamados os princípios da escola do trabalho, sobretudo depois da publicação do regulamento sobre a Escola única do trabalho, em que se colocava o trabalho produtivo no interior da escola. A partir disso, as escolas e estabelecimentos de ensino para crianças lançaram-se na organização de oficinas escolares de todo o tipo. E esta é a terceira forma do trabalho na escola.

“De fato, as oficinas são necessárias à escola, servindo como instrumento da educação baseada no trabalho, se não quisermos limitar a escola a um estudo puramente teórico do trabalho humano.” (PISTRAK, 2002, p. 58).

Se quisermos que as crianças compreendam verdadeiramente o que é a técnica da grande indústria, não podemos nos limitar a mostrá-la ou facultar a leitura de tudo o que lhe diz respeito. [...] É preciso participar do trabalho para compreender o trabalho de uma máquina, é preciso sentir diretamente o que é de fato a mecanização da produção. Ora, a oficina profissional pode propiciar tudo isso. (PISTRAK, 2002, p. 59).

O principal benefício do desenvolvimento dessa atividade encontrava-se no fato de que as oficinas serviam de ponto de partida para o estudo e a compreensão da técnica moderna e da organização do trabalho.

Por último, Pistrak (2002, 2009) defendia que o trabalho na oficina escolar deveria ser produtivo, produzir objetos com utilidade prática. A questão do trabalho produtivo levava à questão da organização da oficina. Os alunos deveriam produzir objetos acabados, ser capazes de calcular o tempo necessário para a fabricação, os materiais utilizados, etc. Essa contabilidade levaria a uma série de outras questões: cálculo dos materiais; estabelecimento de um esquema de trabalho; orçamento detalhado; tempo com o trabalho coletivo; sistema de divisão de trabalho, dentre outros.

Desse modo, se chegaria à questão da organização econômica, aos elementos da administração que deveriam ser bem conhecidos pelas crianças. Isso possibilitaria, mais tarde, a compreensão de certos problemas econômicos e das bases do orçamento nacional.

A outra forma de atividade da escola do trabalho proposta por Pistrak (2002, 2009), a mais interessante, é o trabalho na fábrica. Porém, também era a mais difícil de ser executada.

Para Pistrak, o trabalho direto na fábrica era de extrema importância, pois ele não poderia ser substituído pelo trabalho das oficinas.

“É indispensável que o aluno participe no trabalho produtivo lado a lado com o operário ou com o aprendiz. Qualquer outra forma de trabalho não passará de um sucedâneo incapaz de levar ao mesmo objetivo.” (PISTRAK, 2002, p. 80).

Além disso, para ele a criança deveria participar de todas as manifestações na fábrica, ter contato íntimo com os operários, sua vida, seu trabalho, participar das assembleias, cooperativas, clube, juventude comunista, festas, etc.

Pistrak afirma que essas considerações estavam em nível teórico, pois não podiam ser realizadas naquele momento. Porém, pensava que no futuro esses princípios constituiriam a única pedagogia comunista conveniente à escola nos grandes centros ou nas proximidades das grandes fábricas.

Pistrak ainda apresenta duas outras formas da escola do trabalho, o trabalho agrícola e o trabalho improdutivo. Faz parte da segunda categoria o trabalho do funcionário de Estado ou das instituições sociais (secretariado, escritório, agências, aparelho soviético, comitê de fábrica, contabilidade, administração, órgãos sindicais etc.); o domínio da cooperação sob todas suas formas (consumo agrícola, crédito, produção) e o comércio do Estado; trabalho do educador; trabalho sanitário e médico. Para ele, as crianças desde muito cedo deveriam participar desses trabalhos na escola, pois são importantes elementos sociais.

Do nosso ponto de vista, Pistrak foi o educador que, por meio de suas proposições e da experiência pedagógica que desenvolveu na condução da Escola Lepechinsky e em outras escolas primárias de sua época, levou mais a fundo ou de forma mais radical as propostas de Marx e de Engels de união entre o ensino e o trabalho produtivo.

3.4 SISTEMA DOS COMPLEXOS

Pistrak (2002) aponta a necessidade da organização das disciplinas do programa em complexos, na medida em que, para ele, este era o único sistema que garantiria uma compreensão da realidade de acordo com o método dialético. O sistema dos complexos deixa de ser uma boa técnica de ensino, para ser um sistema de organização do programa justificado pelos objetivos da escola.

O primeiro passo era a escolha dos temas do complexo. Cada complexo proposto aos alunos deveria ser um fenômeno de grande importância e de alto valor, enquanto meio de desenvolvimento da compreensão das crianças sobre a realidade. O critério de seleção dos temas deveria ser procurado no plano social e não na pedagogia pura, deveria ter um valor real. Cada complexo poderia ser analisado de duas formas: ou como um assunto preciso, delimitado; ou como um assunto principal, encadeado por múltiplas relações com uma série de outros fenômenos.

De acordo com Pistrak (2002), o sistema do complexo não é apenas uma técnica pedagógica: trata-se do método fundamental para analisar a realidade atual do ponto de vista marxista. O sistema tem por objetivo treinar a criança na análise da realidade por meio do método dialético; e isso ocorreria na medida em que ela assimilasse o método na prática, compreendendo o sentido de seu trabalho.

Ao analisarmos as proposições de Pistrak para a escola do trabalho percebemos que elas apresentam uma unidade dos objetivos escolares, pois há uma interação orgânica e dinâmica, ou seja, o educador propõe o encadeamento entre o trabalho técnico-político, a auto-organização das crianças, o trabalho social da escola e o ensino.

CONCLUSÃO

A leitura e os estudos sobre a teoria formulada e as experiências práticas conduzidas pelos educadores soviéticos, em especial por Pistrak, na primeira fase da revolução colocam-nos várias questões. A primeira é o questionamento da atual escola capitalista, seus métodos e conteúdos e sua organização. Observamos que a escola *ensina* não apenas pelos conteúdos ministrados, mas, sobretudo, por meio do currículo oculto. A organização do trabalho pedagógico na escola é pensada e executada de acordo com as relações sociais capitalistas. Isso significa que os alunos, além de *aprenderem* alguns conhecimentos científicos e a ideologia dominante transmitidos nas salas de aulas, *aprendem*, por meio da vivência escolar, a disciplina, a obediência e a hierarquia. Não é por mero acaso que as escolas capitalistas são organizadas de forma autoritária e hierárquica, pois além de serem reflexos das relações sociais dominantes, ensinam à comunidade escolar, em especial aos alunos, *o seu lugar* na sociedade.

No campo da pedagogia crítica, a posição dominante coloca, já há muito tempo, que a principal tarefa da educação, em relação à defesa dos interesses dos trabalhadores, é disseminar conteúdos críticos aos alunos e produzir uma consciência crítica. Do nosso ponto de vista, não é suficiente tornar os conteúdos críticos.

Na educação a idéia de conscientização como instrumento de libertação precisa ser retomada num outro contexto, pois à luz da contra-ofensiva burguesa vai tornando-se evidente que essa metodologia não atende aos desafios postos ao movimento democrático. O que a práxis educacional de alguns movimentos sociais, como o MST³ e os Zapatistas, indica-nos é que não basta conscientizar por meio dos conteúdos, da reflexão crítica. A conscientização por meio da aprendizagem reflexiva e crítica é importante, mas mais importante ainda é a experiência de luta social concreta e a transformação das relações de produção pedagógicas burocráticas em democráticas, o que é indissociável da defesa da escola pública em todos os níveis, da instauração da gestão democrática em todos os níveis e, tanto

³ Os escritos e as experiências práticas de Pistrak conquistaram influência na área educacional. No Brasil destacamos a sua influência no *sistema educacional* do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

quanto possível, da articulação desse movimento transformador com o questionamento das relações de produção capitalistas.

Embora a união do trabalho com a educação possa ser praticada, até certo ponto, independentemente da democratização das relações de produção, somente com a democratização destas relações esse princípio pedagógico poderá realizar-se em sua integralidade.

A democratização radical das relações de produção, que de fato implica a emergência do socialismo, significa a dissolução das relações hierárquicas que, sob a hegemonia do capital, dominam todas as atividades humanas. *In extremis*, isto significa a liquidação da produção fetichista de mercadorias e do Estado, e sua substituição por uma universal associação dos produtores associados. A grande referência ideológica que deveria iluminar a empreitada social de transformação da escola, do nosso ponto de vista, é a ignorada ou esquecida formulação de Marx (1982) de que a edificação de uma sociedade sem classes e, portanto, não produtora de mercadorias tem como um de seus supostos a emancipação do trabalho e, conseqüentemente, a união dos produtores associados. Numa palavra, a referência de um movimento democrático e socialista não pode ser a categoria da cidadania burguesa, mas, sim, a de *produtores associados*. Para tanto, introduzir na escola o trabalho como princípio educativo e práxis político-pedagógica traria uma magnífica contribuição para o avanço do movimento dos trabalhadores.

Por fim, reafirmamos que os pedagogos soviéticos, com as propostas da escola do trabalho, introduziram no debate educacional questões bastante complexas que continuam ainda pouco estudadas. E estas questões, talvez mais do que as respostas dadas por eles, continuam como desafios extremamente atuais para a educação, em especial para se pensar como vincular a vida escolar com os processos sociais mais amplos e como construir a educação que o socialismo requer.

REFERÊNCIAS

BOWLES, S.; GINTIS, H. *Schooling in capitalist America: educational reform and the contradictions of economic life*. Massachusetts: Basic Books, 1976.

- DAL RI, N. M. *Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. 2004. 315 f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.
- DAL RI, N. M. Prefácio. In: RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2013. v. 2. p. 7-13.
- DAL RI, N. M. ; VIEITEZ, C. G. Movimentos sociais, trabalho associado e educação: reformas e rupturas. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. *Trabalho, educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru: Canal 6, 2011. p. 275-308.
- FREITAS, L. C. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAC, M. M. (org.). *A Escola-Comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 10-103.
- GRAMSCI, A. *Antologia*. México: Siglo Veintiuno, 1970.
- KRUPSKAYA, N. K. *La educación laboral y la enseñanza*. Moscú: Progreso, 1986.
- LENINE, V. I. *O esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Lisboa: Maria da Fonte, [s. d.].
- MACHADO, L. R. S. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.
- MANACORDA, M. A. *Marx y la pedagogía moderna*. Barcelona: Oikos-Tau, 1969.
- MARX, K. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos 1*. São Paulo: Edições Sociais, 1975.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 7. ed. São Paulo: Difel, 1982.
- PISTRAC, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- PISTRAC, M. M (org.). *A escola-comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- MARX, K. Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes, 1983. p. 83-86.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Textos 3*. São Paulo: Edições Sociais, 1975.

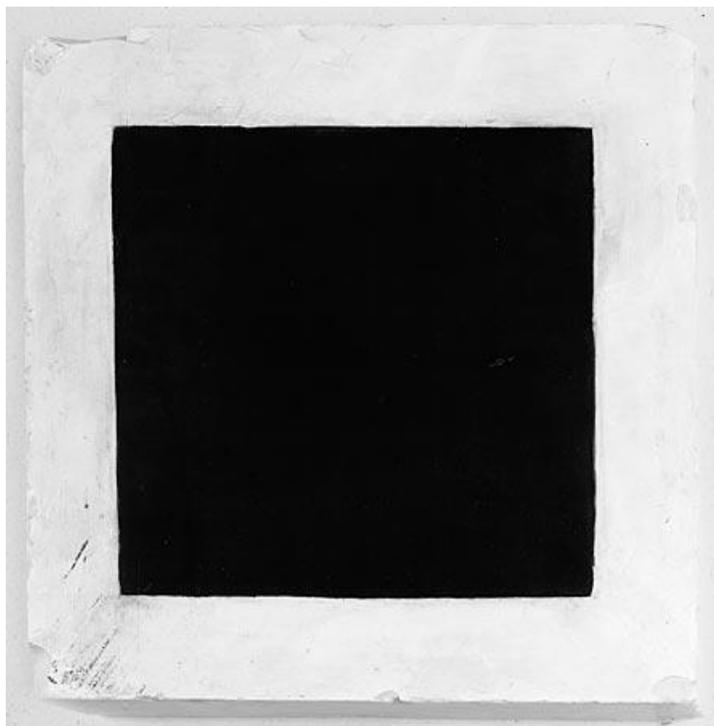
“O FIM DO PROLETARIADO NA ARTE SOVIÉTICA”

Ana Portich

A Danieli Gervazio Magdaleno,
cujo interesse motivou a autora a colocar estas ideias no papel

Na análise de obras de artes plásticas da Rússia e da União Soviética, desde o período imediatamente anterior à Revolução até os anos 1930, é possível identificar um eixo temático: o fim do proletariado. Antes disso, porém, foi necessário dispensar o trabalhador atrelado à economia pré-capitalista, razão pela qual a pintura vanguardista o desmembra, até que, no *Quadrado negro sobre fundo branco*, de Kazimir Malevitch, desapareça por completo.

Figura 1 - Kazimir Malevitch. *Quadrado negro sobre fundo branco* (1915)



Fonte: GRAY (2004).

Quadrado negro sobre fundo branco, exposto em 1915, é considerado o primeiro quadro totalmente abstrato de Malevitch. Até então se poderia definir sua produção como cubista, com traços de neoprimitivismo e futurismo, tendências também em voga na França. Como diz Ângelo Maria Ripellino, “[...] a jovem pintura francesa era praticamente mais conhecida em Moscou do que em Paris.” (RIPELLINO, 1971, p. 30), devido ao grande número de aquisições de quadros impressionistas, expressionistas e cubistas dentre os quais de autoria de Picasso, Monet, Cézanne, Van Gogh, Matisse e Gauguin, aquisições feitas na virada do século XX por comerciantes e industriais russos como Ivan Morozov e Sergei Shchukin. Em apenas uma das salas da mansão deste industrial do setor têxtil havia dezesseis pinturas de Paul Gauguin; Shchukin ainda colecionava “Monet, Cézanne, Matisse (com 38 pinturas) e Picasso (50

pinturas) [...]. Em menor quantidade, a coleção continha também Van Gogh, Renoir, Pissarro, Sysley, Degas, Henri ‘Le Douanier’ Rousseau.” (WEDEKIN, 2015, p. 40). Segundo Wedekin, esta coleção ficava aberta ao público aos domingos pela manhã para visitação gratuita, a que artistas russos como Kandinsky acorriam com frequência.

Figura 2 – Sala com obras de Henri Matisse na mansão de Sergei Shchukin , em Moscou



Fonte: WEDEKIN (2015)

Além disso, circulavam na Rússia artigos sobre impressionismo, p s-impressionismo, simbolismo, fauvismo e outras tendências de vanguarda (Cf. GRAY, 2004).

Figura 3 - Kazimir Malevitch. *O ceifador* (1911-12)



Fonte: GRAY (2004)

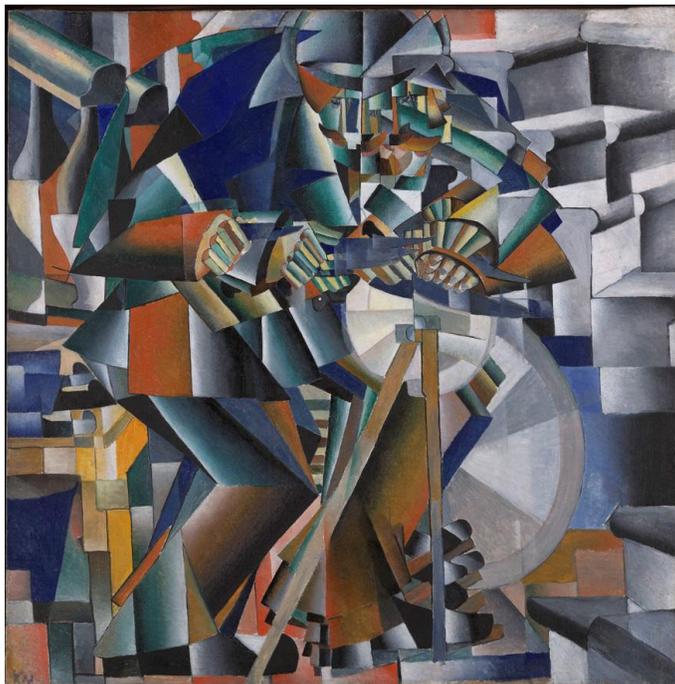
Dentre os grupos que se formaram em torno da arte de inspiração francesa, destacava-se o que tentava incorporar, às experiências formais, cenas de trabalhadores do campo e da cidade. No conteúdo dessas obras, está ausente a classe inimiga; além disso, os trabalhadores ali retratados se inserem na economia pré-capitalista, tais como o ceifador, o camponês, o afiador de facas.

Figura 4 - Natália Gontcharova. *Dança de camponeses* (1911)



Fonte: GRAY (2004).

Figura 5 - Kazimir Malevitch. *O afiador de facas* (1912)



Fonte: GRAY (2004).

É este o mundo que está se decompondo, como se decompõem as figuras em formas geométricas, nos quadros cubistas. O mundo passa a ser objeto de cálculo, portanto, abrem-se possibilidades de mudança. Posteriormente um coletivo de artistas cubo-futuristas iria declarar que sua finalidade havia sido a de varrer “[...] de suas fileiras [...] o passado.” (GARCIA, 1997, p. 48).

Em 1915, com o *Quadrado negro sobre fundo branco*, Malevitch leva esse processo de dissolução às últimas consequências, rejeitando todo e qualquer figurativismo. Não apenas o academicismo burguês é rechaçado, mas também a tradição popular. A exposição em que Malevitch apresenta seu quadro intitula-se 0.10, pois a ideia é começar da estaca zero.

Figura 6 - Natália Gontcharova. *O ciclista* (1913)

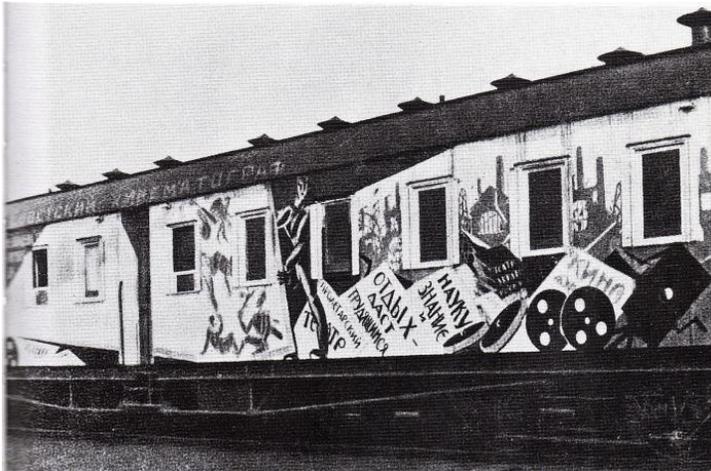


Fonte: GRAY (2004).

Deflagrada a Revolução, um tipo específico de trabalhador entra em cena, não mais mujiques e sucedâneos urbanos como o ciclista, mas um operário especializado, como se verá no quadro *Cada vez mais alto*, que Serafima Ryangina exibirá em 1934.

No entanto, antes que o proletariado pudesse assumir o papel de protagonista, foi necessário enfrentar a guerra civil. Artistas como Malevitch, Maiakóvski, Gontcharova, Rodchenko e Meyerhold engajam-se em iniciativas como os trens de AgitProp – do russo *agitatsiya-propaganda*, ou Agitação e Propaganda – que começaram a circular em 1918, em plena guerra civil. A pintura externa dos vagões, a declamação de poesia em altos brados, feita a cada estação da linha Transiberiana, as peças teatrais, os filmes documentários apresentados no interior dos trens, músicas, discursos ou notícias transmitidos por gramofone, bem como outras manifestações artísticas conduzidas através da extensa malha ferroviária tomada pelo movimento revolucionário constituíram uma tentativa de estimular uma nova sensibilidade. Mediante o efeito de estranhamento com relação aos referenciais já conhecidos, especialmente os valores artísticos imperantes até então, seria possível alterar a percepção sensorial do povo russo, que assim se distanciaria para refletir, posicionando-se contra os padrões impostos pela arte de classe burguesa, ao mesmo tempo em que poderia desenvolver novas técnicas corporais, exigidas ao trabalhador na linha de montagem.

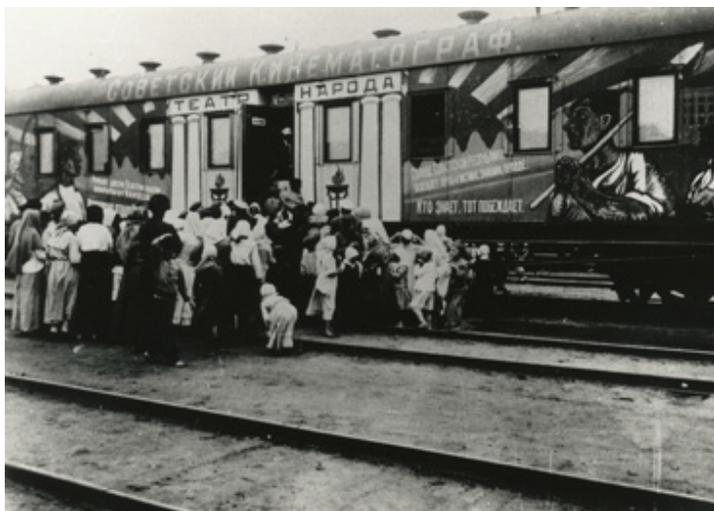
Figura 7 – Trem de AgitProp (Agitação e Propaganda)



Fonte: GARCIA (1990)

Na pintura do vagão acima, percebe-se a opção formal pela geometrização construtivista, associada a temas fabris como chaminés, um projetor de cinema e rolos de filmes, elementos expostos aos poucos pelo revolucionário que está de pé, como se fossem páginas de jornal. O elemento de luta está presente, com os soldados à esquerda. O tratamento é esquemático, de maneira que a imagem se simplifique e seja compreendida mais facilmente. Como diz o letrreiro abaixo, trata-se do “Teatro do Povo”, no interior do qual brilha a aurora do novo trabalhador.

Figura 8 – Vagão-teatro do trem de agitação “Lênin nº 1”



Fonte: GARCIA, 1990.

Na imagem seguinte, vemos que, enquanto os soldados escutam a mensagem veiculada pelo gramofone, na parede do vagão se vê a imagem da classe inimiga, magnatas vestidos de smoking e seus sacos cheios de dinheiro.

Figura 9 - Trem de AgitProp (Agitação e Propaganda)



Fonte: GARCIA (1990)

Os trens de AgitProp distribuíam ainda cartazes com cenas sintéticas e poucos dizeres, para imediata compreensão. A utilização de poucas cores fazia com que a impressão das imagens e textos se fizesse com menos recursos, devido ao emprego da técnica do estêncil. Assim, os cartazes estariam ao alcance das massas, tanto do ponto de vista da produção, quanto da distribuição. Dentre os artistas que criaram cartazes para a Agência Telegráfica Soviética, a Rosta, na abreviação em

russo, os quais eram distribuídos pelos trens de AgitProp, destaca-se Vladimir Maiakóvski.

Abaixo, dois exemplos de cartazes criados por Maiakóvski. O primeiro trata da emancipação dos trabalhadores de todo o mundo que, ao se organizar através da Internacional Comunista, ou Kommintern – do alemão Kommunistische Internationale –, daí sua força descomunal, derrubam e subjagam os magnatas que os dominavam.

Figura 10 – Vladimir Maiakóvski. *Cartaz sobre o Kommintern.*



Fonte: *Constructivism in soviet poster*, de Aleksandr Shklyaruk (2004)

O segundo trata da situação de penúria do povo que não consegue trabalho.

Figura 11 - Vladimir Maiakóvski. Cartaz com os dizeres:
“1. Chega de passar frio! 2. Chega de passar fome! 3. Quer comer? 4.
Quer beber? Junte-se às Brigadas de Choque!”



Fonte: *Constructivism in soviet poster*, de Aleksandr Shklyaruk (2004).

Dessa forma, os cartazes da Rosta também chamavam a atenção para o combate à fome decorrente da guerra civil, diante da contra-revolução. Houve ainda campanhas de erradicação do analfabetismo, de modo que as notícias sobre o andamento da Revolução pudessem chegar diretamente

ao povo e aos soldados do Exército Vermelho. Tornou-se célebre um dos cartazes de divulgação da campanha, de autoria de Alexander Rodchenko, em que se mesclam fotografia e pintura. Lily Brik, na foto caracterizada como uma mulher do povo, grita “Livros”.



Fonte: *Constructivism in soviet poster*, de Aleksandr Shklyaruk (2004).

Como tendência predominante nessa fase, observam-se as soluções construtivistas, especialmente a geometrização e a utilização de cores primárias. Em seus estudos sobre *A arte na teoria marxista e na prática soviética*, Donald Drew Berg observa que, para

[...] os habitantes de uma Rússia que enfrentava a necessidade imperiosa de se reerguer das ruínas de um país devastado pela guerra civil e pela revolução, o principal era ser construtivo [...]. Além disso, os construtivistas faziam uma analogia entre arte e ciência, chegando a declarar que, através do dinamismo mecanicista de suas obras, expressavam a necessidade imperiosa de que a Rússia revolucionária fomentasse o progresso científico e tecnológico, através da industrialização. (EGBERT, 1973, p. 38-39).

Desse modo, evitava-se ainda a pecha de formalismo ou experimentalismo gratuito nas artes. Segundo Drew Egbert, por essa razão perdurou desde o período revolucionário a palavra de ordem de que os artistas fossem “engenheiros da forma e da cor” (EGBERT, 1973, p. 56).

O processo de industrialização viabilizado, de 1921 a 1928, através da Nova Política Econômica (NEP) foi considerado por muitos como “[...] um retorno temporário ao capitalismo.” (EGBERT, 1973, p. 53). A partir de 1928, com base no Primeiro Plano Quinquenal, a URSS firmou acordos com grandes corporações tais como a Ford, Du Pont, RCA e General Electric, para transferência de tecnologia, instalação de fábricas, exploração de minérios, aquisição de material para infraestrutura etc.

Abaixo, no quadro de Yuri Pimenov sobre a Moscou modernizada para a abertura de amplos bulevares e avenidas, prevista no processo de reurbanização iniciado em 1934 – o que implicou a demolição de ruas estreitas e edificações que impedissem a circulação (Cf. BOWN; TAYLOR, 1993, p. 81) –, pode-se perceber uma grande quantidade de carros semelhantes aos modelos Ford, embora de fabricação soviética. “Em Gorki [...], que chegou a ser chamada de ‘Detroit russa’, a fábrica de carros Zim era uma cópia da Ford (foi erguida em 1932 com a ajuda de especialistas da própria Ford Motors).” (PERICÁS, 2016, p. 86).

Figura 13 - Yuri Pimenov. *Nova Moscou* (1937)



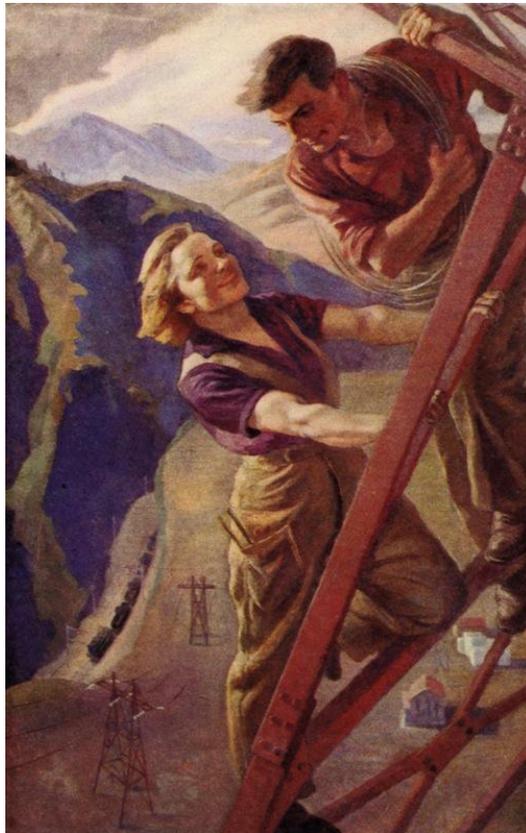
Fonte: SOVIE ART (c2016-2019).

Seguindo a diretriz desenvolvimentista, em “[...] 1932, a União Soviética importaria oito locomotivas dos Estados Unidos, fabricadas pela General Electric, para que fossem usadas no novo segmento eletrificado na Geórgia.” (PERICÁS, 2016, p. 86).

Em 1934, mesmo ano em que Serafima Ryangina conclui o quadro intitulado *Cada vez mais alto*, havia acontecido o Primeiro Congresso de Escritores Soviéticos, instituindo o realismo socialista como padrão oficial das artes. Artistas acusados de formalismo tais como Maiakóvski, que morre em 1930 supostamente por suicídio, vinham sendo perseguidos desde fins da década de 20, mas a partir de 1934, com base nas deliberações do referido congresso, poderão ser formalmente sentenciados. Dentre tantos outros, o diretor teatral Meyerhold, que empregava a técnica construtivista em seus espetáculos, inclusive em peças de autoria de Maiakóvski, é executado em 1940.

De acordo com as deliberações do Primeiro Congresso de Escritores Soviéticos, qualquer obra de arte deveria ser fruto da observação de um fato específico, em determinada localidade da União Soviética. Preceitua-se ainda que os artistas tivessem contato direto com o assunto de que iriam tratar. Sendo assim, em 1933 Serafima Ryangina parte para a Geórgia em missão criativa, a fim de conhecer *in loco* a primeira grande estrada de ferro movida a energia elétrica. O Comissariado da Povo para a Educação, ao fazer a encomenda, pretendia exibir a obra de Ryangina em uma exposição sobre os avanços dos meios de transporte.

Figura 14 - Serafima Ryangina. *Cada vez mais alto* (1934)



Fonte: PICHON-BONIN, 2004

No quadro percebe-se o esforço de operários e operárias no empreendimento de eletrificação da rede ferroviária iniciada em 1932, sobretudo pela dificuldade em implementar esse sistema em uma região de relevo montanhoso como o Cáucaso.

Pela posição elevada do observador, deduzimos que a postura da artista não seja neutra, já que não oculta sua presença, do alto. Distinguindo-se da conotação de realismo que se pretenda desengajado, como um olhar através do buraco da fechadura, de modo que o autor não imponha sua presença e assim apresente uma visão objetiva dos fatos, o realismo socialista toma o partido do operário que move montanhas. Foi igualmente superada a caracterização sórdida do trabalhador oprimido que protagonizava peças e romances naturalistas. Como demonstra Cécile Pichon-Bonin em sua análise do quadro de Ryangina, em 1934 não se acentuam mais os temas ligados à guerra civil, mas o papel do operário como agente no processo de transformação do país. “Ter direito à representação oficial é uma forma de legitimação do regime e de afirmação do proletariado como detentor do poder.” (PICHON-BONIN, 2004, p. 59-76). Proponho a hipótese de que, na imagem concebida por Ryangina, não se tematize apenas o protagonismo exercido pelo proletariado, mas sua própria superação enquanto classe social. Efetivamente, ao se extinguir a luta de classes, desaparece a burguesia e, por extensão, o proletário. Portanto, a exemplo dos trabalhadores retratados por Ryangina, que estão em movimento de ascensão, no campo da ficção o proletariado encaminha-se para um estágio em que não o veremos mais, em que ele desaparecerá e nada mais haverá para mostrar, como no quadro de Malevitch.

REFERÊNCIAS

- BOWN, Matthew Cullene; TAYLOR, Brandon. *Art of soviet*. Manchester: Manchester University Press, 1993.
- EGBERT, Donald Drew. *El arte en la teoría marxista y en la práctica soviética*. Barcelona: Tusquets, 1973.
- GARCIA, Silvana. *As trombetas de Jericó: teatro das vanguardas históricas*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GARCIA, Silvana. *Teatro da militância*. São Paulo: Perspectiva, 1990.

GRAY, Camilla. *O grande experimento: arte russa 1863-1922*. São Paulo: Worldwhitehall, 2004.

PERICÁS, Luiz Bernardo. *Caio Prado Júnior: uma biografia política*. São Paulo: Boitempo, 2016.

PICHON-BONIN, Cécile. Entre engagement politique et expression picturale: éléments d'analyse pour un tableau de Serafima Rjangina. *Cahiers slaves*, Paris, n. 8 – “Le ‘réalisme socialiste’ dans la littérature et l’ar des pays slaves”, p. 59-76, 2004. Disponível em: http://www.recherches-slaves.paris-sorbonne.fr/Cahier8/Pichon_Bonin.htm. Acesso em: 12 abril 2018.

RIPELLINO, Ângelo Maria. *Maiakóvski e o teatro de vanguarda*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

SOVIET ART. *New Moscow*. Oil on canvas. The State Tretyakov Gallery. Disponível em: <https://soviet-art.ru/soviet-artist-yuri-pimenov/new-moscow-oil-on-canvas-the-state-tretyakov-gallery/>. Acesso em: 13 abril 2018.

WEDEKIN, Luana Maribele. *Psicologia e arte: os diálogos de Vigotski com a arte russa de seu tempo*. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

A CONTRIBUIÇÃO DE NADEZHDA KRUPSKAYA PARA A CONSTRUÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA ESCOLA DO TRABALHO EMANCIPADO

Henrique Taban Novaes

INTRODUÇÃO

Neste ano [2017] comemoramos os 100 anos da Revolução Russa, certamente o evento histórico mais importante do século XX. Neste ano também comemoramos os 150 anos de “O Capital” de Karl Marx e os 150 anos de “Guerra e Paz” de Tolstoi.

No ano que vem [2018] iremos comemorar o bicentenário do nascimento do nosso mestre Karl Marx, certamente o intelectual mais importante dos últimos tempos. Também iremos comemorar o aniversário de 200 anos do livro “Frankenstein” de Mary Shelley (2000), que, aliás, foi muito utilizado por Karl Marx.

Este capítulo aborda a contribuição de Nadezhda Krupskaya para a construção da pedagogia soviética.

N. Krupskaya (1869-1939) nasceu em Petersburgo e faleceu em Moscou, logo depois de completar 70 anos. Foi professora particular, professora em escolas noturnas, militante comunista revolucionária, educadora, “leitora de Marx”¹ e trabalhou na concepção da política educacional da Revolução Russa por um certo tempo com Anatoli Lunacharsky (“Ministro” da Educação nos primeiros 12 anos da Revolução).

Krupskaya foi companheira de Lenin, certamente sem ficar “na sua sombra”, mas sempre ao lado dele (LODI, 2017)². De acordo com Freitas (2017, p. 10):

Krupskaya conheceu Lenin em 1894 e passou a participar de ações da “união de luta pela emancipação da classe trabalhadora”, organização por ele liderada. Foi presa por duas vezes em 1896 e desterrada em 1897. Krupskaya casou-se com Lenin em 1898, no período de exílio de ambos na Sibéria, e manteve com ele uma frutífera parceria, até sua morte em 1924.

Ainda segundo Freitas (2017, p. 8):

Krupskaya escrevia de forma simples e direta, visando ser entendida pelo conjunto dos trabalhadores e especialmente pelos educadores. Seus textos, carregados de conceitos, refletem a época de ouro da Revolução Russa (1917-1929). Juntamente com A. Lunacharsky ela foi uma das grandes responsáveis pelas orientações da política educacional do então Comissariado do Povo para a Educação – Narkompros.

¹ Ver especialmente “Marx e a educação comunista da juventude” (KRUPSKAYA, 2017) e “Os ensinamentos de Marx para o educador soviético – guia para a ação” (KRUPSKAYA, 2017).

² A coletânea organizada por Freitas e Caldart (KRUPSKAYA, 2017) inclui os seguintes textos de Krupskaya sobre Lenin: “Lenin: sobre a educação e o professor público”; “Dias de Lenin”; “O papel de Lenin na luta pela escola politécnica”; “Lenin como propagandista e agitador” e “Lenin e a moral comunista”.



Nesta foto Nadezhda Krupskaya está em pé a esquerda. Acima dela está escrito na faixa: “Operários e camponeses, construam a sociedade. Abaixo o analfabetismo (Krupskaya)”.

Samantha Lodi (2017, p. 5), com um tom poético, escreve as seguintes palavras sobre Krupskaya:

Da beleza da juventude aos traços demudados de sua madureza, diversas interpretações abordam a vida da camarada “Nadia”, sempre pronta para um debate. A força de uma mulher que viveu anos no exílio, indo de um país ao outro, depois de permanecer na Sibéria por ordem do czar. Condenada por suas publicações que instruíam a classe operária russa, principalmente a mulher, e por acreditar que uma revolução de trabalhadores seria possível. E foi. Uma existência de ação e de conscientização, de publicação de folhetos, de pseudônimo, de congressos, de divulgação de ideais que em prática levariam a uma sociedade igualitária e, principalmente, uma existência de um não se cansar, não se abater. Acusada de viver à sombra de seu marido, chega a ser tachada de submissa, tinha concepções de igualdade e de liberdade que transcendiam o senso comum da época, por isso, às vezes, foi tão incompreendida. Comunista por convicção, ela foi uma estrela, por isso teve luz própria, ao lado de outras estrelas que, nesse contexto, também brilharam.

Krupskaya foi uma importante estudiosa das pedagogias do capital – no sentido de compreender a natureza das mesmas e suas transformações.

Compreendeu as particularidades das sociedades europeias, americana e russa, explicando as formas específicas que a educação dual assumiu nestes países, principalmente a partir da revolução industrial.

No caso russo, procurou explicar por que a industrialização tardia do império não necessitava alfabetizar e qualificar as massas, tema, aliás, importante para o caso brasileiro. Tratava-se de um império gigante, frio, de baixa densidade populacional, com um capitalismo dependente, atrasado, de baixa industrialização, que não teve uma revolução democrático burguesa e certamente não poderia ter. Só “restava” a Rússia uma revolução comunista, puxada pelas massas camponesas e operárias, que permitiria o desenvolvimento pleno de todos os seres humanos.

A educação burguesa está baseada em sistemas duais, para cada classe uma educação específica. Qual educação era a destinada aos trabalhadores na incipiente industrialização russa? Educação e qualificação técnica que preparasse e domesticasse os trabalhadores russos nos processos de exploração fabris.

Neste aspecto, a obra de Krupskaya pode ser vista também através da sua contribuição para a análise e intervenção na “divisão sexual do trabalho” na Revolução Industrial. Nos dias de hoje, os estudos de Angela Davis, Helena Hirata, Daniele Linhart, Danièle Kergoat são “absorvidos” sem se dar atenção a uma das “mães” dos estudos do que atualmente se chama marxismo e gênero. Como defendemos aqui, é importante retornar a Krupskaya para compreender sua contribuição para os estudos da divisão sexual do trabalho. Krupskaya dá uma atenção especial na sua obra a exploração das mulheres e evidentemente das crianças nas fábricas inglesas e russas³. Dá também uma atenção especial a exploração da professora russa. Não é preciso lembrar que ela estudou “O Capital” e “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, do ainda muito jovem F. Engels, que retratam a situação desesperadora da mulher trabalhadora e da criança trabalhadora nas sujas, fedidas, poluídas e escuras fábricas inglesas.

³ Ver também o livro organizado por Graziela Schneider (2017) “A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética”.

Antes de prosseguir, cabe dizer que nos apoiamos nos livros editados pela Expressão Popular, que sob iniciativa principalmente do professor Luiz Carlos de Freitas e de Roseli Caldart, tem se empenhado em traduzir e ou revisar parte da obra de importantes intelectuais soviéticos. No ano de 2017 foi lançada a coletânea de artigos da Krupskaya – inédita em português. Esta coletânea recebeu o nome “A construção da pedagogia socialista” e traz alguns dos ensaios mais importantes desta magnífica intelectual militante. Em espanhol, francês e inglês, já foram traduzidos alguns dos seus textos seminais⁴. Samantha Lodi (2017) defendeu sua tese de doutorado chamada “Nadezhda Krupskaya: uma estrela vermelha”. Lodi destaca inúmeras dimensões desta importante intelectual soviética⁵.

No início dos anos 1980, no contexto das lutas pela “redemocratização”, saiu a primeira edição “Fundamentos da Escola do Trabalho”, de Moisey Pistrak, pela Editora Brasiliense. Em 2001 saiu a segunda edição, pela Editora Expressão Popular.

Em 2002 saiu o livro de Cecília Luedemann (2002) chamado “Anton Makarenko – vida e obra”. Em 2005, de Anton Makarenko, “Poema Pedagógico”, pela Editora 34. Em 2009, saiu o livro “A escola-comuna”, tendo Pistrak como organizador. Em 2013 “Rumo ao Politecnismo” de Viktor Shulgin. Em 2014 “Ensaio sobre a Escola Politécnica”, de Pistrak (2014). Em 2018 sairá a 3ª edição de “Fundamentos da Escola do Trabalho” (Expressão Popular), traduzido agora por Luiz Carlos Freitas, livro importantíssimo para se pensar e atualizar o debate da educação para além do capital.

Ao que tudo indica, o Brasil tem se mostrado um bom espaço de difusão do pensamento educacional soviético da primeira fase da revolução russa (pré-stalinista). Como somos um grande produtor de riquezas (para exportação) e ao mesmo tempo um grande produtor de miséria, o Brasil se tornou um celeiro para propostas de educação alternativas, especialmente em função da questão agrária-urbana que produz - em grande escala - uma massa de trabalhadores iletrados. Curiosamente passamos o século XX sem alfabetizar as massas e, ao que

⁴ Ver também em português os textos de Krupskaya no livro de Gabriela Schneider (2017).

⁵ Lodi (2017) também recupera boa parte dos estudos e reflexões realizados no Brasil sobre Nadezhda Krupskaya.

tudo indica, na falta de uma urgente e necessária revolução comunista, passaremos o século XXI novamente em branco.

O RIO QUE DIVIDE AS PEDAGOGIAS DO CAPITAL E AS PEDAGOGIAS DO TRABALHO

O governo dos operários e camponeses que respeita os interesses das massas populares deve romper com o caráter de classe da escola, deve fazer com que a escola em todos os níveis seja acessível a todos os segmentos da população, mas fazer isso não só nas palavras, mas em atos. A educação continuará sendo um privilégio da classe burguesa até que as finalidades da escola sejam alteradas. A população está interessada em que a escola fundamental, média e superior tenha uma finalidade comum: formar pessoas desenvolvidas multilateralmente, com predisposições sociais conscientes e organizadas, que tenham uma visão de mundo reflexiva, integral e que claramente entendam tudo o que está acontecendo ao seu redor na natureza e na vida social; pessoas preparadas na teoria e na prática para todos os tipos de trabalho, tanto físico quanto mental; pessoas capazes de construir uma vida social racional, cheia de conteúdo, bonita e alegre. Essas pessoas são necessárias à sociedade socialista, sem elas o socialismo não pode se realizar plenamente. (KRUPSKAYA, 2017).

Sempre é preciso lembrar que há um rio que divide a sociedade de classes. De um lado estão os capitalistas, seus tecnocratas, seus intelectuais e as pedagogias pró capital, ou se preferirem, que estão dentro da órbita do capital. De outro estão os trabalhadores e as pedagogias do trabalho, para além do capital ou fora da órbita do capital. Estas pedagogias, de uma forma ou de outra, questionam a propriedade dos meios de produção, mas fundamentalmente o sentido do trabalho nas sociedades comandadas pelo capital.

Fazer esta advertência é importante, pois as classes proprietárias e seus tecnocratas – para construir sua hegemonia - tentam obscurecer ou invalidar as pedagogias do trabalho, e naturalizar a pedagogias pró capital. Nas palavras de Marx e Engels (2007) que todos se lembram, a classe proprietária dos meios de produção também é produtora das ideias

necessárias para a sua reprodução. Sem as ideias dominantes não consegue construir a sua hegemonia. Sem dominar a produção pedagógica, certamente não consegue se reproduzir.

As pedagogias do capital sofreram mudanças significativas da 1ª Revolução Industrial para cá. Nos dias de hoje, diante da crise estrutural do capital que não gera empregos para todos e destrói as bases materiais da vida na terra, ela se renova com seus “5 Pilares”: “Aprender a Conhecer; Aprender a Fazer; Aprender a viver com os outros; Aprender a ser; Aprender a Empreender”. Surgem então inúmeras pedagogias adequadas para a fase da acumulação flexível-digital-financeirizada, que vão desde propostas para o novo “colaborador/a” engajado, flexível, que saiba operar máquinas da era “digital”, até pedagogias para o “desenvolvimento sustentável”, para o “empreendedorismo”, etc.

No entanto e contraditoriamente, a pedagogia mais importante do século XXI passa a ser a pedagogia da deseducação, principalmente nos países de capitalismo dependente e periférico. Ao que tudo indica, as classes proprietárias dos meios de produção e seus gestores abandonaram qualquer projeto minimamente civilizatório e republicano, deixando as massas no submundo da deseducação.

Como veremos mais a frente, no outro lado do rio estão as pedagogias do trabalho, que podem ser divididas em pedagogias socialistas e comunistas. Elas estão compromissadas – de alguma forma - com as lutas dos trabalhadores pela emancipação do trabalho. Poderíamos destacar as experiências educacionais criadas pelos socialistas Robert Owen, Charles Fourier, por pedagogos alemães e franceses.

Este capítulo pretende abordar a contribuição teórica dos pedagogos soviéticos para a construção da pedagogia comunista dentro do contexto da Revolução Russa⁶.

⁶ Apesar de alguns “ensaios” práticos realizados pelos anarquistas, por Charles Fourier e Robert Owen, a experimentação da Escola Única do Trabalho em larga escala se deu somente com a Revolução Russa e ainda assim de forma muito limitada.

FUNDAMENTOS DA ESCOLA DO TRABALHO EMANCIPADO

[...] vocês nos acusam de querer abolir a exploração das crianças por seus pais? Nós confessamos este crime.

E nós, dizem vocês, destruímos o mais valioso relacionamento, pondo a educação social no lugar da educação doméstica.

E a educação de vocês não é determinada pelas relações sociais nas quais vocês educam, não é determinada pela intervenções diretas e indiretas da sociedade através da escola, e assim por diante? Os comunistas não inventaram a influência da sociedade na educação, eles só alteraram o seu caráter, eles retiram a educação da influência da classe dominante. (MARX; ENGELS, 1998, p. 77).⁷

No início do século XX, a Rússia era um dos países onde mais se debatia a contribuição de Karl Marx para uma “revolução social” e uma “revolução educacional”. D. Lepechinsky, de uma geração anterior aos revolucionários de 1917, Nadezhda Krupskaya, Anatóli Lunacharsky, Moisey Pistrak, Viktor Shulgin, Anton Makarenko, Blonsky são alguns dos nomes que debateram intensamente a particularidade da sociedade russa (e, portanto, da educação russa) e as “propostas” sócio-educacionais de Karl Marx.

Diversos intelectuais caracterizam o período de 1900 a 1917 como um período de intenso florescimento da crítica a educação capitalista e a necessidade de construção de uma teoria educacional para uma possível revolução na Rússia. Como veremos mais a frente, muitas das ideias desenvolvidas na fase anterior a revolução se tornaram práticas, com a Revolução Russa de 1917.

A Revolução Russa tornou-se, desse ponto de vista, o marco histórico mais importante do século XX, a ponto de E. Hobsbawm (1996)

⁷ Não poderemos abordar a “concepção” educacional comunista de Marx neste capítulo, mas poderíamos sintetizar como: a) fundos públicos para financiamento da educação pública, b) controle do sistema educacional pelos trabalhadores (“o povo deve educar o Estado e não o Estado educar o povo”); c) combinação de escolarização, “qualificação”, educação física, estética e trabalho produtivo (por 3 horas desde os 9 anos de idade, aumentando o tempo de trabalho nas faixas etárias seguintes); d) politécnia: compreensão dos fundamentos científicos do trabalho dos principais ramos da grande indústria, sempre tendo em vista o desenvolvimento completo do ser humano. Evidentemente, o desenvolvimento de cada um não depende mais da origem de classe e o “livre desenvolvimento de cada um é uma condição para o livre desenvolvimento de todos”.

determinar os marcos do século XX em função da Revolução Russa e sua implosão em 1989-91.

É possível dizer que a pedagogia comunista possui alguns fundamentos que iremos caracterizar brevemente neste capítulo: a) ser escola única do trabalho e centrada na emancipação do trabalho, b) a politecnia⁸; c) a auto-organização, d) o sistema de complexos temáticos. O ensino da história na perspectiva do materialismo dialético⁹ e a educação estética não foram analisados neste capítulo¹⁰.

Mas quais os objetivos da Escola do Trabalho? Poderíamos resumir como o desenvolvimento intelectual, político, politécnico, físico e estético dos trabalhadores da sociedade comunista em construção. Para eles, assim como para Marx, livre das amarras da propriedade privada dos meios de produção, e assumindo o controle social do trabalho tendo em vista a emancipação da humanidade, é possível que os seres humanos se desenvolvam no trabalho.

ESCOLA ÚNICA DO TRABALHO

Resumidamente, é possível afirmar que a sociedade capitalista da era industrial criou a educação capitalista, principalmente através da construção de sistemas educacionais estatais. Com a 1ª Revolução Industrial e o surgimento do “modo de produção especificamente capitalista”, os proprietários dos meios de produção precisaram criar sistemas

⁸ Para este debate no Brasil, ver Machado (1991), Saviani (2003), Ramos (2010) e Freitas (2009), dentre outros.

⁹ Como disse certa vez Marx e Engels (2007), as classes dominantes controlam os meios de produção e também os meios de produção de ideias. Muitos historiadores já demonstraram a forma como as classes proprietárias, pela mediação das agências formativas (escola, desenhos animados, livros didáticos, filmes, trabalho, universidades, igreja, etc.) constroem ou transmitem sua interpretação dos processos históricos para as maiorias trabalhadoras. Para Pistrak (2001) e Shulgín (2013), a história deve ser narrada na perspectiva da luta de classes. Krupskaya (2017) destaca a importância de compreender a história do trabalho, a história dos modos de produção, a história do capitalismo e a particularidade da Rússia. Como sabemos, a escola tem um papel fundamental na conformação ideológica das “maiorias” (massas que vivem do trabalho) a serviço das “minorias” (classes proprietárias e os gestores do capital). Junto com outras agências formativas ela tende a fazer as maiorias pensarem como as minorias (capitalistas e tecnocratas). No entanto, contraditoriamente, em inúmeras fases do capitalismo houve resistência dentro dos aparatos de dominação, puxadas por professores, alunos e funcionários. No caso brasileiro, um importante capítulo na história das revoltas contra a alienação promovida pela escola estatal se deu com as ocupações de escolas públicas nos últimos 3 anos.

¹⁰ Não abordaremos neste capítulo o papel da educação física e da educação estética para os pedagogos soviéticos da 1ª fase da Revolução (pré-stalinista).

educacionais duais: para as massas trabalhadores e para as burguesias e os gestores-tecnocratas que comandam a produção-acumulação de capital. A Inglaterra e a França, berços da Revolução Industrial, foram os primeiros países a criar sistemas educacionais duais.

Em linhas gerais, a sociedade de classes criou uma educação para os filhos da burguesia e classes médias distinta da educação dos trabalhadores, isto é, a sociedade de classes capitalista criou distintos papéis na produção para os trabalhadores e para os capitalistas e seus gestores. Já é possível adiantar que para os pedagogos soviéticos, esta educação não permite o desenvolvimento intelectual, político, politécnico, artístico e físico dos trabalhadores, condenados a trabalhar em troca de um salário.

Acreditamos que o pilar fundamental da pedagogia soviética é a luta pela emancipação do trabalho e o papel da escola nesta emancipação. No plano teórico, estava em jogo a necessidade de construção de uma sociedade não mais baseada na exploração do trabalho, tendo em vista o que Marx chamava de “autogoverno pelos produtores livremente associados”.

Antes de avançar, Shulgin (2013) observa que a escola é uma das agências formativas das sociedades modernas, mas não é a única. Outras agências formativas são igualmente importantes: o partido, o sindicato, o trabalho, a escola, as agências de educação artística e a família¹¹.

Se o complexo de formação-qualificação não deve servir mais para perpetuar a sociedade de classes, qual é então o papel da escola na formação para e no trabalho?

No que se refere ao trabalho, é possível depreender que para os pedagogos soviéticos a formação se dá no trabalho e para o trabalho emancipado. Nesse sentido, o trabalho é educativo (é uma agência formativa). Em outras palavras, há uma atenção especial da pedagogia soviética ao papel da escola na construção do trabalhador coletivo e na sua contribuição para a construção do trabalho emancipado. Para os pedagogos soviéticos, era possível e necessário preparar para o trabalho coletivo desde

¹¹ No capitalismo, a escola é uma das agências formativas mas também é acompanhada de tantas outras. Nos dias de hoje, a deseducação começa muito cedo: com os desenhos animados, na televisão, nos videogames, no Facebook, no Whatsapp, na escola, no trabalho alienado, na igreja, dentre outras.

muito cedo, aprendendo a cooperar para construir um novo país e uma nova sociedade, a superar a dualidade do sistema escolar, em que todos possam se desenvolver no trabalho.

Pistrak (2001) divide o debate do trabalho em três dimensões: a) trabalho reprodutivo; b) trabalho produtivo e; c) trabalho social.

O trabalho “reprodutivo” é aquele que todo ser humano precisa realizar, a não ser que tenha um escravo ou uma trabalhadora assalariada para realizá-lo. Também é chamado de autosserviço. Para ele, lavar a roupa, passar a roupa, cozinhar, passar, limpar a escola e a casa é tudo autosserviço. Pistrak (2001) considerava este trabalho fundamental para educar as crianças a se “virarem” no dia a dia, desde que não se tornasse uma atividade enfadonha, ou “escravos mirins”, nas suas palavras¹².

No que se refere ao trabalho produtivo, os pedagogos dividiram o ensino do trabalho na escola de acordo com as especificidades das idades. Na primeira fase, as crianças deveriam aprender na escola as atividades de autosserviço e praticar atividades de trabalho leves, como artesanato, marcenaria leve, etc. Dos 13 aos 15 anos, dos 15 aos 18 anos, como veremos na próxima seção.

O Trabalho Social, ou nas palavras de Shulgin (2013) “trabalho socialmente necessário”¹³ é aquele trabalho de interesse social ou interesse comunitário¹⁴. Shulgin dá como exemplo de atividades de interesse social cuidar das praças, cuidar da escola, cuidar dos jardins, cuidar das estradas. Para ele, todas essas atividades trazem questões extremamente complexas e interessantes em termos matemáticos, geográficos, sociológicos que devem ser desenvolvidas pela escola, e permitem a junção entre teoria e prática.

¹² O trabalho reprodutivo é predominantemente trabalho feminino e trabalho ocultado. Geralmente não enxergamos o autosserviço como trabalho, por ser considerado trabalho “doméstico” e não o enxergamos por ser trabalho feminino. Sem o trabalho reprodutivo certamente o ser humano não conseguiria sobreviver. Na divisão do trabalho do lar no Brasil, quem cuida das crianças, quem lava a roupa, quem vai no supermercado é geralmente a mulher trabalhadora. Mesmo com a entrada da mulher no mercado de trabalho por volta dos anos 1970, este tipo de atividade é ainda predominantemente feminino, o que gerou as teorias da dupla jornada de trabalho. Ver, por exemplo, Krupskaya (2017), Angela Davis (2013) e Schneider (2017).

¹³ A categoria “Trabalho Socialmente Necessário” não tem nada a ver com a categoria da economia política.

¹⁴ Ao ler a obra de Shulgin (2013), o leitor não deve confundir o Trabalho Socialmente Necessário com “onguismo”. Como sempre, o capital transforma toda atividade comunitária em “trabalho voluntário”. No debate que fizemos do livro no nosso grupo de pesquisa, alguns alunos chegaram a transplantar o conceito para os dias de hoje, como se Shulgin fosse um idealizador do “onguismo”.

ESCOLA POLITÉCNICA

Para os pedagogos soviéticos, a compreensão na teoria e na prática dos principais ramos da indústria era um desafio para a Rússia revolucionária. Para eles, todos os trabalhadores têm que ter uma ideia geral – vale insistir, na teoria e na prática – dos principais ramos da produção. Segundo Krupskaya (2017), as crianças e jovens trabalhadores devem familiarizar-se com as técnicas modernas.

Krupskaya (2017) questiona em que consiste o conteúdo da educação politécnica? Para ela:

Seria um erro pensar que esse conteúdo se reduz apenas à aquisição de uma determinada quantidade de habilidades ou a diferentes habilidades artesanais, como acreditam outros, ou apenas ao ensino das modernas e mais altas formas das técnicas. O Politecnismo é um sistema global na base do qual está o estudo da técnica nas suas diferentes formas, tomadas em seu desenvolvimento e em todas as suas mediações. Isso inclui o estudo das “tecnologias naturais”, como Marx chamava a natureza viva, e a tecnologia dos materiais, bem como o estudo dos meios de produção, os seus mecanismos, o estudo das forças motrizes – energética. Isso inclui o estudo da base geográfica das relações econômicas, o impacto dos processos de extração e processamento nas formas sociais do trabalho, bem como o impacto destas em toda a ordem social. (KRUPSKAYA, 2017, p. 150-151).

Krupskaya (2017, p. 153) acredita que

A escola politécnica diferencia-se de uma escola profissional por ter o centro de gravidade na compreensão dos processos de trabalho, no desenvolvimento da capacidade de unir num todo único teoria e prática, na capacidade de compreender a interdependência dos fenômenos conhecidos, enquanto que o centro de gravidade da escola profissional passa pela capacitação dos estudantes em habilidades de trabalho.

Segundo Caldart (2013), Pistrak defendia à época o estudo das sete principais indústrias: geração e fontes de energia e extração dos materiais essenciais para qualquer indústria (metais); transformação de

energia; processamento de materiais; engenharia civil; indústrias química de base, transportes e comunicações; produção agrícola.

AUTO-ORGANIZAÇÃO NA ESCOLA E NA SOCIEDADE

O proletariado almeja dominar o poder estatal não para assegurar direitos e privilégios especiais para si, mas para reconstruir toda a sociedade para que nela não haja lugar para a opressão e exploração. Mas é preciso fazer isso de fato e não apenas em desejo. (KRUPSKAYA, 2017, p. 117).

Uma das mais importantes funções da auto-organização escolar deve ser o desenvolvimento de hábitos de organização nas crianças. (KRUPSKAYA, 2017, p. 119).

Como se diz no debate educacional, a forma escolar forma. A escola não é somente espaço de socialização desigual de conteúdos de acordo com as classes sociais de origem, ela é também espaço de preparação de relações sociais hierárquicas.

Nos dizeres de Viktor Shulgin (2013), a escola produz relações. Se é verdade que a escola não ensina apenas conteúdos, mas também relações de subordinação, de hierarquia, de submissão, a escola do trabalho deve alterar radicalmente a forma escolar.

Em outras palavras, a escola não é apenas aparelho ideológico, é também aparato de reprodução das relações sociais. Desde cedo a escola estatal tende a preparar para a subordinação os jovens que serão trabalhadores na fábrica capitalista, no comércio capitalista, nos serviços capitalistas, etc. Se a forma escolar capitalista forma para relações dominação, de mando e de submissão, é preciso exercitar uma nova forma escolar, onde se vivencie a auto-organização.

A democracia não era entendida como estando somente “fora” da escola, mas sim dentro e fora da mesma. A vivência prática da democracia radical na escola se dá através da experimentação da autogestão no espaço escolar. Mais que teorizar a democracia, diziam, era preciso exercitar na prática a autodireção.

Para eles, todas as crianças e jovens devem passar pelas funções organizativas da escola: aprender a falar em público, decidir e respeitar decisões, aprender a organizar uma assembleia, como comandantes e comandados, aprender a seguir ordens e dar ordens. Caso contrário, há a burocratização e surgimento de uma nova “classe” social, as lideranças descoladas das massas passivas¹⁵.

COMPLEXOS TEMÁTICOS

A finalidade da escola é proporcionar à criança a compreensão da realidade viva. Isso só pode ser obtido esclarecendo-se as relações que existem entre os fenômenos na vida real, iluminando essas ligações através de formas adequadas, mostrando como elas aparecem e se desenvolvem. (KRUPSKAYA, 2017, p. 125).

Acreditamos que uma das maiores contribuições dos pedagogos soviéticos, especialmente de Krupskaya e Pistrak, é a teorização dos sistemas de complexos.

Para desenvolver a teoria dos complexos, estes intelectuais fizeram uma crítica radical a escola estatal como simplificadora, anti-dialética, positivista, fundamentalmente fragmentadora da realidade complexa, dinâmica e contraditória. Nos termos de Gramsci, a fragmentação da realidade é fundamental para a manutenção da hegemonia.

Ao que tudo indica, a escola capitalista tem que produzir alienação. Tem que produzir ignorância, para manter a exploração capitalista das “maiorias” pelas “minorias” proprietárias. Nos dias de hoje, seu objetivo é manter as crianças e os jovens trabalhadores alienados dos grandes problemas da humanidade, mesmo nas escolas permeadas pela “pedagogia das competências”.

Combatendo o “marxismo positivista”, Gyorgy Lukács (2010) com a sua concepção de totalidade, Antonio Gramsci, Moisey Pistrak e Nadezhda Krupskaya (2017), dentre outros, defendiam a necessidade de

¹⁵ Para os pedagogos soviéticos, exercitar a autogestão não significa criar uma escola sem professores. Para eles, o conhecimento dos professores é fundamental para a escola comunista.

construção de uma teoria que explicasse a realidade de forma dialética, dinâmica, contraditória, que ajudasse os trabalhadores a compreender os principais determinantes de um fenômeno socioambiental¹⁶.

Podrovsky define o método de complexos como um método marxista de conhecimento. Para os pedagogos soviéticos “[...] a essência do método dos complexos consiste em que ele toma para estudo uma determinada complexidade de fenômenos (complexo) em sua totalidade, ligações, interações e relações; é preciso agregar: toma-a também em seu desenvolvimento.” (KRUPSKAYA, 2017, p. 318).

No documento “Carta Metodológica – primeira carta: sobre o ensino por complexos”, afirma-se: “[...] a visão de mundo dialética considera cada objeto de forma não isolada, mas como um todo único e, portanto, com base na atividade de trabalho das pessoas, com base nas relações de produção, com base na economia.” (KRUPSKAYA, 2017, p. 318).

E segue dizendo:

Ao utilizar o método dialético nós vamos da análise para a síntese; dessa mesma maneira, quando se utiliza o método de complexos, tomando fenômenos complexos, nós os analisamos no estudo, acercando-nos deles por diferentes aspectos e, então, reconstruímos o cenário inteiro, fixando na compreensão do complexo como um todo. (KRUPSKAYA, 2017, p. 318).

Para nós, o “coração” do sistema de complexos, que une a teoria com a prática, é o trabalho. Diferente da ligação abstrata, meramente fenomenológica, idealista, “hegeliana”, da interdisciplinaridade (tão em moda nos dias de hoje), é no trabalho que se dá a ligação entre teoria e prática. É no trabalho, na luta concreta, “real”, que se dá a relação teoria e prática, e não na “interdisciplinaridade abstrata da academia” (FREITAS, 2009)¹⁷.

¹⁶ Nunca é demais lembrar a contribuição de Karel Kosik (1972), no seu livro “Dialética do concreto”, para a compreensão da realidade de uma forma totalizante e contraditória.

¹⁷ Na atualidade, intelectuais fora do campo marxista e dentro do campo marxista têm contribuído com esse debate. Fora do campo marxista, Edgar Morin é um dos mais conhecidos. Um outro autor que tem grande

Sendo assim, a pedagogia do meio social, diferente de uma pedagogia única e exclusiva da escola, considera a escola como parte de um sistema de agências formativas e o trabalho como o “elo” do materialismo.

O sistema de complexos temáticos pressupõe os professores como trabalhadores coletivos, pensando juntos, planejando juntos e avaliando juntos. Em muitas escolas experimentais da primeira fase da revolução, as professoras e os professores viviam no mesmo espaço, moravam juntos, cultivavam a terra, debatiam textos, o que certamente facilitava a organização dos complexos temáticos. Se isso é verdade, o sistema de complexos pressupõe a retomada do controle dos sistemas escolares pelos professores, isto é, retomar o controle do processo produtivo da escola (o que ensinar, como ensinar, como avaliar, como dividir o trabalho educacional, os fins/sentido da escola e os métodos escolares, etc.)

Cabe lembrar que o sistema de complexos não extingue as disciplinas, ao contrário do que diz o senso comum. Krupskaya e Pistrak, dentre outros, diziam que o professor continua sendo fundamental para o ato educativo.

Nos primeiros anos do que chamamos hoje Ensino Fundamental I, tem apenas uma professora, “integrando” os conhecimentos de diferentes áreas. No que chamamos hoje Ensino Fundamental II, já temos um corpo de professores especializados, que planejam como “integrar” as diferentes áreas do conhecimento a partir de um complexo escolhido.

A “Carta metodológica” também observa que, no que hoje chamamos de Ensino Médio, os complexos gerais são mais amplos, mas também significativamente mais profundos. No 1º ano toma-se a agricultura e tudo que se liga a ela na natureza e na sociedade, no 2º ano toma-se precisamente o trabalho industrial, no 3º ano as questões de organização do

influência no campo educacional é Jurjo Santomé. No Brasil, o livro de Ivani Fazenda (1979) tem feito um certo “sucesso”. Curiosamente, no regime de acumulação flexível, fala-se em “colaborador” que saiba “ver o todo”, romper as gavetinhas do conhecimento, saber ligar “especialização” com uma “análise abrangente” - sempre tendo em vista a inovação/soluções dos problemas da acumulação de capital. No Brasil, dentro do campo marxista, Leandro Konder, José Paulo Netto, dentre outros, e mais recentemente Eleutério Prado deram suas contribuições a este debate. As pedagogas e pedagogos do Movimento Sem Terra tem dado sua contribuição prática e teórica para esta questão. Já existem no Brasil, principalmente no sul e sob controle do MST, escolas que implementaram parcialmente ou integralmente o sistema de complexos.

trabalho e de organização da sociedade com base nas relações de produção, no 4º ano estuda-se a história do trabalho (KRUPSKAYA, 2017, p. 318).

A BUROCRATIZAÇÃO DA REVOLUÇÃO RUSSA E AS CONTINGÊNCIAS EDUCACIONAIS

A guerra civil praticamente dizimou a Rússia. Dezoito países, tendo por trás inúmeros interesses capitalistas, entraram em confronto com a Rússia após a Revolução de 1917. Viktor Serge (2007), no livro “O ano I da Revolução Russa”, descreve a desintegração completa do país: indústrias, ferrovias, portos, etc. Tivemos a morte de milhares de trabalhadores na guerra, destruição das plantações, fome, mulheres abandonadas, crianças abandonadas e principalmente lideranças que perderam a vida.

É possível depreender, depois da observação dos livros de Pistrak, Shulgin e Krupskaya as enormes dificuldades de implementação da pedagogia soviética no contexto do “comunismo de guerra”.

Com a ascensão do stalinismo, é recomposta a educação dualista, principalmente a partir de 1929-1931: envenenamento, fuzilamento, defenestramento e perseguição dos principais teóricos da pedagogia comunista tornam-se palavras de ordem.

Para citar alguns exemplos, Moisey Pistrak, um dos principais teóricos da escola do trabalho é fuzilado em 1937. David Riazanov, que descobriu os arquivos do que viriam a ser chamados “Manuscritos econômico-filosóficos de 1844” de Karl Marx, também foi fuzilado. Isaac Rubin – que dizia que a alienação não acabava automaticamente com o fim da propriedade privada - também foi fuzilado.

De acordo com Holmes (1991, p. 124), citado por Freitas (2017) um grupo coordenado por A. Bubnov “com limitada experiência no campo da educação”, assumiu o Narkompros. Para Krupskaya “os programas de 1929 sofriam de grande chauvinismo, eram criminosamente negligentes de perspectiva histórica e não prestavam atenção suficiente à leitura e à escrita”¹⁸.

¹⁸ As críticas aos educadores stalinistas também podem ser vistas em Freitas (2009).

Para Freitas (2017, p. 18):

Há no Narkompros um grande expurgo com demissões em massa, em mesmo contra a opinião da velha guarda (Krupskaya inclusive), o “método de projetos” é assumido como referência entre 1929 e 1930. Mas, a tentativa de radicalizar as exigências sobre as escolas não produz mudança no quadro da educação e, em 1931, o Comitê Central do Partido Comunista assume a política educacional¹⁹.

Criou-se uma burocracia partidária-estatal extremamente poderosa, acima dos trabalhadores, controlando suas vidas e formas de trabalho. Nos dizeres de Mészáros (2002), a União Soviética se tornou uma sociedade pós capitalista e não pós capital, mesmo com as suas aspirações genuínas da fase inicial. Houve em alguma medida a “expropriação dos expropriadores”, mas o controle das atividades fundamentais desta sociedade passou a estar nas mãos de uma poderosa burocracia partidária-estatal, atuando por cima e contra os trabalhadores. Não obstante esta forma específica de alienação e produção de mais-valor, sempre é preciso lembrar que a URSS conseguiu avançar significativamente nos campos da saúde e da educação.

Curiosamente, o sonho de Marx – que é o sonho de muitos de nós - de uma sociedade onde o Estado definharia a ponto de ser superado e o trabalho se emanciparia do jugo do capital, tornou-se na realidade soviética um grande monstro estatal, reproduzindo as classes sociais dentro de uma nova roupagem, tendo como base uma forma muito específica de exploração do trabalho. Mais uma vez, é por isso que Mészáros (2002) chama a sociedade soviética de pós capitalista, pois o capital ainda estava no comando da sociedade, ainda que de uma forma distinta da sociedade capitalista.

Lamentavelmente no século XXI não conseguimos criar uma nova forma de controle social baseada no poder comunal, na propriedade real dos meios de produção e fundamentalmente baseada na alteração

¹⁹ Em 1929 e 1930, Krupskaya atuou criticamente mostrando os problemas que as modificações pretendidas pelos novos ocupantes do Narkompros trariam para a política educacional, embora sem ser ouvida (FREITAS, 2017, p. 18).

radical do sentido do trabalho. Permanece então o desafio da construção de uma sociedade para além do capital e da educação para além do capital.

A URGÊNCIA DA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DO CAPITAL

O sociometabolismo do capital só está produzindo barbárie. Estamos vivendo a Era da barbárie, era da destruição, caracterizada por uma regressão histórica profunda. Nunca antes na história da humanidade a precarização do trabalho, a multiplicação de desastres ambientais, a fome e miséria, e o analfabetismo funcional atingiram o nível atual.

Para piorar, o capital está destruindo a escola pública, a saúde pública, a previdência pública, promovendo uma nova fase de liquidação dos poucos “poros” ainda públicos na sociedade contemporânea.

A ofensiva do capital financeiro está produzindo um profundo retrocesso social, de amplitude planetária. Bancos, Seguradoras, Investidores privados bilionários e fundos de pensão têm dado a tônica do capitalismo desde os anos 1970, respaldados por estados policiais, que transformam a vida em negócio, o bem público em mercadoria e a sociedade em mercado.

No Brasil, estamos vivendo tempos difíceis e sombrios. Basta lembrar a ruptura da legalidade democrática, o retorno a escravidão e um intenso processo de camelotagem de bens públicos, a cada semana em liquidação.

No plano “produtivo”, estamos assistindo uma profunda reestruturação produtiva retrógrada, que gerou uma nova espécie de acumulação primitiva no campo: roubo de terras²⁰, extermínio de comunidades tradicionais e povos originários que restaram, grilagem de terras etc.

²⁰ No plano mundial, Edwards (2017) destaca com precisão que: “o único fator chave na reativação do debate sobre os cercamentos é sem dúvida a própria globalização neoliberal. Uma enorme rodada de despossessão e acumulação está em curso atualmente, implicando assalto global aos direitos consuetudinários, a transformação de recursos de uso comum em propriedade privada e a implantação de mecanismos de mercado em todos os aspectos da vida social. Por exemplo, a transferência atual de terras, águas e florestas na Índia é, como indica Arundhati Roy “um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história”.

Na cidade, a realocização de plantas em busca de menores salários e menor pressão dos sindicatos, terceirização para baixar custos e fragmentar a classe trabalhadora, “uberização” dos trabalhadores e trabalho análogo ao escravo passam a fazer parte das análises dos sociólogos do trabalho. Para complicar ainda mais este cenário, Google, Apple, Facebook, corporações que nasceram da noite para o dia, despontam como grandes empresas que estão na dianteira do capitalismo financeirizado.

O “capitalismo real” nos mostra todos os dias que a sociedade comandada pelo capital é irracional. Ela produz desemprego e subemprego crônicos, produz o colapso ambiental, produz fome e miséria, violência social e institucionalizada que se fortalecem mutuamente, crises de superprodução, guerras de grande alcance (1ª e 2ª Guerras Mundiais) e guerras preventivas ou de “baixa intensidade”. Ele reproduz e se utiliza das hierarquias entre os sexos. Ele gera trabalho explorado, nas mais variadas formas: análogo à escravidão, taylorista-fordista, trabalho “flexplorado”, terceirizado, “uberizado”. Leva também a intensos processos de migração e expulsão de jovens de seus países. Por sua vez, o socialismo real nos mostrou que a extinção da propriedade privada dos meios de produção não necessariamente leva ao nascimento de novas relações sociais comunistas, e um dos legados do século passado foi a compreensão de que capitalismo de Estado ou privado não são opções para o século XXI.

Na cidade neoliberal, numa ponta está a globalização da pobreza e das favelas, na outra as mansões e condomínios fechados. Esta nova era, que poderia ser chamada de Era da Barbárie, ao mesmo tempo em que destrói as conquistas de uma parcela da classe trabalhadora e extermina direitos sociais, também produz uma intensa reação por parte dos trabalhadores, em geral não divulgadas pelos meios de comunicação capitalistas.

É possível verificar também que nas lutas pelos direitos humanos fundamentais começam a surgir ações práticas e bandeiras em torno da autogestão (ampla), do trabalho associado²¹, pela desmercantilização da vida, pela propriedade comunal ou coletiva dos meios de produção, pela democracia radical e igualdade substantiva, pela educação para além do

²¹ Para o debate do trabalho associado, ver Rodrigues, Novaes e Batista (2012).

capital, direito à cidade, soberania alimentar, terra de trabalho (e não de negócios), agroecologia, dentre outras²².

É verdade que essas lutas ainda são difusas e esparsas, sem um sentido ou direção comum contra o sociometabolismo do capital. Também é verdade que as trabalhadoras e os trabalhadores sabemos o que não queremos, mas ainda não sabemos muito bem para onde caminhar. Falta evidentemente uma teoria revolucionária que nos ajude na caminhada revolucionária do século XXI.

Para concluir, no que se refere ao espaço propriamente escolar, recuperamos de outros escritos quais seriam, ao nosso ver, os fundamentos de uma Escola do Trabalho Emancipado no século XXI:

- a) O exercício da autogestão na escola: rodízio de funções, hábito coletivo e autogestionário. Este princípio tem como base a pedagogia da auto organização/criação de novas relações sociais na escola, ou seja, a forma escolar forma (PISTRAK., 2009; TRAGTENBERG, 2001; DAL RI; VIEITEZ, 2008; FREITAS, 2009; NOVAES; CASTRO, 2011);
- b) O exercício da autogestão do sistema educativo, passando por todas as esferas hoje alienadas dos professores, funcionários, alunos e “comunidade”. Sobre isto, basta lembrar o poder da administração central na conformação do currículo, da política salarial, do plano de carreira, da supervisão do sistema, na avaliação, etc.;
- c) Realização de Trabalho Socialmente Necessário (PISTRAK et al. 2009; SHULGIN, 2013);
- d) Preparação para a luta e inserção nas lutas do seu tempo (atualidade), ligando a escola com o seu meio social (PISTRAK et al. 2009; NOVAES, 2012; NOVAES et. al., 2017);

²² Desde 2007 temos realizado alguns cursos e atividades de extensão, das quais poderíamos destacar: 1) Cursos de Extensão e Especialização na UNICAMP, no campo do Trabalho Associado; 2) Curso de Especialização “Gestão Pública e Sociedade”, fruto da parceria UFT-UNICAMP, financiado pela SENAES-MTE; 3) Curso de Aperfeiçoamento itinerante “Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas”, oferecido desde 2014, já com 7 edições, fruto da parceria IBEC, GPOD e UNESP; 4) “Pós Médio em Agroecologia”, parceria UNESP-MST (2014-2016), financiado pelo CNPq; 5) Mini Curso itinerante “Questão agrária, Cooperação e Agroecologia”, em parceria com o MST (5 Edições); 6) Mini Curso itinerante “Marx e Revolução na Periferia”, realizado em Itaquera no ano de 2017, em parceria com a APEOESP da Zona Leste, Frente Brasil Popular e Frente Povo Sem Medo; 7) Mini Curso “Economia política da deseducação e a Educação para além do capital” (UNESP – 80 horas, previsto para o segundo semestre de 2018), em parceria com os estudantes secundaristas. E mais recentemente o Curso “Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio”, em parceria com o Centro Paula Souza e o MST, financiado pelo PRONERA-INCRA.

e) Utilização do sistema de complexos temáticos/estudo a partir da totalidade, tendo em vista a compreensão do sociometabolismo do capital sob uma perspectiva totalizante, dinâmica e contraditória, que combine totalidade e particularidade (PISTRAK et al., 2009; LUKÁCS, 2010);

f) Educação estética: preparação para a compreensão e construção de cultura não mercadológica (MÉSZÁROS, 2006, cap. 13; CABRAL, 2012; HILSENBECK FILHO, 2012; VÁZQUEZ, 2009);

g) Educação física para o desenvolvimento do corpo humano;

h) Estudo da história de um ponto de vista materialista e resgate da Teoria da Revolução brasileira (RODRIGUES, 2013; LIMA FILHO, 2019);

i) Exercício do trabalho emancipado, isto é, a escola deve preparar para o trabalho coletivo e desalienado (MÉSZÁROS, 2002; PISTRAK, 2002; VIEITEZ; DAL RI, 2001; SILVA; LIMA FILHO, 2015);

j) Politecnia: socialização do conhecimento historicamente acumulado e promoção de processos de Adequação Sóciotécnica (LOMBARDI, 2011; SAVIANI, 2003 e 2008; RAMOS, 2010; DAGNINO, 2008), para que os trabalhadores possam compreender os “fundamentos científicos do trabalho” na teoria e na prática. Ao mesmo tempo, realização de um “balanço” da tecnociência do capital. Como a ciência e a tecnologia não são neutras, realização de um “inventário” e “filtro” das forças produtivas e destrutivas criadas pelo capital e desenvolvimento de tecnociência adequada para a emancipação humana, tendo em vista a desmercantilização completa da sociedade e o autogoverno pelos produtores livremente associados (DAGNINO, 2008; NOVAES, 2017; CALDART, 2013; ROLO, 2012).

REFERÊNCIAS

CABRAL, F. Arte para pensar a vida e educar os sentidos. *In*: MENDONÇA, S. G. L. et al. (org.). *Marx, Gramsci e Vigotski*: aproximações. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012. p. 377-398.

CALDART, R. *Desafios do vínculo entre trabalho e educação na luta e construção da Reforma Agrária Popular*. 2013. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/desafios-do-v%C3%ADnculo-entre-trabalho-e-educa%C3%A7%C3%A3o-na-luta-e-constru%C3%A7%C3%A3o-da-ref>. Acesso em: 6 nov. 2013.

- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- DAGNINO, R. *Neutralidade da ciência e determinismo tecnológico*. Campinas: UNICAMP, 2008.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação democrática e trabalho associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas fábricas de autogestão*. São Paulo: Ícone-Fapesp, 2008.
- EDWARDS, S. Os “comuns” e as multidões: considerando a fotografia de cima e de baixo. *Crítica Marxista*, São Carlos, n. 45, p. 9-34, 2017.
- FAZENDA, Ivani C. A. *Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro: efetividade ou ideologia?* São Paulo: Loyola, 1979.
- FREITAS, L. C. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAK, M. M. *A escola-comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 8-100.
- FREITAS, L. C. Prefácio. In: KRUPSKAYA, Nadezhda. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular, 2017. p. 8-19.
- HILSENBECK FILHO, A. *O MST e o teatro: potencialidades pedagógicas*. 2012. Disponível em: <http://passapalavra.info/2012/11/66247>. Acesso em: 15 nov. 2012.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- KOSIK, K. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- KRUPSKAYA, Nadezhda. *A construção da pedagogia socialista*. São Paulo: Expressão Popular, 2017.
- LIMA FILHO, P. A. *Pensando com Marx*. Marília-São Paulo: Lutas anticapital-Aramaramani, 2019.
- LODI, S. *Nadezhda Krupskaja: uma estrela vermelha*. Uberlândia: Navegando, 2017.
- LUEDEMANN, C. *Anton Makarenko: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.
- LOMBARDI, J. C. *Educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Campinas: Alínea, 2011.
- LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MACHADO, L. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20. *Teoria e Educação*, Porto Alegre, n. 3, 1991, p. 151-174.
- MAKARENKO, Anton. *Poema pedagógico*. São Paulo: Ed. 34, 2005.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. v. I.
- MARX, K. *Crítica do programa de Gotha*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MARX, K. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. I- II.

- MARX, K. *O capital*. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. I.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- NOVAES, H. T. *Reatando um fio interrompido: a relação universidade-movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Expressão Popular-Fapesp, 2012.
- NOVAES, H. T. et al. *Mundo do trabalho associado e embriões de educação para além do capital*. Marília: Lutas anticapital, 2017.
- NOVAES, H. T.; CASTRO, M. Em busca de uma pedagogia da produção associada. In: BENINI, É.; SARDÁ DE FARIA, M.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (org.). *Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária*. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 153-188.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- PISTRAK, M. M. (org.). *A escola-comuna*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- PISTRAK, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. 3. ed. Paulo: Expressão Popular, 2018.
- RAMOS, M. *Trabalho, educação e correntes pedagógicas no Brasil: um estudo a partir da formação dos trabalhadores técnicos da saúde*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2010.
- RODRIGUES, F. C. *MST: formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de Campinas, Campinas, 2013.
- RODRIGUES, F. C.; NOVAES, H. T.; BATISTA, E. L. (org.). *Movimentos sociais, trabalho associado e educação para além do capital*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. v. I.
- ROLO, M. *Ocupando os latifúndios do saber: subsídios para o ensino da ciência na perspectiva politécnica da educação*. 2012. 382 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
- SAVIANI, D. O choque teórico da Politecnia. *Trabalho educação e saúde [online]*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 131-152, 2003.
- SAVIANI, D. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SERGE, V. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, N. F.; LIMA FILHO, P. A. A sociedade comunista na visão de Marx e Engels. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, A. D.; SANTOS, L. (org.) *Questão agrária, cooperação e agroecologia*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 129-168.

SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SHELLEY, M. *Frankenstein*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

SHULGIN, Viktor. *Rumo ao politecnismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TRAGTENBERG, M. Prefácio. In: PISTRAC, M. M. *Fundamentos da escola do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

VÁZQUEZ, A. S. *As ideias estéticas de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

VIEITEZ, C.; DAL RI, N. *Trabalho associado*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O INTERNACIONALISMO “INDOAMERICANO” DE MARIÁTEGUI E A LUTA DE CLASSES NA AMÉRICA LATINA

Leandro Galastri

Mariátegui é o nosso “irmão mais velho”...
Florestan Fernandes

INTRODUÇÃO

Embora este texto não trate diretamente da Revolução Russa de outubro de 1917, é notório que o pensamento do marxista peruano José Carlos Mariátegui se desenvolve também sob forte inspiração da consolidação revolucionária do poder bolchevique na Rússia, sob a direção de Lênin. Nesse sentido, o objetivo deste texto é verificar como algumas das principais ideias de Mariátegui, por esse viés, podem ser aplicadas na análise concreta da luta de classes latino-americana, principalmente

em torno de temas como a questão racial, a concentração fundiária e o imperialismo (neste caso, em diálogo permanente com o pensamento lenineano). Primeiramente, fazemos uma breve contextualização histórica e intelectual de sua atuação. Apontamos e comentamos, na sequência, os elementos centrais do documento “A questão das raças na América Latina”, de autoria principal de Mariátegui e apresentado por representantes do Partido Socialista Peruano na I Conferência Comunista Latino-Americana, realizada na Argentina, em 1929. Apesar do título, literalmente circunscrito à questão racial, o problema da terra está presente no documento em pauta, sendo organicamente vinculado à questão indígena. Em terceiro lugar, destacamos elementos importantes, relativos à questão da definição e do combate ao imperialismo na América Latina, sobre a notória polêmica teórica e política entre Mariátegui e o fundador da Ação Popular Revolucionária Americana (APRA), Víctor Raúl Haya De La Torre. Aqui também se desenrola, de forma análoga à problemática russa e, de resto, europeia, a disputa entre correntes de concepções reformistas socialdemocratas e aquelas de corte comunista revolucionário. Por fim, concluímos com algumas observações relativas à tradução contemporânea do que consideramos ser o internacionalismo “indoamericano” do pensamento do Amauta.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E INTELECTUAL

Entre o final do século XIX e as primeiras duas décadas do XX são consolidadas na economia peruana as características que esta trazia dos tempos coloniais: a cisão entre a costa (socialmente dinâmica e branca) e a serra (atrasada e indígena), e o controle da economia por um pequeno estrato privilegiado (latifundiários ou “gamonales” na agricultura e frações burguesas no comércio) e subordinado ao imperialismo inglês (que controlava comércio exterior, ferrovias e bancos). Segundo Escorsim (2006, p. 18), trata-se de um período bastante caracterizado pela exploração do guano e do salitre, que perderão gradativamente importância após guerra contra o Chile.

A conjuntura do pós-guerra expõe o país a novas pressões, notadamente o imperialismo estadunidense sobre economia andina. Dados de 1929 apresentados por Martinez de la Torre¹ informam que o investimento estadunidense no Peru ultrapassava os 200 milhões de dólares. Tanto na indústria quanto na mineração, o capital norte-americano estava à frente, possuindo as três maiores fábricas de tecidos e cimento (ESCORSIM, 2006, p. 19). As finanças peruanas passam a ser dominadas pela banca estadunidense. A dívida pública se eleva graças a sucessivos empréstimos adquiridos em Nova York. Em um ano passa de 20 milhões de dólares para 146 milhões de dólares. Rendas públicas são penhoradas como garantias especiais para os empréstimos. Em 1927, dois bancos estadunidenses (J.W. Seligman Co. e The National City Bank of New York) assumem o controle da arrecadação das rendas públicas (ESCORSIM, 2006, p. 20).

No período que se segue a 1919, articulam-se no Peru capital monopolista e “pré-capital” (formas semifeudais de relações de trabalho subsistentes sobretudo na região serrana). A partir da produção agrária e mineira para a exportação, o capital imperialista se articula com seus respectivos centros capitalistas nacionais e tem muito pouco interesse no desenvolvimento do mercado interno peruano, a não ser para seus próprios interesses logísticos de exportação. Uma consequência imediata é que, na medida em que o valor da força de trabalho explorada pelo capital monopolista se constitui fundamentalmente na área não capitalista da economia, a taxa de lucro desse capital resulta muito mais alta. (ESCORSIM, 2006, p. 21).

O Peru se apresenta então como um país agroexportador com a pauta de exportações centrada no açúcar e no algodão. Alguma produção açucareira na região serrana ainda se voltava para o mercado interno, mas a grande parte estava nas mãos do capital estrangeiro, situava-se na costa norte e empregava grande número de proletários agrícolas. Foi a região que mais viria se mecanizar.

¹ Seria dirigente do Partido Socialista Peruano após a morte de Mariátegui, em abril de 1930, ocasião em que o nome é mudado para Partido Comunista Peruano.

O setor algodoeiro estava mais concentrado na costa e o capital imperialista investia aí, sobretudo, na comercialização. A economia tradicional, serrana e cuja base era a propriedade comunitária da terra pelos nativos (ayllu), teve sua produção de alimentos e lã integrada à esfera mercantil graças a implantação de ferrovias. Porém, tal integração deu-se sob um processo de progressiva expropriação das antigas comunidades pelos gamonales (proprietários latifundiários que mantinham relações de trabalho semifeudais na região serrana). O processo é, de certa forma, comparável aos cercamentos ingleses descritos por Marx no conhecido capítulo d'*O Capital* sobre a acumulação primitiva. Dele derivou um novo processo de formação de latifúndios no país e novas pressões sobre os indígenas (ESCORSIM, 2006, p. 22). Onde não havia fazendas, mas apenas terras comunitárias, aquelas começam a se multiplicar. O despojo das terras comunitárias leva à degradação da vida indígena, à marginalização e ao banditismo.

A produção mineral salta nos primeiros anos do século XX, setor em que se verificará importante concentração da atividade e mobilização operária (alargam-se a produção e exportação de cobre, carvão e petróleo) (ESCORSIM, 2006, p. 22). A indústria, incipiente, concentra-se em Lima e Cuzco. Observa-se também intenso emprego de mão de obra feminina nos setores de alimentos, têxteis, vidros e metalurgia voltados para o pequeno mercado interno, obviamente sob condições de salário e trabalho aviltantes (ESCORSIM, 2006, p. 22).

Diante dessa dinamização social e econômica, Escorsim (2006, p. 24) observa que algumas lutas se desenvolvem balizadas principalmente em três setores: a) lutas camponesas – questões da terra e do indígena aparecem entrelaçadas, ocorrendo sublevações de impacto nacional em 1915, 1921 e 1927; b) lutas estudantis que sinalizam as inquietações das camadas médias urbanas, e que eclodem em 1918/1919, no âmbito de um movimento de reforma universitária; c) lutas operárias, que se avolumam entre 1912 e 1919, com a greve geral de Lima que conduz à queda do governo. São dirigidas inicialmente por movimentos anarquistas e anarcossindicalistas e redundarão na criação de novas organizações operárias ao longo da década de 1920.

As lutas camponesas, atravessando toda a colônia e república, não são de fato uma novidade, mas adquirem articulação nacional no início dos anos 1920. Criam uma tendência para a organização nacional do movimento indígena, e sua vinculação com os movimentos democráticos urbanos: “[...] a consequência é que, pela primeira vez, o problema indígena, conectado à questão agrária, apareceria como aspecto fundamental da questão nacional.” (ESCORSIM, 2006, p. 24).

No caso do movimento estudantil, o aspecto novo foi sua articulação com o movimento operário urbano, ou pelo menos a manutenção de bases que supunham explicitamente essa relação. Suas demandas específicas (reforma universitária) vinculavam-se a exigências políticas e sociais respeitantes aos trabalhadores e grupos subalternos urbanos. Tal aliança conferiu grande ressonância ao movimento estudantil (“surgimento” de Haya de La Torre e formação das Universidades Populares Gonzales Prada) (ESCORSIM, 2006, p. 25).

No caso do movimento operário, ainda que com um contingente diminuto, sua ação em 1919 leva à queda do governo e promovem forte incidência na sociedade em sua associação com o movimento estudantil. Muitas expressões políticas do Peru moderno – correntes socialistas, comunistas e o aprismo – teriam resultado da combinação entre movimento operário e movimento estudantil dos anos posteriores à Primeira Guerra (ESCORSIM, 2006, p. 26).

Uma característica importante dos inícios do governo Leguía no Peru, e que sem dúvida teve sua influência na capacidade de mobilização das classes subalternas nacionais, foi sua incipiente modernização urbana:

[...] criou-se o abastecimento de água potável nas principais cidades; construíram-se 1.100 milhas de estradas, 100 pontes, 600 milhas de ferrovias e 800 escolas primárias; número de estudantes quase duplicou; terras de uma extensão de 100 mil acres foram irrigadas” (ANDERLE, 1985, apud ESCORSIM, 2006, p. 27).

É neste ambiente que começa a se desenvolver o pensamento social de Mariátegui, cujo desenvolvimento posterior Michael Löwy, por

exemplo, considera próximo das expressões “heréticas” dos marxismos de Lukács, Benjamin e Gramsci (LÖWY, 2005, p. 07). Löwy enxerga o marxismo de Mariátegui num registro de “anticapitalismo romântico”, no que existiria de revolucionário nesse registro (LÖWY, 2005, p. 09): protesto cultural contra a civilização capitalista moderna enquanto sistema de racionalidade quantificadora e de desencantamento do mundo, em nome de valores ou imagens do passado pré-capitalista, (LÖWY, 2009, p. 12). Nesta perspectiva, estaria presente uma dialética utópico-revolucionária entre o passado pré-capitalista e o futuro socialista. É por essa via que, segundo Löwy, Mariátegui reivindicaria o socialismo romântico de autores como Georges Sorel, que refutariam as chamadas “ilusões do progresso” (LÖWY, 2005, p. 10).

Lowy mobiliza então passagens de Mariátegui em que este enfatiza o que chama de “fé revolucionária”, ou a força do mito. Chama a atenção que a despeito de outros marxistas inicialmente sorelianos (Lukács e Gramsci, p. e.), Mariátegui continuará soreliano até o fim:

[...] se Mariátegui escolheu Sorel foi porque o sindicalista revolucionário francês, enquanto crítico implacável das ilusões do progresso e promotor de uma interpretação heroica e voluntarista do mito revolucionário, era-lhe necessário para combater o amesquinamento positivista e determinista do materialismo histórico. (LÖWY, 2005, p. 15).

É importante apontar aqui para a luta antipositivista que o marxismo travava nos inícios do século XX. Tal embate também foi duramente travado por Gramsci desde os seus escritos de juventude, ou pré-carcerários. O objetivo aqui era então o confronto com as perspectivas mecanicistas do PSI. No caso de Mariátegui, que estava impregnado do espírito daquela luta, a convicta assimilação de Sorel certamente se relacionaria ao caráter resolutamente antipositivista, antimecanicista e, por extensão (nesse caso, duvidosa), inclusive anti-cientificista. Ainda segundo Löwy, o objetivo de Mariátegui é ressaltar a dimensão “espiritual e ética” da luta socialista revolucionária: a fé, a solidariedade, a indignação moral [...] (LÖWY, 2005, p. 17). Trata-se aqui de uma tentativa de “reencantamento do mundo” pela ação revolucionária [...] (LÖWY, 2005).

O autor, em seguida, chama a atenção para o fato de que Sorel seria apenas uma referência teórica para Mariátegui. Assim, seu sorelismo, com toda a marca do apoliticismo, ou antipoliticismo do sindicalismo revolucionário, não comprometeria a perspectiva marxista do socialista peruano. Assim, “[...] sorelismo e bolchevismo lhe parecem próximos por seu espírito revolucionário, por sua recusa do reformismo parlamentar e por seu voluntarismo romântico.” (LÖWY, 2005, p. 17).

Outra característica salientada por Löwy é que Mariátegui não acreditaria, portanto, num processo etapista para a revolução peruana, discordando do que diriam os teóricos da IC à época. Ou seja, na América Latina não haveria uma etapa necessariamente democrático-nacional e antifeudal da revolução, mas a revolução propriamente socialista seria a única alternativa ao imperialismo e à dominação do latifúndio (LÖWY, 2005, p. 18). A base desta convicção de Mariátegui encontra-se na preservação, segundo ele, do espírito comunitário dos antigos incas, ou seja, na preservação, nos valores, costumes e memórias do indígena, do comunismo primitivo incaico, e mesmo ainda de resquícios de sua prática material nas comunidades indígenas restantes. Sobre isso, é sabido que Mariátegui considerava que predominava, na economia inca, um comunismo agrário com pilares em duas instituições “estatais”: o *ayllu*, grupos familiares vinculados pelo parentesco que praticava a propriedade coletiva da terra, e a *marca*, federação de *ayllus* que tinha a propriedade coletiva das águas, dos pastos e dos bosques. Este seria o elemento material do passado, mais do que uma tradição simbólica, que deveria sustentar as esperanças na capacidade de construção de uma sociedade socialista no Peru. Assim, sem incorrer numa retórica passadista reacionária, os elementos que poderiam ser proficuamente aproveitados no processo da revolução peruana e na construção de técnicas de produção científicas são os “[...] hábitos de cooperação e socialismo dos camponeses indígenas [...]” (LÖWY, 2005, p. 20).

Para Löwy, o romantismo revolucionário integra as conquistas de 1789 (liberdade, democracia, igualdade) e seu objetivo não é um retrocesso na história, mas um “desvio pelo passado comunitário em direção a um *futuro utópico*”. Para o autor, é a essa sensibilidade que pertence Ernest

Bloch, por exemplo, ao assimilar elementos do iluminismo à sua crítica “romântica-revolucionária” do capitalismo (LÖWY, 2009, p. 12).

Para Löwy, trata-se de uma modalidade muito particular da dialética tipicamente romântica entre passado e futuro, cujo horizonte é a descoberta do futuro nas aspirações do passado sob “ a forma de uma promessa não cumprida” (LÖWY, 2009, p. 16).

Escorsim, cujo texto utilizamos para a contextualização histórica anterior, discorda das caracterizações de Löwy (ESCORSIM, 2006, p. 50). A autora considera a classificação de Löwy como possuindo critérios weberianos (anticapitalismo romântico: romantismo passadista ou retrógrado, romantismo conservador, romantismo desencantado e romantismo revolucionário). Discorda da revisão que Löwy opera, por exemplo, na teorização de Lukács sobre o anticapitalismo romântico. Como a autora busca salientar, não haveria (ainda de acordo com Lukács) no anticapitalismo romântico nenhum potencial crítico em chave positiva, de superação da sociedade burguesa (ESCORSIM, 2006, p. 49). Nesse sentido não haveria radicalidade na crítica de Löwy, no sentido marxiano. As determinações econômico-políticas concretas da ordem burguesa apareceriam dissolvidas numa crítica de dimensão cultural e ética. Tal característica impediria, a partir dessa crítica, um movimento que aponte para outra forma de sociabilidade. Nas palavras da autora:

[...] a retomada por Löwy aponta para uma inteira redefinição de seu sentido: em Lukács, do anticapitalismo romântico só pode resultar uma objetiva cumplicidade com o *status quo*; em Löwy, o anticapitalismo romântico é ambivalente: pode conter essa cumplicidade tanto quanto uma resposta revolucionária em face da sociedade burguesa. (ESCORSIM, 2006, p. 49).

Escorsim mobiliza, é provável que propositadamente, praticamente as mesmas passagens de Mariátegui que as mobilizadas por Löwy, mas para defender seu ponto de vista diametralmente oposto (LÖWY, 2005, p. 22; ESCORSIM, 2006, p. 53). No documento enviado à I Conferência Sul-americana de Partidos Comunistas, com relação à passagem em que Mariátegui apresenta o comunismo incaico como base material e simbólica

para uma possível revolução socialista no Peru, Escorsim considera uma reflexão “nada romântica”, enquanto Löwy a aponta como “sua estratégia romântico-revolucionária”.

Seja como for, menos importante do que encontrar soluções definitivas para essa polêmica específica, é importante notar que Mariátegui opera na perspectiva da tradutibilidade do marxismo para a revolução na América Latina. Tradutibilidade que assimila de forma clara, por exemplo, a ideia lenineana de hegemonia, ao trazer para o programa político do proletariado os interesses materiais e simbólicos históricos dos camponeses indígenas peruanos, com grande centralidade para estes. Mais do que a ênfase em características míticas ou religiosas do marxismo mariateguiano, é sua tentativa de dar início à construção de uma proposta revolucionária hegemônica para sua formação social peruana que interessa observar no pensador peruano.

2. JOSÉ CARLOS MARIÁTEGUI E A QUESTÃO DAS RAÇAS NA AMÉRICA LATINA

O objetivo deste tópico é apresentar as ideias principais e a forma como Mariátegui aborda a questão indígena na América Latina como um todo e no Peru em particular. A principal referência teórica aqui é o documento chamado justamente “El problema de las razas en la América Latina”, preparado por Mariátegui para ser apresentado na “Primera Conferencia Comunista Latinoamericana”, realizada em Buenos Aires em junho de 1929. Devido a problemas de saúde, o autor não pôde ir até a Argentina apresentar pessoalmente suas teses, tarefa que confiou a representantes do Partido Socialista Peruano. Os problemas dos quais trata o autor fazem parte da conjuntura peruana das décadas de 1910 e 1920, mas muitos deles permanecem inalterados até hoje, como a concentração fundiária, a exploração intensa da mão-de-obra indígena e a submissão ao capital financeiro dos países centrais, somados ao renitente fenômeno do racismo contra a população de etnias indígenas.

Mariátegui abre o texto lembrando que o problema das raças, de igual forma que o problema da terra, demanda a liquidação da feudalidade. Com relação à questão da raça, o autor observa que os preconceitos

relativos à suposta inferioridade do indígena permitem ao colonizador explorá-lo mais intensamente. Ou seja, o preconceito da inferioridade da raça indígena justifica uma exploração máxima de sua força de trabalho (MARIÁTEGUI, 1974, p. 25).

Para os gamonales² o problema índio é étnico, cuja solução depende do cruzamento com as raças brancas superiores (MARIÁTEGUI, 1974, p. 25). Para Mariátegui, é o problema de sua pobreza, da inferioridade material e cultural à qual são submetidos. Ao mesmo tempo, é interessante observar quais eram as vantagens materiais imediatas, para o capital, da manutenção do indígena nas condições em que se encontrava. Lembra o autor que, para o imperialismo inglês ou norte-americano, o valor econômico dessas terras seria muito menor se não houvesse ali uma população indígena atrasada e miserável a qual pudessem explorar de forma extrema. A história da indústria açucareira peruana mostraria como sua utilidade e sua viabilidade econômica repousavam no baixíssimo preço da mão de obra indígena, ou seja, na miséria dos trabalhadores braçais indígenas. A produção açucareira peruana não tinha condições técnicas de concorrer com a produção de outros países, então a vantagem comparativa de que se valia era justamente o baixíssimo valor da mão de obra.

O capital estrangeiro também se servia da classe feudal para explorar em seu proveito essas massas camponesas. Mas a incapacidade tradicional desses latifundiários locais para cumprir a função de chefes de empresa capitalista era tal que aquele capital se via obrigado a tomar a administração da produção em suas próprias mãos. Era o que ocorria naquele momento, com a indústria açucareira do litoral sendo monopolizada, em parte, diretamente pelo capital inglês e alemão (MARIÁTEGUI, 1974, p. 27).

Reportando-se diretamente à questão racial, Mariátegui sustenta que os elementos feudais ou burgueses da América Latina sentem pelos índios, como pelos negros e mulatos, o mesmo desprezo que o imperialista branco, o que favorece enormemente a penetração do próprio imperialismo. Tal sentimento se estenderia às classes médias, pelo menos em grande parte,

² “Gamonales” eram os latifundiários peruanos da região serrana, principalmente, que exploravam a força de trabalho do camponês local num regime de servidão, muito parecido com a forma feudal, o que leva Mariátegui a caracterizar o fenômeno da pobreza camponesa como o problema da “feudalidad” peruana.

que imitam a aristocracia e a burguesia em seu desdém pela “plebe de cor”, ainda que sua própria mestiçagem seja demasiado evidente. Ainda quanto aos nativos indígenas camponeses, nas palavras de Mariátegui, as condições para que se elevem material e intelectualmente dependem de mudanças das condições econômico-sociais, nas relações de força e de dominação dos âmbitos da economia e da política (MARIÁTEGUI, 1974, p. 31).

O problema das raças não se apresenta da mesma forma em todos os países da América Latina, da mesma forma que em outros países do mundo a variável “raça” não terá a mesma relevância. Observa o autor que, em países como Peru e Bolívia, onde a maior parte da população é indígena, seus problemas fundamentais se tornam as reivindicações sociais e populares dominantes. Para Mariátegui, nesses países o fator “raça” se combina, se entrelaça com o elemento “classe” de forma tal que uma política revolucionária não pode deixar de levá-lo em consideração. O índio quéchua e aymarâ vê seu opressor no branco (MARIÁTEGUI, 1974, p. 31).

Um dos fatores que separava o camponês indígena do proletariado urbano, no Peru, era o idioma. Isto, no entanto, poderia ser superado pelo contato dos camponeses com os trabalhadores, o proletariado indígena. Na cidade, no ambiente operário de agitação proletária, o índio poderia começar a assimilar a ideia revolucionária, a se apropriar dela, a entender seu valor como instrumento de emancipação de sua raça, oprimida pela mesma classe que explora todos os operários na fábrica. Neste operário, o índio descobre um potencial “irmão” de classe. Argumenta Mariátegui que o realismo de uma política socialista segura, precisa na avaliação e utilização dos fatos e variáveis sobre os quais é seu dever atuar em seus países, pode e deve converter o fator raça em elemento revolucionário.

Em determinado momento do texto Mariátegui apresenta, em termos gerais, a situação material da classe trabalhadora peruana. Observa então que (naquele momento histórico do Peru) não menos que 90% da população indígena considerada trabalhava na agricultura, embora o desenvolvimento da mineração tivesse atraído em números crescentes a mão de obra indígena. Uma parte dos operários continuaria, entretanto, camponesa (MARIÁTEGUI, 1974, p. 34). Tratava-se de índios de comunidades que passavam a maior parte do ano nas minas, mas que

retornavam para suas terras nas épocas do trabalho agrícola. Os camponeses fixos à terra permaneciam, em grande parte, como trabalhadores em suas terras comunitárias, mas sendo obrigados também a trabalhar para o latifundiário local. Em algumas regiões, as comunidades indígenas conservavam parte de suas terras, mas em proporção exígua para suas necessidades, de modo a serem obrigados a trabalhar para o latifundiário (MARIÁTEGUI, 1974, p. 35). Estes proprietários latifundiários, donos de enormes extensões de terras e em grande parte improdutivas, não tiveram interesse, em muitos casos, em expulsar as comunidades de suas propriedades tradicionais porque estas, anexas à fazenda, facilitariam o emprego do trabalho dos índios, podendo assim o latifundiário contar com mão de obra constante, barata e segura.

De toda forma, é a mineração que criava (ainda cria nos dias de hoje) a maior parte do trabalho assalariado no Peru. Paga salários baixos, mas ainda assim muitas vezes superiores ao pagamento pelo trabalho nas fazendas. Mariátegui se refere aqui da mineração de cobre, com predomínio de capital estadunidense. As empresas se aproveitavam das atrasadas condições do indígena, principalmente em termos de analfabetismo e ausência de organização trabalhista³.

No caso das regiões serranas, a reivindicação do índio pela terra não se dava na forma de reivindicação da pequena propriedade privada, mas na forma da organização do trabalho comunitário e coletivo. Isso em relação ao indígena submetido ao latifundiário serrano, sobre a base do trabalho servil: “as comunidades que demonstraram surpreendentes condições de resistência e persistência sob as mais difíceis condições de opressão representam, no Peru, um fator natural de sociabilização da terra” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 35). A recuperação das terras do latifúndio para as comunidades indígenas seria a solução que o problema agrário reclamava na região da serra. Já nas fazendas costeiras, exploradas diretamente pelos

³ A luta indígena, entretanto, não era inexistente. De toda forma, na maioria dos casos, as sublevações dos índios tinham como origem uma violência que os forçava eventualmente à revolta contra uma autoridade ou um fazendeiro. Ou seja, levantes com características de motim local. A tensão e a possibilidade de levantes amedrontavam os gamonales e eram reprimidas violentamente.

seus proprietários por meio de trabalhadores “enganchados”⁴ a partir da serra, a quem faltava, nesse caso, o vínculo com a terra, os termos da luta eram diferentes. As reivindicações pelas quais, segundo Mariátegui, se deveria trabalhar nesse caso eram: liberdade de organização, supressão do “enganche”, aumento dos salários, jornada de oito horas e cumprimento das leis de proteção do trabalho (MARIÁTEGUI, 1974, p. 43).

Havia ainda a necessidade de uma progressiva educação ideológica das massas indígenas, e aqui era necessária a intercessão, a intervenção da vanguarda operária urbana. Para o autor, tal vanguarda disporia daqueles elementos militantes de raça indígena que, nas minas ou centros urbanos, particularmente nesses, entrariam em contato com o movimento sindical e político. Era comum, segundo observa Mariátegui, que operários procedentes do meio indígena regressassem de forma provisória ou definitiva à sua comunidade. O idioma permitiria a esses trabalhadores cumprir eficazmente a missão de instrutores de “seus irmãos” de raça e de classe. Os camponeses entenderiam apenas, adverte Mariátegui, os indivíduos pertencentes ao seu meio e falantes de seu idioma, desconfiados que sempre estarão a respeito dos brancos e dos mestiços. Estes, segundo o autor, “[...] dificilmente assumirão a árdua tarefa de penetrar no meio indígena e de levar a este meio a propaganda classista.” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 44).

De que forma poderiam cumprir essa missão educadora os elementos indígenas do proletariado? Criando e incentivando entre os indígenas meios de autoeducação, ou “a leitura regular de órgãos do movimento sindical e revolucionário da América Latina, de seus opúsculos, etc.” A correspondência com os companheiros dos centros urbanos era uma outra forma de comunicação que poderia ser incentivada. Todos esses seriam meios pelos quais o trabalho de autoeducação indígena poderia ser levado a cabo com êxito.

Os militantes indígenas do movimento operário precisavam, assim, dar toda sua atenção a certas tarefas, nas quais deveriam ter sempre

⁴ O “enganche” é a prática por meio da qual o latifundiário monocultor da costa contrata, temporariamente, trabalhadores camponeses da região serrana, no período da entressafra desta. Esses camponeses, já explorados pelo latifundiário “gamonal” da serra, passam parte do sendo explorados pelos latifundiários capitalistas da costa.

atuação principal e dirigente. Essas tarefas, ainda a se somar com as elencadas acima, seriam:

[...] a coordenação de comunidades indígenas por regiões; ajuda aos que sofrem perseguição da justiça e da polícia (os processados por resistências de todo tipo contra os gamonales); a defesa da propriedade comunitária, a organização de pequenas bibliotecas e centros de estudo.” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 45).

A ênfase na condução dessas atividades pelos militantes indígenas do movimento operário deveria ter o “duplo objetivo” de dar diretrizes sérias à educação e orientação classista dos indígenas. Tais tarefas imediatas deveriam levar em conta, em primeiro lugar, o proletariado mineiro e o proletariado agrícola, a quem cumpria dar imediatamente a educação formal sobre bases socialistas e instigar à organização: “os centros mineiros [...] constituem pontos onde se pode operar, vantajosamente, a propaganda classista” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 45). Lembra Mariátegui que, como os indígenas das minas continuavam sendo camponeses em grande parte, cada elemento conquistado entre eles era também um elemento conquistado entre os camponeses.

O autor enfatiza então que o problema, a questão indígena, não é racial em seu sentido biológico, literal, mas social e econômico, é o problema da marginalização social imposta às etnias indígenas (o que hoje, como à época, é uma afirmação óbvia, mas que infelizmente ainda necessita ser enfatizada). Mas a raça exerce seu papel nas possibilidades e necessidades de enfrentá-lo, principalmente enquanto apenas militantes saídos do meio indígena poderiam, pela mentalidade e idioma, conseguir uma influência eficaz e imediata sobre seus companheiros. Sobre isso, Mariátegui é assertivo:

O realismo de uma política revolucionária, segura e precisa, na avaliação e utilização dos fatos sobre os quais deve atuar nesses países em que a população indígena ou negra tem proporções e um papel importante, pode e deve converter o fator ‘raça’ em um fator revolucionário. É imprescindível dar ao movimento do proletariado indígena ou negro, agrícola e industrial, um caráter claro de luta de classes.” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 46).

Nesses países, as raças indígenas, especificamente, constituíam e ainda constituem uma imensa camada social submetida a uma situação de subalternidade duplicada: como explorados e como não-brancos, essa segunda condição intensificando a primeira. As classes dominantes exploram as contradições geradas pelo racismo, elevando a intermediários de sua exploração elementos mestiços nos quais o racismo e a repulsa pelos seus ascendentes nativos são incentivados. É necessário levar em consideração que a luta de classes, realidade primeira que é reconhecida pelos partidos e movimentos operários, se reveste de inevitáveis características especiais quando a imensa maioria dos explorados é constituída por uma raça, e os exploradores pertencem quase que exclusivamente a outra.

Em determinado momento do texto há uma passagem importante em que Mariátegui lembra dos pressupostos relativos à viabilidade de se desenvolver uma eficaz luta classista pelas camadas indígenas da população. Trata-se da observação de que o VI Congresso da Internacional Comunista havia já assinalado a possibilidade, para povos de economia rudimentar (agrária, “primitiva” do ponto de vista do capital) de iniciar diretamente uma organização econômica coletivista, sem passar pela penosa evolução capitalista por qual outros povos já haviam passado. Para Mariátegui, a população nativa incaica era a que reunia as condições mais favoráveis para o “comunismo agrário primitivo”. Essas condições teriam subsistido em estruturas concretas e em um “profundo espírito coletivista” daquela população. Esse “comunismo agrário primitivo” deveria se transformar então, “[..] sob a hegemonia da classe proletária, em uma das bases mais sólidas da sociedade coletivista preconizada pelo comunismo marxista.” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 68).

Por fim, ao cabo do texto, apresenta-se um conjunto geral de propostas para solucionar a questão racial de base classista na América Latina:

- 1) Luta por terra para os que nela trabalham, expropriada sem indenização.
- a- Latifúndios de tipo primitivo: fragmentação e ocupação por parte das comunidades adjacentes e pelos trabalhadores agrícolas que as cultivam, possivelmente organizados de forma comunitária ou coletiva.

- b- Latifúndios de tipo industrializado: ocupação pelos operários agrícolas que neles trabalham, organizados de forma coletiva.
- c- Os parceiros proprietários que cultivam suas terras permanecerão em propriedade das mesmas.
- 2) Formação de organismos específicos: sindicatos, ligas camponesas, blocos operários e camponeses.
 - a- Ligação dos mesmos, superando os preconceitos raciais, com as organizações urbanas.
 - b- Luta do proletariado e do campesinato indígena ou negro pelas mesmas reivindicações que constituem o objetivo de seus irmãos de classe pertencentes a outras raças.
 - c- Armamento de operários e camponeses para conquistar e defender suas reivindicações.
- 3) Derrogação de leis onerosas para o índio ou o negro, como os sistemas feudais escravistas, a conscrição viária⁵, o recrutamento militar, etc.

Apenas a luta dos índios, proletários e camponeses, em estreita aliança com o proletariado mestiço e branco, contra o regime feudal e capitalista pode permitir o livre desenvolvimento das características raciais índias (e especialmente das instituições de tendências coletivistas) e poderá criar a ligação entre os índios de diferentes países, por sobre as fronteiras atuais que dividem antigas entidades raciais, conduzindo-as à autonomia política de sua raça. (MARIÁTEGUI, 1974, p. 68).

Importante atentar para o fato de que a passagem acima divisa um internacionalismo típico da América Latina, ou seja, aquele relativo à proximidade de interesses e condições sociais das raças indígenas prevaletentes aqui. Por mais que essas “raças” sejam formadas por diferentes etnias, há um forte fator dialético de unificação, que é a exploração de sua mão de obra em bases racistas, pelas formas específicas de constituição do

⁵ A conscrição viária se tornou uma espécie de serviço “civil” obrigatório, alternativo à conscrição militar, no qual a mão de obra de jovens camponeses indígenas era utilizada para a abertura e construção de estradas pelo interior peruano, cuja finalidade principal era facilitar o escoamento para o litoral da produção agrária e mineira do capital monopolista no Peru.

capitalismo latino-americano. Mariátegui, a julgar por seu legado teórico e político, manteve sempre em mente a possibilidade desta unificação dialética das lutas dos povos ameríndios, uma unidade a ser forjada concretamente, no âmbito da luta de classes cotidiana contra inimigos históricos comuns: o capital, o imperialismo e o racismo.

3. A POLÊMICA HAYA-MARIÁTEGUI

Nesse item, apresentaremos alguns aspectos da polêmica em questão, que se desenrola fundamentalmente em torno dos elementos teóricos e políticos de definição do imperialismo na América Latina e das formas nacionais de se lidar com este problema no Peru. Opuseram-se, aqui, a perspectiva socialista e afim aos desenvolvimentos teóricos lenineanos, de Mariátegui, e as propostas de cunho reformista e gradual do aprismo de Haya De La Torre, como veremos a seguir.

No México, Víctor Raul Haya De La Torre funda a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA) em 7 de maio de 1924, cuja finalidade era articular vontades diversas que, inspiradas na Revolução Mexicana, estivessem dispostas a impulsionar um vasto programa de ação anti-imperialista em todo o continente (FLORES GALINDO, 1994, p. 276). Em 22 de janeiro de 1928, no México, os apristas lançaram um assim chamado Partido Nacionalista Libertador, que deveria levar Haya De La Torre à presidência da república peruana. O partido não nascia do interior das classes populares e como resultado de um trabalho de massas, mas era o projeto de um grupo de articuladores a partir do exterior. A fundação do Partido Nacional Libertador precipitou discrepâncias que já se vinham gestando em torno do caráter da sociedade peruana e de sua revolução (FLORES GALINDO, 1994, p. 278).

Na Indoamérica, para Haya, o imperialismo teria um lado negativo e outro positivo: implicava dependência e subordinação, mas, em compensação, trazia capitais, desenvolvimento e progresso. Necessitava-se do capitalismo para, no futuro, se poder construir uma sociedade socialista. A passagem para o socialismo exigia previamente o desenvolvimento e o esgotamento do capitalismo. O relativismo em alguns temas, como as

diferenças concretas entre Europa e América Índia, contrastava assim com um resoluto determinismo em outros (FLORES GALINDO, 1994, p. 278). Enfim, para Haya, na Rússia o problema de classe era o problema central. No Peru, o eixo da ação política estava dado pela questão nacional (FLORES GALINDO, 1994, p. 279). Sob inspiração da revolução mexicana e do kuomintang, Haya propunha o papel revolucionário do nacionalismo, o que resultava aparentemente compatível com a experiência peruana dessa época de intensa chegada de capitais externos na economia nacional (FLORES GALINDO, 1994, p. 279).

Haya De La Torre não acreditava na possibilidade de se iniciar a construção do socialismo no Peru devido às características da economia nacional. Enfatizava, desse ponto de vista, não apenas as características feudais existentes no campo, mas também o reduzido número existente da classe operária e sua débil tradição cultural (FLORES GALINDO, 1994, p. 279). O projeto aprista não consistia, contudo, apenas em suplantando a feudalidade peruana fazendo desenvolver o capitalismo nacional. Tratava-se de construir uma sociedade de transição, adequada às condições da “indoamérica”, ou seja, uma sociedade na qual uma política de nacionalizações permitisse a edificação de uma sólida economia estatal. O Estado, que manteria em seu controle as grandes empresas mineiras e petrolíferas, estaria em condições de negociar com o imperialismo, sujeitando às leis do país e impor-lhe condições.

Assim, o Estado aprista poderia evitar que o capital estrangeiro fizesse estragos sociais e econômicos na sociedade peruana, utilizando apenas o lado positivo dos montantes de capital que necessariamente eram enviados das economias metropolitanas aos países atrasados. Em outras palavras, o projeto aprista tinha o objetivo de desenvolver a economia peruana mediante a articulação entre Estado e imperialismo (FLORES GALINDO, 1994, p. 279). Flores Galindo descreve da seguinte forma os detalhes do projeto aprista:

Na nova sociedade, ao lado do setor estatal, deveria se organizar um setor corporativista no qual desempenhariam um papel hegemônico as empresas agroindustriais, especificamente as fazendas açucareiras. Em terceiro lugar se manteria um setor ocupado pela empresa privada,

no qual deveriam ser impulsionadas a pequena e média indústria, os comerciantes nacionais, etc. Desta forma, a empresa privada, o cooperativismo e o capitalismo estatal seriam os três pilares do Estado anti-imperialista, o instrumento para alcançar a superação da feudalidade, o desenvolvimento econômico e a autonomia nacional. Na organização do novo Estado teriam um papel dirigente os intelectuais e profissionais procedentes das camadas médias. (FLORES GALINDO, 1994, p. 280).

A construção desse novo Estado seria o resultado de uma frente formada pelas três grandes classes oprimidas pelo imperialismo: o campesinato, o proletariado e as classes médias. Haya De La Torre confiava no engajamento das classes médias por serem elas, em sua opinião, as principais prejudicadas pela penetração imperialista, os grupos mais explorados pelo imperialismo, já que os operários e camponeses poderiam, segundo ele, ainda desfrutar de melhores salários e benefícios materiais temporários ao serem incorporados na grande empresa capitalista (FLORES GALINDO, 1994, p. 280). As classes médias possuíam nesta equação uma posição estratégica: eram mais numerosas que o proletariado e mais cultas e instruídas que o campesinato. Enfim, para este projeto político, o Estado anti-imperialista implicava uma ruptura com a hegemonia norte-americana e inglesa sobre o Peru, mas não significava uma ruptura com o capitalismo (FLORES GALINDO, 1994, p. 281).

Mariátegui, por sua vez, considerava que o imperialismo era uma consequência do desenvolvimento da economia mundial e um resultado específico da época dos monopólios. Um fenômeno que, ao contrário do ponto de vista aprista, promovia desenvolvimento e crescimento para os países centrais, mas atraso e dependência aos países periféricos (FLORES GALINDO, 1994, p. 281). Sua opinião fica clara em uma passagem do artigo de comemoração do segundo aniversário da revista *Amauta*, “Aniversário e Balanço”, de setembro de 1928, segundo o qual “[...] os países latino-americanos chegam com atraso à competição capitalista. Os primeiros postos estão já definitivamente ocupados. O destino desses países, dentro da ordem capitalista, é o de simples colônias.” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 248). Para Mariátegui, o Peru era uma sociedade semicolonial e

tal condição iria apenas se agravando à medida em que se fosse expandindo o capital imperialista (MARIÁTEGUI, 1974, p. 248).

Na opinião de Mariátegui, o socialismo no Peru deveria, em primeiro lugar, concluir tarefas próprias da revolução burguesa que se fez ausente no país. Observa Flores Galindo que “[...] não lhe seriam estranhos certos objetivos de caráter capitalista, na medida em que não se podia improvisar uma economia socialista.” (FLORES GALINDO, 1994, p. 282). Apesar da convicta oposição às ideias de Haya, Mariátegui não negava o potencial papel revolucionário que o nacionalismo poderia exercer numa sociedade semicolonial. Para ele, como lembra Flores Galindo, a ideia de nação não havia esgotado suas possibilidades no Peru. Mas para que o ideal de nação fosse levado até o fim de forma consequente deveria ser hegemonizado pela classe que representava a verdadeira negação do imperialismo. Apesar de sua inferioridade numérica, apenas o proletariado estava em condições de realizar esta tarefa, já que combater o imperialismo deveria significar também o rompimento com o capitalismo (FLORES GALINDO, 1994, p. 282).

Diante da estratégia aprista, Mariátegui argumentava que uma política meramente anti-imperialista não seria suficiente, já que assim não se anulam os antagonismos de classe, e apenas o socialismo poderia significar verdadeira barreira à expansão imperialista. No entanto, a principal objeção de Mariátegui ao aprismo se referia ao papel potencial das classes médias no processo revolucionário. Negava que as classes médias, a pequena burguesia, pudessem ter um papel estratégico na direção do partido anti-imperialista e/ou socialista (FLORES GALINDO, 1994, p. 282). Quanto não fosse por sua própria condição estrutural de classe vinculada tradicionalmente aos valores da propriedade privada e à meritocracia, de rechaço racista ao indígena e auto identificação com os valores burgueses predominantes, o caráter instável e heterogêneo das classes médias comprometia a coesão necessária para que uma classe social se afirmasse politicamente como tal.⁶

⁶ É importante registrar que a opinião de Mariátegui sobre as classes médias mudou de maneira importante no fim da década, no bojo da polêmica com Haya. Mas ainda em outubro de 1927 escreveu o Amauta: “Nas nações de mais avançada evolução política, a classe média, condenada pelo irredutível conflito entre capitalismo e socialismo, renunciando a toda ambição excessiva de originalidade e de autonomia, se tem caracterizado por sua desorientação e confusão que, muitas vezes, a têm convertido no principal instrumento da reação burguesa [...]” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 192). Difícil não imaginar, aqui, a influência da experiência italiana do autor. Mas

Homogeneidade potencial e uma posição econômica clara e definida em relação ao capital e à burguesia eram, por sua vez, características verificáveis do proletariado, a despeito de sua dispersão geográfica e inferioridade numérica (FLORES GALINDO, 1994, p. 282-283). Flores Galindo lembra que, por trás da resistência de Mariátegui a confiar nas classes médias, além da experiência malograda dos comunistas no seio do *kuomintang*, estaria também sua experiência de observação da ascensão do fascismo europeu. O Amauta havia presenciado na Itália o fenômeno de uma pequena burguesia inicialmente envolta em fraseologias revolucionárias rumar-se para as posições mais conservadoras. A respeito disso, tratando do rompimento entre Haya e Mariátegui, escreve Meseguer Illan:

Pensamos que, certamente, as pressões da [Terceira] Internacional influenciaram, mas a orientação ideológica de Mariátegui teve a última palavra. Ele não podia aceitar a formação de um partido nacionalista dirigido pela pequena burguesia depois de sua experiência com o fascismo italiano e sua própria orientação socialista(...). Além disso, Mariátegui não podia admitir o nacionalismo continental proposto por Haya, mas um internacionalismo de classe do qual não podiam ser excluídas as classes mais exploradas dos próprios países imperialistas. Dentro de uma “aliança” de partidos ambos podiam se entender. Mas, a partir do momento em que Haya propunha um único Partido Nacionalista pequeno-burguês, o entendimento era impossível. (MESEGUER ILLAN, 1974, p. 165).

A década de 1920 no Peru estava mostrando como a penetração imperialista e o crescimento do Estado promoviam o desenvolvimento das classes médias. Essas, por sua vez, não assumiam posturas radicais, nem se

continua Mariátegui: “[...] Por outro lado, em nossos países, colocada sob a pressão do capitalismo estrangeiro, a classe média parece destinada a assumir, à medida em que progredir sua organização e sua orientação, uma atitude nacionalista revolucionária.” (MARIÁTEGUI, 1974, p. 192). Neste momento Mariátegui ainda integra a frente nacionalista aprista e, como se percebe, nutre esperanças no potencial revolucionário nacionalista da pequena burguesia. No entanto, ele não manterá essa opinião, adotando quase que exatamente a posição contraposta. Flores Galindo faz alguns apontamentos interessantes a respeito. Primeiro, lembra que negar a classe média como classe dirigente não significava para Mariátegui, necessariamente, negar que existissem em seu interior setores nacionalistas e progressistas. Ocorre que, no âmbito da polêmica, seriam cometidos alguns exageros que conheceriam sua expressão mais extremada na tática da “classe contra classe” exercida pelos comunistas no final da década de 1920, ou seja, opondo irredutivelmente burguesia (em seu conjunto) e proletariado. Assim, as classes médias foram deixadas, no Peru, à mercê da propaganda aprista. Esta, ao oferecer-lhes a liderança do movimento de transformação no país, recuperaram rapidamente o terreno perdido nesta polêmica de 1928 (FLORES GALINDO, 1994, p. 286).

opunham aos interesses imperialistas. Ao contrário disso, culturalmente manifestavam claras simpatias pelas novidades estrangeiras em detrimento dos elementos nacionais (FLORES GALINDO, 1994, p. 283). Por tudo isso, para Mariátegui, o instrumento da revolução socialista deveria, sim, ser o partido, mas um partido de classe. Com base nas condições concretas do Peru, um partido socialista de massas operárias e camponesas. Contudo, ele não acreditava que já houvesse no país amadurecidas relações de força que viabilizassem a criação de um partido comunista. A incipiência e inferioridade numérica do proletariado fizeram com que Mariátegui insistisse na mobilização camponesa.

Todas as referências de Mariátegui e suas ações concernentes à organização dos trabalhadores peruanos levam em consideração a incipiente formação da classe operária e a existência já de uma massa de trabalhadores rurais explorados nos cultivos de cana e algodão, além dos artesãos, como sapateiros, carpinteiros, alfaiates (como lembra Flores Galindo, os protagonistas das primeiras lutas que convulsionaram Lima no início do século XX) e dos camponeses submetidos a relações semifeudais de trabalho nos campos (FLORES GALINDO, 1994, p. 410). É a partir desta composição diversificada dos trabalhadores peruanos que Mariátegui pensa sua organização política enquanto classe. Essa ideia “ampliada” de proletariado colocaria operários e camponeses em condições de igualdade, ou potencial igualdade, frente às tarefas da revolução (FLORES GALINDO, 1994, p. 412).

Tendo em vista a criação de uma possível sólida aliança entre essas duas classes, o marxista peruano chamou a atenção sobre o papel do proletariado mineiro. Lembra que os trabalhadores operários de minas continuavam sendo, em grande parte, camponeses durante uma parte do ano, de modo que qualquer trabalhador mineiro conquistado representaria também uma conquista entre os camponeses (MARIÁTEGUI, 1974, p. 34).

Essa ênfase no lugar estratégico que o campesinato indígena ocuparia na revolução peruana marca, entre outras coisas, a originalidade do marxismo de Mariátegui. Para Flores Galindo, “[...] seu marxismo nunca quis ser a repetição do marxismo europeu, nem se caracterizou pelo sectarismo ou dogmatismo. Mariátegui significou a tentativa de fundar

uma maneira peruana (ou latino-americana) de pensar a Marx.” (FLORES GALINDO, 1994, p. 283).

Assim, o verdadeiro projeto de Mariátegui teria sido fundir o marxismo de raízes ocidentais com a tradição cultural peruana com base em três correntes extraídas da história nacional:

a produção acumulada pelos intelectuais, no interior da qual se destacavam os indigenistas, que, ao mesmo tempo em que realizavam justas denúncias, se esforçavam em descobrir e reivindicar os valores nacionais; o ‘comunismo’ incaico, cujos elementos ainda existiam na comunidade indígena, dando base material ao coletivismo agrário e, finalmente, as lutas populares, destacando as então recentes jornadas operárias (como a luta pela jornada de oito horas estudada por Martínez de la Torre) e as lutas camponesas (a sublevação de 1885 do amauta Atusparia ou o levante de Rumi Maqui em 1915-1916). (FLORES GALINDO, 1994, p. 284).

O que Mariátegui estava fazendo, então, era repensar o marxismo com base na experiência e história peruanas e, ao mesmo tempo, empregar o marxismo como instrumento de análise do mundo andino. Daí as referências ao “comunismo” do mundo incaico, que mostraria como os princípios socialistas não seriam estranhos à história nacional, ao contrário, fariam parte da tradição histórica indígena negada desde a conquista. O socialismo teria condições de recuperar, resgatar os elementos coletivistas que teriam composto a história incaica e, neste processo, confundir-se positivamente com essa história (FLORES GALINDO, 1994, p. 284). Com a herança indígena das nações incaicas entrelaçava-se a questão agrária do Peru republicano.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Após as breves reflexões desenvolvidas nos itens anteriores, é possível extrair algumas conclusões provisórias sobre a atualidade do pensamento mariateguiano para a luta de classes que se desenrola, atualmente, de forma intensa nos países da América Latina e também no Brasil. Pode-se afirmar que o pensamento de José Carlos Mariátegui conheceu, na virada

dos séculos XX e XXI, em nosso país, novas pesquisas e novas abordagens de grande importância para uma “exegese prática” de sua obra. Ou seja, para a aplicação política dos sentidos e direções de suas propostas e a pertinência de suas ideias para nosso contexto. Mais do que tentar decidir qual a abordagem teórica “mais correta”, é importante aproveitar todas as contribuições que possam elucidar, das várias formas a que se propõem, o que significa hoje “traduzir” Mariátegui para o enfrentamento contra o capital em nossas formações sociais contemporâneas. Apesar de se debruçar sobre um período histórico localizado, ele pode fornecer aportes teóricos úteis à compreensão e intervenção nos fenômenos políticos atuais relativos, por exemplo, à questão agrária e indígena na América Latina e suas especificidades interregionais⁷. Até por isso, é possível divisar em Mariátegui um internacionalismo próprio para nossa “Indoamérica”, onde o latifúndio e o capital financeiro imperialista, articulados secularmente por aqui e potencializados enormemente pelos racismos oficial e velado (“cordial”), podem conferir a nossas classes subalternas uma identidade a ser forjada na luta e na resistência. Ou seja, na construção cotidiana da hegemonia dos trabalhadores latino-americanos, que deverá ser fundada no respeito às particularidades nacionais de nossos grupos subalternos e no horizonte estratégico comum a todas elas: a luta pela superação socialista do latifúndio e do imperialismo.

REFERÊNCIAS

- ESCORSIM, L. *Mariátegui: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- FLORES GALINDO, A. *Obras completas*. v. II. Lima: Fundación Andina; SUR, 1994.
- LÖWY, M. Nem decalque, nem cópia: o marxismo romântico de José Carlos Mariátegui. In: MARIÁTEGUI, J. C. *Por um socialismo indo-americano*. Seleção e introdução de Michael Löwy. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005. p. 07-24.

⁷ Questão que, já no fim da segunda década dos anos 2000, ainda envolve massas de trabalhadoras e trabalhadores indígenas camponeses e torna-se mais importante se levarmos em consideração as experiências de poder político, ainda em plena vigência, do zapatismo no México e do MAS boliviano (cf. item 7.2 deste projeto). Conte-se ainda a importância política de movimentos indígenas como o equatoriano, peruano, colombiano, chileno e argentino, que congrega povos espalhados pelo que já foi o grande império – “Tawantinsuyo” - inca (quéchuas, aymará, mapuches e outros).

LÖWY, M. Ernst Bloch e Theodor Adorno: luzes do romantismo. *Cadernos Cemarx*, n.06, p. 11-27, 2009.

MARIÁTEGUI, José C. *Ideología y política*. Lima: Amauta, 1974.

MESEGUER ILLAN, D. *José Carlos Mariátegui y su pensamiento revolucionario*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1974.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1978.

BECKER, M. Mariátegui, the Comintern, and the indigenous question in Latin America. *Science and Society*, New York, v. 70, n. 4, p. 450-479, Oct. 2006.

DOSSIÊ: Lutas indígenas e socialismo. *Margem Esquerda*, São Paulo, n. 29, p. 27-58, set. 2017.

DOSSIÊ: Memória e revolução na América Latina: a atualidade de José Carlos Mariátegui. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.30, jan./jun. 2013.

FERREIRA, O. S. *Nossa América: Indoamérica*. São Paulo: Edusp, 1971.

FONTES, Y.M. Revolução Russa e questão nacional em Mariátegui. *Verinotio: Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio de Janeiro, ano 22, v. 1, n. 23, p. 106-125, abr.2017.

GALASTRI, L. Mariátegui e as especificidades da luta de classes latino-americana: as questões da raça e do latifúndio. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 21, 2017, p. 24-39.

GERMANÁ, C. *El “socialismo indo-americano” de José Carlos Mariátegui*. Lima: Amauta, 1995.

KAUTSKY, K. Ultra-imperialism. *New Left Review*, London, n. 59, p. 41-46, 1970.

LÊNIN, V. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global, 1987.

LINERA, A. G. Indianisme et marxisme: la non-rencontre de deux raisons révolutionnaires. *A Contretemps*, Bayonne, n. 4, p. 67-75, 4. trimestre. 2009.

LÖWY, M. Noventa anos de publicação dos “Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana” e a atualidade de Mariátegui. Entrevista a Leandro Galastri. *Revista Urutágua*, Maringá, n. 36, p. 242-245, jun./nov. 2017.

MARIÁTEGUI, José C. *La escena contemporânea*. Lima: Amauta, 1972.

MARIÁTEGUI, José C. *Peruanicemos al Perú*. Lima: Amauta, 1972a.

- MARIÁTEGUI, José C. *Siete Ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Ayacucho, 1979.
- MAZZEO, M. *José Carlos Mariátegui y el socialismo de Nuestra América*. Lima: Minerva, 2009.
- MELIS, A. Mariátegui, el primer marxista de América. In: ARICÓ, J. (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D.F.: Siglo XXI, 1978. p. 201-225.
- MONTOYA, R. *Lucha por la tierra, reformas agrarias y capitalismo en el Perú del siglo XX*. Lima: Mosca Azul, 1989.
- MORÁN, O. O. *La revolución socialista en el Perú: reconstruyendo el libro nunca perdido*. Lima: Editorial Universitaria, 2009.
- PARIS, R. El marxismo de Mariátegui. In: ARICÓ, José (org.). *Mariátegui y los orígenes del marxismo latinoamericano*. México D.F.: Siglo Veintiuno, 1978. p. 119-144.
- SALVATTECCI, H. G. *Sorel y Mariátegui*. Lima: E. D. Valenzuela, 1979.

PARTE V

CRISE DA TRANSIÇÃO E OFENSIVA DO CAPITAL

SOBRE A REVOLUÇÃO SOVIÉTICA DE OUTUBRO

Marly de A. G. Vianna

“Quaisquer que sejam as palavras para expressá-lo, o comunismo é irredutível às suas falsificações burocráticas” (BENSAÏD, 2008, p. 71).

ALGUMAS QUESTÕES PRELIMINARES

Contra tantos daqueles que tentam desqualificar a Revolução de Outubro, cito mais uma vez Bensaïd (2008, p. 71), pela importância de sua tese:

[...] a contrarreforma liberal quer dissolver o comunismo no stalinismo. O despotismo burocrático seria a consequência inevitável da aventura revolucionária, e Stalin o descendente legítimo de Lenin e Marx. O desenvolvimento histórico e o desastre obscuro do stalinismo já se encontrariam em estado latente nas noções de ditadura do proletariado ou de partido de vanguarda. Nessa nova versão do Gênese, o pecado original e o verbo comandam o mundo.

Estou de pleno acordo com as teses de Bensaïd. Ver a Revolução Russa a partir do stalinismo, sem levar em conta o momento histórico dos anos de 1918-1922 é uma visão anti-histórica ou, muitas vezes, de pura má fé anticomunista.

A Revolução Socialista de Outubro foi o mais importante acontecimento do século XX, uma revolução que pela primeira vez na história da humanidade derrotou o capitalismo e colocou os operários no poder. Por isso mesmo as apreciações sobre ela são muito polarizadas. O ataque à revolução socialista começou desde seu início e foi fortalecido com a guerra fria, cuja propaganda influenciou “na ‘reflexão contextual’ indispensável à pesquisa histórica, a favor de outros objetivos e prioridades, para benefício da mídia, da ideologia e da emoção”. (LEWIM, 2007, p. 333).

É ainda Lewin (2007, p. 333) quem coloca, sobre os erros na apreciação da revolução:

O primeiro erro consiste em focalizar os líderes, atores e ideologias, como se fossem agentes independentes, abstraídos de seu contexto histórico. Nem as circunstâncias que os moldaram e condicionaram, nem o passado, nem o mundo em torno são levados em conta. Para muitos, tudo começou em 1917 – o momento do “pecado original”.

A situação histórica em que se encontrou a Rússia Soviética durante a guerra civil e depois dela foi de absoluta catástrofe. Foi a partir da situação concreta em que se encontrava a economia, completamente destruída, da miséria, da fome – até de casos de canibalismo -, das epidemias provocadas pela situação, que podemos entender as revoltas no campo – já iniciadas pela necessidade do comunismo de guerra -, as insatisfações e as greves nas cidades e os conflitos sociais que se sucederam, entre eles a revolta de Kronstadt.

Imaginar que a situação poderia ter sido diferente, a partir de conceitos ideológicos é completamente disparatado. Imaginar que a situação seria democrática, tranquila e revolucionariamente resolvida a partir do afastamento dos bolcheviques (“soviets sem os bolcheviques” – uma das consignas dos anarquistas que atuaram em Kronstadt) carece de

um mínimo de base. É imaginar a resolução dos problemas econômicos, sociais e militares com que se viu defrontada a revolução a partir da mudança de ideologias no poder.

A grande questão que perdurou por grande período, e mais fortemente nos primeiros anos da revolução, foi a de impedir a volta do capitalismo, deixando outras questões em segundo plano, tais como o pluralismo partidário, tão caro aos nossos liberais ou à falta de atenção ao crescimento da burocratização. Aliás, tais questões tentaram ser resolvidas terminada a guerra civil, como fica claro nos escritos e intervenções de Lenin (1961c) dos anos de 1921, 1922 e 1923.¹

É preciso analisar a Revolução Russa historicamente, entender o comunismo de guerra a partir da guerra civil com os brancos e a invasão estrangeira. Só uma percepção grosseiramente anti-histórica pode “julgar” a situação como fruto de uma crueldade inerente aos bolcheviques. A história não é resultado de um jogo de conceitos ideológicos, mas de uma situação concreta em que pessoas concretas se viram envolvidas e tiveram que fazer escolhas, muitas vezes dramáticas, diante de uma realidade que se lhes impunha.²

A REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO DE 1917

A Rússia czarista entrou na guerra no seu início, no final de julho de 1914. O Exército russo, apesar de algumas vitórias, vinha sofrendo sérios revezes, em especial a partir de 1915-16, não só em combate, mas pelo descontentamento da tropa mal equipada e mal preparada para a guerra. As deserções eram cada vez mais comuns. Para que se tenha uma ideia das dimensões da tragédia, contam-se aos milhões as vítimas russas da carnificina – cerca de dois milhões de mortos, muito maior número de feridos e mutilados e outros tantos feitos prisioneiros.

¹ Ver LENIN, 1962c.

² Não faz muito tempo, um conferencista absolutamente contrário à Revolução Socialista de Outubro comentou o atentado contra Lenin, em 1918, lamentando: “Levou cinco tiros e não morreu, que pena!”. Mais do que desconhecimento histórico, a observação mostra não só falta de seriedade como absoluta falta de compostura. Não deixa de lembrar os antissemitas, lastimando que Hitler não tivesse exterminado todos os judeus.

A situação tornava-se calamitosa, e no final de 1916 o czar Nicolau II resolveu assumir a chefia do exército. O governo do Estado passou às mãos da czarina, profundamente influenciada pelo místico e charlatão Grigori Rasputin. A insatisfação da população russa ia num crescendo. O desabastecimento era geral, a carestia terrível, a exploração da força de trabalho aumentara muito. Era principalmente sobre os ombros das mulheres que pesava a maior carga. Não só substituíam na produção a mão de obra masculina, deslocada para os campos de batalha, como eram seus filhos, maridos, pais e irmãos que estavam sendo massacrados nos inglórios campos de batalha. E foram as mulheres que deram início ao processo revolucionário quando entraram em greve os operários da fábrica Putílov, em Petrogrado³, na qual elas eram a grande maioria. A greve foi se espalhando, num grande movimento de solidariedade operária. No dia 23 de fevereiro comícios e motins de rua se avolumavam. Era o Dia Internacional da Mulher (a Rússia usava o calendário Juliano, que tem 13 dias de diferença para o atual e nosso, o calendário gregoriano). No dia 27, o Palácio Tauride, sede da Duma, o Congresso russo, foi invadido pela multidão, em grande parte composta por mulheres.

No dia 28, com a população já dominando a cidade e com medo que a movimentação popular avançasse, o czar abdicou, deixando o trono a seu irmão, o grão-duque Miguel Romavov, que não aceitou o cargo. Foi então proclamada a República e estabelecido um governo provisório, tendo como primeiro ministro o príncipe Georgui Lvov, ultraconservador, líder do Partido Constitucionalista (cadetes), e como Ministro do Interior e depois da Guerra o deputado socialista Alecsander Kerenski. Em oposição ao governo provisório formou-se outro poder, o sóviet (conselho), forma de poder popular surgida em São Petersburgo, na Revolução de 1905. A revolução de fevereiro foi uma revolução popular em todos os sentidos, não só por sua composição, como pela espontaneidade do movimento, do qual não participaram líderes ou partidos políticos – até porque, nesse momento, a maioria achava-se presa ou exilada.

³ A cidade foi fundada em 1703, por Pedro, o Grande, com o nome de São Petersburgo. Em 1914, na guerra contra a Alemanha, o nome, com origem germânica, foi mudado para Petrogrado. Em 1924, depois da morte de Lenin, passou a ser Leningrado. Com o fim do socialismo, voltou-se ao nome original de São Petersburgo.

Discutir o significado da Revolução de Fevereiro é bastante atual, como o foi na época: até onde o movimento popular revolucionário deve e pode avançar? Há quem considere fevereiro de 1917 uma revolução democrático burguesa e houve mesmo, à época, revolucionários que acreditaram que a República burguesa deveria ser consolidada antes que se avançasse rumo ao socialismo – opondo-se, por isso, à Revolução de Outubro. Parecia que a derrubada dos trezentos anos dos Romanov era uma conquista suficientemente positiva e que deveria ser consolidada numa República liberal burguesa. A muitos revolucionários, inclusive bolcheviques, parecia uma aventura fadada ao fracasso tentar caminhar rumo ao socialismo. Entre eles estavam Grigori Zinoviev e Lev Kamenev, abertamente contrários à tomada do poder pelos soviets, e outros que vacilavam, Stalin (Josef Djughashvili) entre estes.

Nesta situação e entre muitas discussões, o momento crucial foi a chegada de Vladímir Ilitch Uliânov, Lenin, a Petrogrado e suas decisivas – para a revolução socialista – *Teses de Abril*.

AS TESES DE ABRIL

As Teses de Abril, uma “certidão de nascimento” da Revolução Russa, foram decisivas para resolver a questão que se colocava para os revolucionários, como vimos: apoiar o governo provisório, consolidando uma República liberal burguesa – sem dúvida um imenso avanço em relação ao tzarismo – ou avançar rumo ao socialismo.

Lida ainda no vagão do trem, ao chegar à Estação Finlândia, Lenin (1975b, p. 35-38) defendia: tese 1: nenhuma concessão deveria ser feita ao que chamou defensismo revolucionário, o não ter a coragem de avançar no movimento revolucionário que as massas impulsionavam; tese 2: o momento político pelo qual a Rússia passava caracterizava-se pela passagem da primeira etapa da revolução, que acabara com o tzarismo e dera o poder à burguesia, para às mãos do proletariado e dos camponeses pobres; tese 3: nenhum apoio deveria se dado ao governo provisório; tese 4: Lenin dizia ser importante reconhecer o fato de que os bolcheviques ainda eram minoria nos soviets. Para ganhar as massas para suas posições

era preciso explicar a elas, exaustivamente, até convencê-las, que a única forma de governo que atenderia às suas reivindicações eram os soviets; tese 5: depois da experiência dos soviets, amplamente apoiados pelo povo, não era possível retroceder e apoiar uma República parlamentar burguesa; tese 6: no campo era preciso organizar soviets e tomar as terras, confiscá-las e nacionalizá-las; tese 7: promover a fusão imediata de todos os bancos do país num banco nacional único; tese 8: embora a implantação do socialismo não fosse tarefa imediata, era preciso passar imediatamente a controlar a produção e a distribuição dos produtos; tese 9: era necessário a convocação urgente de um congresso do partido, dada a necessidade de mudar seu programa, já superado; era preciso também discutir as questões relativas ao imperialismo, à guerra, e analisar o papel do Estado, afirmando a reivindicação bolchevique do estado-comuna; tese 10: finalmente, Lenin mostrava a importância de se organizar uma nova internacional.

O mais importante – e decisivo: era impossível apoiar o governo provisório.

A mobilização política no período era imensa e foi se radicalizando. Os bolcheviques tinham como proposta, que estava em primeiro lugar em seu programa, estabelecer a paz, enquanto que o governo provisório, tendo naquele momento Kerenski como Ministro da Guerra, resolveu continuá-la desencadeando nova ofensiva militar, cujo fracasso provocou maiores vítimas e grandes protestos.

Nesse ambiente, e com os operários de Petrogrado agindo em várias manifestações armadas, o governo achou um pretexto para desarmar os operários e atacar os bolcheviques: proibiu seus jornais, fechou suas sedes e começou a perseguição a seus líderes, alguns sendo presos. Lenin exilou-se na Finlândia.

Com o objetivo de parar as agitações operárias, e pela grande desvalorização do rublo, o que tornava a situação econômica difícil, muitas fábricas começaram a ser fechadas, o que aumentou ainda mais o desemprego e a fome já causados pela guerra. Ficava claro para os trabalhadores que tinham razão os bolcheviques, ao propor o controle operário das fábricas e isso aumentou o apoio aos partidários de Lenin. Ao mesmo tempo, os

camponeses se organizavam e tomavam as terras, aliando-se também aos bolcheviques, os únicos que conseqüentemente defendiam sua causa.

Foi nessa conturbada situação que, apavorados com a mobilização popular - que sempre apavora a direita -, industriais e generais monarquistas resolveram se unir para depor o governo provisório que consideravam incapaz de controlar a situação. A 25 de agosto o general Lavr Kornilov tentou um golpe de Estado, frustrado pela ação dos revolucionários a quem Kerenski foi obrigado a recorrer. Os soviets se mobilizaram e os marinheiros de Kronstadt seguiram para Petersburgo, obrigando os conservadores a recuar. Depois dessa tentativa de golpe, derrotada pela insurreição popular liderada pelos bolcheviques, estes passaram a ter a maioria nos soviets. Ao mesmo tempo em que se intensificaram as ocupações de fábricas e de terras, cresciam as deserções no Exército.

A 31 de agosto de 1917 o Soviet de Petrogrado havia votado a resolução, apresentada pelos bolcheviques, de que todo o poder fosse entregue aos soviets. A partir daí o avanço revolucionário foi num crescendo. Os bolcheviques de Moscou exigiam a insurreição e no dia 9 de outubro Trotski (Lev Bronstein) conseguiu aprovar a formação de um comitê militar revolucionário para organizar um estado maior da revolução (BROUÉ, 2014, p. 95). No dia 11, delegados bolcheviques que chegavam para o II Congresso dos Soviets de Operários, Soldados e Marinheiros, a se realizar no dia 25, foram convocados a Petrogrado, enquanto que os navios da Marinha colocaram suas rádios a serviço dos bolcheviques (BROUÉ, 2014, p. 96).

No dia 16 de outubro reuniu-se o comitê central bolchevique ampliado que, por 19 votos contra dois e quatro abstenções, rejeitou proposta de Zinoviev de que se suspendessem os preparativos da revolução até que o congresso dos soviets fosse ouvido. Trotski foi nomeado comandante da fortaleza Pedro e Paulo, cujo contingente ainda estava indeciso (BROUÉ, 2014, p. 96).

A 22 de outubro a tripulação bolchevique do cruzador Aurora desobedeceu às ordens do governo de levantar âncoras e permaneceu atracado. No dia seguinte, 23, foram enviados delegados a todas as

unidades militares, cujos representantes divulgaram documento em que afirmavam não reconhecer a autoridade do governo provisório (BROUÉ, 2014, p. 97). “Na verdade, os defensores da insurreição representavam a energia e a coragem indômita da revolução, enquanto seus adversários manifestavam as dúvidas que a revolução tinha de si mesma” (DEUTSCHER, 1968, p. 315-316).

A 23 de outubro Trotski foi eleito presidente do Soviet de Petrogrado. A 24, véspera da insurreição, houve distribuição de armas nos quartéis a todos os destacamentos operários e à tarde os marinheiros de Kronstadt chegam a Petrogrado. Do Smolni, sede do Soviet de Petrogrado, partiram destacamentos para ocupar pontos estratégicos da cidade. Na madrugada do dia 25 de outubro foi tomado o Palácio de Inverno e caiu o governo provisório sem qualquer reação ou derramamento de sangue. O governo fugiu, deixando um batalhão de mulheres a guardar o palácio.

UM “GOLPE” REVOLUCIONÁRIO

A realização do II Congresso dos Sovietes de Soldados, Operários e Marinheiros de toda a Rússia estava marcada para o mesmo dia 25 de outubro. Alguns consideram que seria preciso ouvir o congresso antes de deliberar pela tomada do poder, caso contrário seria um golpe. Formalmente teria sido um golpe, pois a tomada do Palácio de Inverno deu-se na madrugada de 25 de outubro, antes da reunião do II Congresso. Mas, na realidade, a revolução já estava na rua: os camponeses tomavam as terras, os operários as fábricas, os soldados desertavam e exigiam a paz. Lenin, tendo conseguido a maioria nos soviets das principais capitais, considerou que era a hora de conclamar o povo a tomar o poder. Todo o poder aos soviets!

No mesmo dia reuniu-se o II Congresso dos Sovietes de Operários e Soldados e Marinheiros de toda a Rússia. Ao chegarem as notícias da tomada do Palácio de Inverno e de que as tropas enviadas por Kerenski para combater os revolucionários se passaram para a insurreição, a ala direita dos social-revolucionários e os mencheviques defensivistas abandonaram a sala. Apoiaram os bolcheviques os social-revolucionários de esquerda, parte

dos mencheviques e os anarquistas. O Congresso, em sua imensa maioria, apoiou a insurreição – o que lhe deu legitimidade - e votou seus primeiros decretos: paz, pão e terra. Foram também eleitos 15 bolcheviques como comissários do povo. O congresso elegeu ainda um Comitê Executivo, que contava com 71 bolcheviques e 29 social-revolucionários de esquerda (DEUTSCHER, 1968, p. 315-316).

OS PRIMEIRO DECRETOS

Os decretos sobre a paz, a terra e a questão das nacionalidades consolidaram a liderança bolchevique nas bases populares, mas as opiniões sobre o caráter da revolução não tinham unanimidade entre os dirigentes revolucionários e aqueles que foram vendo derrotadas suas posições não só se afastaram da luta como se organizavam para lutar contra os bolcheviques.

O período que vivia a Rússia, desde fevereiro de 1917 era riquíssimo e agitado. Uma imensa massa de operários e camponeses começavam a participar ativamente da vida política. Os grupos sociais, organizados ou não em partidos políticos, operários, soldados, marinheiros, camponeses, todos procuravam entender a situação e, principalmente, defender seus direitos, num processo de discussão e convencimento sobre os rumos revolucionários. Foram centenas de reuniões de comitês, assembleias de operários, camponeses e soldados, por todo o país. A longa citação de uma reunião, imortalizada por John Reed, que a ela esteve presente, dá uma ideia do ambiente revolucionário da Rússia Soviética. O Comissário do Povo para a Guerra, Nicolay Krilenko, participou de um violento debate no regimento motorizado de metralhadoras do Exército. Alguns exigiam que falasse, os oficiais queriam calá-lo, mas do alto de um carro, Krilenko falou, pela madrugada a fora, com a voz rouca de cansaço:

Camaradas, soldados. Quase não posso falar. Sinto muito, mas há quatro noites que não durmo. Não preciso dizer-lhes que também sou soldado. Do mesmo modo não preciso afirmar que desejo a paz. O que lhes quero dizer, companheiros, é que o Partido Bolchevique, conduzindo a revolução vitoriosa dos operários e soldados, com o apoio de todos nós, os bravos camaradas que derrubaram para sempre o poder da sanguinária burguesia, prometeu propor a paz e

hoje mesmo cumpriu essa promessa (uma tempestade de aplausos). Pedem-lhes agora que fiquem indiferentes, enquanto os junkers e os Batalhões da Morte, que nunca ficarão neutros, estão nos fuzilando nas ruas e apoiando a marcha de Kerenski e de outros de sua laia sobre Petrogrado. [...] todos esses mencheviques e socialistas revolucionários, que lhes insinuavam para ficar neutros, como conseguiram manter-se no poder de julho em diante? Não foi pela guerra civil, na qual sempre se colocaram ao lado da burguesia, como ainda o fazem? [...] A questão é bem simples. De um lado estão Kerenski, Kaledine, Kornilov, os mencheviques, os socialistas revolucionários, os cadets e a Duma, dizendo a todo o instante que as suas intenções são as melhores possíveis. Do outro, estão os operários, os soldados, os marinheiros, os camponeses pobres... O governo está em nossas mãos. Sois os donos. A imensa Rússia vos pertence. Dar-lhe-eis as costas? (REED, 1963, p. 156-157).

Quando se passou à votação, em que os que aprovavam as propostas bolcheviques deveriam posicionar-se à esquerda, centenas de soldados para lá se dirigiram. E continua John Reed (1963, p. 157):

Imagine-se essa luta em todos os quartéis da cidade, de todos os distritos, em toda a frente, na Rússia inteira. Imagine-se, em todos os quartéis, os Krilenkos, caído de cansaço, correndo de um lugar para outro, discutindo, ameaçando, suplicando. Imagine-se, finalmente, as mesmas cenas em todos os sindicatos, nas fábricas, nas aldeias, em todos os navios da esquadra espalhados pelos mais longínquos mares. Imagine-se, em todo o país, centenas de milhares de russos, operários, camponeses, soldados e marinheiros, com os olhos cravados nos oradores, esforçando-se intensamente para compreender e em seguida resolver, pensando com todas as suas forças... para, afinal, com a mesma unanimidade, tomarem idêntica decisão. Eis o que foi a Revolução Russa.⁴

Nenhum argumento é mais eficaz na hora de desmentir categoricamente a lenda do Partido Bolchevique monolítico e burocratizado do que o relato das lutas políticas, dos conflitos ideológicos, das indisciplinas públicas que, definitivamente, nunca foram punidas. Eram as massas revolucionárias que sancionavam as decisões que, por

⁴ Citado também por Pierre Broué, 2014, p. 98. Há ligeiras diferenças na tradução.

sua vez, sua iniciativa tinha sugerido (BROUÉ, 2014, p. 101). Mas as dificuldades eram imensas, proporcionais aos feitos revolucionários. Lenin e tantos outros revolucionários esperavam por uma revolução nos países mais avançados, que ajudasse a consolidar a República Soviética, revolução que não ocorreu.

O líder bolchevique conclamava os operários e camponeses a manterem-se unidos: “Lembrem-se que na atualidade são vocês mesmos que dirigem o estado: ninguém os ajudará se não permanecerem unidos, impondo-se em todos os assuntos do estado” (LENIN, 1962b, p. 311). E deixava clara a perspectiva dos bolcheviques sobre a democracia revolucionária:

Os sovietes locais podem, segundo as condições de lugar e tempo, modificar, expandir e completar os princípios básicos estabelecidos pelo governo. A iniciativa criadora das massas: este é o fator fundamental da nova sociedade (...) O socialismo não é o resultado de decretos vindos de cima. O automatismo administrativo e burocrático é estranho a seu espírito, o socialismo vivo, criador, é obra das próprias massas populares! (LENIN, 1962b, p. 300).

Sobre o líder bolchevique escreveu Christopher Hill (1967, p. 167):

Em suas relações para com o homem comum o pensamento de Lenin era fundamentalmente democrático. Muitas pessoas manifestavam diante dele a opinião de que não pode haver democracia fora do socialismo e Lenin sempre insistia em frisar, invertendo os termos, que também não pode haver socialismo sem democracia. [...] o socialismo vitorioso não poderá sustentar sua vitória e conduzir a humanidade ao ponto de desvanecimento do Estado sem ter estabelecido a verdadeira democracia.

E aos que veem de forma deturpada a posição dos bolcheviques, diz Pier Broué (2014, p. 112):

Se, anos mais tarde, os sovietes acabaram reduzidos a uma mera casca vazia perante o todo-poderoso aparato bolchevique, será porque, fundamentalmente, na época em que os sovietes ainda eram organismos vivos, o partido bolchevique foi o único a defender seu

poder, enquanto os mencheviques e os socialistas revolucionários, leais oponentes ou colaboradores da república burguesa, se negaram a desempenhar seu papel na República Soviética dos Conselhos de Operários, Camponeses e Soldados.

A paz de *Brest-Litovski*, estabelecida em março de 1918, ficou longe da planejada paz justa e sem anexações. O governo soviético havia prometido a paz – provavelmente a reivindicação mais sentida do momento –, e foi seu primeiro decreto. Para consegui-la, no entanto, foi preciso perder parte importante de seu território, como o sul da Ucrânia, verdadeiro celeiro do país. Tais exigências só foram revertidas no final da guerra, com a breve revolução alemã, que anulou o tratado e restituiu os territórios invadidos pelos austro-alemães. O tratado, além de todas as perdas que duraram quase um ano, motivou um atentado contra Lenin, levado a efeito pela militante anarquista Fany Kaplan, que considerou o tratado uma traição à revolução. Embora sem adotar a tática de atentados contra opositores, muitos bolcheviques, entre eles Trotski, não ficaram a favor da paz obtida daquela forma. Mas é que não havia outra maneira de conseguir a paz e seria impossível manter a revolução e continuar a guerra.

A GUERRA CIVIL

A crítica fácil à Revolução de Outubro, daqueles que a veem no conforto de suas opiniões pré-estabelecidas contra os bolcheviques, parece não ter a mínima noção da História, no caso, do que foi a guerra civil. As descrições desse período que durou quatro anos e meio, chegam a ser dantescas, do número de mortos ao recurso ao canibalismo: miséria, fome, epidemias de cólera e tifo e ainda a grande seca que assolou parte do país. Embora alguns reclamassem “soviets livres” em tal situação, os anarquistas revolucionários que viveram aqueles momentos solidarizaram-se com os bolcheviques e deixaram para o fim da guerra a cobrança de suas propostas de governo.

Foram quatro anos e meio de uma guerra que começou a 26 de outubro de 1917, e terminou em agosto de 1922, com a derrota dos

últimos remanescentes dos exércitos brancos e de grupos de bandoleiros que assaltavam pelo país.

Com o fim da guerra mundial os exércitos aliados invadiram o país, cercando-o por todas as suas fronteiras. Decididos mais tarde a retirar suas tropas do território russo, os aliados passaram a fornecer armas, munições, alimentos e homens aos exércitos brancos. A guerra envolveu os governos alemão, francês, inglês, americano, japonês, tcheco, polonês, italiano romeno e grego, armando mercenários, apoiando o rebotalho da sociedade russa, que se aliava aos brancos (MARIE, 2017, p. 15). “Churchil resumiu a situação com seguinte fórmula: ‘Matar o bolchevique e beijar o huno’ ” (MARIE, 2017, p. 15).

Devemos levar em conta também a violência inaudita que se apossara da sociedade, reprimida há séculos pela brutalidade czarista. Para dar exemplos do ódio que os camponeses tinham por seus opressores, “em Rostow no Don, no final de janeiro de 1918, os soldados abateram cerca de 3.400 oficiais e, alguns dias depois aproximadamente 2 mil em Novocherkassk” (MARIE, 2017, p. 16). “Em Sebastopol, pouco mais tarde, marinheiros enfurecidos cortaram a genitália e as mãos de várias centenas de oficiais suspeitos de terem pertencido, em 1905-1906, às cortes marciais que enviaram à força dezenas de marinheiros revoltados” (MARIE, 2017, p. 16). A violência da guerra era potencializada pela violência popular.

O Exército Vermelho era formado por “operários sem formação, militar, armados às pressas com um fuzil que às vezes nem sabiam usar e que consistiam, durante alguns meses, a única força armada, fraca e desorganizada do governo revolucionário” (MARIE, 2017, p. 35). O mesmo autor descreve as barbaridades cometidas contra os bolcheviques na Finlândia, apesar do tratado assinado:

A repressão foi maciça e brutal. Em Tampere os Brancos capturaram 11 mil soldados vermelhos e fuzilaram a maioria. Cerca de 80 mil Vermelhos são levados para os primeiros campos de concentração da guerra civil: 12 mil morreram de fome e tifo, sem contar os que são fuzilados. (...) Em Helsinque fuzilaram Boris Jentchoujine, comissário bolchevique encarregado de garantir o retorno para a Rússia, previsto pelo Tratado de Brest-Litovski, dos 236 navios russos estacionados em portos finlandeses (MARIE, 2017, p. 38).

Em alguns meses, tribunais de exceção julgaram, em meados de 1918, 67.788 Vermelhos: 90% são condenados à prisão, sem contar 555 condenados à morte, a metade executados. “Os acontecimentos da Finlândia soam como um aviso aos bolcheviques: se forem vencidos serão liquidados e massacrados como os operários social-democratas de esquerda finlandeses.” (MARIE, 2017, p. 38).

A fome era um dos principais inimigos. No final de abril de 1918 a população faminta de Novgorod atacou o soviets local, que decretou estado de sítio. Trotski reuniu alguns telegramas recebidos em Moscou: no dia 21 de maio, a população faminta de Pavlov-Possad não sabe onde encontrar comida. No dia 31, em Nijni Novgorod, 30% dos operários não podem trabalhar por causa da fome. De Serguei-Possad escrevem: deem-nos pão ou morreremos. De Briansk, a 30 de maio, comunicam que a mortalidade era enorme, sobretudo de crianças. A 2 de junho avisam que em Klin há duas semanas que não havia o que comer. A 3 de junho, de Dorogobuj comunicam a fome e epidemias (MARIE, 2017, p. 64). A fome levava a que em muitos lugares os bolcheviques no governo fossem responsabilizados e corriam slogans como “soviets sem comunistas”, o que fez com que em Blesk, perto de Smolensk, a população fuzilasse todo o soviets da cidade (MARIE, 2017, p. 64).

Ao mesmo tempo que cercado pela Entente e pelos Exércitos Brancos e os Cossacos seus aliados, grupos que haviam apoiado a revolução agora se desligavam dela, como o caso dos social-revolucionários e de grupos anarquistas, estes em busca de “democratizar” os soviets. Em Samara-Oreburg, no dia 17 de maio de 1918, um destacamento de marinheiros anarquistas derrubou o soviets de Samara, que acabou, com seu liberalismo, a abrir caminho para ser dirigido por socialistas revolucionários e guardas brancos (LENIN, 1962, p. 192, 566). Possivelmente isso aconteceria em todo o país, caso a consigna “soviets sem bolcheviques” tivesse sido vitoriosa. Felizmente a revolução se manteve.

A pretexto de não concordar com o Tratado de *Brest-Litovski*, os social-revolucionários de esquerda se rebelaram, pedindo a anulação do tratado e a continuação da guerra com a Alemanha, enquanto que os de direita organizaram, em julho de 1918, levantes em Tambow e em

Ekaterinburg. O oficial do Exército Branco, Kappel, descreveu uma das batalhas da “luta sobre os trilhos”, com os famosos trens blindados – que de blindados tinham muito pouco:

Percebíamos oradores que gesticulavam e ouvíamos hurras! Abrimos fogo com nossas metralhadoras; depois de alguns minutos, toda a margem estava cheia de corpos humanos e o trem blindado saiu em marcha ré em direção a seu ponto de partida. Eles atiravam em nós e nossos canhões respondiam, até que um dos canhões pegou fogo e o trem, cercado de chamas e de fumaça, desapareceu numa curva da estrada. (MARIE, 2017, p. 76).

O general Wrangel, um dos chefes do Exército Branco, diz em uma carta a sua mulher, de 6 de setembro de 1918, que: “Os bolcheviques combatem com a obstinação de um rato acuado num canto” (MARIE, 2017, p. 97)⁵, e conta em suas memórias:

Os hospitais estavam repletos de doentes, que se amontoavam nas casas, estações, vagões imobilizados, nas vias. Durante vários dias os mortos se misturavam aos vivos sem atendimento, abandonados a si mesmos; os tifosos a procura de comida vagavam até o fim de suas forças nas ruas da cidade, e muitos deles perdiam a consciência e caíam nas calçadas. (MARIE, 2017, p. 97).

As cenas da guerra civil são dantescas. Muitas vezes, quando se teoriza sobre aqueles anos, a situação dramática vivida pelo povo russo é deixada de lado, num ping-pong de conceitos desgarrados sobre “democracia” e “autoritarismo”. A propósito, a Tcheca (Comissão Extraordinária de Luta Contra a Sabotagem e a Contrarrevolução) foi criada a 7 de dezembro de 1917, depois que funcionários do banco estatal se negaram a fornecer dinheiro aos bolcheviques - os funcionários do novo governo ficaram sem salários enquanto que os do antigo regime eram pagos. A comissão era dirigida por

⁵ Alguns anos mais tarde os soldados nazistas diriam algo semelhante sobre o povo russo, durante a Segunda Guerra Mundial.

Felix Dzerjinski e os cinco postos de seu colegiado eram ocupados por social-revolucionários (MARIE, 2017, p. 33).⁶

Dentro da Rússia lutavam não só vermelhos contra os brancos, mas também os chamados verdes, que não se alinhavam com nenhum dos lados, embora às vezes apoiassem um lado ou outro, ou agissem por conta própria. Tais exércitos serão apagados da história simplificada da época do stalinismo. Jean-Jacques Marie (2017, p. 18), citando pesquisas atuais, escreve:

Esses exércitos verdes, locais ou regionais vão de pequenos destacamentos volantes de 500 a 600 homens até verdadeiras divisões armadas de canhões e metralhadoras: a divisão de Grigoriev reúne 15 mil homens; o exército de Macknó, na Ucrânia, de 25 a 30 mil e chega a ter, em 1919, mais de 50 mil homens; o de Tambov, comandado por Antonov varia de 18 a 40 mil, conforme o período. O “exército popular” da Sibéria ocidental reúne cerca de 100 mil, em 1921 e obedece, assim como o de Antonov, a comandantes diversos, ciosos de sua autoridade local e obstinados em defender suas prerrogativas e títulos.

Foram milhões de mortos e o poder soviético estava ainda longe de se ter consolidado. No início de 1919 os soviéticos estavam cercados. Sobre isso disse Louis Fischer:

A oeste a Rússia estava separada do mundo exterior pelo Báltico, pelos alemães, pela frota inglesa e pela Polônia; ao norte pelas tropas inglesas, francesas, americanas e sérvias; ao sul pelos franceses na Ucrânia, por Denikin no Kuban e pelos ingleses no Cáucaso e Transcáspia; por último, ao leste da Sibéria estão os japoneses e seus leais atamans (chefes cossacos que possuíam terras e eram apoiados pelo czar – MV)); a oeste estão os tchecos e Kolchak. (BROUÉ, 2014, p. 120).

Em maio de 1919 Kolchak chegou aos Urais; Denikin tomou o Sul; Yudenich desceu da Estônia e ameaçou Petrogrado, que sofria com epidemia de tifo e com a fome, e a 19 de outubro chegou a 15 km da

⁶ Em russo, Tcherezvitcháinaia comissão – Comissão de Emergência. Alguns desavisados a confundem com a NKVD (Naróдни Commissariat Vinútrenir Diel) - Commissariado do Povo para Assuntos Internos, criada em julho de 1934, no período de crescimento do terror stalinista.

cidade. Trotsky, em seu trem blindado, conseguiu derrotá-lo e pouco depois, em janeiro de 1920, o 5º Exército Vermelho expulsou Kolchak de Omsk. Kolchak foi preso e fuzilado. No entanto, o Barão Wrangel, czarista que contava com grande ajuda dos franceses, conseguiu reunir restos do exército de Denikin e atacou a Ucrânia, sendo derrotado em novembro de 1920, o que, segundo Pierre Broué (2014), pôs fim à guerra civil, ao contrário de Jean-Jacques Marie (2017) que dá o verão de 1922 como seu final definitivo. Embora muitos bandos armados continuassem a percorrer o país, os próprios bolcheviques consideraram o início de 1921 como o final da guerra. Nela os bolcheviques contaram com o apoio de grupos anarquistas, em especial do líder guerrilheiro Makhnó. Embora este não fosse adepto dos bolcheviques, seus maiores inimigos eram os brancos e contra eles e os exércitos austro-húngaros que tomaram a Ucrânia lutou bravamente, embora não fosse reconhecido pela maioria dos anarquistas como tal. O anarquista russo Volin (Vsevolod Eihenbaum), seu amigo, admirador de sua coragem, disse também que Makhnó não sabia resistir a tentações e abusava do álcool:

Em certos períodos era lamentável. O estado de embriaguez se manifestava principalmente no terreno moral [...] sob influência do álcool ficava maldoso, super excitado, injusto, intratável, violento [...] perdia o autocontrole. Então, o capricho pessoal, com frequência associado à violência, substituía bruscamente o dever revolucionário; surgia a arbitrariedade, as birras absurdas, as teimosias, os “arremedos ditatoriais” de um chefe armado. O segundo defeito de Makhnó e de muitos de seus íntimos – comandantes e outros -, era sua atitude com as mulheres. Principalmente quando estavam bêbados esses homens se permitiam atos inadmissíveis – *odiosos*, seria a verdadeira palavra – que chegavam a certas orgias a que algumas mulheres eram obrigadas a participar. (MARIE, 2017, p. 59).

Jean-Jacques Marie (2017, p. 20), que faz um relato detalhado da guerra civil, diz não pretender esgotar o assunto, mas,

Por meio de depoimentos e documentos de diversos protagonistas, fornecer uma imagem verdadeira da guerra, reconstituir alguns de seus acontecimentos essenciais e restituir a atmosfera de uma guerra civil, caleidoscópio de cargas de cavalaria com sabre em punho, trens

blindados, salvas de canhão, execução de reféns e de prisioneiros, em meio à pilhagem, fome, frio, cólera e tifo, que arrasam cidades e vilarejos e dizimam os exércitos, sem contar a gripe espanhola que se abateu sobre a Europa a partir da primavera de 1917 e deixou milhões de mortos.

Leon Trotski, o fundador e comandante do Exército Vermelho desempenhou papel fundamental para a vitória dos bolcheviques. Sobre ele disse Mariátegui (2012, p. 99):

Como seu ex-generalíssimo, o Exército Vermelho é um fato inédito na história militar do mundo, que sabe seu papel revolucionário e não esquece que seu objetivo é a defesa da revolução. De sua essência está excluída, portanto, qualquer tendência especificamente imperialista: sua disciplina, organização e estrutura são revolucionárias. E enquanto o generalíssimo escrevia um artigo sobre Romain Rolland, os soldados evocavam a Tolstoi ou liam Kropotkin⁷.

O COMUNISMO DE GUERRA E O FIM DA GUERRA CIVIL

A destruição e a miséria causadas pela guerra civil provocaram o chamado comunismo de guerra, que constava principalmente da requisição do excedente no campo, muitas vezes não só o excedente, pois era preciso sustentar os exércitos. Salvar a revolução era o principal objetivo. O sofrimento dos camponeses era imenso, pois além das requisições do governo os Exércitos Brancos tomavam tudo dos camponeses: além dos produtos, o gado, roupas, utensílios e violava suas mulheres.

Quando os soviéticos conseguiram sair vitoriosos da luta, defrontaram-se com um país arrasado: segundo vários autores, a perda na indústria fora de 80%; no setor de energia e carvão 70%; na produção de ferro, aço, e açúcar e na exportação a perda foi de 100% e de 50% na produção agrícola (REIS FILHO, 1997, p. 82).

⁷ Apesar da trágica situação, a revolução provocou um grande florescer artístico, como as experiências do teatro Taganca, a literatura de Gorki e a poesia de Maiaovski e grupos de arte moderna, sobre a qual disse Lenin: “Eu não gosto, mas se entusiasma a juventude deve ser boa!” Ver sobre o tema GUERRA, E. Carrera. “O alvorecer da literatura soviética” (MAIACOVSKI, 1957). Cito trecho do belíssimo poema À Lila Brik, de 1922: “Eu sei/ Qualquer um o sabe/O coração tem domicílio no peito. /Comigo a anatomia se fez louca. /Sou todo coração”.

A fome era constante nas cidades e o povo faminto tinha muitas reivindicações. Tal situação acabou por provocar o levante dos marinheiros de Kronstadt⁸. Era uma situação desesperadora e o inimigo interno e externo aguardava qualquer oportunidade para intervir. Sem que fosse possível chegar a um acordo – e ambas as partes tinham razão – a insurreição foi esmagada⁹. Foram grandes as perdas de ambos os lados, não só de parte dos marinheiros derrotados. Centenas de soldados que lutavam ao lado do governo foram fuzilados ou morreram afogados no gelo, pelo ataque dos marinheiros rebeldes¹⁰.

O governo não tinha mais opções para se manter, revoltas surgiam no campo e nas fábricas, era preciso dar comida ao povo faminto e, para isso, desafogar a economia, recuar para poder avançar. Foi o período da Nova Política Econômica (NEP), que liberalizou o comércio e permitiu a pequena propriedade no campo e também na cidade. A luta por manter a revolução foi terrível, e o custo de milhões de vidas que lutaram por ela debilitou a sociedade, a classe operária e o partido. Lenin deu-se conta disso, mas não teve forças físicas para fazer prevalecer suas posições, numa luta que travou desde seu primeiro derrame em 1922, até sua morte em janeiro de 1924.

Os três problemas que o preocuparam e que constituem o prólogo do grande drama que vai se desenvolver com sua morte são os temas da burocracia, do despotismo, da anulação dos direitos democráticos. Lutando para romper o muro que queria isolá-lo da vida política, Lenin se bateu para evitar que o partido e o Estado – obras suas – se encaminhassem pela via perigosa das soluções apressadas, administrativas, burocráticas, repressivas: em poucas palavras, que o velho aparato estatal do tzarismo se sobrepusesse – mais nas pessoas do que nos métodos – às forças debilitadas pela guerra civil do proletariado, dos camponeses, dos comunistas. (LENIN, 1974, p. 155).

⁸ Revolta dos marinheiros de Kronstadt, em março de 1921, derrotada pelos bolcheviques. Sobre o tema ver: AVRICH, 1975. Há tradução em castelhano: *Kronstad, 1921*. Buenos Aires: Utopia Libertária, 2006.

⁹ Sobre o tema ver VIANNA, 2017b.

¹⁰ Ver AVRICH, 1975.

O período da contrarrevolução stalinista foge a nosso espaço. Aqueles que consideram Stalin marxista buscam com isso atacar o leninismo e o marxismo, e o fazem, muitas vezes, por desconhecer que o marxismo é, antes de tudo, um humanismo, com o qual Stalin nada teve a ver.

Deduzir a contrarrevolução stalinista dos vícios originais do “leninismo”, noção forjada em 1924, no V Congresso da Internacional Comunista, para legitimar a nova ortodoxia do Estado, não é apenas historicamente falso, mas é politicamente mistificador. Bastaria então ter compreendido e corrigido os erros e os desvios teóricos para prevenir contra os “perigos profissionais do poder” e garantir uma sociedade democrática transparente! (...) A burocracia não é a consequência deplorável de uma ideia falsa, mas um fenômeno social. (BENSAÏD, 2008, p. 73).

Ver o stalinismo com uma consequência inevitável – e previsível! – da Revolução de Outubro é pensar uma história linear, onde todos os acontecimentos estão encadeados, cujas causas trazem em si um inevitável efeito.

A ênfase dada a um “erro” teórico, desligado dos processos históricos e sociais de burocratização sugere que bastaria corrigi-lo para dissipar o perigo burocrático. A explicação do stalinismo como sendo um “desvio teórico” lembra, então, a procura de um pecado original. Ele leva não só à liquidação do “leninismo”, mas também, em grande medida, a uma renúncia ao marxismo crítico, ou mesmo à herança do iluminismo: da “culpa de Lenin” logo se remonta à “culpa de Marx” e mesmo à “culpa de Rousseau”! (BENSAÏD, 2008, p. 73).

CONCLUINDO

Lenin conseguiu interpretar seu mundo corretamente e, a partir disso, transformá-lo. Esse é seu maior legado: a partir de uma teoria revolucionária interpretar a realidade concreta e a partir daí mudá-la revolucionariamente. Foi o que ele fez.

Em março de 1919, por iniciativa sua e com ativa participação de Leon Trotski, foi criada a III Internacional, a Internacional Comunista. Em seu IV Congresso, em novembro de 1922 – o último do qual participou, Lenin terminou seu discurso falando da importância de se estudar, estudar sempre.

Dirigindo-se aos delegados estrangeiros, alertou-os sobre a necessidade de entender a situação russa em que se deu e se desenvolvia a revolução e não “colocá-la num canto e rezar diante dela” (LENIN, 1961d, p. 746).

O período da contrarrevolução stalinista que se seguiu à morte de Lenin, especialmente a partir do final dos anos 1920, início dos de 1930, foi um período de abastardamento do marxismo e de destruição física dos quadros partidários bolcheviques que fizeram a Revolução. Mas como escreveu Michael Löwy (2000, p. 15, grifo nosso):

O capítulo “stalinismo” está se fechando. Já era tempo. Isso cria a possibilidade – não para as próximas semanas, mas para o século XXI – de agrupar novamente gerações de revolucionários *ao redor da bandeira vermelha de Outubro de 1917* – não como modelo único, mas *como herança preciosa e insubstituível da tradição dos oprimidos*. Isso não é uma certeza, mas uma possibilidade histórica, uma chance que nos é dada. A nós cabe apanhá-la.

***POST-SCRIPTUM* – UMA HIPÓTESE SOBRE O DESMORONAMENTO DA URSS**

Poderíamos discutir o período do governo de Stalin e os principais acontecimentos na URSS a partir do governo de Nikita Kruchov, da denúncia do culto à personalidade, dos problemas colocados por ela e das incongruências que passou a viver o sistema a partir daí e que se foram agravando no governo de Leonid Bresniév e do interregno de Yuri Andrópov e Konstantín Chernenko que acabou por desembocar em Gorbatchiov, Yeltsen e Cia. Mas o espaço não comporta uma análise, mesmo que breve, desse período.

A hipótese que levanto é a de que o socialismo não chegou a existir na URSS, tal como o consideravam Marx e Lenin. O que tivemos foi um socialismo de Estado. E o que sustenta a hipótese? Para Marx o socialismo não se limita à mudança da base econômica, de acabar como modo de produção capitalista – que de fato acabou na URSS. Não basta acabar com o capitalismo e com o capital para ser socialista, é preciso que politicamente e socialmente também o seja, quer dizer, é necessário *acabar com o Estado* e instaurar uma democracia política, o que evidentemente não ocorreu.

Lenin, assim como Marx, falava de um período de transição ao socialismo, que seria a ditadura do proletariado. Esse período de transição prepararia a consolidação da classe operária no poder, o fim cabal do capitalismo e a extinção do Estado, o que para eles sempre foi um ponto fundamental. Marx se referia ao Estado como “Um aborto sobrenatural da sociedade” (MARX, 1971).¹¹

Nas Teses de Abril, diz a de número 8, como vimos acima, que embora fosse preciso passar imediatamente a controlar a produção e a distribuição dos produtos *a implantação do socialismo não era tarefa imediata*. Em vários escritos posteriores Lenin frisou a necessidade do período de transição até o desvanecimento – é o termo que usa – completo do Estado, o que até então não havia ocorrido. Finda a guerra civil, foi preciso retroceder, com a NEP, e fazer concessões ao que Lenin chamou de capitalismo de Estado, para manter a revolução.

Depois da derrota das revoluções europeias, da morte de Lenin, do abandono da perspectiva da revolução mundial e da necessidade da construção do socialismo em um só país, o que se consolidou foi o fortalecimento de um Estado Socialista, um Estado que acabou por ser autoritário e repressor. Impossível falar de socialismo no sentido que Marx e Lenin o entendiam.

A manutenção de um Estado forte criou uma grande potência - a segunda potência mundial – fundamental para propiciar a vitória de todas as forças progressistas no mundo e garanti-las. Mas a própria presença do Estado e de suas características, ao não avançar no sentido de seu desvanecimento, acabou por provocar contradições que o governo não foi capaz de resolver. A URSS desmoronou por suas próprias contradições internas. Voltou-se ao capitalismo – um capitalismo selvagem – sem maiores convulsões sociais porque a maioria da população, passados mais de 70 anos, não se reconhecia no “socialismo realmente existente”. Creio ser preciso pesquisar ainda muito para entender o como caracterizar corretamente o Estado soviético, dos anos que começam com o final da NEP, a introdução dos planos quinquenais e o fortalecimento do Estado,

¹¹ Cf. LÖWY, 2016.

tema difícil e complexo. Como disse Guimarães Rosa: “Eu sei que nada não sei, mas desconfio de muita coisa!” (*Grande Sertão – Veredas*).

REFERÊNCIAS

- AVRICH, Paul. *La tragédie du Cronstadt, 1921*. Paris: Ed. du Seuil, 1975.
- BENSAÏD, Daniel. *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. Tradução da Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BOFFA, Guisepe. *Les bolchéviques et la révolution d’octobre: procès-verbaux du comité central du parti bolchevique, août 1917-février 1918*. Paris: Maspero, 1964.
- BROUÉ, Pierre. *O partido bolchevique*. Tradução de Paula Maffei e Ricardo Alves. São Paulo: Sundermann, 2014.
- CARR, E. H. *A Revolução Russa de Lenin a Stalin (1917-1929)*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DEUTSCHER, Isaac. Trotski, *O profeta armado*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FONTANA, Josep. *El siglo de la revolución: una historia del mundo desde 1914*. Barcelona: Crítica, 2017a.
- FONTANA, Josep. A revolução Russa e nós. *História e luta de classe*, n. 23, mar. 2017b.
- HILL, Christopher. *Lenin e a Revolução Russa*. Tradução de Geir Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- LENIN, Vladimir Ilitch. As tarefas do proletariado na presente revolução. In: *Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1975b. t. 2.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Carta a los operários y campesinos por motivo de la victoria sobre Koltchak. In: *Obras Escogidas*. Moscou: Progreso, 1961e. v. 3.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Contra la Burocracia: Diario de las secretarias de Lenin*. Córdoba: PyP, 1974.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Discurso pronunciado en la reunion conjunta del comité ejecutivo central de toda Russia, del soviet de Moscu, de los comités fabriles y de los sindicatos de Moscou en el 29 de julio de 1918. In: *Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1975a. v. 2.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Euvres*. Paris:Éditions Socieles/Moscou: Ed. em langues étrangères, 1962a. t. 32: dezembro de 1920-agosto de 1921.

- LENIN, Vladimir Ilitch. IV Congresso de La Internacional Comunista, de 13 de noviembre de 1922. *In: Obras Escogidas*. Tradução para o espanhol do Instituto de Marxismo leninismo do CC do PCUS. Moscou: Editorial Progreso, 1961d. t. 3.
- LENIN, Vladimir Ilitch. Las tareas del proletariado em nuestra revolucion: (Tesis de Abril). *In: Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1961b. t. 2.
- LENIN, Vladimir Ilitch. O Estado e a Revolução. *In: Obras Escogidas*. Tradução para o espanhol do Instituto de Marxismo leninismo do CC do PCUS. Moscou: Editorial Progreso, 1961c. t. 2.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso, 1975. v. 2.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions Sociales/Moscou: Éditions en langues étrangères, 1962b. t. 26.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions Sociales/Moscou: Édition du Progré, 1961a.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Oeuvres Complètes*. Paris: Éditions Sociales/Moscou: Éditions en langues étrangères, 1962c. t. 24-42.
- LENIN, Vladimir Ilitch. *Sur da démocratie socialiste*. Moscou: Ed de l'Agence de Press Novosti, 1978.
- LEWIN, Moshe. *O século Soviético. Da revolução de 1917 ao colapso da URSS*. Tradução de Sílvia Souza Costa. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.
- LÖWY, Michael; BESANCENOT, Olivier. *Afinidades Revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. Tradução de João Alexandre Peschanski e Nair Fonseca. São Paulo: Ed. UNESP, 2016.
- LÖWY, Michael; BENSARD, Daniel. *Marxismo, modernidade, utopia*. Tradução de Alessandra Ceregatti, Elisabete Burigo e João Machado. São Paulo: Xamã, 2000.
- MAKHNO, Nestor. *A "Revolução" contra a revolução: a Revolução Russa na Ucrânia (março 1917-abril 1918)*. Tradução de Milton José de Almeida. São Paulo: Cortez, 1988.
- MAIACOVSKI, Vladimir. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Leitura, 1957.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Revolução Russa: história, política e literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- MARIE, Jean-Jacques. *História da guerra civil Russa – 1917-1922*. Tradução de Patrícia Reuillard e Janyne Martini. São Paulo: Contexto, 2017.
- MARX, K. La guerre civil em France en 1871. *In: MARX, K; ENGELS.F; LENIN, V. Sur La Commune de Paris*. Moscou: Éditions du Progrès, 1971.

- MONTEFIORI, Simon Sebag. *Os Románov – 1613-1918*. Tradução de Claudio Carina, Denise Bottmann, Donaldson M.Garschagen, Renata Guerra e Rogério W. Galindo. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- REED, John. *10 dias que abalaram o mundo*. Tradução de Armando Gimenez. São Paulo: Fulgor, 1963.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *Uma revolução perdida*. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: UNESP, 2003.
- SERGE, Victor. *Memórias de um revolucionário*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- SERVICE, Robert. *Historia de Rusia en el siglo XX*. Tradução castelhana de Carles Mercadal. Barcelona: Crítics, 1997.
- VIANNA, Marly de A. G. A revolução de fevereiro de 1917 e as mulheres. *Socialismo e Liberdade*, São Paulo, Fundação Lauro Campos, n.16, 2017a.
- VIANNA, Marly de A. A revolução Russa, grandes vitórias e graves impasses: as guerrilhas de Nestor Macknó e a tragédia de Cronstadt. In: PINHEIRO, Milton. *Os Cem Anos que abalaram o mundo: a Revolução Russa na cena do futuro*. São Paulo: ICP, 2017b.
- ZIZEK, Slavoj (org.). *Às portas da Revolução: escritos de Lenin de 1917*. Tradução de Zizek de Luiz Bernardo Pericás e Fabrício Rigout. Tradução dos textos de Lenin de Daniela Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2005.

A PROPÓSITO DO 100º ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO RUSSA

Paulo Alves de Lima Filho

1. SOB A ÓPTICA DE MARX: A CRÍTICA DO CAPITAL E A EMANCIPAÇÃO DOS TRABALHADORES

1.1 A TEORIA DA TRANSIÇÃO COMUNISTA EM MARX

Durante toda a vida, Marx manteve-se fiel à luta pela emancipação dos trabalhadores. Levou este propósito às últimas consequências. Sua AIT (Associação Internacional dos Trabalhadores) fracassou, apesar (e devido) dos seus evidentes êxitos. O sectarismo das vanguardas estraçalhou definitivamente o movimento unitário emancipacionista. Decidiu-se, então, por liquidar a AIT com a mesma fundamentação e contundência com que criticou o primeiro programa do recém-fundado Partido Operário Alemão em sua carta aos dirigentes deste, em 1875, posteriormente denominada *Crítica ao Programa de Gotha*, dentre outros motivos por seu autoconfinamento nacional (MARX, 1975).

No entanto, nesse trabalho, o lema da AIT é ali reafirmado, “a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores” (MARX, 1975, p. 46); isto vale dizer que nenhum Estado ou partido emancipa os trabalhadores. A emancipação destes ou é obra coletiva destes, na qual se realizam como classe – obra coletiva, voluntária, consciente e organizada – como expressão de sua esmagadora maioria e, conseqüentemente, de seu poder político direto e ditatorial (podendo até ser democrático, a depender das condições históricas concretas) e de sua direta propriedade dos meios de produção, ou então não ocorrerá.

A experiência da Comuna de Paris, curta, porém riquíssima, permitiu a formulação dos traços essenciais de uma teoria da transição comunista. “Entre a sociedade capitalista e a comunista existe um período de transformação revolucionária da primeira na segunda. A esse período corresponde um período de transição política, e o estado desse período não poderá ser nenhum outro a não ser a *ditadura revolucionária do proletariado*.” (MARX, 1975, p. 50). Isso nos diz o Marx maduro, em sua *Crítica ao Programa de Gotha*. Superar o capital, suprimir o reino da mercadoria, transformar os trabalhadores em força revolucionária ativa, através do exercício de sua emancipação política, individual e coletiva, expandindo o reino de sua liberdade no sentido de liquidar a herança da divisão social do trabalho.

As décadas de estudo das mais variadas sociedades e da luta, dos trabalhadores por sua emancipação, até o final de sua vida, da Alemanha à Rússia, da Irlanda à Inglaterra, da Espanha aos EUA, tiveram como objetivo conhecer o estágio relativo da maturidade do movimento internacional dos trabalhadores com vistas à criação do seu futuro movimento unitário mundial. A apreensão da particularidade do desenvolvimento dos vários povos é questão teórica central para Marx, pois vital para se pensar o futuro desse movimento.

O esquecimento e abandono posterior desta, não poderiam deixar de ter conseqüências fatais. Ao lado dela, esqueceu-se também da centralidade do projeto de criação do movimento de emancipação dos trabalhadores. Este duplo esquecimento, então, é definitivamente o Himalaia até agora intransponível para este movimento.

Após a transformação do modelo bipolar alemão em forma universal do movimento, ou seja, Partido social democrático e sindicatos - posteriormente uma tríade, com a adição do partido comunista -, já enterrada a ideia e teoria, porque não, da emancipação dos trabalhadores, o legado de Marx entrou em franca decadência.

A Revolução Russa e sua transição pós Lenin, ao forjar o novo catecismo mundial do materialismo de Marx em sua versão soviética, como teoria marxista-leninista, ao transmutar-se em forma teórica e prática de continuidade da obra de Marx e, sendo aquela revolução considerada modelo mundial de revolução socialista, alterou de vez o legado desse autor no que tange a estas questões, até que o fim da URSS nos permite, hoje, tratarmos desse assunto sem sermos tachados de contrarrevolucionários. O capital enfim realizou sua contrarrevolução e, ironicamente, pelas mãos dos mais fiéis defensores da ordem socialista.

2. A TRANSIÇÃO AO COMUNISMO SE TRANSMUTA EM TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO. LENIN E A TEORIA DA TRANSIÇÃO AO SOCIALISMO.

2.1 A TRANSIÇÃO COMUNISTA SE TRANSFORMA EM TRANSIÇÃO SOCIALISTA. LENIN APOSTOU NÃO OUSAR ASSALTAR OS CÉUS. MARX FOI TAXATIVO E LENIN INTRODUZ UM DEBATE BIZANTINO: TIRA O SOCIALISMO DA CARTOLA DE MARX. LENIN EM *O ESTADO E A REVOLUÇÃO*.

Ao longo de sua obra *O estado e a revolução*, escrita em outubro de 1917, Lenin formulará os marcos teóricos que deveriam nortear o processo da futura revolução russa. Curiosamente, a experiência da Comuna, fundamento histórico para a formulação teórica de Marx (para além da *A Guerra Civil na França*, de 1871) na sua *Crítica do Programa de Gotha*, não salientará, ali, dois traços essenciais para a transição comunista: o *controle político direto* da comuna sobre a reprodução social no exercício da ditadura do proletariado, assim como a propriedade *direta* dos meios de produção por parte dos trabalhadores, através da Comuna. Tampouco, “o período de transformação revolucionária do primeiro (sociedade capitalista) no segundo (sociedade comunista)” receberá de Marx o nome de *socialismo*.

O período indicado por Marx é nada mais que expressão temporal de um processo de transformação revolucionária de uma forma social capitalista em seu contrário, o comunismo. Pois se estamos a falar de transformação revolucionária, não poderíamos designar uma específica formação social intermediária, dado se estar demolindo sistematicamente o complexo de relações sociais do capital cujos resultados sucessivos, ou seja, o processo de suas transformações sucessivas fundaria o império das necessidades humanas.

Do mesmo modo, o agente social ativo e central dessa transformação seriam as *novas forças produtivas anti-capital*, a classe trabalhadora no exercício de sua ditadura. Desse modo, o período de transição seria o da destruição sistemática do império das necessidades unilaterais do capital e simultânea universalização das necessidades das maiorias trabalhadoras.

O esforço de Lenin em converter a fase histórica enunciada por Marx em forma social “comumente chamada de socialismo e para Marx denominada primeira etapa do comunismo” (LENIN, 1978) em vários momentos ao longo do quinto capítulo, pretende formalmente adequar o conceito de Marx ao seu uso corriqueiro entre os socialdemocratas, os socialistas de então; esforço em sentido contrário ao de Marx, em luta contra as teorias corriqueiras entre os socialdemocratas alemães, em torno do socialismo de Estado.

Para Marx, depois da Comuna de Paris, havia que afirmar teoricamente a experiência histórica do comunismo dos proletários franceses, que dera vida ao esboço traçado no Manifesto Comunista de 1848. O que impressiona ao longo desse capítulo e, em geral nos escritos dessa fase, em Lenin, é a inexistência de concepção de medidas organizativas necessárias para a expansão do campo da emancipação dos trabalhadores, para ampliar o campo de sua liberdade de modo a propiciar o trânsito da emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores (para além da necessária supressão do analfabetismo e do exercício do poder armado contra a contrarrevolução).

O acento se dará no fomento do cálculo, do controle e da discipli-

na, especialmente a do trabalho. Por fim, já no trabalho *Tarefas imediatas do poder soviético*, de abril de 1918, se agrega às tarefas imediatas do poder dos trabalhadores, submeter obrigatoriamente a classe trabalhadora à *cientificidade do e para o capital* concebida por Taylor. Ao invés de ampliar permanentemente o campo da liberdade dos trabalhadores, o que se propõe como salto qualitativo é o de *submeter-se voluntariamente à degradação taylorista do trabalho assalariado* (BRAVERMAN, 1981).¹

Colocado sobre os ombros da força de trabalho um fardo tão poderoso, é explicável que a etapa socialista sob o capital tenha se perpetuado e revertido, realizando os piores desejos da contrarrevolução e negando as premissas da crítica do próprio Lenin (LENIN, 1978).²

Lenin sabe ou pressente que a Revolução Russa não se medirá pela experiência revolucionária do proletariado francês. No país de Tolstói, Dostoievski e Gogol, podemos inferir, para ele ainda não surgira uma classe trabalhadora como categoria do nível francês ou mesmo alemã. A sorte da revolução repousaria em grande medida nos atributos da vanguarda revolucionária comunista, na qualidade da sua apreensão teórica (na qual, evidentemente, Lenin seria peça central), na sua rapidez e capacidade de disseminação pela vasta Rússia, na inteligência e organização de sua práxis revolucionária, em seu heroísmo na luta pacífica e militar. Nenhum outro segmento revolucionário, naquele momento, possuía tais atributos. Quando, enfim, se impôs a situação revolucionária e foi obrigatório agir com ímpeto e audácia, viu-se que os bolcheviques eram insuperáveis.

Isto em nada justifica a posterior liquidação sistemática de todas as demais organizações revolucionárias. É certo que a urgência e a qualidade da ação política exigida, não obtinham resposta à altura de

¹ Vejamos o que nos diz Braverman (1981, p. 46): “À primeira vista, a organização do trabalho de acordo com tarefas simplificadas, concebido e controlado em outro lugar, exerce claramente um efeito degradador sobre a capacidade técnica do trabalhador.”

² “É importante se esclarecer como é infinitamente mentirosa a suposição burguesa corriqueira de que o socialismo seja algo morto, estagnado, dado de uma vez para sempre, quando de fato somente com o socialismo se inicia um rápido, real e verdadeiramente massivo - com a participação da maioria da população e depois de toda a população -, e atuante movimento para frente em todos os campos da vida social e pessoal.” (LENIN, 1977, p. 31).

todas elas. Contudo, daí a serem contrarrevolucionárias há uma tremenda distância. O certo é que a ala jacobina da revolução eram os bolcheviques e, esta jamais esteve disposta a compartilhar o poder.

Oizerman chama a nossa atenção para a necessidade de se estudar a presença teórica de Sorel nas concepções de Lenin no que concerne ao papel do terror e suas funções na revolução (OIZERMAN, 2005). Ele (o terror) poderia haver substituído a ausência da classe trabalhadora enquanto força autônoma realmente reitora, o que, de fato, ocorreu.

No entanto, esse tipo de repressão era força social impossível de ser desmontada nas condições russas. Foi desse modo que o terror amplo, geral, sistemático, irrestrito e permanente viria também a bloquear a transição comunista, caso esta estivesse teoricamente consolidada na teoria da Revolução Russa. Esse tipo de terror, tal como a universalização do taylorismo como método capitalista de aceleração da produtividade do trabalho, nada tem a ver com a emancipação dos trabalhadores pelos próprios trabalhadores (embora no imaginário popular a Comuna fosse símbolo de chegada do processo da revolução, como nos fala a canção revolucionária).

Marx, na *Crítica ao Programa de Gotha*, critica duramente a concepção alemã do *socialismo de Estado* e afirma existir somente à frente da revolução a transição comunista e nenhuma etapa específica previamente estabelecida, a não ser o período de transição revolucionária do capitalismo no comunismo. A operação de transmutação da afirmação de Marx na teoria dos alemães é franco desafio à crítica de Marx.

2.2 UMA CONTRADIÇÃO FLAGRANTE. O HOMEM RUSSO SERIA UM MAU TRABALHADOR E NECESSITAVA SER LANÇADO AO FOGO NA FORJA DE TAYLOR. A TEORIA DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA NAS *TAREFAS IMEDIATAS DO PODER SOVIÉTICO*.

O trabalho de Lenin, *Tarefas imediatas do Poder Soviético*, enuncia uma teoria da transição ao socialismo que nos coloca diante de questões irresolvíveis na perspectiva da teoria da transição ao comunismo de Marx. A

opção por privilegiar a criação de forças produtivas para o capital, derivada da necessidade imperiosa de aumentar a produtividade do trabalho por meio da universalização do sistema de Taylor, em detrimento daquelas necessárias para a transição comunista, coloca o destino da Revolução Russa sob o império do bloqueio de sua força transitiva operado pelo capital.

A tese da supremacia qualitativa do trabalho assalariado produtivo convertido em autômato mercantil por via da universalização do sistema de Taylor implica em desqualificação teórica e prática do trabalho como expressão voluntária, consciente, coletiva e organizada da produção material e dos trabalhadores em geral, ou seja, em elogio da primazia da alienação do trabalho sobre o trabalho emancipado.

Ora, todo o esforço teórico de Marx na crítica ao capital tem como contrapartida e sentido na necessidade de superá-lo por meio da criação de novas forças produtivas, cuja existência estaria em transformar o mundo da produção e da ação humana, em geral, em meio de subordiná-los às necessidades humanas, inverter a alienação à qual estão submetidas estas forças produtivas e criadoras da humanidade. E para que isso pudesse ocorrer, era necessário que as forças do capital estivessem de tal forma subordinadas aos ditames das necessidades humanas, das maiorias, que fossem assim natural e definitivamente destruídas.

O poder político dos trabalhadores, conquistado através da revolução se realizaria através da evolução na sociedade da propriedade direta dos meios de produção, único meio pelo qual esse poder político da democracia proletária, ou seja, sua ditadura, estaria em condições de subverter as relações de produção e liquidar o Estado que as mantém sob a ditadura do capital.

Ainda mais: poder-se-ia então pensar que, para Lenin, seria impossível transitar ao comunismo sem passar pela moenda do capital, pressuposto educativo questionável para o alcance da liberdade: antes o inferno e, depois, o paraíso, de modo que deus escreveria certo por linhas tortas.

Some-se a isso, como exigência prática supostamente irrecusável, o fato de ser “o homem russo (um) mau trabalhador, comparado aos países

mais avançados” (LENIN, 1977). De onde se depreende que a garapa energética extraída da mercadoria, capacidade de trabalho através do mais rígido e ditatorial controle do trabalho assalariado pelo capital, o sistema de Taylor, seja resultado do processo educativo com vistas à emancipação dos trabalhadores. “Quién te quiere te aporrea”, diz o ditado espanhol, a expressar cruamente, de modo popular, os fundamentos do amor camponês.

Dito de outro modo, para Lenin, por mais paradoxal que pareça, a emancipação dos trabalhadores só poderia, então, ser obra da alienação destes, no que teríamos, portanto, a exigência da alteração do dístico central da AIT, a chamada I Internacional criada por Marx. Variante desta nova teoria da emancipação, a emancipação lenineana dos trabalhadores só poderia ser obra da ditadura do capital. Um absurdo, é lógico.

Mas não, não estamos falando de uma revolução do capital, mas de uma revolução socialista; não se trata somente de uma revolução do capital, como também, e ao mesmo tempo, de uma revolução dos trabalhadores. De um lado, eles serão submetidos à extração de seu suco energético por meio da ditadura do capital à la Taylor, do seu sistema, mas ao mesmo tempo lhes será entregue nada mais nada menos, que a administração do estado: “seis horas de trabalho físico diário para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho para a administração do estado” (LENIN, 1977, p. 90). Ou seja, os escravos do capital dedicar-se-ão simultaneamente à escravização de si mesmos e ao aperfeiçoamento do órgão de controle sobre si mesmos, da sua escravidão.

Conviria indagar, será o mesmo sistema de Taylor usado nos EUA? Resposta:

O que é negativo no sistema de Taylor era o fato de se realizar em situação da escravidão capitalista e ser um meio de extração, com o menor salário, de uma duplicada e triplicada quantidade de trabalho no mesmo número de horas trabalhadas, não contando de modo algum com a capacidade dos trabalhadores assalariados realizarem?, sem dano ao organismo humano, esse número duplicado e triplicado de horas trabalhadas. À República Socialista Soviética se pôe a tarefa, que podemos formular brevemente como sendo a de introduzir o sistema de Taylor e o aumento científico americano da produtividade do trabalho em toda a Rússia, unindo esse sistema com a diminuição

da jornada de trabalho com o uso dos novos métodos de produção e organização do trabalho sem qualquer dano para a força de trabalho da população trabalhadora. Ao contrário, a utilização correta pelos próprios trabalhadores, caso eles sejam suficientemente conscientes do sistema de Taylor oferecerá o método mais verdadeiro para a ulterior e imensa diminuição da jornada obrigatória de trabalho para toda a população trabalhadora, oferecerá o meio mais verdadeiro que no período de tempo bem curto, realizar a tarefa capaz de ser enunciada mais ou menos assim: seis horas de trabalho físico diário para cada cidadão adulto e quatro horas de trabalho na administração do estado. (LENIN, 1977, p. 90).

Então ficamos sabendo que não teríamos na Rússia a aplicação do sistema de Taylor usado sob o capitalismo dos EUA, mas este mesmo sistema aclimatado à revolução dos trabalhadores. Substantivas diferenças, para Lenin, seria a) não causar dano físico aos trabalhadores, b) ter como objetivo da redução das horas trabalhadas, c) o que liberaria os escravos do capital para a administração da escravidão do trabalho soviética. O lema conceitual central Marx transformar-se-ia, desse modo, em “A emancipação dos trabalhadores será obra coletiva, consciente, voluntária e organizada dos trabalhadores na alienação dos trabalhadores”. A apreciação sobre Taylor é equivocada.

A revolução dos trabalhadores avançaria por meio da universalização do sistema de Taylor, ou seja, da ditadura do capital – ainda que soviética, pois expressão da essência desse sistema – sobre o trabalho produtivo e trabalhadores em geral, assim como do controle desta ditadura pelos próprios trabalhadores. De outro modo, diria-se que a revolução política dos trabalhadores se realiza através da revolução econômica do capital; o que implicaria afirmarmos que a transição comunista (jamais comentada no texto) enquanto transição socialista se opera por via da ditadura do capital no processo de trabalho e no estado por meio dos próprios trabalhadores.

Como consequência disso:

A transição a tal tipo de sistema exigirá muitas novas habilidades e novas instituições organizacionais. Não há dúvida de que tal transição nos infligirá não poucas dificuldades e que a colocação de tal tarefa causará até mesmo incompreensões e talvez até resistência de alguns setores entre os próprios trabalhadores. Mas podemos estar confiantes de que os elementos avançados da classe dos trabalhadores entenderão a necessidade de tal transição e que as condições de terrível desorganização da economia nacional que agora passaram a ser notadas nas cidades e aldeias, quando milhões de pessoas retornaram do front, afastadas [que estavam] da produção e que pela primeira vez viam o grau de desorganização da economia causada pela guerra, sem dúvida está criado o solo para a preparação da opinião pública dos trabalhadores nesse sentido e que a transição que aproximada e exemplarmente aqui assinalamos será posta como tarefa prática para todos os elementos conscientes das classes trabalhadoras que agora estão do lado do Poder Soviético. (LENIN, 1977, p. 90-91).

Em outras palavras, a situação desesperadora da economia russa, ao exigir opções econômicas e organizacionais imediatas para a sua superação, será um forte estímulo à aceitação da política da ditadura do capital - por meio dos métodos de Taylor – pelas camadas conscientes dos trabalhadores russos.

Entretanto, o desespero não é um bom conselheiro teórico. Esta nova teoria da transição socialista como obra das excelências produtivas da ditadura científica do capital não se relativiza com a proposta da máxima universalização possível do sistema de cooperativas até o limite de criar um sistema nacional abrangente de cooperativas (LENIN, 1977, p. 109). Este sistema conformaria, na teoria analisada, ao lado da nacionalização da terra, das empresas e fábricas, para Lenin, o sistema socialista.

Tal sistema, desse modo, seria uma nova formação social do capital, a sociedade socialista. Ele, assim teorizado, afirma a impossibilidade teórica e histórica de a nova força produtiva potencial emergente com a revolução política dos trabalhadores, por via da universalização da associação voluntária, coletiva, consciente e organizada dos trabalhadores se afirmar na Revolução Russa, na qual a força produtiva do capital seria o motor da revolução política dos trabalhadores. Não é de admirar que a

transição comunista se veja bloqueada e revertida como contrarrevolução do capital, neoliberal, com o fim da URSS.

Compreende-se que ao lado da revolução comunista tenha surgido a necessidade de ser inventada uma revolução socialista (jamais pensada por Marx), uma nova revolução, um novo tipo de sociedade do capital, incapaz, ao longo do século XX, de transitar ao comunismo.

3 SÍNTESE

3.1 GORBY: A BRUXA VEIO COM A MAÇÃ ENVENENADA. A QUESTÃO DOS HERÓIS PROVISÓRIOS DA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA

A relação entre vanguarda e massa tem forte presença em todas as autointituladas revoluções socialistas atuais e do século passado, em sentido qualitativamente distinto daquela observada na Comuna de Paris. Nesta, a classe trabalhadora é o agente central da revolução, na qual as várias organizações dos trabalhadores estão presentes. Ali a classe trabalhadora decide salvar a nação da traição perpetrada pela burguesia francesa e as suas demais aliadas, em primeiro lugar a alemã e seu Estado. À frente dos trabalhadores franceses está o proletariado parisiense. Em certa medida, é este o papel do proletariado de Cochabamba na revolução boliviana, em sua etapa mais recente, que promoveu a “sublevação da água”.

Em geral, nas revoluções socialistas do período indicado, as vanguardas políticas revolucionárias distam enormemente da massa proletária no que respeita ao nível de consciência, organização e experiência de luta. Este hiato, não somente não é superado como se consolida e se cristaliza na práxis do socialismo real, espécie de forma universal dessas experiências. Tal universalização chama a atenção para a possibilidade de a teoria do socialismo real nada mais ser que uma *forma ideológica dessas revoluções*, questão que trataremos em momento oportuno.

Dito de outro modo, a práxis social dessas massas proletárias não esteve concebida ou então determinada pela crescente expansão do controle social consciente, voluntário e organizado dos coletivos de trabalhadores sobre a reprodução social vigente nessas revoluções. A práxis

social desses coletivos não exprime a expansão permanente do campo de sua emancipação, o que vale dizer, não haver sido superada a alienação, antes, porém, consolidada e cristalizada (ainda que de modo irregular e diferenciado em cada uma dessas revoluções).

Os momentos de cristalização mais evidentes se expressam nos campos da política e da economia, de modo a travar nessas revoluções, de modo definitivo, o movimento de emancipação dos trabalhadores nas protegidas fronteiras do capital e da alienação política. Outros momentos da reprodução social estão muito próximos dos respectivos padrões culturais dessas sociedades, de modo a ter-se um variado espectro de variáveis emancipatórias (também não teorizadas). Ou seja, nos campos específicos da economia e política, o Estado controlado absolutamente pela vanguarda política revolucionária mantém a dinâmica da revolução sob seu firme, unilateral e exclusivo comando.

De forma que a qualidade revolucionária dessa vanguarda se torna a pedra de toque da dinâmica, ou seja, do futuro dessas revoluções. De modo que os fundamentos da degradação teórica e, conseqüentemente, política, dessas revoluções serão uma espécie de código genético de seu trânsito rumo à sua extinção.

Ao invés da expressão do movimento de emancipação dos trabalhadores realizado pelos próprios trabalhadores, essas revoluções se realizam por via do movimento de emancipação das vanguardas políticas revolucionárias e seu Estado, processo que acaba por exaurir em medida determinante o potencial do movimento emancipatório dos trabalhadores, dando azo, ao contrário, à expansão e fortalecimento das forças sociais do capital, do movimento de emancipação do capital na sociedade.

Nessas revoluções, ao contrário do que quis fazer supor a ideologia marxista-leninista, se estiola a nível dramático o movimento emancipatório dos trabalhadores, contrabalançado, inevitavelmente, por contrário movimento de alienação, cujo centro é o capital e outras relações sociais pretéritas, tal como a religião ancestral e popular pré-revolucionária e outras formas ideológicas novas ou não.

Entretanto, lá estão na forma ideológica dominante os heróis da revolução consolidados e exaltados como sendo o povo da nação e da classe trabalhadora. Exaltação essa que durará até o último estertor da velha sociedade socialista. Em seguida, logo após o fim desta, desaparecerão da ideologia política os velhos heróis, dando nela guarida à nova exaltação dos novos heróis do capital, toda a gama de eficazes predadores da velha ordem socialista. A ordem socialista cristalizada se despedaçará e dará lugar a uma mixórdia de novas formas ideológicas e seus agentes políticos. Os antigos heróis passarão a ser execrados e humilhados, tachados como os causadores de todas as reais e supostas desgraças promovidas pela ordem anterior (tal como vemos nas duas obras de Svetlana Aleksíevitch, *O fim do homem soviético* (2017a) e *Vozes de Tchernóbil* (2017b)).

Nos cumpre denunciar a perversão existente na relação entre a vanguarda e a massa, não dirimida mesmo com a expansão dessas vanguardas alimentadas com filhos diletos e capazes da classe trabalhadora. À exaltação e consolidação ideológica dos heróis trabalhadores corresponderá em firme e castradora repressão sistemática, permanente, massiva e aleatoriamente distribuída à massa dos trabalhadores, de modo a forjar dois campos sociais aparentemente contraditórios e incomunicáveis, o dos de bem com a ordem e o dos reprimidos. Falsa dualidade paralisante. Na ausência de meios públicos livres para o diálogo entre esses dois campos, forja-se um gueto da parcela supostamente criminosa. Até que na Glasnost a verdade foi se instalando simultânea à maçã envenenada do neoliberalismo como sentido da Perestroika.

Para que serviram, então, os heróis reverenciados na ideologia oficial? Eles fizeram a revolução, lutaram e morreram na Guerra Civil, nas duas Guerras Mundiais, nas frentes de luta pela industrialização, pela abertura de novas fronteiras de expansão da nova civilização industrial, incluída a cósmica, morreram em guerras além-fronteiras para real ou supostamente apoiar os irmãos heróis de outras pátrias, pereceram de fome, frio e doenças ao abraçarem a luta sem quartel por um futuro mais igualitário para todos em tantas partes do mundo, estudaram à luz de velas e adormeceram de cansaço pouco antes de se levantar para um novo dia de trabalho ou de guerra.

Mas os heróis, na teoria oficial, por mais que ao longo das décadas se esforçassem e galgassem novos patamares de prosperidade material de sua sociedade, não estão e jamais foram habilitados para o exercício da propriedade direta dos meios de produção ou da democracia direta nos coletivos de trabalhadores. Supostamente não estariam à altura de tais funções, havendo tantos intelectuais e trabalhadores de outras áreas especialmente treinados para exercer funções tão sensíveis e delicadas, de alta confiança e confidencialidade.

3.2 ASSIM FOI A HISTÓRIA, OS HERÓIS SÃO SEMPRE PROVISÓRIOS

Com estas escusas jamais explicitadas, pois talvez demais escandalosas, bloqueava-se o trânsito ao comunismo, de modo que o poder econômico e político sempre permaneceu em mãos do Estado e do partido de vanguarda da revolução, cuja ideologia justificadora de tal situação passou a se chamar marxismo-leninismo.

Nelas, os heróis estavam no poder e a sociedade se abria para um futuro radioso. O fato é que o controle sobre o capital estacionara nos limites históricos pré-estabelecidos do controle estatal sobre a reprodução social e muito especialmente sobre a reprodução econômica, posta a acumulação de capital a favor do aumento da produtividade e, conseqüentemente, do salário mínimo e médio dos trabalhadores.

Mantida a relação capital como reitora desse processo. A liberdade das forças produtivas emancipadas elevaria a produtividade do trabalho? Estou certo que sim, mas este salto nunca foi tentado. Quando a Perestroika trouxe maior grau de liberdade das forças produtivas, ela não estava concebida para a emancipação do trabalho. Ao contrário, expandiu rapidamente o campo da alienação, lançando à miséria um vasto contingente de proletários e trabalhadores em geral. Desta forma, os heróis foram expulsos do paraíso socialista e retornaram à ancestral situação de párias.

A liquidação do controle estatal sobre o capital instalou em seu lugar o controle capitalista sobre essa relação. A Perestroika ansiava pela maior liberdade para o capital poder elevar sua taxa de exploração,

compreendida esta como ferramenta vital para a acumulação e incremento da produtividade sem a mediação estatal inibidora dos apetites animais do capital. O socialismo real revelou-se um poderoso caldo de cultura capitalista contra suas supostas veleidades comunistas programáticas.

Embora a luta política em torno da maior efetividade dos investimentos de capital corresse solta ao longo dos anos 1960 em diante, até a Perestroika, estava vedada como heresia e destinada à repressão sistemática o debate sobre a transição comunista (FEDORENKO, 1976; KOSLOV, 1977; KRONROD, 1976).

Debater sobre a necessidade de ampliar a produtividade dos investimentos estava presente na ideologia da economia política do socialismo real e a crítica materialista à la Marx dessa ideologia estava, de fato, vedada. De forma que as portas estiveram sempre abertas à crítica pró-capitalista da ideologia oficial (sem que isso se apresentasse de modo explícito); fato conducente ao surgimento de próceres neoliberais em todos os centros acadêmicos soviéticos, em especial nos seus polos supostamente mais avançados, como é o caso, por exemplo, da Universidade de Moscou e de Novossibirki.

A operação de transmutação e hipostasia do materialismo de Marx pela ideologia da economia política do Socialismo Real instalou a perversão no plano teórico-prático da revolução. Ora, se essa ideologia é posta como a única e real ideologia da revolução, continuadora do legado de Marx e transformada em religião de Estado, sua contestação desde o campo Marx era, pois, automaticamente uma heresia contrarrevolucionária. Ela só admitia uma crítica em seus próprios termos enquanto ideologia do capital, ou seja, uma crítica pró-capital e, conseqüentemente, pró-capitalismo. A perversão está em que o pró-capitalismo está posto como se fosse pró-socialismo (e em última análise, no sentido pró-comunista!). De forma que os algozes do comunismo surgem e se firmam na cena histórica como paladinos da liberdade dos trabalhadores e do povo soviético.

De forma que a liberdade de crítica ao ser posta no campo da Economia Política do Socialismo veda automaticamente a Crítica da

Economia Política. O Socialismo Real não ultrapassa este limite ideológico, ou seja, do capital.

Os heróis trabalhadores eram provisórios, assim como tudo o que fizeram eles durante a revolução. Assim que o capital passou ao controle pleno da reprodução social, e o fez com surpreendente rapidez, os heróis foram destronados. Tal como ocorreu nas sociedades absolutistas, quando o capital era ao mesmo tempo estimulado e contido nos seus limites feudais. A perda do controle sobre ele faz desmoronar todo o seu edifício social.

3.3 REVERSÃO BUROCRÁTICA DA REVOLUÇÃO RUSSA

A reversão burocrática da Revolução Russa ocorrerá basicamente por duas razões. Uma e central, é a permanência do capital sob contenção legal estatal. A partir dessa premissa, a forma estatal de seu controle pode se repetir na experiência secular russa czarista.

Outra, o hiato teórico do abandono da teoria da transição comunista de Marx deixou a Revolução Russa sem produção teórica pretérita capaz de influenciar as lutas pelo comunismo, subsequentes à tomada do poder político. Os últimos escritos de Lenin, muito preocupado com a maré montante burocrática já não possuía forma teórica capaz de contê-la e induzi-la a tomar outro caminho. Todo o esforço de Lenin para operar a transmutação da teoria da transição comunista de Marx nos marcos daqueles que viriam a ser os fundamentos do socialismo de Estado russo ao modo alemão já não podia ser desfeito ou teoricamente contestado.

É o capital, a força social que mobiliza o passado e o faz vestir o novo, em nosso caso a revolução pró-comunismo. Não que o passado não assedie permanentemente o presente, seja ele qual for, e o faça vestir seus velhos trajes em um ponto ou outro da reprodução social.

Ao contrário do que supõe, e pontifica em surdina a teoria do socialismo real e seus sábios, o que permite o assalto do passado ao novo e florescente presente das revoluções proletárias é a armadura do capital defendida pela fortaleza estatal governada pelo partido.

Essa armadura a conduzirá inevitavelmente à contrarrevolução capitalista neoliberal assim que as forças vitais da revolução proletária fraquejem, espoliadas e torturadas pelas provações às quais são submetidas em nome de suas reais e únicas verdades.

Afinal, que raios de socialismo foi esse onde os artistas não podem usufruir livremente de seus dons criativos, os trabalhadores não podem decidir livremente sobre o que, como e para quem produzir, o cidadão comum não pode usufruir com segurança as leis do código civil? Que socialismo é esse onde a emancipação não é expressão da vida social das maiorias trabalhadoras, sendo exclusiva propriedade dos funcionários de Estado e, dentre estes, somente os mais graduados? Este socialismo seria uma variante do socialismo de Estado alemão, transfigurado no caldo de cultura da Rússia revolucionária, evoluído até sua máxima expressão teórica, o socialismo real, o socialismo de Estado soviético, a ditadura do capital sovieticamente socializado.

O socialismo real é uma fábrica de alienação dos produtores, da produção e reprodução da vida social. Nele, o artista não pode ser plenamente artista, o cientista plenamente cientista, o cidadão plenamente cidadão, o proletário, isto é, a força de trabalho plenamente força de trabalho. A reprodução social está obrigada a seguir a ditadura ideológica dos funcionários do Estado e partido, de sua práxis.

O socialismo real não é herdeiro do comunismo de Marx, do sentido revolucionário de sua revolução teórica, da possibilidade de uma práxis social emancipatória. O projeto emancipatório concebido por Marx e entrevisto na curta vida da Comuna de Paris pressupõe certa forma de poder político de uma determinada classe social, a comandar a produção material e liberadora da produção intelectual e criadora em geral, sob a forma de ditadura revolucionária (e até democrática) dos trabalhadores a exercer diretamente a propriedade dos meios de produção. Tal como reza o preâmbulo dos estatutos da AIT de 1871, “a emancipação dos trabalhadores somente poderá ser obra dos próprios trabalhadores”.

Decorre daí que, a função vital e fundamental do comunismo de Marx e seu partido seja a luta pela unificação das forças do trabalho

em um movimento para a sua emancipação. Partidos e sindicatos dos trabalhadores sob a influência ou direção dos comunistas, para Marx, tem a missão central, vital, de serem instâncias batalhadoras e partícipes do movimento de emancipação. A unidade política dos trabalhadores sob a forma de movimento, a congregar a sua inevitável, natural e ampla diversidade é o meio insubstituível para a emancipação destes. Os partidos, sindicatos e muito menos os Estados das revoluções proletárias estão predestinados a serem as ferramentas exclusivas e centrais da emancipação dos trabalhadores.

Em grande medida, o abandono e o esquecimento da teoria da transição comunista de Marx, como obra dos próprios trabalhadores, confluem para o fracasso das revoluções socialistas do século XX. A criação do estado bizantino-soviético foi a negação da possibilidade da emancipação dos trabalhadores, emparedados por sua teocracia leiga (HOBSBAWN, 1996).

Ao que nos parece, a urgência absorveu a crítica e a necessidade da liberdade (mesmo aquela nos limites do capital). Às novas forças produtivas se exige alta disciplina, empenho e subordinação plena à perda de liberdade para o capital. É o mesmo que dizer serem os trabalhadores livres para lutar contra todos os seus piores inimigos, morrer nas guerras, sacrificar-se ao máximo, mas simultaneamente exigir-se deles serem disciplinados soldados de seu pior inimigo, o capital, administrado pelo Estado, o partido e seus gerentes tayloristas.

De modo que, estes fundamentos da economia política do socialismo real permanecerão inalterados até o fim da URSS. A força de trabalho não somente não é livre para transformar-se em força produtiva do comunismo como tampouco lhe é permitido enfrentar o capital como o seu outro.

É evidente não estarmos diante de um lapso, mas de uma posição. E sempre assim será desde que a Comuna não fale por si mesma. A Comuna de Paris não realizou as decisões de alguém. Ela pensou e agiu enquanto representante de uma classe, falou por si própria, com voz própria.

Em última instância, esta questão será resolvida pela própria história e, é claro, para além de nossas elucubrações teóricas. No entanto, desde o campo da confluência da história com a história das ideias, temos um compromisso particular com a teoria, desde o materialismo de Marx.

O trabalho teórico a se produzir sobre a emancipação (e livremente) está balizado por dois movimentos autônomos interdependentes: o diálogo com a história e outros pensadores a partir da leitura de Marx (história das durações médias e longas, para nos apropriarmos de conceitos de Braudel) – aquilo que Lucien Sève denomina *pensar com Marx* – e o diálogo com a história do tempo presente (NOIRIEL, 1988). Uma práxis que exige, é óbvio, plena liberdade de ação à produção teórica. Infelizmente, nenhuma dessas duas condições foi estimulada pela teoria do socialismo real, com danos evidentes e irreversíveis para a história mundial da emancipação dos trabalhadores.

Do ponto de vista da teoria, a experiência do socialismo real é bastante rica e explícita. A economia política do socialismo real se reproduziu em todos os países onde ocorreram revoluções populares e proletárias que se declararam socialistas, mesmo naqueles que ousaram escapar às suas determinações (Cuba e Iugoslávia, por exemplo).

E digamos francamente, ao invés de uma transição comunista – cuja teoria hoje se encontra esquecida, tivemos a experiência de criação de uma nova sociedade do capital, a qual, em dado momento, devido à falência das forças do comunismo de Marx, transitaram sim, ao capitalismo propriamente dito.

Assim os super-heróis do socialismo real, os trabalhadores, serão derrotados e transformados em super-párias desse novo capitalismo.

O século XX foi, sem dúvida, o século da transição ao socialismo e da transição desse socialismo ao capitalismo com uma regularidade admirável. Uma transição inimaginável. Seria mesmo?

Quando cheguei a Moscou em 1969, escandalizei-me com uma piada que corria na sociedade soviética. Perguntava-se à Radio Ierevan (capital da Armênia, uma espécie de Itu soviética, onde tudo é maior,

melhor e mais inteligente): “O que é o socialismo? Resposta: O socialismo é o caminho mais longo ao capitalismo.”

O povo soviético já havia matado a charada do socialismo real.

4 ENTÃO, O QUE É O HOMEM SOVIÉTICO NO SOCIALISMO REAL?

Trata-se de um homem para a revolução e não a revolução para o homem. Ele é o “mau trabalhador” que teria que percorrer a estrada do assalariamento na revolução socialista após haver passado pelo corretivo do taylorismo. Tal exigência impõe um sistema de controle de seu desempenho no incremento e manutenção de sua produtividade, ou seja, na produção do valor.

Por mais que ele tenha, individual e coletivamente, se desempenhado à altura das exigências produtivas durante 74 anos de existência da URSS, não conseguiu se realizar como classe em pleno exercício de sua emancipação política.

De fato, não lhe foi permitido alçar-se à plenitude da emancipação política. Ele serviu à Revolução Russa e às revoluções assemelhadas. Ao tentar optar pela transição à emancipação política, os trabalhadores das outras revoluções foram universalmente e duramente reprimidos.

5 A GUERRA IDEOLÓGICA CAMUFLADA E O TRÂNSITO DE UMA FORMAÇÃO SOCIAL A OUTRA

Podemos concluir que os trabalhadores soviéticos eram uma tropa a serviço da Revolução Russa, de seus objetivos estratégicos. Como tropa, não lhe era permitido comandar a transição para além do socialismo real, rumo ao comunismo. Era serva da revolução e do capital.

A Perestroika se propunha emancipar o capital em troca da Glasnost: era a conquista da plena emancipação política sob o capital pela via da eficiência microeconômica que inevitavelmente, a seu ver, transformaria a eficiência social, promovendo uma contrarrevolução neoliberal, contrarrevolução do capital.

Chegava assim ao término, a longa guerra entre o partido da eficiência microeconômica contra o partido da eficiência social, entre o pró-capitalismo e o pró-socialismo, entre os gerentes e os planejadores, entre as teorias gerenciais e a teoria do planejamento socialista. Esta guerra era a forma teórica histórica do enfrentamento entre a contrarrevolução capitalista e a Revolução Russa do socialismo real. Até que a contrarrevolução capitalista uma após outra, conquista postos chave na hierarquia do Estado e do partido e abraça abertamente o neoliberalismo e a transição capitalista deslanchará em conluio direto com, e desde o centro do poder do Estado e partido, por sua vez coligado às instâncias norte-americanas, dominantes do capital (BESCHLOSS, 1994).

Diz Menshikov (GALBRAITH, 1988), que o projeto de Gorbachiov realizaria uma revolução. Afirmção, no mínimo, problemática, pois o próprio socialismo real, sendo uma formação específica, ao transitar a uma nova sociedade socialista (afirmação daquele autor) sob a forma de uma revolução indicaria de duas uma: nova forma histórica de socialismo, uma nova formação socialista radicalmente distinta do socialismo real, ou um retorno (negado explicitamente) ao capitalismo.

A primeira hipótese é quase impensável, dado estarmos diante da transição de uma sociedade sob controle social estatal do capital a outra, do controle social do capital sobre a reprodução social. O fato de não haver propriedade privada individual nessa nova sociedade, somente nos diz sobre o caráter do capital e não sobre a força social regente da nova sociedade. Esta, então, seria mesmo capitalista, na qual se ofereceria à classe operária a possibilidade de vir a alcançar a sua emancipação política através da Glasnost.

A revolução concebida por Gorbachiov, no dizer de Menshikov, não seria outra que não fosse uma contrarrevolução, uma restauração capitalista, como de fato ocorreu³. A noção de socialismo ficara tão elástica

³ “Elas são chamadas reformas, mas como eu já afirmei, podemos considera-las uma revolução. Não são mudanças corriqueiras na organização econômica da nova sociedade, são, pelo contrário, mudanças profundas e abrangentes. São equivalentes a uma súbita transformação revolucionária. Sua principal finalidade é libertar a economia da opressão e do domínio da burocracia e também eliminar a economia paralela e os diferentes tipos de corrupção e mercados negros. Assim sendo elas escancaram as portas à iniciativa pessoal e coletiva, associando-as às vantagens de um planejamento centralizado” (GALBRAITH, 1988, p. 41).

que a expansão do controle do capital sobre a reprodução social proposta por ele em etapa tão mais avançada da evolução econômica da sociedade soviética (afinal já estávamos em 1988, há 71 anos de 1917!), no seu entender, poderia evitar o capitalismo.

Destituir o controle do partido comunista e do Estado sobre a economia (e a sociedade, é evidente) para se transitar a tal nova sociedade seria, de fato, uma revolução, que só não seria capitalista caso se transitasse ao comunismo, ou seja, à expansão do controle social dos trabalhadores sobre a reprodução social, fato jamais mencionado por Menshikov em seu diálogo com Galbraith.

O personagem central dessa transição, contudo, seriam as “autoridades centrais” emergentes daquela revolução e a revolução pelo alto dessas novas autoridades, de fato, por sua vez, ao se apoiar no “mercado”, nas forças sociais aderentes a esse projeto, só poderiam mesmo restaurar o capitalismo!⁴ Não havia três alternativas, como queria Menshikov, mas simplesmente duas, a transição capitalista ou a comunista. Seria muito pertinente se perguntar ao eminente economista soviético, aproveitando suas divagações revolucionárias, sobre as razões pelas quais a transição ao comunismo deixou de ser um *crash program*, tão elogiado por ele e tão exitoso nas conquistas da economia e da sociedade soviética⁵.

⁴ “O primeiro cenário é baseado no perigo da burocracia sabotar as atuais reformas anti-burocráticas. Este cenário significaria a continuação do status quo” (GALBRAITH, 1988, p.42). “[...] O segundo cenário é uma possibilidade completamente diferente: seria um socialismo mais inteiramente de mercado. O que não significaria o restabelecimento do sistema capitalista, embora envolvesse uma participação muito mais ampla da iniciativa privada e do espírito empreendedor privado. Significaria, primeiramente, deixar a determinação dos preços inteiramente para o mercado, como você sugeriu ao discutirmos as reformas econômicas. E significaria também a introdução de um mercado livre de trabalho. Haveria maior flexibilidade na determinação dos salários, e o sistema incluiria um mercado flexível de crédito e de capital. Seria, em suma, um socialismo com a total ausência de um planejamento central” (GALBRAITH, 1988, p. 123-124). “O terceiro cenário é o que eu poderia chamar de um verdadeiro centralismo democrático. Isso significaria uma combinação das melhores características do planejamento central com as melhores e menos nocivas características do mercado, fazendo o melhor uso de todas elas” (GALBRAITH, 1988, p. 126). “Eu gostaria de resumir e dizer que existem muitos setores da microeconomia em que o socialismo precisa aprender, e depressa, com o capitalismo – com a iniciativa privada, com o mercado. Se conseguirmos isso, então, combinando os aspectos menos nocivos do mercado e da iniciativa privada com as vantagens aos níveis social e macroeconômico inerentes a um sistema planejado, nós talvez nos saíamos melhor que o capitalismo. Este é o cenário que eu prefiro para a sociedade socialista” (GALBRAITH, 1988, p. 134). “O que eu estou sugerindo que irá acontecer na União Soviética é que as autoridades econômicas centrais terão a responsabilidade de organizarem as empresas de modo mais eficiente” (GALBRAITH, 1988, p. 130).

⁵ “[...] a União Soviética, tecnologicamente atrasada em vários outros aspectos, foi extremamente avançada tecnologicamente naqueles setores específicos em que conseguiu se organizar em *crash groups* e *crash programs*”

6 O FIM DA URSS. A OPERAÇÃO FINAL

Então uma longa e arduosa operação política sob o comando da KGB colocará Gorbachev no centro do poder por meio da criação deliberada do caos social. Desfaz-se, assim, o complexo dos desesperados, o Estado, o partido e a classe trabalhadora. Naufragado no tsunami capitalista. O trem do socialismo real chegara à sua última estação, bem distante da estação Finlândia. As três correntes ideológicas do pós socialismo real: a da desgraça mítica da mãe Rússia, a dos filhos da grande pátria de Stálin e a dos órfãos do comunismo, todas elas representadas por seus heróis humilhados e ofendidos, iniciam seu grande e imprevisível trânsito a um novo futuro.

REFERÊNCIAS

- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *O fim do homem soviético*. São Paulo: Cia das Letras, 2017a.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *Vozes de Tchernóbil*. São Paulo: Cia das Letras, 2017b.
- BESCHLOSS, Michael R.; STROBE, Talbott. *At the Highest Levels: the inside story of the end of the cold war*. NY: Paperback, Mar. 1994.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FEDORENKO, N. P. (org.). *Stanovlenie i razvitie ekonomiticheskoj nauki v SSSR*. Moskva: Nauka, 1976.
- GALBRAITH, John Kenneth; MENSNIKOV, Serguei. *Capitalismo, comunismo, coexistência: de um passado amargo a esperanças melhores*. São Paulo: Pioneira, 1988.
- HOBSBAWN, Eric. *The age of extremes: a history of the world, 1914-1991*. New York: Vintage books, 1996.
- KOSLOV, G. (org.). *Economia Política. Socialismo*. Moscú: Progreso, 1977.
- KRONROD, Iakov; ZAKON, Abramovitch. *Stoimosti i sotsialiticheskaia ekonomika*. Moskva: Nauka, 1976.
- LENIN, Vladimir Ulianov. *Gossudarstvo i revoliutsia*. Moskva: IPL, 1978.
- LENIN, Vladimir Ulianov. *Otcherednie zadatchi sovietskoj vlasti*. Moskva: IPL, 1977.
- MARX, Karl. *Kritika Gotskoi Programmi*. Moskva: IPL, 1975.

(GALBRAITH, 1988, p. 133).

- NOIRIEL, Gérard *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?* Paris: Hachette, 1988.
- OIZERMAN, Teodor Ilitch. *Opravdanie revisionism.* Moskva: Kanon, 2005.
- SÈVE, Lucien. Prefácio. In: LIMA FILHO, Paulo Alves; NOVAES, Henrique Tahan; MACEDO, Rogerio Fernandes. *Movimentos Sociais e Crises Contemporâneas à luz dos clássicos do materialismo crítico.* Uberlândia: Navegando, 2017. p. 7-11.

A CRISE DA TRANSIÇÃO SOCIALISTA: UM COMENTARIO

Ramón Peña Castro

Por que desabou a URSS? As causas dessa desintegração são múltiplas e ultrapassam os objetivos desta breve intervenção limitada a salientar três momentos que achamos fundamentais para início de reflexão: 1) Os fatos que marcaram a dissolução da União Soviética; 2) As causas determinantes: a degeneração burocrática do Estado/Partido e a correlata corrosão da vida político-social e; 3) As principais consequências históricas (geopolíticas e sociais) da desapareção do Estado Soviético.

I

A desintegração da União Soviética foi conchavada em 8 de dezembro de 1991 no encontro secreto de três conspiradores: Boris Yeltsin, Leonid Kravchuk e Stanislav Shuskievich (presidentes, respectivamente, da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia). Encontro realizado em Bielovezh,

em um albergue de caça da floresta bielorrussa, (Belavezhkaia Puchka), lugar, curiosamente, próximo da fronteira polonesa. Portanto, ideal para a eventualidade de ter que fugir, caso de fracassar a intentona golpista. A prova cabal de que isso foi um golpe de Estado é o fato notório de que oito meses antes, mais de 80% dos eleitores soviéticos tinham aprovado, em um referendo, a conservação da estrutura estatal da URSS.

O fato central deste cenário é que Boris Yeltsin, Presidente da Federação Russa conquistou o poder máximo (o Kremlin de Moscou) a partir do contubérnio de Bielavezha, onde o triunvirato mencionado lavrou, no maio secreto, o atestado de óbito da URSS, para logo mais (25 de dezembro 1991), ao forçar a demissão do pusilânime Gorbachov. De jure, a URSS sobreviveu até o dia 26 de dezembro de 1991, quando o Soviete das Repúblicas do Soviete Supremo da URSS aprovou a própria dissolução e, simbolicamente, mandou arriar a bandeira vermelha da foice e o martelo.

Esta evocação da ação conspirativa dos sepultadores da URSS somente serve de introdução para indagar as causas profundas do seu colapso. Igualmente superficial e insatisfatória é a tese assumida pelo atual Partido Comunista da Federação Russa, segundo a qual a URSS teria sido “sequestrada e traída” por um bando de altos burocratas (aparatchiki) oportunistas, ansiosos por transformar seus cargos burocráticos em poder oligárquico capitalista. Também resulta insuficiente pretender explicar o colapso da URSS com o fato, amplamente documentado, da atividade dissolvente das agencias imperialistas que, obviamente, colaboraram decisivamente para fortalecer as forças internas freneticamente conversas a religião do mercado, começando pelo ambíguo e pusilânime de Gorbachov e culminando com seu antagônico sucessor, o truculento Boris Yeltsin, chefe do novo governo golpista. Governo composto por Yakloviev, Gaidar, Popov, Aven, Skokov, Vasiliev e outros trânsfugas que trocaram um falso marxismo catequético pelo ultraliberalismo mais radical do modelo pinochetista chileno, promovido por uma equipe especial de assessores do *Harvard Institute for International Development* (financiada pela USAID com patrocínio do Departamento de Estado dos EUA) e chefiada pelo conhecido “transiçãotólogo” Jeffrey Sachs.

O que precisa de explicação são as condições determinantes da dissolução da URSS, sem omitir as motivações dos autores do colapso soviético. Eis o que tentamos esboçar seguidamente.

II. A DEGENERAÇÃO BUROCRÁTICA DO ESTADO/PARTIDO E A CORRELATA CORROSÃO DA VIDA POLÍTICA E SOCIAL

A mídia de mercado e certa historiografia preguiçosa, insistem na reprodução de generalidades e simplificações ideológicas (até teológicas) tais como: “o fim da URSS foi inevitável” porque seu sistema econômico-político resultou “irreformável”. Esta é uma conclusão simplificada e distorce ao extremo uma história de 74 longos anos (1917-1991) carregados de lutas gloriosas e tragédias horrorosas. Para começar: “foi a primeira revolução subjetivamente preparada na história da humanidade” (LOUÇÃ, 2017); enfrentou uma guerra de classes (chamada “guerra civil” entre 1918-1921) que seguiu mais de cinco milhões de vidas humanas (cifra superior as perdas ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial); passou pelo “comunismo de guerra” que implicava confisco forçado de boa parte da produção dos camponeses, como recurso extremo para manter vivos - com um racionamento misérrimo - a população urbana e ao Exército Vermelho, que derrotou a coligação reacionária de inimigos internos e externos. Segue a Nova Política Econômica (NEP), 1921 a 1928, ou restauração parcial da produção mercantil privada, para iniciar, logo mais, a “coletivização forçada da agricultura”, ou seja, uma “acumulação primitiva” base da correlata “industrialização acelerada em grande escala”, impiedosamente comandada por Stálin (1928-1953). Esse é um período ambivalente, por incluir a gestação do stalinismo, um poder vertical, despótico e criminal, concomitante com uma massiva participação popular na militarização da economia e da sociedade em armas que com o sacrifício de mais de 25 milhões de mortos, salvou ao mundo da peste nazista, aniquilando a poderosa máquina militar do Terceiro Reich Alemão, na Segunda Guerra Mundial. Sem parar, continuará um monumental esforço de acelerada reconstrução pós-bélica. Em 1953, a morte de Stálin marca a nova fase, denominada “degelo” com a denúncia dos crimes do stalinismo pelo novo secretário do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), Nikita Khrushchov

(1953-1964). Defenestrado este, mediante um golpe palaciano, inicia-se o dilatado período (1964-1982), denominado “estagnação”, dirigido por Leonid Brezhnev (1964-1982). Logo vem o breve período (1981-1984) de Yuri Andropov, comunista competente e honesto, cuja a precária saúde apenas lhe permitiu iniciar algumas reformas e combates concretos contra a corrupção. Por último, a fase do Gorbachov (1985-1991), cujas bandeiras de “*Perestroika*” e “*Glasnost*” (Reconstrução e Transparência), acompanhadas de uma retórica insípida e de caóticas reformas políticas e econômicas. As reformas de Gorbachov implicavam a devolução explícita da autoridade às repúblicas. O processo de desintegração se radicaliza com a renúncia a intervir nas revoltas, nada ingênuas da Europa Oriental, do mesmo modo que deixou sem resposta a ofensiva antissoviética de Boris Yeltsin. Neste contexto, o colapso das democracias populares (República Democrática Alemã, Hungria, Checoslováquia, Romênia), paralelo as crescentes tensões nacionalistas (Geórgia 1989, Lituânia, Letônia e Estônia 1991) minaram os fundamentos internos até provocar o desabamento de todo o edifício da chamada URSS.

A causa das causas, tem a ver com algo que tem raízes na gestação do Poder stalinista: a divergência crescente entre o discurso pretensamente marxista-leninista e a prática dogmática do Estado/Partido que nulificou as capacidades criativas dos indivíduos, a vida social democrática, cuja diversidade e evolução urbana e o nível cultural, tornaram-se cada vez mais incontroláveis para a pesada máquina burocrática.

Na sua etapa final (1985-1991), os interesses da casta ou “quadro executivo” (aparatchiki) foram o principal fator de corrosão política e espiritual. Neste sentido, pode-se afirmar que em 1991 tornou-se inocultável a decomposição (auto desintegração) da casta que até então monopolizava as cinco funções essenciais da sociedade: 1) poder político, 2) controle da propriedade dos meios e resultados da produção, 3) aparelhos ideológicos, 4) aparelhos de direção e 5) normativa organizacional.

A linhagem desta casta não deixa de ser relevante: *neta* da crueldade e do truculento dinamismo do período stalinista (1929/1953) e *filha* do relaxamento burocrático administrativo que sucedeu a tentativa

regeneradora de Khrushchov. Tentativa essa congelada durante a longa fase de estagnação de Brezhnev (1964/1987).

Na primeira etapa degenerativa, a casta permanece agrupada pelo terror desenfreado que culmina nas grandes “purgas” dos anos 1930, assim como também pelos sacrifícios exigidos pelos Planos Quinquenais e pela Grande Guerra Patriótica (anos 1940). Em conclusão, as ameaças de morte e a repressão formaram o caldo da cultura da burocracia staliniana. Na segunda etapa, pós-Stalin (1954-1985), a coesão da casta estava baseada nos privilégios materiais da burocracia administrativa. Livre das ameaças de morte podia desfrutar calmamente dos seus privilégios. Porém, estes privilégios nunca foram um patrimônio completo porque estavam amarrados ao cargo, não sendo, portanto, hereditários nem transferíveis. Não sendo comparáveis com o das elites transnacionais. O historiador catalão Rafael Poch de Feliú (2006), compara a casta dirigente soviética com a hierarquia eclesiástica. Administradores, mas não donos do patrimônio das Igrejas que, além disso, constituem uma seita não homologável com a grande oligarquia globalizada do sistema econômico social, chamado capitalismo transnacional. Contudo, foi nesta segunda etapa de calma e sossego quando se cristalizou a profecia feita por Trotsky em 1936: “a burocracia soviética acabará se transformando em classe proprietária porque os privilégios só têm a metade do seu valor quando não podem ser transmitidos por herança aos descendentes; porque é insuficiente ser diretor de uma corporação sem poder ser acionista”. As reformas de Gorbachov de descentralização política e de liberalização da gestão econômica inauguraram, involuntariamente, a fase triunfal do processo degenerativo da casta. Foram eliminados os obstáculos que impediam à transformação dos hierarcas soviéticos em classe proprietária (oligarquia mafiosa) homologável com os abutres da grande finança globalizada. A “terapia de shock” que permitiu o “maior assalto da história” está bem documentado no excelente livro de Naomi Klein (2007, p. 291-324). Com isto chegamos ao nosso terceiro ponto.

III CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS DA DESAPARIÇÃO DO ESTADO SOVIÉTICO

Para início de conversa, cabe lembrar a frase do notável historiador britânico Hobsbawn (1995) “[...] o mundo foi moldado pelos efeitos da Revolução Russa de 1917.”. Em razão disso, hoje devemos acrescentar que o mundo está marcado pela desapareção da URSS, em três sentidos: 1) pela ausência de alternativa contraposta ao capitalismo universalizado; 2) pela ausência de um ponto de apoio para o movimento operário mundial e; 3) pela ausência de um contrapeso político e militar oposto ao agressivo imperialismo norte-americano.

As consequências sociais podem ser resumidas assim: “Nunca tantas pessoas perderam tanto em tão pouco tempo sem que um flagelo de fome, sem uma praga ou uma guerra de grandes proporções.” (KLEIN, 2007, p. 319).

No período 1990-1998, mais de 80% das unidades agrícolas e umas 70 mil fábricas estatais tinham quebrado deixando milhões de trabalhadores desempregados. Segundo o “[...] Banco Mundial: 74 milhões de cidadãos russos sobreviviam abaixo da linha de pobreza (quatro dólares diários), chegando ao pauperismo extremo uma quarta parte (25% ou 37 milhões) da população total. Em 2006 o governo russo admitia a existência de 715.000 crianças abandonadas[...]”, enquanto que “[...] a UNICEF estimava essa cifra em 3,5 milhões de vítimas” (KLEIN, 2007, p. 320).

Para os patrocinadores norte-americanos de Governo Yeltsin “[...] o objetivo evidente foi apagar do mapa o Estado preexistente para criar as condições necessárias para festança capitalista que, por sua vez, serviria de impulso inicial para uma vibrante democracia de mercado.” (KLEIN, 2007, p. 321).

Transcorridos 27 anos da dissolução da URSS, quando Bush proclamou o triunfo imperial na Guerra Fria contra o comunismo, hoje

Resulta cada vez mais evidente que o grande combate do século XXI, uma vez superada o medo capitalista do comunismo, consiste em tirar dos trabalhadores o que lhes restou de direitos conquistados em mais de dois séculos de lutas sociais e dos camponeses do mundo inteiro a

propriedade dos bens comuns, especialmente a terra e a água: de 50 a 65% da terra produtiva do mundo hoje cultivada por povos originários e comunidades camponesas, ainda que apenas uma mínima parte dela seja reconhecida pelos governos como propriedade. (FONTANA, 2017, p. 644).

REFERÊNCIAS

- FONTANA, Josep. *El siglo de la revolución*. Una historia del mundo desde 1914. Barcelona: Critica, 2017.
- HOBBSWAN, Eric. *Era dos extremos: a breve historia do século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. *O socialismo traído*. Lisboa: Avante, 2008.
- KLEIN, Naomi. *La doctrina del shock: el auge del capitalismo del desastre*. Barcelona: Paidós, 2007.
- LEWIN, Moshe. *El siglo soviético: ¿que sucedió realmente en la Unión Soviética?* Barcelona: Crítica, 2006.
- LOUÇÃ, Francisco. *Algunas herencias de la Revolución de Octubre*. 2017. Disponível em: www.sinpermiso.info. Acesso em: 10 maio 2018.

SOBRE OS AUTORES

ANA PORTICH

Doutora em Filosofia. Professora do Departamento de Filosofia - UNESP de Marília

ANDERSON DEO

Doutor em Ciências Sociais. Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP/Marília. Pós-Doutorado na Università Degli Studi di Urbino “Carlos Bo”. Líder do Grupo de Pesquisa – Núcleo de Estudos de Ontologia Marxiana-Trabalho, Sociabilidade e Emancipação Humana (NEOM/CNPq).

ANGÉLICA LOVATTO

Professora do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas, e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UNESP (Marília). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Pensamento Político Brasileiro e Latino-americano” (CNPq).

DAVID MACIEL

Professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFG

FRANCIELI MARTINS BATISTA

Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-campus de Marília.

GIANNI FRESU

Doutor em Filosofia. Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

GIORGIO GRIMALDI

Docente da Universidade de Chieti-Pescara “G. d’Annunzio”. Itália.

HENRIQUE TAHAN NOVAES

Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP – Marília. Professor do Programa de Pós Graduação em Educação – hetanov@gmail.com

JAIR PINHEIRO

Docente do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – Campus de Marília.

LEANDRO GALASTRI

Professor de Ciência Política da Unesp/Marília. Secretário-geral da International Gramsci Society-Brasil (IGS-B) e editor do blog marxismo21. Autor de Gramsci, marxismo e revisionismo, Campinas: Autores Associados, 2015. E-mail: leandrogalastri@gmail.com.

MARCOS DEL ROIO

Professor Titular. Docente de Ciências Políticas do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências/Campus de Marília.

MARLY DE A. G. VIANNA

Professora aposentada da UFSCar, atualmente leciona no PPG Mestrado e Doutorado, da UNIVERSO. É membro e colaboradora do IAP - Instituto Astrojildo Pereira; do NEE - Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP/ Campinas; líder do Grupo de Pesquisa Discurso, representações e práticas sociais, da UNIVERSO.

MATTEO BIFONE

Possui Graduação em ciências políticas e relações internacionais concluído em 2013 Università degli Studi di Roma La Sapienza. Participa do Grupo de Pesquisa NEOM/Unesp. Possui mestrado em Scienze della politica - Università degli Studi di Roma La Sapienza (2016). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP-Campus de Marília.

MILTON PINHEIRO

Cientista Político, pesquisador de história política na USP e professor do Programa de História, Cultura e Práticas Sociais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Editor executivo da revista **Novos Temas** e autor/organizador, entre outros, dos livros **Teoria e prática dos conselhos operários** (Expressão Popular, 2013) e **Ditadura: o que resta da transição** (Boitempo, 2014). Estuda e pesquisa a história política brasileira com ênfase na esquerda revolucionária, operador político, poder político e sociedade de transição. Contato: mtpinh@uol.com.br

NEUSA MARIA DAL RI

Professora Livre-Docente III da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação. Pós-doutorado na Universidade do Minho, Portugal. Bolsista PQ do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Líder do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia e editora do periódico científico ORG&DEMO

PAULO ALVES DE LIMA FILHO

Pós-doutorado na área de Geopolítica da Energia na UNESP-Marília. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Crescimento e Desenvolvimento Econômico, atuando principalmente nos seguintes temas: crítica da economia política, economia política da mundialização, alternativas ao capitalismo da miséria, a especificidade do capitalismo por via colonial e a reprodução capitalista, a educação e a questão energética. Ultimamente tem-se dedicado aos temas da economia política do socialismo e da transição ao comunismo, assim como das questões da revolução tecnológica e dinâmica e crise do capitalismo contemporâneo.

RAMÓN PEÑA CASTRO

Professor da Fundação Oswaldo Cruz - Rio de Janeiro

SOFIA MANZANO

É economista, professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), autora do livro Economia Política para Trabalhadores (São Paulo: ICP, 2013) e coordenadora do Grupo de Estudos d'O Capital da UESB.

STEFANO G. AZZARÀ

Doutor em Filosofia. Docente da Università Degli Studi di Urbino “Carlo Bo” – Itália.

SOBRE O LIVRO

Catologação

Telma Jaqueline Dias Silveira
CRB 8/7867

Normalização

Maria Elisa Valentim Pickler Nicolino
CRB - 8/8292
Elizabeth Cristina de Souza de Aguiar Monteiro
CRB - 8/7963

Capa e diagramação

Gláucio Rogério de Moraes

Produção gráfica

Giancarlo Malheiro Silva
Gláucio Rogério de Moraes

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária

Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16X23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Papel

Polén soft 75g/m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m2 (capa)

Tiragem

100

Impressão e acabamento

Gráfica
unesp
Campus de Marília

2019

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA: a Transição Socialista como Atualidade Histórica

tudo isso pautado pela organização dos Conselhos operários, camponeses e soldados, os Sovietes, nos quais se desenvolvia a *democracia direta e substantiva* dos trabalhadores, além do consequente surgimento de *novas subjetividades* que ainda nos dias de hoje possuem a atualidade e a urgência para a construção de um Novo Mundo.

As reflexões presentes nesse livro nos entusiasma e nos instigam a andar adiante com tenacidade, porque nos possibilitam questionar e incorporar as positivities e, ao mesmo tempo, superar os entraves, as deformidades e as tragédias ocorridas na construção da primeira experiência socialista vivida.

Convido o leitor a mergulhar na atmosfera de 1917, impregnar-se de humanidade e de esperança, e discernir no futuro, a perspectiva do novo, agindo como nos ensinou o poeta Atahualpa Yupanqui, em seu *Los Hermanos*, com a "*fuerza pa' buscarlo con tesón y voluntad*"!

Antonio Carlos Mazzeo



Mais de cem anos depois de seu estalido, e sob as condições atuais de um neoliberalismo predatório e de ofensiva conservadora na América Latina, a Revolução Russa continua viva como fonte de inspirações, para a ação e à reflexão orientadas na direção da conquista da emancipação humana. As análises sem concessões de suas conquistas, suas limitações e seus erros seguem sendo condições indispensáveis para todo projeto que busque pensar a transformação social em sentido revolucionário.

Os capítulos que integram este livro indagam diversas dimensões do grande acontecimento e suas derivações históricas: o papel das mulheres durante a insurreição, os avanços e retrocessos da causa feminista na primeira década da URSS; o apogeu e a crise dos soviets e os dilemas da democracia socialista; o desenvolvimento econômico durante os dez anos posteriores a tomada do poder, bem como, suas vinculações com as lutas políticas no seio do Partido Bolchevique; os experimentos estéticos e as tentativas de construção de uma nova subjetividade; as razões profundas da crise e derrocada da União Soviética. Com profundidade teórica e crítica e com compromisso ético e político sérios, as contribuições do presente livro são estímulos valiosos para repensar o passado e o presente das lutas emancipatórias.

Miguel Vedda

Universidade de Buenos Aires